

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

Andressa Costa Prates

**RELAÇÕES ENTRE MÍDIA E POLÍTICA: ENQUADRAMENTOS DOS
JORNAIS *O GLOBO* E *FOLHA DE S. PAULO* ACERCA DO
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Santa Maria, RS

2017

Andressa Costa Prates

RELAÇÕES ENTRE MÍDIA E POLÍTICA: ENQUADRAMENTOS DOS JORNAIS *O GLOBO* E *FOLHA DE S. PAULO* ACERCA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Comunicação**.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rejane de Oliveira Pozobon

Santa Maria, RS
2017

Andressa Costa Prates

**RELAÇÕES ENTRE MÍDIA E POLÍTICA:
ENQUADRAMENTOS DOS JORNAIS *O GLOBO* E *FOLHA DE S. PAULO* ACERCA
DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Comunicação**.

Aprovada em 27 de março de 2017:

Rejane de Oliveira Pozobon, Dra. (UFSM)
(orientadora)

Luciano Miranda Silva, Dr. (UFSM)



Ângela Cristina Trevisan Felippi, Dra. (UNISC)
(participação via Skype)

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

Em todos os momentos que precisei de fé para seguir em frente e acreditar em minha capacidade de superação e aprendizado, quando as coisas pareciam sair do controle, foi na oração que encontrei o equilíbrio, a tranquilidade e a coragem, por isso, o meu primeiro agradecimento é a Deus e à minha santa de devoção, Nossa Senhora de Aparecida.

Aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, apoiando minhas escolhas, mesmo que em muitos momentos possam ter pensado que alguns caminhos seriam melhores ou mais adequados do que outros. Mas nunca me impediram de percorrê-los. Esse foi, com certeza, o maior aprendizado, vencer minhas batalhas e superar os meus desafios à minha própria escolha. Não existem palavras que possam ser escritas capazes de descrever, ou de explicar, o suporte que a família representa para mim e o quanto eles foram imprescindíveis para a conquista e finalização desta etapa (ou melhor, deste sonho realizado). Sei também, que inúmeros foram os desafios que meus pais enfrentaram para que eu pudesse estar neste momento escrevendo tais palavras. Agradecendo minha família, agradeço aos meus avós que sempre estiveram na torcida e, em especial, à minha vó Carlota, que partiu antes de me ver Mestre, mas que foi minha segunda mãe, mantendo-se sempre ao meu lado. E aos meus irmãos. Como não escrever sobre eles? Tenho de agradecê-los, pois por eles busco trilhar os melhores caminhos, por onde possam cruzar sem medo.

Ao longo desta jornada iniciada em 2015, além da fé e da família, a minha professora e orientadora, Rejane Pozobon, foi o suporte e ensinamento necessários. Incansavelmente, de um jeito calmo, tranquilo, mas sempre atenta, ela esteve constantemente disposta a auxiliá-me em todas as dúvidas e anseios, apontando as melhores opções para o andamento de nossa pesquisa. Ao agradecer a Rejane, agradeço a todos os professores que no decorrer destes anos, desde o ensino fundamental até a conclusão do mestrado, compartilharam seus conhecimentos. Gostaria de poder partilhar com eles essa conquista.

E como não poderia deixar de ser, finalizando este breve agradecimento me veem à memória os amigos que torceram e vibraram por mim. Em especial à colega de profissão, do grupo Nav-e (grupo de pesquisa da graduação), amiga querida, Morgana Carniel, que mesmo à distância contribuiu para a conclusão do anteprojeto de pesquisa, aprovado no processo seletivo. E o agradecimento mais que especial a também colega de profissão, ex-colega de faculdade e colega de apartamento, Andreia Sena Maidana, que no decorrer destes dois anos dividiu comigo incontáveis dúvidas, questionamentos, momentos de desilusão e de esperança

sobre os rumos políticos do país, medos, tristezas e muitas alegrias, sempre buscando auxiliarme no que foi possível.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, a todos os professores incansáveis na missão de ensinar e compartilhar conhecimento. E à Capes, pela bolsa, que me permitiu dedicação exclusiva durante os dois anos do Curso de Mestrado.

RESUMO

RELAÇÕES ENTRE MÍDIA E POLÍTICA: ENQUADRAMENTOS DOS JORNAIS *O GLOBO* E *FOLHA DE S. PAULO* ACERCA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

AUTORA: Andressa Costa Prates

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Rejane de Oliveira Pozobon

A presente pesquisa tem como tema as relações e tensões entre mídia e política, a partir dos enquadramentos do impeachment de Dilma Rousseff, compreendendo-o enquanto um “acontecimento político programado” (CHARAUDEAU, 2016). Para proceder em tal análise, escolhemos como objetos empíricos os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. A escolha dos jornais se deu por serem os de maior circulação nacional e, portanto, importantes veículos para a formação da opinião pública e para o agendamento intermídia. Nosso problema de pesquisa centra-se nos seguintes questionamentos: Como a mídia enquadrou o processo de impeachment de Dilma Rousseff nas reportagens que trataram do tema? Em que medida essa cobertura pode ser compreendida como um “espetáculo político-midiático” (WEBER, 2011)? Quais são os traços de personalização presentes na construção noticiosa? O conceito de “espetáculo político-midiático” (WEBER, 2011) surge como uma ideia complementar que nos auxilia a compreender a abordagem da mídia e os enquadramentos por ela utilizados. A hipótese desta pesquisa é de que os jornais fazem uso dos acontecimentos midiáticos, na medida em que os empregam para reforçar quadros de sentido historicamente defendidos pela grande mídia. E ainda, de que a cobertura noticiosa dos dois jornais em análise configurou-se como um “espetáculo político-midiático”. Com o objetivo de compreender como os enquadramentos acerca do impeachment podem estabelecer relações e ampliar tensões entre os campos midiático e político, optamos por identificar os enquadramentos através dos “dispositivos de enquadramento” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989). A perspectiva teórico-metodológica escolhida compreende os enquadramentos enquanto ideias organizadoras centrais presentes na narrativa jornalística. Foram analisadas 59 reportagens presentes em seis edições dos jornais, definidas de acordo com as etapas do processo de impeachment: acolhimento do processo na Câmara dos Deputados, abertura do processo, após votação dos deputados e decisão final no Senado Federal. Com base nos resultados das análises, observamos que os enquadramentos sobre o impeachment de Dilma se aproximam nos dois diários. Através do enquadramento de fracasso, os jornais reforçam visões negativas, ou que induzem ao enfraquecimento, do Partido dos Trabalhadores e do governo Dilma. E o enquadramento de conflito, reforça a tensão entre posicionamentos divergentes e personagens, mas estabelece relação de proximidade da mídia com determinados grupos do campo político e econômico.

Palavras-chave: Enquadramentos midiáticos. Campo político. Impeachment Dilma. Acontecimento político programado.

RESUMEN

RELACIONES ENTRE MEDIOS Y POLÍTICA: ENCUADRAMIENTOS DE LOS PERIÓDICOS *O GLOBO* E *FOLHA DE S. PAULO* SOBRE EL *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF

AUTORA: Andressa Costa Prates

TUTORA: Prof^{ra} Dr^a Rejane de Oliveira Pozobon

Esta investigación tiene como tema las relaciones y tensiones entre los medios y la política, a partir de los encuadramientos sobre el *impeachment* de Dilma Rousseff, comprendiendo-o en cuanto un “acontecimiento político programado” (CHARAUDEAU, 2016). Para proceder en tal análisis, escogimos como objetos empíricos los periódicos *O Globo* y *Folha de S. Paulo*. La elección de los periódicos se dio por ser los de mayor circulación nacional e, por consiguiente, importantes vehículos para la formación de la opinión pública y para el establecimiento de la agenda intermedia. Nuestro problema de investigación se centra en las siguientes preguntas: Cómo los medios encuadraron el proceso de *impeachment* de Dilma Rousseff en las reportajes que tratan sobre el tema? En qué medida esa cobertura puede ser comprendida como un “espectáculo político-mediático” (WEBER, 2011)? Cuáles son los indicios de personalización presentes en la construcción noticiosa? El concepto de “espectáculo político-mediático” (WEBER, 2011) surge como una idea complementaria que nos auxilia a comprender la abordaje de los medios y los encuadramientos utilizados. La hipótesis de esta investigación es que los periódicos hacen uso de acontecimientos mediáticos, en la medida en que los emplean para reforzar cuadros del sentido históricamente defendidos por los grandes medios. Y que la cobertura noticiosa de los dos periódicos en análisis se ha configurado como un “espectáculo político-mediático”. Con el objetivo de comprender como los encuadramientos acerca del *impeachment* pueden establecer relaciones y ampliar tensiones entre los campos mediático y político, optamos por identificar los encuadramientos a través de los “dispositivos de encuadramiento” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989). La perspectiva teórico-metodológica elegida comprende los encuadramientos como ideas organizadoras centrales presentes en la narrativa periodística. Fueron analizadas 59 reportajes presentes en seis ediciones de los periódicos, definidas de acuerdo con las etapas del proceso de *impeachment*: recibimiento del proceso en la Cámara de los Diputados, apertura del proceso, después de la votación de los dos diputados y decisión final en el Senado Federal. Con base en los resultados del análisis, observamos que los encuadramientos sobre el *impeachment* de Dilma se aproximan en los dos diarios. A través del encuadramiento del fracaso, los periódicos refuerzan visiones negativas, o inducen al enflaquecimiento, del Partido de los Trabajadores y del gobierno Dilma. El encuadramiento del conflicto, refuerza la tensión entre posicionamientos divergentes y personajes, más establece relación de proximidad de los medios con determinados grupos del campo político y económico.

Palabras-clave: Encuadramientos mediáticos. Campo político. *Impeachment* Dilma. Acontecimiento político programado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – O ACONTECIMENTO POLÍTICO	16
1.1 O ACONTECIMENTO POLÍTICO NA MÍDIA	16
1.2 O (IMPEACHMENT ENQUANTO) ACONTECIMENTO POLÍTICO PROGRAMADO	21
1.3 AGENDAMENTO E ENQUADRAMENTOS MUDIÁTICOS	23
1.3.1 O conceito de Agendamento ou <i>Agenda-Setting</i>	23
1.3.2 O conceito de enquadramento: perspectiva teórica	26
1.3.3 Enquadramentos na mídia: construções de sentido	29
CAPÍTULO II – RELAÇÕES ENTRE OS CAMPOS POLÍTICO E MUDIÁTICO	32
2.1 O CAMPO POLÍTICO	32
2.1.1 Capital Político	36
2.2 O CAMPO MUDIÁTICO	37
2.2.1 A espetacularização e a personalização da política	42
2.3 O ESPETÁCULO POLÍTICO-MUDIÁTICO	51
CAPÍTULO III – PERCURSO METODOLÓGICO	55
3.1 O CONCEITO DE ENQUADRAMENTO: PERSPECTIVA METODOLÓGICA	55
3.2 OS DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO	59
3.3 APLICAÇÃO EMPÍRICA DA METODOLOGIA	60
3.3.1 Objetos de estudo	60
3.3.2 Definição da Amostra	63
3.3.3 Codificação	64
CAPÍTULO IV – ANÁLISE	66
4.1 ANÁLISE EM O GLOBO - EDIÇÃO DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015	66
4.2 ANÁLISE EM FOLHA DE S. PAULO - EDIÇÃO DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015 ..	67
4.3 ANÁLISE EM O GLOBO – EDIÇÃO DE 18 DE ABRIL DE 2016	69
4.4 ANÁLISE EM FOLHA DE S. PAULO – EDIÇÃO DE 18 DE ABRIL DE 2016.....	73
4.5 ANÁLISE EM O GLOBO – EDIÇÃO DE 1º DE SETEMBRO DE 2016.....	78
4.6 ANÁLISE EM FOLHA DE S. PAULO – EDIÇÃO DE 1º DE SETEMBRO DE 2016 ..	83
4.7 ENQUADRAMENTOS DO IMPEACHMENT	85
4.7.1 Enquadramento de Fracasso	85
4.7.2 Enquadramento de Conflito	86

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES	98
ANEXOS	134

INTRODUÇÃO

A motivação que deu início a presente pesquisa decorre da inquietação sobre a relação entre mídia e política, principalmente acerca da abordagem midiática sobre os acontecimentos políticos. Deste modo, a necessidade de uma compreensão aprofundada a respeito das imbricações das relações entre estes dois campos sociais, e com a finalidade de identificar a abordagem midiática¹ sobre os acontecimentos políticos atuais, definimos o caminho das escolhas conceituais e metodológica, descritas a seguir.

Os acontecimentos irrompem em diferentes espaços públicos, podendo ser planejados ou inesperados, atingir pequenos grupos, uma família, uma comunidade, países inteiros e mesmo a comunidade internacional. Filiamo-nos ao entendimento de que o acontecimento é uma construção social que depende da percepção e interpretação dos sujeitos afetados por ele, em um processo hermenêutico (QUÉRE, 2005), desta forma, apesar de a mídia exercer função preponderante na publicização dos acontecimentos, estes não são determinados pela divulgação pelos meios de comunicação.

Na medida de sua ocorrência, um acontecimento é identificado, interpretado e apropriado na experiência pública (BABO LANÇA, 2005). Os acontecimentos políticos estão relacionados às ações dos agentes e das instituições políticas, ou ainda, quando o próprio acontecimento acarreta em um problema público, como, por exemplo, os atentados terroristas.

É a partir destas ponderações que surge a necessidade em compreender como a mídia aborda os temas relacionados à política. Portanto, como enquadra os acontecimentos políticos em seus conteúdos. Partimos assim, do pressuposto de que o impeachment² de Dilma Rousseff foi um “acontecimento político programado”³ (CHARAUDEAU, 2006). Deste modo, a presente pesquisa tem como **tema** as relações e tensões entre mídia e política a partir dos enquadramentos de um “acontecimento político programado” (CHARAUDEAU, 2016).

¹ Devido à noção da interferência de todo o processo institucional e empresarial que envolve o trabalho profissional e do papel preponderante exercido pelo campo econômico, a autora sentiu a necessidade de o estudo não restringir-se ao campo jornalístico especificamente, e sim pensar a atuação do campo midiático como um todo.

² O processo de impeachment de Dilma Rousseff é retomado na página 11.

³ Charaudeau (2006) utiliza o termo “acontecimento programado”, mas com base em seu pensamento optamos pela fusão dos conceitos de “acontecimento político” e “acontecimento programado” (o qual é da ordem do previsto), a exemplo do que fizeram Débora Gabret e Flávio Porcello (2011). O “acontecimento político programado” é organizado pelo campo do poder sendo, portanto, anunciado, embora tenha nuances de imprevisibilidade.

Nosso **problema de pesquisa** centra-se nos seguintes questionamentos: Como a mídia enquadrou o processo de impeachment de Dilma Rousseff nas reportagens que trataram do tema? Em que medida essa cobertura pode ser compreendida como um “espetáculo político-midiático”? Quais são os traços de personalização presentes na construção noticiosa?

Partimos da constatação de que os processos de espetacularização (GOMES, 1996; DEBORD, 2002, WEBER, 2000) e de personalização da política (INNERARITY, 2006; BRAGA, 2012; PETHS et al 2015) são recorrentes no processo de produção noticiosa. Além disso, observamos que o impeachment é um acontecimento político programado (CHARAUDEAU, 2006) dividido em etapas que correspondem às fases de votação previstas em lei. Essas etapas quando transformadas em notícias se tornam acontecimentos midiáticos (CHARAUDEAU, 2006). Consideramos ainda, que o impeachment enquanto acontecimento político cumpre com as especificidades destacadas por Weber (2011), capazes de fabricar os “espetáculos político-midiáticos”.

Entendemos por “espetáculo político-midiático” o processo que se dá a partir das transformações e relações de aproximação, tensionamento e reciprocidades entre o campo político, campo midiático e a sociedade. A hibridação do acontecimento entre campos é um processo de visibilidade controlado e desencadeado pela mídia – que traduz o acontecimento e comercializa o espetáculo (WEBER, 2011). Neste sentido, os conceitos de “espetáculo político-midiático” e acontecimento midiático surgem como ideias complementares que nos auxiliam a compreender a abordagem da mídia e os enquadramentos produzidos pelos dois jornais analisados, acerca do impeachment de Dilma.

Deste modo, nossa **hipótese de pesquisa** é de que os jornais fazem uso dos acontecimentos midiáticos, na medida em que os empregam para reforçar quadros de sentido historicamente defendidos pela grande mídia, em oposição ao governo Dilma, ao Partido dos Trabalhadores e demais partidos do campo da esquerda, assim como ao que esses partidos e lideranças defendem. E ainda, de que a cobertura noticiosa dos dois jornais em análise aproxima-se de um “espetáculo político-midiático”.

Constatamos que as constantes transformações às quais as novas configurações da visibilidade política estão submetidas, devido à centralidade das lógicas midiáticas no contexto dos processos e interações sociais entre campos, instituições e sujeitos, têm modificado a relação entre governantes e governados, a lógica da obtenção do poder e a relação entre a mídia e o campo da política. O campo midiático extrapola a função de mediador dos outros campos sociais, interferindo nas lógicas, estratégias e jogos dos outros

campos. E os acontecimentos considerados relevantes pela mídia e pelo jornalismo (em geral, relacionados aos valores notícia) são reelaborados, traduzidos e retransmitidos à sociedade com a “linguagem” dos meios, seja como entretenimento, como notícia ou como campanha publicitária.

A partir disto, consideramos que a mídia teve uma importante atuação no cenário político brasileiro atual, agendando o processo de impeachment. O qual, de início, quando os primeiros meios de comunicação começaram a pautá-lo, foi visto por especialistas como um processo improvável de ser instaurado, mas que com o passar dos meses tornou-se uma aclamação de parte da sociedade⁴. Em março de 2015, foram realizadas as primeiras manifestações contra o governo Dilma. Até então, apenas uma parcela tímida dos manifestantes pediam pelo impedimento da presidente. E, apesar do afastamento de Dilma Rousseff não ser creditado, a possibilidade de um impeachment presidencial ganhou evidência nos noticiários da grande mídia brasileira, com destaque para o Jornal Nacional, do Grupo Globo.

Atentamos ao fato de que a ideia de um eventual impeachment contra Dilma Rousseff foi deflagrada nos bastidores do campo político, assim como por grupos de jornalistas com acesso a tais espaços, muito antes do acolhimento do processo de dezembro de 2015, anterior inclusive, aos protestos de março do mesmo ano. A imposição de tal processo começou a ser conformada a partir das mobilizações populares de junho de 2013. Em relação às jornadas de junho (2013), Souza (2016) considera que há uma aproximação com as manifestações de 2015 no sentido de uma forte crítica ao sistema político. Enquanto Tavares, Berger e Vaz (2016, p. 27), consideram que “o contexto de instabilidade política e seu desenvolvimento conservador, cujo mês de junho de 2013 seria um marco inicial, atingiu seu ápice em dezembro de 2015.”.

Souza (2016, p. 36) esclarece que as desconfianças dos cidadãos acerca das instituições são direcionadas, a partir de 2015, “para a construção de narrativas que responsabilizam quase que exclusivamente o Partido dos Trabalhadores (PT) por erros e

⁴Em geral, os manifestantes pró-impeachment que percorreram ruas de diversas cidades brasileiras eram pessoas de classe média, que não faziam parte de movimentos sociais ou de partidos políticos. O DataFolha traçou o perfil dos manifestantes que participaram de atos na Avenida Paulista (SP), em março de 2016, e, de acordo com os dados levantados, 77% deles possuíam ensino superior, 77% brancos, 37% recebem mais de 10 salários mínimos, 79% declararam ter votado em Aécio Neves (PSDB) nas últimas eleições presidenciais e 60% consideram Fernando Henrique Cardoso (PSDB) como o melhor presidente que o Brasil já teve. Mais dados da pesquisa podem ser conferidos por meio do endereço: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1749713-maior-manifestacao-politica-da-historia-de-sp-reune-500-mil-na-paulista.shtm>>I.

posições equivocadas (economia, corrupção, políticas públicas, etc.)”. Tal situação, conforme o autor, atingiu o sistema político como um todo, tendo consequências para as instituições democráticas.

Para proceder neste estudo, escolhemos como objetos empíricos de análise os jornais O Globo e Folha de S. Paulo. A escolha dos dois deve-se ao fato de serem os de maior circulação nacional, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Verificador de Pesquisas. Mesmo sendo os jornais de maior circulação e, portanto, de grande importância no cenário midiático nacional, percebemos com preocupação a baixa taxa de leitura por parte dos brasileiros. Conforme dados de 2015 da “Pesquisa Brasileira de Mídia”, realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a leitura diária de jornais no país é de apenas 7%. Sendo que, 15% destes leitores assíduos possuem curso de graduação e renda mensal acima de cinco salários mínimos. Outro dado interessante divulgado pelo estudo é de que entre os leitores de jornais, 84% estão em busca de informação. O assunto “política brasileira” está em quarto lugar no interesse desses leitores, correspondendo a 14% no índice de cadernos mais citados.

Apesar de lerem pouco, os brasileiros consideram o jornal impresso como a fonte mais confiável. Em uma escala de confiança acerca das notícias divulgadas pelos meios de comunicação, 18% dos entrevistados afirmam que confiam sempre nas informações dos jornais impressos e 40% confiam muitas vezes. Esses números superam a confiança depositada nos outros meios: rádio, televisão, revistas, sites, redes sociais e blogs. Desta forma, compreendemos que a pesquisa com base em jornais impressos configura-se como de extrema importância. Pois, por ser o meio de comunicação em que os brasileiros mais confiam certamente o conteúdo dos jornais influencia na formação da opinião dos leitores, assim como, na escolha de pautas pelos outros veículos de comunicação, em um processo de “agendamento intermídia” (McCOMBS, 2009).

Relembramos que após período eleitoral conturbado, Dilma Rousseff (PT) venceu as eleições em segundo turno para governar o país pelo segundo mandato consecutivo. Iniciou o ano de 2015 em meio a uma crise econômica e política. As quais foram agravadas devido à comprovação de envolvimento de alguns nomes de políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), além de integrantes de outros partidos, no maior escândalo de corrupção no Brasil, deflagrada pela Operação “Lava-Jato” da Polícia Federal e Ministério Público. Desde o ano de 2014 a Operação investiga atos de corrupção e lavagem de dinheiro, entre eles contratos

fraudulentos entre a estatal Petrobrás e grandes empreiteiras que faziam pagamento de propina a políticos e partidos.

Em outubro de 2015, o Tribunal de Contas da União reprovou as contas de 2014 do Governo Federal, o que intensificou a crise no governo. Em dezembro, a Câmara dos Deputados acolheu o pedido de impeachment contra Dilma Rousseff. O acolhimento do pedido se deu no mesmo dia em que o partido da presidente (PT) anunciou que daria apoio ao prosseguimento do pedido de cassação do presidente da Câmara, o então deputado Eduardo Cunha (PMDB). O pedido de impedimento presidencial foi elaborado pelos advogados Hélio Bicudo (ex-membro do PT) e Janaína Paschoal e Miguel Reale Junior, ex-ministro da Justiça no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Com base nas chamadas “pedaladas fiscais” e de decretos de créditos suplementar aprovados, ambos referentes ao ano de 2015, o processo de impeachment contra Dilma foi acolhido pela Câmara dos Deputados em 03 de dezembro de 2015, aprovado pela Câmara em 17 de abril de 2016 e a votação final, que decidiu pelo fim do mandato da presidente, aconteceu em 1º de setembro, no Senado Federal.

A grande contradição do processo de impeachment de Dilma, e que gerou muitas discussões tanto na esfera política, quanto jurídica, é em relação à configuração do crime de responsabilidade. Pois não há consenso entre os juristas de que as “pedaladas” e os decretos configuram tal crime. De acordo com a Constituição Federal um presidente da República só pode ser deposto de seu cargo em caso de confirmação de crime de responsabilidade.

Em meio a este período político nacional conturbado, ressaltamos a importância do conceito de visibilidade, a qual é imprescindível à política e aos seus agentes, e que se dá principalmente através dos meios de comunicação. A ideia da política como atividade pública remonta do seu nascimento na Grécia Antiga, quando os homens reuniam-se no espaço denominado *ágora* para debater assuntos de interesse comum. No decorrer dos séculos essas atividades foram modificadas e a partir da modernidade, com o estabelecimento do Estado moderno, a distinção entre público e privado – por meio das transformações institucionais – ganhou novos significados. Mudanças que foram intensificadas com o advento dos meios de comunicação e que provocaram alterações sobre a questão da visibilidade ou publicidade nas relações de poder. Conforme Thompson (2011, p. 168):

O desenvolvimento da mídia criou novas formas de publicidade que são bem diferentes da publicidade tradicional de copresença. A característica fundamental destas novas formas é que, com a extensão da disponibilidade oferecida pela mídia,

a publicidade de indivíduos, ações ou eventos, não está mais limitada à partilha de um lugar comum.

A questão da visibilidade traz à tona dois aspectos – a personalização da política e a política do espetáculo. A personalização da política nada mais é do que as questões relativas à personalidade dos atores políticos obterem mais destaque do que os acontecimentos políticos; assim, dão mais espaço para discussão sobre o líder político do que aos temas que competem ao bem comum da população. “A complexidade da política e a subordinação dos meios de comunicação às imagens conduzem à personificação dos acontecimentos” (INNERARITY, 2006, p. 32).

Destarte, entendendo a política enquanto uma relação de poder que tem por função buscar e garantir os interesses dos cidadãos percebe-se a relevância do estudo das relações entre mídia e política. Ainda mais, quando a mídia possui uma importância central como o principal, se não o único, meio de acesso dos cidadãos sobre os acontecimentos políticos. Sendo assim, refletir, pesquisar e compreender a atuação e abordagem midiáticas acerca de acontecimentos políticos de interesse nacional **justifica** a presente pesquisa, a qual pode contribuir para a compreensão da relação entre mídia, política e sociedade. Outro aspecto que **justifica** o presente trabalho é relacionado ao estudo dos enquadramentos, os quais proporcionam um meio de analisar a mídia, pois estão relacionados à maneira como as ideias são organizadas e enfatizados certos quadros de sentido em oposição a outros. O “movimento cognitivo de construir significados e interpretações sobre o acontecimento é entendido aqui como parte integrante do processo de enquadramento” (GADRET D.; PORCELLO, F., 2011, p. 192). Desta forma, a mídia se torna um importante meio através do qual são construídos significados, enfatizados certos aspectos acerca de determinados acontecimentos.

A pesquisa tem como **objetivo geral** identificar, através dos enquadramentos midiáticos sobre o acontecimento político aqui analisado, como se estabelecem as relações e tensões entre os campos político e midiático. Para tanto, analisamos os seguintes eventos relacionados ao processo de impeachment de Dilma: o acolhimento do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, a votação pela abertura do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados e a decisão final do Senado Federal que aprovou o impeachment. Os **objetivos específicos** da pesquisa são: apontar os enquadramentos utilizados pelos dois jornais analisados, por meio das categorias que compõem os “dispositivos de enquadramento” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 9), comparar os enquadramentos utilizados pelos dois jornais, verificar se as construções noticiosas potencializaram um “espetáculo político-

midiático” e a personalização da política a partir dos acontecimentos políticos e contribuir para os estudos de enquadramento, oferecendo a testagem do método.

Esta pesquisa visa assim, contribuir não somente para a linha de pesquisa e para o programa da instituição ao qual está vinculado, mas também para o estudo da relação entre mídia e política.

Para alcançar tais objetivos, no primeiro capítulo trataremos do conceito de acontecimento político e “acontecimento político programado” (CHARAUDEAU, 2006). Buscamos contextualizar o processo de impeachment, enquanto “acontecimento político programado”. Trabalhamos ainda, com os conceitos de agendamento e de enquadramento, refletindo o processo de impeachment dentro deste contexto. Realizamos uma breve contextualização histórica sobre o uso da perspectiva teórica do enquadramento nas pesquisas em comunicação e é explicada a abordagem conceitual escolhida.

No segundo capítulo, abordamos brevemente os conceitos de campo político e campo midiático, à luz da teoria dos campos sociais, de Pierre Bourdieu, e buscamos refletir sobre algumas aproximações e tensionamentos existentes entre mídia e política. Ainda neste capítulo, abordamos o conceito de “espetáculo político-midiático” (WEBER, 2011), de personalização e espetacularização da política.

No terceiro capítulo, abordamos algumas das perspectivas metodológicas do enquadramento e apresentamos a perspectiva adotada para o presente estudo. Explicamos ainda, a escolha dos objetos de estudo e a coleta dos dados. No último capítulo realizamos a análise do material. E, por fim, apresentamos as conclusões finais.

CAPÍTULO I – O ACONTECIMENTO POLÍTICO

Neste capítulo abordamos o conceito de acontecimento, enfatizando os acontecimentos políticos. Utilizamos como referencial teórico a concepção conceitual abordada pelo francês Louis Quéré (2005), nos apoiamos também em estudos de Babo Lança (2005), Eduardo Meditsch (2010), Telma Johnson (2010) e Charaudeau (2006), principalmente no que concerne ao conceito de “acontecimento programado”. Para finalizar o capítulo, no último tópico tratamos de dois conceitos bastante debatidos nas ciências da comunicação e utilizados amplamente nas pesquisas da área: os conceitos de agendamento e de enquadramento. Aprofundamos com maior ênfase as reflexões acerca do conceito de enquadramento por ser a perspectiva teórico-metodológica adotada neste estudo. Destacamos as pesquisas de Gamson e Modigliani (1989), Reese (2001) e da brasileira Ana Carolina Vimieiro (2010).

1.1 O ACONTECIMENTO POLÍTICO NA MÍDIA

Os meios de comunicação noticiosos têm a função de levar informação às pessoas sobre os mais diversos fatos. Desta forma, tornam-se importantes ferramentas por meio das quais os sujeitos tomam conhecimento acerca de acontecimentos, seja em relação ao mundo das celebridades, do esporte, da religião, de fenômenos da natureza, tragédias, guerras, política etc. Partindo do pressuposto de que é através dos meios de comunicação que tomamos conhecimento a respeito do que acontece no mundo, é possível afirmar que a mídia é responsável pela construção social da realidade?

Meditsch, ao revisitar a obra de Berger e Luckmann, afirma que o jornalismo teria a função de “‘conservação’ e de ‘atualização’ das realidades internalizadas nas socializações primária e secundária⁵, no mesmo sentido em que os autores falam da função da conversa na vida cotidiana” (2010, p. 28). Ou seja, equivocadamente muitos estudos atribuem aos dois autores à ideia de que o jornalismo, ou a mídia, é responsável pela construção social da realidade.

Assim sendo, o jornalismo e a mídia têm um papel importante na produção de sentidos, os quais estão atrelados à construção social da realidade. Sentidos que contribuem para a conservação e atualização das realidades sociais, mas também para a produção de

⁵ A “socialização primária” seria quando a criança toma conhecimento do mundo à sua volta, período em que aprende a língua materna e as primeiras regras de socialização familiar; a etapa seguinte, “socialização secundária” corresponderia ao conhecimento que é expandido por meio da escola e do trabalho, por exemplo.

conhecimento, renovação e transformação de ideias, que se dá por meio das informações e da interpretação dos acontecimentos por parte dos meios de comunicação.

O papel de preponderância da mídia em relação aos acontecimentos na sociedade contemporânea se dá por ser um dos mais importantes espaços através dos quais o acontecimento irrompe na cena pública. São os meios de comunicação, portanto, os responsáveis pela publicização e visibilidade de problemas públicos e acontecimentos dos mais diversos segmentos. Causas sociais, como as campanhas de arrecadação de alimentos e vestuário, por exemplo, são organizadas por conta da repercussão midiática das catástrofes naturais e que mobilizam a opinião pública.

Segundo Quéré, a mídia cumpre a função “da identificação e da exploração dos acontecimentos, por outro, do debate público através do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas.” (2005, p. 72-73). Johnson complementa:

Há uma tendência, em geral, de considerar o acontecimento público sob a ótica de sua relação com a mídia. O papel da mídia é um dos componentes dos acontecimentos públicos, mas não é o único. A recepção dos acontecimentos no âmbito social, as operações e práticas de discussão e debates que engendra e seus desdobramentos em ações e reações na esfera pública, são parte intrínseca do fenômeno acontecimental. (2010, p. 2).

Publicização é aqui entendida conforme a palavra que lhe dá origem *publicidade*. No sentido do que é público, do que está visível, acessível e disponível para o conhecimento comum. Conforme Maia (2008), a publicidade pode ser estabelecida em um *sentido fraco* ou *forte*. Em um *sentido fraco* ela “refere-se à visibilidade, à exposição social de fenômenos, intenções, planos e atualidades que se oferecem ao conhecimento de todos (em oposição ao segredo)” (p. 167). Enquanto em *sentido forte* a publicidade deve satisfazer regras que possibilitem debates por meio de argumentação.

Filiamo-nos, assim, à perspectiva de Quéré para abordar o conceito de acontecimento. Para o autor, os acontecimentos são capazes de afetar os sujeitos, de fazer-lhes sentir. Por isso, as consequências são mais definidoras do acontecimento do que as suas causas, e é desta forma que ele se esclarece, após provocar/acontecer ao sujeito, ou sujeitos. De tal modo, se torna acontecimento na medida em que acontece a alguém.

Enquanto fato no mundo, inscrito no tempo, o acontecimento implica uma modalidade particular de experiência. Poderá ter sido esperado e, quando produzido, satisfazer ou desfazer as esperanças, validar ou contrariar as previsões, preencher ou desiludir as expectativas. (QUÉRÉ, 2005, p. 67).

Nem todas as ocorrências ou ações são consideradas acontecimentos. Uma das principais características dos acontecimentos é seu poder de provocar uma ruptura no quadro da normalidade. A partir da transformação e da perturbação que o acontecimento provoca é que se inicia a tentativa de compreensão, de assimilação acerca do evento ocorrido. Quando começa a ser apreendido e enquadrado nos quadros de referencialidade e inteligibilidade dos sujeitos afetados é que o acontecimento revela seu “poder hermenêutico” (QUÉRÉ, 2005). Enquanto o acontecimento produz efeitos sobre esses sujeitos ele continua a ocorrer. Pois é na produção de efeitos e das respostas e ações que suscita que ele modifica a experiência individual ou coletiva.

Para explicar a ruptura e a descontinuidade provocadas por um acontecimento, Babo Lança (2005) utiliza como exemplo o atentado de 11 de setembro, nos Estados Unidos. A imprevisibilidade do ataque provoca uma descontinuidade na normalidade, não somente na cidade de Nova Iorque, mas no mundo inteiro. Somente com o passar das horas foi possível compreender que o que havia acontecido fora um atentado terrorista, ainda assim, a dimensão do problema instaurado, do número de mortos, dos danos patrimoniais, emocionais etc. só foi inteiramente absorvido com o passar dos dias.

Esse período de incompreensão que um acontecimento pode provocar, dependendo de sua natureza, remete a outra característica que diz respeito à dimensão temporal do processo acontecimental. José Rebelo (2005) ao refletir sobre o conceito à luz do pensamento de Quéré, afirma que ele (acontecimento) tem o poder de alongar-se para o futuro e para o passado. Para o futuro, porque é a partir dos seus efeitos que o acontecimento é realmente compreendido e para o passado, “porque, para além de que este só emerge graças ao acontecimento, permite descobri-lo sob um novo dia, devido ao ponto de vista inédito que fornece e aos recursos interpretativos que transporta” (QUÉRÉ, 2005, p. 69). A partir da sua ocorrência, o acontecimento é identificado, interpretado e apropriado na experiência pública. Devido seu percurso temporal “somente quando o acontecimento tornou-se uma ocorrência do passado é que ele pode ganhar significações e compreensões dentro de novo quadro de referências” (JOHNSON, 2010, p. 9).

Outro fator é a disposição para assemelhar os indivíduos, sendo esse o aspecto que incide a experiência pública do acontecimento. Afinal, “na medida em que as maneiras como os vivemos, como os interpretamos, como nos deixamos afectar por eles, como sofremos com eles ou rejubilamos, como lhes respondemos [...] elaboram seus sentidos e significações”

(BABO LANÇA, 2005, p. 90). Isso se dá em função de atributos coletivos como julgamento moral, usos e costumes, hábitos, regras socioculturais etc., estabelecidos dentro de determinado grupo ou comunidade. Desta forma, os acontecimentos contribuem para o estabelecimento e construção de determinados quadros de sentidos que são partilhados na comunidade.

Não somente os acontecimentos que irrompem no espaço público contribuem para a construção de quadros de sentido, como o acontecimento interpretado pelos meios de comunicação, ou acontecimentos midiáticos, também criam seus próprios enquadramentos acerca de determinados eventos. Na obra “Campos em confronto: a terra e o texto”, Christa Berger (2003) analisa a abordagem do jornal Zero Hora sobre acontecimentos políticos envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), verificando como o diário constrói o discurso acerca do movimento e reforça estereótipos e preconceitos sobre seus membros.

Estudar o MST na e da ZH possibilita, portanto, conhecer a “imagem construída” especificamente sobre os sem-terra (através dos signos que os nomeiam) mas, também, do MST como uma construção acerca dos movimentos políticos que se opõem ao sistema/governo. (BERGER, 2003, p. 128).

Sob a hipótese de que a notícia constrói sentidos e realiza a mediação entre diversas esferas sociais, a autora conclui que o “texto jornalístico é também mediação, pois faz o acontecido entre os colonos acontecer para os leitores, deslocando a cena vivida no campo para o universo da cidade e as esferas do poder” (BERGER, 2003, p. 193). Ela considera ainda, que a *palavra* é um capital social disputado tanto pelos jornalistas, quanto pelos militantes. Pois, por meio dela, os dois campos lutam por lucro material e simbólico. Neste sentido, mais uma vez reforçamos a ideia de que o discurso midiático contribui para o processo de construção das inteligibilidades e referencialidades acerca dos acontecimentos.

Por acontecimento político, entendemos os acontecimentos que suscitam ações e respostas que levam à solução ou à reflexão sobre aspectos ou problemas de ordem pública, relacionados diretamente às ações dos agentes políticos e, ou das instituições políticas. Ou ainda, quando o próprio acontecimento acarrete em um problema público que necessite da interferência do Estado. Enquanto o “acontecimento político programado” se refere a um evento que tem origem no campo político, sendo por ele agendado e que acaba tendo grande repercussão midiática. Embora, mesmo que o acontecimento seja previsto cabem-lhe aspectos inesperados que, em geral, são enfatizados pelos meios de comunicação, de acordo com os

critérios de noticiabilidade e pregnância. Por exemplo, durante as votações pela abertura do processo de impeachment de Dilma, na Câmara dos Deputados, as manchetes dos noticiários no dia posterior destacavam a teatralidade com que os parlamentares utilizaram o tempo na tribuna para a votação e os votos em nome de Deus, dos filhos, dos cônjuges, da família etc. O fato de o acontecimento ser previamente anunciado possibilita também que a mídia construa interpretações e enquadramentos antecipadamente.

Percebemos que o que diferencia os acontecimentos políticos dos demais acontecimentos na mídia é, principalmente, a abordagem jornalística. Quando tratam de política, os meios de comunicação podem agendar e enquadrar um mesmo acontecimento de maneiras muito diferentes e até opostas, enquanto que em outros casos as coberturas noticiosas seguem uma espécie de roteiro. Por exemplo, a cobertura de uma tragédia será basicamente igual em diferentes meios. É provável que ao assistir dois telejornais de duas emissoras diferentes o espectador obtenha as mesmas informações, inclusive com o uso das mesmas fontes.

A principal diferença nesse tipo de cobertura jornalística, geralmente, se refere ao meio em que a notícia é divulgada, se em telejornal a preferência é pelo imediatismo com uso de imagens realizadas durante ou logo após a ocorrência do fato, os jornais impressos também se utilizam de imagens fotográficas e priorizam o imediatismo, ainda mais em tempos de redes sociais digitais. Já as revistas, têm mais tempo para aprofundar as reportagens e aproveitam para abordar aspectos do acontecimento que possam não ter sido comentados pelos outros meios.

Enquanto que ao reportar acontecimentos do campo político as informações podem ser salientadas e enquadradas de formas opostas dependendo da orientação político ideológica do veículo de comunicação. É o que pode ser observado ao lermos um editorial da Carta Maior, que se denomina como “O Portal da Esquerda”, e um editorial no jornal O Globo, ambos tendo como temática o governo Temer. Em 23 de junho de 2016 o jornal O Globo publicou o editorial “A hora de Temer”⁶, no qual considera o governo legítimo e bem encaminhado, defende a qualidade de sua equipe econômica, a qual deve optar por ações duras. Pouco mais de dois meses depois, em 28 de setembro, Carta Maior publica um artigo, assinado por Juarez Guimarães, intitulado “É possível derrubar o governo Temer?”⁷, no qual defende a ilegitimidade e impopularidade do governo em um mandato considerado golpista.

⁶ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/editorial-hora-de-temer-19360657>>

⁷ Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/e-possivel-derrubar-o-governo-Temer-/4/36906>>

1.2 O (IMPEACHMENT ENQUANTO) ACONTECIMENTO POLÍTICO PROGRAMADO

Para Charaudeau (2006) o acontecimento é sempre construído, em um processo que denomina “evenemencial”, ou seja, um processo de construção do acontecimento. Ao abordar a ideia, Charaudeau ressalta a necessidade da percepção e da interpretação. Segundo o autor, “O acontecimento nasce, vive e morre em uma dialética permanente da ordem e da desordem, dialética que pode estar na natureza, mas cuja percepção e significância depende de um sujeito que interpreta o mundo.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 99). Assim, para que o acontecimento seja apreendido ele deve provocar uma *modificação* que seja *percebida* e gere *significação* social. Para ele, o acontecimento na mídia é convertido em notícia.

Ao considerarmos como finalidade dos meios de comunicação a transmissão de informação por meio do relato dos eventos ocorridos no espaço público, os acontecimentos são selecionados e construídos de acordo com os valores de “atualidade”, “socialidade” e “imprevisibilidade” (CHARAUDEAU, 2006). A “atualidade” refere-se à tendência da produção midiática por tratar o acontecimento em seu imediatismo, nesse valor também está relacionado a noção de proximidade. A “socialidade” está diretamente relacionada ao caráter de pregnância: “Trata-se para as mídias, de responder à condição de pregnância, o que as leva a construir os universos de discurso do espaço público, configurando-os sob a forma de rubricas: política, economia, esportes, cultura, ciências, religião etc.” (ibidem, p. 102). Já a “imprevisibilidade” responde à conduta de captação da informação, já que os acontecimentos imprevisíveis costumam despertar maior atenção dos meios de comunicação, devido seu potencial de dramatização.

O propósito do contrato de informação midiática é, portanto, a construção do acontecimento midiático apontando o que é notícia, utilizando os critérios de “atualidade”, “socialidade” e “imprevisibilidade”, assegurando aos acontecimentos visibilidade e publicização. (CHARAUDEAU, 2006, p. 103).

O autor ainda define os critérios de seleção dos acontecimentos pela mídia, divididos em critérios externos e internos. Os critérios internos estão relacionados às escolhas de saliência operadas pela própria instância midiática. Enquanto que os critérios externos dizem respeito ao modo de aparição dos acontecimentos, podendo ser de três tipos: *acontecimento que surge*, o *acontecimento programado* e o *acontecimento suscitado*.

O *acontecimento é programado* pela existência de um calendário que pontua a organização e o desenvolvimento da vida social. Trata-se, aqui, de um advento, isto é, da aparição de algo conhecido ou anunciado antecipadamente, logo, esperado, como as manifestações esportivas (campeonatos de futebol, rúgbi etc.), culturais (cantores num concerto, aberturas de exposições, estreias de filmes, de peças de teatro etc.) e os rituais da vida política institucional (inaugurações, festas oficiais, comemorações, eleições etc.). (CHARAUDEAU, 2006, p. 138).

O *acontecimento que surge* é relacionado à factualidade, o inesperado, e o *acontecimento suscitado* é preparado e provocado por setor institucional, principalmente pelo poder político.

Consideramos o impeachment de Dilma Rousseff um “acontecimento programado”, porque ele não foi da ordem do acidental, imprevisto. As etapas do processo foram programadas, ou seja, estavam previstas, mesmo que o resultado das votações fosse desconhecido até sua execução. “Um evento programado, como o é uma cerimônia de posse presidencial, sempre terá certo grau de imprevisão, e aquilo que sai do previsto pode ser apontado e destacado nas notícias por ir além do acontecimento *per si*.” (GABRET; PORCELLO, 2011, p. 196).

Gabret e Porcello (2011) realizam análise da posse de Dilma Rousseff como um acontecimento político programado, e explicam que as transmissões de posse “buscam instaurar um sentido de ocasião que celebra a memória coletiva sobre o processo democrático” (p. 189). Em relação às transmissões televisivas das posses presidenciais, os autores compreendem “como ocasiões que almejam alcançar o *status* de evento midiático”. Observamos que não raro os meios de comunicação anunciaram também o processo de impeachment como um evento democrático. Sendo a votação pela abertura do processo espetacularizada com amplo agendamento e divulgação, inclusive com transmissão ao vivo em tempo integral nos canais abertos de televisão.

Outro importante aspecto a respeito dos acontecimentos programados é a possibilidade de enquadramentos midiáticos serem fabricados previamente. O que pode criar no público uma imagem negativa ou positiva sobre o acontecimento antes mesmo de sua ocorrência. Se por um lado, os acontecimentos programados são previsíveis, a mídia buscará salientar nas coberturas noticiosas quaisquer aspectos que tenham fugido do controle, ou que tenham causado algum tipo de estranheza, respeitando as lógicas midiáticas relativas aos critérios de noticiabilidade, por outro, ela buscará reforçar ideias previamente estabelecidas e que estejam de acordo com a política editorial do veículo.

A construção de sentidos a respeito de acontecimentos políticos, como um processo de impeachment, está muito atrelada à interpretação e, portanto aos enquadramentos, da mídia, em especial por conta da produção noticiosa. Afinal, “é através da legitimidade de que goza o jornalismo para relatar os acontecimentos do mundo vivido que as pessoas constroem seus próprios significados sobre aquilo que conhecem através das notícias” (ibidem, p. 190).

1.3 AGENDAMENTO E ENQUADRAMENTO MIDIÁTICOS

1.3.1 O conceito de Agendamento ou *Agenda-Setting*

Tendo como marco a publicação de *Public Opinion* de Walter Lippman, em 1922, os primeiros 50 anos da produção de pesquisa tendo como temática a relação entre os meios de comunicação de massa e a política, restringiram-se aos efeitos da comunicação política. Em geral, os estudos percebiam a mídia de forma negativa, sendo enfatizada sua capacidade de manipulação de ideias e opiniões.

A publicação do artigo *The agenda-setting function of mass media*, de McCombs e Donald L. Shaw, em 1972, começa a dar lugar a um novo ponto de vista, “uma perspectiva empiricamente apurada e teoricamente cuidadosa e modesta, voltada basicamente para mostrar de que modo a cobertura jornalística influencia o sistema de prioridades tanto do público quanto do próprio sistema político” (GOMES, 2011, p. 339). O termo *agenda-setting* foi criado pelos dois professores norte-americanos e utilizado pela primeira vez nesse artigo. O qual foi resultado de pesquisa com eleitores de Chapel Hill, Carolina do Norte, durante campanha presidencial nos Estados Unidos, em 1968. “A hipótese central deles era de que os *mass media* estabeleciam a agenda de temas para a campanha política influenciando a saliência dos temas entre os eleitores” (McCOMBS, 2009, p. 21). Ao fim do estudo, os pesquisadores confirmaram que os temas proeminentes na agenda da mídia foram os temas considerados mais relevantes entre os eleitores.

Conforme a teoria da *agenda-setting*, ou do agendamento, os assuntos que são abordados com maior ênfase pela mídia influenciam na definição do que é mais importante por parte do público. Determinando a atenção, o pensamento e a ação dos sujeitos, aspectos relacionados ao estágio inicial na formação da opinião pública. “Os públicos usam estas saliências da mídia para organizar suas próprias agendas e decidirem quais assuntos são os mais importantes” (McCOMBS, 2009, p. 18). Martins (2007, p. 86) considera que a teoria

“consiste, muito resumidamente, na capacidade dos veículos de comunicação de massa em pautar para a sociedade os temas de debate e de boa parte das interações do cotidiano (comentários, discussões)”.

Desta forma, vários estudos buscam identificar quais são as temáticas agendadas pelos meios de comunicação e quais são os seus efeitos sobre a opinião pública. Boa parte deles, analisa o agendamento sobre eleições e demais temas relacionados ao campo político. McCOMBS (2009), em a Teoria da Agenda, busca refletir e exemplificar por meio de diversas pesquisas como as agendas da mídia influenciam a agenda do público. Partindo da frase de Walter Lippmann, “O mundo com o qual devemos nos envolver politicamente está fora do alcance, fora do campo de visão, indisponível à mente” (LIPPMANN, 1922, p. 29 apud McCOMBS, 2009, p. 17), o autor enfatiza a ideia da potencialidade que exercem os meios de comunicação sobre o agendamento do público em relação aos assuntos provenientes do campo político e, mais ainda, sobre a mídia como única ferramenta de acesso do cidadão comum aos acontecimentos da esfera política.

Martins (2007), no artigo “Sociedade, esfera pública e agendamento” propõe a reflexão sobre o processo de agendamento de maneira inversa, o “contra-agendamento”, ou seja, o agendamento da sociedade para os meios de comunicação. O autor considera a existência de três tipos de agendamento midiático: o autônomo, o heterônomo e o institucional (ou “contra-agendamento”). Esse último processo comunicacional é possível, principalmente, por meio da atividade de *advocacy*⁸, que é um elemento qualificador da ação desse tipo de agendamento.

Os assuntos pautados pelo agendamento institucional buscam por meio da visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação institucionalidade, legitimidade, atenção e compreensão da sociedade civil sobre um tema de interesse público. Um dos exemplos citados no referido artigo é a discussão sobre a Síndrome de Down, a qual “conta com um amplo entorno de proteção, associativismo e de advocacia de direitos e condições especiais [...] além de campanhas de publicidade institucional, tanto da iniciativa do Estado quanto da sociedade” (ibidem, p. 100). Nos últimos anos, o tema ganhou destaque na agenda midiática brasileira através de telenovelas e por meio do ex-jogador de futebol e atual senador Romário, pai de uma menina portadora da síndrome.

⁸ “Falar ou advogar em nome de outro a fim de obter justiça” ou “propor ou recomendar alguma coisa a alguém”. (MARTINS, 2007, p. 88).

Outro aspecto do agendamento midiático que deve ser levado em conta é a respeito da fixação da agenda. A qual depende, não somente da saliência proposta pelos meios de comunicação sobre determinado tema, mas também da situação social em que se encontram os sujeitos. Na conjuntura atual do Brasil, momento em que o país se encontra mergulhado em uma convulsão social e política, após recente impeachment presidencial, sob um governo com baixos índices de popularidade⁹, vários políticos e grandes empresas sendo alvo de investigações na “Lava-Jato”, altos índices de desemprego e grave crise econômica, todas as notícias envolvendo pessoas públicas, principalmente quando membros do governo, possivelmente têm grande repercussão na agenda pública.

McCombs (2009) aborda ainda, a agenda de atributos ou agendamento de segunda dimensão, o qual se aproxima do enquadramento. Os atributos são características dos objetos que são exaltados pela mídia para reforçar o agendamento e que, em algum grau, podem contribuir não somente para influenciar sobre o que o público pensa, mas também no entendimento acerca das temáticas abordadas. Conforme o autor, “nos termos de um agendamento de segunda dimensão, enquadramento é a seleção de – e ênfase – nos atributos particulares de uma agenda da mídia quando se tratar de um objeto” (ibidem, p. 137).

Assim, nem todo o atributo é enquadramento.

Os enquadramentos têm sido descritos como ‘um esquema de interpretação’. O agendamento de atributos foca na habilidade da mídia em influenciar como nós capturamos os objetos. Os enquadramentos chamam nossa atenção para as perspectivas dominantes destas imagens que não somente sugerem o que é relevante e irrelevante. (McCOMBS, 2009, p. 140).

Os atributos de objetos, ou agendamento de segunda dimensão, são como mecanismos ou dispositivos de enquadramento. Podendo ser encontrados, por exemplo, na categoria de “representação”, descrita no capítulo metodológico desta pesquisa e utilizada nas análises.

⁹ Em pesquisa divulgada pelo Instituto DataFolha, em 12 de dezembro de 2016, a reprovação do governo Temer foi de 51% (em julho este número era de 31%). Os que avaliam o governo como ótimo ou bom caiu de 14% para 10%, 34% consideram o governo regular. 40% dos brasileiros consideram o governo Temer pior do que o governo Dilma. 75% acreditam que Temer defende os mais ricos, 65% o consideram falso e 50% dos brasileiros pensam que ele é autoritário. O dado mais interessante da pesquisa de opinião revela que 63% dos brasileiros gostariam que Temer renunciasse para que houvesse nova eleição direta para a Presidência da República. A pesquisa pode ser acessada neste endereço: < <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1840600-reprovacao-a-temer-sobe-para-51.shtml> >

1.3.2 O conceito de Enquadramento: perspectivas teóricas

As análises que se utilizam dos enquadramentos são encontradas em diversas áreas do conhecimento e tem como um dos precursores o sociólogo canadense Erving Goffman, por meio de seus estudos sobre os aspectos da vida cotidiana. A obra *Frame Analysis* foi publicada em 1974 e é considerada um marco teórico-metodológico das ciências sociais, junto de outros títulos como “A representação do eu na vida cotidiana”, “Manicômios, prisões e conventos”, dentre outras, sendo o autor um dos mais estudados e lembrados no âmbito acadêmico.

Em *Frame Analysis*, traduzida para o português pela editora Vozes como “Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise”, Goffman explica que as experiências dos indivíduos são resultado da realidade em que esses estão inseridos. Portanto, a realidade é emoldurada pelos quadros de sentidos produzidos e interpretados pelos sujeitos de acordo com as experiências vividas. De acordo com ele:

As definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra [usada para se] referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. (2012, p. 10).

Outro considerado predecessor nos usos do conceito de enquadramento é o antropólogo Bateson (1955), que “investiga as premissas psicológicas necessárias para se decifrar e dar sentido aos fatos e acontecimentos, explicando que existem elementos conexos em um texto e, com base neles, um tema ou tópico é definido ou entendido pelos seus receptores” (SCHAEFER, 2014, p. 158).

Porém, foi em 1978 que Gaye Tuchman aplicou os estudos de enquadramento ao jornalismo, na obra “Making News: a study in the construction of reality”. Mas foi somente a partir da década de 1980 que os estudos de enquadramento aplicados às pesquisas em comunicação ganharam maior força, destacando-se entre os teóricos Gintlin, Gamson, Modigliani e Entman, no Brasil destaca-se Porto, Vimieiro, Dantas e Maia.

Ana Carolina Vimieiro defendeu sua dissertação de mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 2010, sob orientação da professora Rousiley Maia. Vimieiro analisou os enquadramentos propostos pela mídia brasileira acerca da temática da deficiência. Para tanto, analisou as construções discursivas dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo e da Revista Veja, durante as décadas de 1960 a 2008. Como resultado do estudo, identificou duas

fases no comportamento de uma cultura pública sobre o tema, a primeira com ideias de integração, valor moral de piedade em relação às deficiências e abordagem médica. A segunda fase é marcada pela defesa dos direitos dos portadores de deficiências, como a inclusão social. A autora considera que:

o conceito de frame apresenta afinidades teóricas e aportes metodológicos que permitem a articulação necessária para identificarmos entendimentos gerais, construídos com base na cultura, de forma ampla, e que se materializam discursivamente, criando então uma trajetória discursiva. (VIMIEIRO, 2010, p. 58).

Em outro estudo, juntamente com Marcela Dantas (2009), as pesquisadoras propõem como operacionalizar os enquadramentos propostos pela mídia quando o assunto em debate trata de temas de ordem pública. Verificando que tanto os aspectos explícitos nos textos, quanto os aspectos implícitos, correspondentes ao nível cultural, indicam qual o enquadramento está sendo proposto pela mídia. Elas consideram que a junção destes aspectos formam os “pacotes interpretativos” acerca dos temas. A abordagem dos “pacotes interpretativos” foi elaborada por Gamson e Modigliani (1989) e Gamson e Lasch (1980) e adaptada e reelaborada pelas autoras.

Os enquadramentos são, portanto, como chaves de sentido que permitem a compreensão do que está sendo dito. Estes sentidos são baseados nas construções discursivas que circulam socialmente, por isso dizemos que são culturais. Por exemplo, os enquadramentos da Revista *Veja*, na edição de 18 de março de 2015 (PRATES A. C; POZOBON, R. O., 2016), que propõem que a Presidente da República é a culpada pela crise econômica e de que ela está sem saída, são acionados nos textos pelos jornalistas que recorrem a diversos acontecimentos e, até mesmo, a números relativos às avaliações do campo econômico, para justificar o que está sendo dito. Muitas vezes retomam fatos do passado, como o impeachment do ex-presidente Collor, para argumentar sobre a possibilidade do impeachment de Dilma.

Podemos considerar também, que “Os enquadramentos são construtos sociais, articulados por meio do discurso, que circulam pelo ambiente social e que podem se manifestar e, logo, serem analisados, em diversos âmbitos” (VIMIEIRO, 2010, p. 66). Com base na compreensão que os autores citados têm sobre os enquadramentos, ressaltamos que eles não são criações fictícias ou fantasiosas da mente dos profissionais da comunicação (no

caso dos enquadramentos da mídia), mas sim discursos, pensamentos e opiniões já existentes e que são por vezes reforçados, enfatizados ou “abafados” nos discursos midiáticos.

Reese (2001) trabalha ainda com a ideia de que os enquadramentos são *princípios organizadores* dos discursos, os quais são utilizados para “*estruturar* significativamente o mundo social” (REESE, 2001, p. 12). Sendo que as formas de entender o mundo, produzidas pelos enquadramentos, “são desenvolvidas com o uso de todos os recursos simbólicos verbais e visuais disponíveis” (ibidem). Ou seja, é por meio desses *princípios organizadores* que acionamos sentidos ao que lemos, vemos e ouvimos; sendo que, a interpretação individual sobre os fatos é influenciada pela bagagem cultural e social do indivíduo. Portanto, o enquadramento é relativo e pode ser compreendido e interpretado de maneiras diferentes por diferentes pessoas nos variados contextos de recepção.

O autor complementa, “enquadres podem ser melhor vistos como um princípio abstrato, uma ferramenta ou um “esquema” de interpretação que trabalha por meio dos textos da mídia para estruturar o significado social” (REESE, 2001, p. 15). Carvalho (2009, p. 13), professor na Universidade Federal de Minas Gerais, argumenta em relação aos enquadramentos, que eles “são essenciais à compreensão dos modos como o jornalismo, em constante interação e, portanto, negociação com outros atores sociais, promove enquadramentos dos acontecimentos”. Reese alerta para o fato de que “o que é visto em textos da mídia é, muitas vezes, o resultado de muitos princípios concorrentes e inter-relacionados de fontes em conflito e dos próprios profissionais de mídia”. (2001, p. 15). Assim como de campos sociais, interesses econômicos e políticos conflitantes.

os meios de comunicação são interesses econômicos poderosos, muitas vezes distantes das audiências a que servem, produzindo notícias como uma mercadoria, gerando enquadres que possam distorcer o tanto quanto iluminam o nosso mundo social. O modelo de enquadramento se aproxima mais do que muitas áreas de pesquisa em nosso campo para colocar questões importantes e inteligíveis de interesse comum para os estudiosos, os fiscalizadores da imprensa e, finalmente, também o público. (ibidem, p. 29, tradução nossa).

Percebemos que os enquadramentos quando repetidos ao longo do tempo ganham notoriedade, sendo influenciados e influenciadores das maneiras como os fatos são reintroduzidos e ressignificados nos discursos sociais. Tendo como objetivo identificar como os enquadramentos sobre uma temática se desenvolvem e se modificam com o passar do tempo e com o decorrer dos acontecimentos, pesquisadores como Gamson e Modigliani (1989) dedicaram-se ao estudo do discurso da mídia sobre energia nuclear, comparando os

enquadramentos midiáticos propostos e as transformações da opinião pública, durante os anos de 1945 até a década de 1980. Conforme os autores (1989, p. 2, tradução nossa):

o discurso da mídia é parte do processo pelo qual os indivíduos constroem significado, e a opinião pública é uma parte do processo por meio do qual os jornalistas e outros promotores culturais desenvolvem e cristalizam o significado do discurso público.

Gamson e Modigliani ressaltam que não significa que o discurso midiático irá definir efetivamente a opinião pública, mas que a repetição dos enquadramentos sobre um mesmo assunto são ferramentas importantes para criar padrões de entendimento dos fatos, sendo mais facilmente utilizadas pela audiência.

1.3.3 Enquadramentos da mídia: construções de sentido

A busca pela identificação dos enquadramentos midiáticos nada mais é do que a busca pela compreensão da construção de sentidos ofertados pela mídia sobre determinados fatos sociais. “Aqui, os enquadramentos são tratados como esquemas interpretativos, chaves de sentido, que organizam as interpretações coletivas ao associar elementos da realidade social.” (VIMIEIRO; DANTAS, 2009, p. 4-5). Assim sendo, os enquadramentos midiáticos são compreendidos enquanto aspectos intrínsecos nos textos e que carregam sentidos ligados à cultura, fazem parte de significações contidas nos discursos que circulam no social, os quais são internalizados e naturalizados, tanto pelos jornalistas, quanto pelos indivíduos que consomem os produtos midiáticos.

Assim, reporta-se ao conceito de *ethos* e *habitus* do sociólogo Pierre Bourdieu (1994). O qual explica que os dois conceitos são originados na ação social, o primeiro ligado ao conjunto de regras de conduta a que os sujeitos estão submetidos, e o segundo aos aspectos do fazer cotidiano que de forma inconsciente direcionam a atuação destes agentes. Portanto, a formação e a assimilação dos enquadramentos midiáticos pela audiência diz não somente da ideia que o profissional da mídia quer transmitir, mas também será compreendido pelo sujeito conforme as suas experiências de vida lhe permitam. Os quadros propostos serão internalizados de diferentes formas. Estes sentidos que a mídia fabrica dizem mais do social do que do individual. “Os próprios jornalistas e outros produtores de conteúdo midiático estão imersos nesse pano de fundo cultural que os transpassam e que eles também ajudam a construir”. (VIMIEIRO, 2010, p. 66).

Assim como em Goffman (2012), Gamson e Modigliani (1989, p. 2) consideram que os “indivíduos trazem as suas próprias histórias de vida, interações sociais e predisposições psicológicas para o processo de construção de significado; eles se aproximam de um assunto com base em algum esquema anterior”. Sendo que faz parte da sociedade contemporânea a cultura midiática, pois a mídia é uma instituição presente no cotidiano dos indivíduos desde o seu nascimento. Com base nesta obviedade, fica claro como as chaves, ou quadros de sentido, propostos pela mídia para explicar os acontecimentos do mundo, contribuem para como compreendemos as realidades e que fazem parte, portanto, de nossa experiência social mediada pelos meios de comunicação.

Os autores norte americanos consideram ainda que em um discurso público há, na verdade, um conjunto de discursos interagindo em diferentes fóruns. Sendo a mídia, apenas mais um desses fóruns. Porém, alertam para o fato de que se a preocupação em relação a estes discursos está em como eles serão interpretados pela opinião pública, “então o discurso da mídia domina a ampla cultura de uma temática, refletindo-a e contribuindo para a sua criação”, pois segundo eles, os jornalistas “contribuem com seus próprios enquadramentos e inventam os seus próprios slogans inteligentes, com base em uma cultura que compartilham com a sua audiência” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 3).

Os enquadramentos salientam certos aspectos da realidade e “submergem” outros. A importância de identificarmos os enquadramentos midiáticos está no fato de que, por meio deles, podemos compreender os sentidos que circulam socialmente a respeito de uma dada temática (VIMIEIRO, 2010). No caso do presente estudo, o objetivo é compreender quais os sentidos são acionados pela mídia acerca de momento político importante em que, pela segunda vez na história do país, um presidente da República sofre impeachment.

Portanto, a escolha da perspectiva conceitual desta pesquisa está ancorada na ideia dos enquadramentos como processos cognitivos que permitem que dispositivos simbólicos nos textos e imagens acionem significados que permitam a compreensão do que está disposto de forma instantânea. Ou seja, eles são as ideias organizadoras centrais (GAMSON; MODIGLIANI, 1989).

Alessandra Aldé em sua tese de doutoramento (2001) pesquisou a influência da mídia na formação das atitudes políticas dos cidadãos comuns. Ela verificou que efetivamente “os meios de comunicação contribuem para a construção de esquemas explicativos socialmente compartilhados” (p. 187). Conseqüentemente os enquadramentos que são propostos pela mídia são importantes na compreensão dos cidadãos acerca do mundo público. A autora

conclui que se os meios de comunicação contribuem para a formação das representações dos indivíduos sobre política é sinal de que a mídia torna-se “arena de constituição e negociação da legitimidade política” (ibidem, p. 189).

Aldé salienta que sendo a mídia o principal meio de acesso dos cidadãos a respeito dos assuntos políticos é necessário que se investigue quais os enquadramentos midiáticos predominantes e a pluralidade da informação política. Pois segundo ela, “Enquadramentos restritos limitam as possibilidades de discurso dos cidadãos sobre a política; a homogeneidade dos atalhos ou enquadramentos disponíveis na esfera pública gera distorções no processo democrático” (ibidem). Logo, a busca dos sujeitos pela informação através dos meios de comunicação é positiva para a formação política e para a democracia.

As constatações da pesquisadora reforçam os posicionamentos e as reflexões realizadas sobre os aspectos conceituais da teoria do enquadramento adotados nesta pesquisa, reforçando, ainda, a contribuição da perspectiva para os estudos em comunicação e política.

CAPÍTULO II – RELAÇÕES ENTRE OS CAMPOS POLÍTICO E MIDIÁTICO

Neste capítulo, abordamos alguns aspectos relativos à mídia e à política. Para tanto, buscamos auxílio no conceito de campo social do francês Pierre Bourdieu (1989). Assim, buscamos apontar a relação de tensionamento e reciprocidade existente entre esses dois campos sociais. Utilizamos ainda, alguns autores que nos ajudam a refletir sobre essa relação por meio dos processos de espetacularização e da personalização da política, assim como da ideia de “espetáculo político-midiático” (WEBER, 2011).

2.1 O CAMPO POLÍTICO

Sobre a concepção do conceito de campo social, Bourdieu (1998) afirma que partiu da mesma atitude que o fez discorrer na conceituação de *habitus*¹⁰. A ideia serviu primeiro para refletir sobre a pesquisa científica. Segundo ele, as correntes de pensamento tendiam a ignorar a esfera de produção como espaço social de relações objetivas. Na elaboração do conceito, o sociólogo partiu de uma crítica da visão interacionista das relações entre os agentes religiosos, proposta por Max Weber. Posteriormente, ele dedicou-se a aplicar a noção ao estudo de outros setores, como alta costura, literatura, política, filosofia. Segundo o autor, as repetições metodológicas a diferentes especificidades do social conduzem a “repetições fastidiosas”, mas que fazem parte do *habitus* científico.

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 1998, p. 69).

O campo social pode ser compreendido como uma estrutura social de relações objetivas, orquestradas por agentes que ocupam determinadas posições dentro do campo, posições que determinam as formas de interações entre esses agentes. Conforme Miranda, “é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações

¹⁰ Bourdieu (1994, p. 61) define o conceito de *habitus* como: “um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um regente”.

constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior deste espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar este campo de forças.” (2005, p. 57). De maneira simplificada, o *habitus* é, portanto, as ações inconscientemente automatizadas pelos agentes de determinado campo social, são regras, gestos, ideias, representações que fazem parte do *modus operandi* daquele campo, “disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 1989, p. 61).

Sobre o campo político, o autor considera como “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises comentários, conceitos, acontecimentos” (1989, p. 164). O campo político é, por excelência, um espaço desigual, ele é “campo de forças e campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças” (ibidem, p. 164). Processo que se inicia na relação de disparidade em que se encontram os mandantes (representados) dos seus mandatários (representantes), e dos primeiros para com os “instrumentos de produção política”. Referente a esse aspecto, outra expressão da desigualdade no campo se dá em relação à participação política. Conforme o autor, a divisão de acesso ao campo acontece de acordo com o volume de capital econômico e, principalmente, cultural. Sendo os produtos do campo político instrumentos de percepção e de expressão, ele “exerce de fato um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos suscetíveis de serem produzidos ou reproduzidos” (ibidem, p. 165).

A estrutura do campo político determina as tomadas de posição, que por sua vez, são relacionadas aos constrangimentos e interesses relativos a uma posição específica dentro do campo. O campo político é, sobretudo, um espaço de luta pelo poder. Esta luta dá-se pelo direito de falar e de agir em nome das pessoas, as quais os sujeitos políticos representam (BOURDIEU, 1989). Desta maneira, percebe-se a importante relação entre o campo político e o midiático: o primeiro necessita para dar força às suas lutas e reivindicações da reprodução de manifestações políticas visíveis e que sejam aceitas por uma maioria da população, ou que ao menos não sejam contrariadas por esta. Sendo que todas as decisões políticas fazem parte de uma esfera pública de interesse da sociedade e que, conseqüentemente, são de interesse dos meios de comunicação.

Já a dominação do campo político sobre o campo midiático pode se dar de duas maneiras: simbólica ou material (MIRANDA, 2005). A primeira refere-se ao poder de agendamento do campo político, assim como da relevância que os acontecimentos

procedentes do campo exercem sobre a sociedade, os quais serão pauta para o jornalismo. Enquanto que a dominação material acontece através de constrangimentos econômicos que o Estado pode gerar no campo midiático por meio das verbas de publicidade, incentivos fiscais, concessões.

Porém, são muitos também os exemplos do poder da mídia sobre os atores e as instituições políticas. A eleição e o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo e as manifestações de 2015 contra Dilma são exemplos expressivos da interferência da mídia no andamento de acontecimentos oriundos do campo político. As manifestações populares contra o governo Dilma (ocorridas nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015), organizadas por movimentos como o MBL (Movimento Brasil Livre), o qual atuou juntamente com partidos da oposição na elaboração do documento que deu origem ao processo de impeachment, foram agendadas por veículos de imprensa. Sendo, o pedido de afastamento da presidente “alimentado” pela grande mídia. São prolíficos e atuais os artigos científicos e demais pesquisas sobre o assunto¹¹, em que boa parte deles tem apontado que a mídia atuou de maneira tendenciosa. Pois, além de agendar as manifestações de grupos contrários ao governo Dilma, os grandes veículos de comunicação noticiaram os acontecimentos relativos às passeatas, buzinaços e painelaços de forma a intuir amplo apoio da população ao impeachment. “Observou-se uma cobertura da imprensa privada favorável às manifestações pró-impeachment, com abertura de páginas para o evento, imagens aéreas, fotos abertas em grandes proporções” (OLIVEIRA, 2016, p. 83).

Durante os dias dos protestos contra Dilma, emissoras de TV realizaram boletins ao vivo. E mesmo antes das manifestações, diversas chamadas com divulgação de horário e local dos protestos foram feitas, assim como a divulgação das páginas nas redes sociais, que tinham como objetivo a promoção de tais manifestações. Os jornais impressos também realizaram ampla cobertura dos protestos. Em comparação à cobertura das manifestações pró-Dilma, pelos mesmos meios de comunicação, é possível identificar uma grande diferença tanto nas construções narrativas e manipulação das imagens, quanto na proporção de material

¹¹ TAVARES, Frederico; BERGER, Christa; VAZ, Paulo. Um golpe anunciado: Lula, Dilma e o discurso pró-impeachment na revista Veja. **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol. 3, n. 2, p. 20-44, Jul/Dez. 2016.

CHAIA, Vera. O *impeachment* de Dilma Rousseff???. **Em Debate**. Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 47-54, abr. 2016.

SANTOS, Boaventura S. Brasil ainda pode evitar o “novo” golpe. In: **Outras Palavras**. Mar. 2016. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/boaventura-no-brasil-havera-tempo-contr-o-golpe/>>. Acesso em: 03 mar. 2017

produzido e, ainda, na ausência ou menor quantidade de boletins ao vivo pelas emissoras de televisão.

Em relação ao impeachment de Collor, destacamos pesquisa desenvolvida pelo professor e pesquisador Fausto Neto (1993), a qual aponta que os meios de comunicação anteciparam o discurso do impeachment. Conforme o autor, as estratégias discursivas utilizadas pelos meios analisados, não são marcadas pela função jornalística de fiscalização e auxílio ao poder público, “Mas de um “poder rival” ao da política na medida em que não só se define como espaço de revelação, mas como próprio lugar de in-formação daquela”. (1993, p. 42-43).

Percebemos desta forma, que os dois campos sociais estão envoltos em um processo de heteronomia (MIRANDA, 2005). Os líderes políticos necessitam da legitimação por parte da mídia e por parte dos eleitores. Uma vez que, o campo político está sempre preocupado em atender às demandas da sociedade civil e, assim, é dependente das opiniões públicas, as quais necessitam da mídia, tanto para formação, quanto para a expressão de seus julgamentos e valores. O campo midiático, por sua vez, é cada vez mais dependente do capital econômico. E, assim, é atravessado por interesses que fazem parte, principalmente, das lógicas do campo econômico, relação melhor abordada no tópico seguinte.

Com base nestas reflexões sobre as lógicas¹² de funcionamento da mídia e sua relação com a política, buscamos demonstrar que a relação entre os dois campos não é somente de tensionamentos, mas principalmente, de reciprocidade.

Ou seja, não se pode reduzir essa relação ao predomínio da lógica política sobre a jornalística ou vice-versa. Trata-se de uma interação muito mais complexa. Os dois agentes permanecem vinculados a seus próprios campos e buscam a ampliação de seus capitais simbólicos específicos. No entanto, suas ações repercutem mutuamente, o que os obriga a, de alguma maneira, incorporar a lógica do outro em seu cálculo. São necessários ajustes delicados para garantir o máximo de proveito na relação, embora nunca ao ponto de alienar o parceiro. (MIGUEL, 2002, p. 177).

Observamos uma relação muito tênue entre os campos, em muitos momentos um campo passa a trabalhar com práticas que não são de sua natureza e inicialmente não pertenciam às suas lógicas. Neste sentido, o espaço midiático pode servir ao campo político e a seus agentes para o acúmulo de capital político.

¹² Lógica da mídia é compreendida aqui como os *modus operandi* dos meios de comunicação, as operações de ordem institucional, estética e tecnológica. Ou seja, são as propriedades de funcionamento da mídia enquanto campo social como, por exemplo, as de caráter simbólico e econômico; capitais sociais que muitas vezes são determinantes na influencia dos meios de comunicação sobre os demais campos e vice-versa.

2.1.1 Capital Político

Bourdieu (1989) trabalha com dois tipos de capitais políticos, o “capital delegado” e o “capital transferido”. Em muitos casos o indivíduo passa a ocupar determinado cargo no campo político por conta de notoriedade conquistada em outro campo. Seja por meio de uma profissão que lhe deu visibilidade para almejar o cargo público, ou por ser reconhecido por características e qualidades que lhe conferiram credibilidade frente aos eleitores.

Casos em que o capital social permitiu que agentes de outros campos ingressassem na carreira política são bastante comuns no Brasil. O ex-jogador de futebol e atual senador, Romário (PSB), os ex-jornalistas da RBS-TV e atuais senadores, Lasier Martins (PDT) e Ana Amélia Lemos (PP) são exemplos de agentes do campo político que ingressaram na vida pública através do campo midiático, por meio, então, de um “capital transferido”.

Enquanto que o “capital delegado” é obtido pelo indivíduo ao adquirir o capital político por conta de função desempenhada em sindicato, partido, movimento social, ou outro cargo público, como secretarias etc., as quais já detém esse capital de acordo com uma trajetória de lutas e, portanto, de reconhecimento social. É como se o capital político fosse transferido ao sujeito, mas dentro do próprio campo político e, assim, este homem ou mulher adquire reconhecimento dentro da função desempenhada, o que lhe confere a condição necessária para alcançar o cargo eletivo tornando-se um agente do campo político.

Conforme Bourdieu, “o capital político é uma forma de capital simbólico¹³” (1989, p. 187) ancorado nos valores de crença e de reconhecimento. Poder simbólico conferido aos agentes políticos (representantes) pelos eleitores (representados), os quais, portanto, estão submetidos a esse poder. Por isso, o voto é um ato de confiança – de confiar a um indivíduo a representação política de um grupo, de uma comunidade. “E, devido ao seu capital específico ser um puro *valor fiduciário* que depende da representação, da opinião, da crença, o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável” (BOURDIEU, 1989, p. 188). Vulnerabilidade que está diretamente relacionada aos meios de comunicação. Pois, ao mesmo

¹³ “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe são sujeitos” (BOURDIEU, 1989, p. 14).

tempo em que o político é vulnerável à mídia, porquanto uma exposição negativa pode prejudicá-lo, a vulnerabilidade condiciona ao líder político à aproximação com a mesma.

Antes de ancorar na política aquele que almeja o poder público necessita de alcançar seus eleitores e, para tanto, recorre à visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação. Posteriormente, quando membro do campo político, necessita de tornar públicas as suas ações e projetos, mostrando aos representados que a confiança foi bem depositada e que está atuando pela garantia dos direitos dos mesmos. Para permanecer “na mídia” o agente político irá buscar a manutenção de uma boa relação com os jornalistas. Na maioria das vezes por meio de uma relação de troca, por um lado o político se dispõe como fonte de informação e, por outro, garante que suas ações dentro do campo político ganhem visibilidade. O que pode lhe permitir exercer, em algum grau, influência sobre o noticiário (MIGUEL, 2002).

Essa aproximação que o agente político busca ter com os profissionais da comunicação faz com que o discurso político se aproxime do discurso midiático. Um exemplo é o uso de frases e palavras de efeito em um discurso mais breve, com o objetivo de impactar os eleitores. Afinal, os últimos são afeitos aos discursos curtos e frases de efeito, exatamente por conta da afinidade que têm com os meios de comunicação, seja pelo contato com a televisão, ou com as novas tecnologias digitais que proporcionam interatividade e, sobretudo, agilidade.

2.2 O CAMPO MIDIÁTICO

Percebemos que o campo político é o lugar da produção social e o campo do jornalismo, ou o campo midiático, é o lugar da produção simbólica (BERGER, 2003). Por isto, a autora considera que o jornalismo pode ser detentor do capital simbólico. “O território de um campo constitui-se a partir da existência de um capital e se organiza na medida em que seus componentes têm um interesse irreduzível e lutam por ele.” (ibidem, p. 21).

Entendemos que é da natureza do campo político a luta pela obtenção e manutenção do poder; portanto, seu capital social específico. Já o campo midiático, tem por objetivo a obtenção e manutenção da credibilidade – seu capital social específico. Mas ao passo que a mídia busca constantemente manter a credibilidade frente a seus públicos, ela tem o poder de fazer crer. O discurso midiático tem por finalidade conquistar, informar, entreter e, até mesmo, manipular os destinatários de suas mensagens. Pois todas as relações de comunicação são relações de poder. Portanto, neste sentido a mídia também detém o capital simbólico. E é,

através do discurso, na busca pela conquista e manutenção do capital simbólico, no poder de fazer crer e de fazer sentir que os dois campos aqui abordados, político e midiático, se conectam.

A partir do olhar da comunicação, quem constitui o dado pela enunciação, legitimando-o publicamente, na contemporaneidade, é o jornalista, já que a definição social do Jornalismo está na passagem do acontecido para o seu relato que, para Bourdieu, pertence ao poder simbólico (poder de consagrar pessoas e instituições) e faz parte da função mediadora da imprensa, não encontrando-se em nenhuma outra instituição, social ou cultural, a mesma competência. (BERGER, 1997, p. 6).

Por meio da análise desta pesquisa e com base em observação da atuação da grande mídia brasileira, consideramos que uma das interferências entre o campo midiático e o campo político se dá em diversas circunstâncias em relação a um terceiro campo social, o econômico. Percebemos no discurso midiático a ampla defesa do neoliberalismo, corrente político-econômica que historicamente vem sendo amparada pelos grandes meios de comunicação. Através dos ideais neoliberais há a defesa da mínima interferência do Estado na economia, redução de investimentos em programas sociais, ajuste fiscal, privatizações, comércio livre. A maioria das grandes empresas privadas, como os grupos proprietários das corporações midiáticas, por exemplo, o Grupo Globo, pertencente à família Marinho, e o Grupo Folha, da família Frias, defendem o liberalismo econômico. Pois, por meio das ideias defendidas pela corrente político-econômica neoliberal, essas empresas têm a possibilidade de crescer a ponto de tornarem-se monopólios e oligopólios. Os aspectos mencionados acima e que caracterizam alguns dos posicionamentos desta corrente político-econômica beneficiam essas grandes empresas privadas e, por isso, são ideais comumente defendidos pelos meios de comunicação tanto abertamente, como de maneira velada.

A mínima interferência do Estado na economia e, conseqüentemente, o não controle deste sob as empresas, são defendidos por parte das grandes corporações privadas, porque a sua aplicação garante que estas possam atuar no mercado nacional e internacional de forma livre, proporciona a livre concorrência com outras empresas (chamada de concorrência de mercado imperfeita) etc., para que assim tenham maior aumento de capital. Portanto, os conglomerados de mídia buscam garantir a expansão de seus capitais, para tanto, atuam em diversos setores dentro do campo midiático: canais de televisão, rádio, jornais impresso, revistas, sites, gráficas, editoras e outros.

Alguns dos posicionamentos neoliberais quando tomados pelos governos, tanto em nível federal quanto estadual, acabam por prejudicar outros setores da sociedade. Lesando

principalmente as camadas mais pobres. Assim, a ideologia neoliberal, defendida por meio do discurso midiático é difundida amplamente alcançando todas as camadas da sociedade e possibilitando, assim, a interferência da mídia nas decisões políticas. Processo que possibilita a ampliação do poder destes conglomerados midiáticos que se beneficiam das decisões do âmbito político e econômico.

Sendo o campo midiático, o campo social responsável por mediar as relações entre os outros setores da sociedade, percebe-se que a política também busca atender às suas lógicas. Conforme Weber (2000, p. 13), o poder que a representação midiática exerce pode ser comparado ao poder político, porém “o poder da mídia, ao contrário da política, está na sua capacidade de difusão de outros poderes”.

Deste modo, o tensionamento entre o campo midiático e os demais se inicia com o “olhar” de desconfiança que o percebem, pois questionam a sua autoridade para falar de temáticas que não o pertencem. Por outro lado, a necessidade de visibilidade faz com que os demais campos sociais recorram à mídia. E criem suas próprias equipes de comunicação dentro de empresas, de organizações, de instituições, para gerir a imagem de particulares e daqueles que exercem função pública.

Dentre as mudanças acarretadas pela tensão entre o campo midiático e o campo político, talvez as mais evidentes sejam as provocadas no discurso político e em suas estratégias; quando, por exemplo, os agentes políticos contratam equipes de comunicação para auxiliá-los no contato com a imprensa e para aproximar-se dos eleitores sem a dependência direta das empresas de comunicação. O autor Luís Felipe Miguel, considera que a influencia mais notável da mídia sobre a política refere-se à formação do capital político e, considera ainda, que a presença dos políticos “em noticiários e talk-shows parece determinante do sucesso ou fracasso de um mandato parlamentar ou do exercício de um cargo executivo” (2002, p. 168).

Percebemos ainda, que a mídia apropria-se do discurso político e de expressões utilizadas por outros campos, para garantir sua legitimidade por meio de usos metafóricos da linguagem, o que demonstra a intenção em transmitir para seus públicos a ideia de aproximação, conhecimento, intimidade com os assuntos que não fazem parte do seu domínio, muitas vezes realizando constatações e acusações indevidas rompendo com regras da prática e da ética jornalísticas. De acordo com Rodrigues:

Ao contrário dos outros campos sociais, que procuram na autonomização conceptual e terminológica a eficácia simbólica da sua própria autonomização, o discurso

mediático procura na transposição conceptual e na metaforização terminológica o exercício da sua relação especular com os diferentes domínios da experiência e a eficácia simbólica da sua função de mediação entre os outros campos sociais. (1999, p. 30)

O que pode ser observado nos seguintes exemplos retirados de manchetes e títulos de artigos de opinião do jornal O Globo: “Temer aborta golpe de Lula e Renan para beneficiar Dilma” (artigo de opinião, 23/03/2016), “O governo perderá a batalha do impeachment na comissão da Câmara” (artigo de opinião, 24/03/2016), “A democracia não o demo” (artigo de opinião, 27/03/2016), “OAB diz que Dilma foi ‘açodada’ ao nomear Lula” (reportagem, 28/03/2016), “Dilma agiu para evitar prisão de Lula, mostra grampo telefônico” (reportagem, 16/03/2016).

Com base na ideia de que todo discurso da mídia é a expressão de uma opinião, mesmo que seja a opinião da própria mídia, há em diferentes graus conteúdos políticos nas mensagens. “O discurso político, quando existe enquanto tal, expressa de modo mais ou menos eufemizado e universal a representação que os agentes fazem do mundo social, e pela qual elaboram suas diversas eleições, não só as políticas.” (MIRANDA, 2005, p. 106-107).

Outro aspecto importante relacionado ao funcionamento dos campos sociais se refere à autonomia destes e ao seu processo contrário, a heteronomia. A qual “se processa quanto mais se aproximam do pólo do poder” (MIRANDA, 2005, p. 12). Portanto, a heteronomia é o processo que leva um campo a operar de acordo com regras externas que lhe são impostas. Ainda conforme o autor, a importância de avaliar-se a autonomia de um campo deve-se ao fato de assim facilitar a compreensão do funcionamento deste e de seu processo de resistência à violência simbólica; o qual se evidencia ser inerente a todo campo social na luta contra as interferências externas dos outros campos.

Percebemos assim, a importância da legitimidade do campo e sua relação com a autonomia, pois a eficácia simbólica das mensagens, ou ideias, transmitidas pelo campo terá mais força quanto mais legítimo ele for considerado. Para a garantia da legitimidade e autonomia é imprescindível o capital social específico de cada campo. No caso da mídia este valor é a credibilidade.

Uma das estratégias utilizadas pelos jornalistas e, principalmente, pelos veículos de comunicação para garantia da credibilidade é a defesa da objetividade¹⁴. Embora o conceito

¹⁴ “O ideal da objetividade sugere que os factos possam ser separados das opiniões ou juízos de valor, e que os jornalistas consigam uma distanciação relativamente aos acontecimentos do mundo real cujo significado e verdade eles transmitem ao público através de uma linguagem neutra e competentes técnicas de reportagem”. (HACKETT, 1999, p. 105).

de objetividade contribua para a autonomização e fechamento do campo midiático, em especial ao jornalismo, não consideramos as mensagens e discursos midiáticos como completamente neutros ou objetivos. Ao narrar os fatos cotidianos, os profissionais da comunicação o fazem a partir de uma posição social. Conforme Tuchman, “a objetividade pode ser vista como um ritual estratégico, protegendo os jornalistas dos riscos da sua profissão” (1999, p. 74).

Há uma relação mais complexa do que a simples ideia do jornalista como mediador dos acontecimentos. Existem vínculos econômicos e empresariais que ligam o jornalista ao meio de comunicação ao qual representa, em que a empresa de comunicação, por sua vez, é dependente dos anunciantes. Relações que dizem respeito, ainda, às fontes de informação, aos sujeitos envolvidos nos acontecimentos e aos receptores das mensagens, que interpretam os acontecimentos midiáticos a partir de uma posição social específica, cuja compreensão dependerá da experiência social individual. Deste modo, também compreendemos que os enquadramentos midiáticos sobre determinada temática não são internalizados por todos da mesma maneira.

Em julho de 2016, uma evidência da atuação midiática contrária à liberdade de expressão e informação, e que demonstra a intenção de intervenção da mídia sobre o campo político – ou seja, em oposição à ideia de objetividade jornalística, foi a manipulação de dados de uma pesquisa de opinião divulgada pelo Datafolha, do grupo Folha. Após três meses sem divulgação de pesquisas sobre o governo Temer ou sobre o processo de impeachment, estudo realizado pelo Datafolha divulgou que 50% dos entrevistados apoiam a permanência de Michel Temer na presidência. No entanto, a pergunta feita pelo instituto foi: “Na sua opinião, o que seria melhor para o país: que Dilma voltasse à Presidência ou que Michel Temer continuasse no mandato até 2018?”, excluindo o questionamento sobre a possibilidade de novas eleições presidenciais, por exemplo; a qual tinha tido grande adesão em pesquisa anterior. Segundo o instituto, 9% dos entrevistados não se posicionaram favoráveis a Temer ou Dilma, entre estes apenas 3% desejam novas eleições. Após a divulgação da pesquisa, o site *The Intercept*¹⁵ divulgou reportagem denunciando a Folha por fraude jornalística para favorecer o governo de Michel Temer. Dias depois, a Folha de S. Paulo divulgou novos

¹⁵ A reportagem pode ser conferida por meio do endereço: <<https://theintercept.com/2016/07/20/folha-comete-fraude-jornalstica-com-pesquisa-manipulada-visando-alavancar-temer/>>. O *Intercept* realizou novas pesquisas juntamente com outros sites de informação revelando novas informações sobre a pesquisa do Datafolha, às quais podem ser acessadas aqui:< <https://theintercept.com/2016/07/21/a-fraude-jornalstica-da-folha-e-ainda-pior-surgem-novas-evidencias/>>

dados¹⁶ obtidos pela pesquisa, em que 62% dos entrevistados afirmaram ser favoráveis à renúncia de Dilma e Temer e a convocação de novas eleições.

Desde a primeira manifestação contra o governo Dilma, em março de 2015, foi possível identificar o apoio da grande mídia pelo impeachment presidencial. A primeira manifestação foi organizada, pautada e agendada pela mídia com antecedência para garantir a presença do maior número possível de manifestantes. O que demonstra o poder de influência do campo midiático nas decisões tomadas pelos agentes do campo político.

Com base em observações e pesquisas de diversos autores, consideramos que os grandes meios de comunicação no Brasil, além de historicamente realizar oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a todos os partidos defensores de uma posição ideológica de “esquerda”, atuou de forma mais incisiva contra o governo Dilma desde que movimentos conservadores passaram a apoiar as “Jornadas de junho de 2013”. “Em disputa nessas leituras, encontra-se a intolerância política sobre uma maneira de governar, incômoda para a visão de mundo dos donos da grande imprensa brasileira e seus interesses” (TAVARES; BERGER; VAZ, 2016, p. 29).

Os autores consideram, ainda, que a instabilidade política do governo Dilma tem como marco inicial junho de 2013 e seu apogeu no acolhimento do processo de impeachment, em dezembro de 2015. Instabilidade provocada, segundo os autores, devido à atuação dos meios que priorizaram as discussões sobre a Operação “Lava-Jato” – representada como sinônimo da anticorrupção e, portanto, solução para os males provocados por um governo corrupto, instaurado desde que Lula assumiu a presidência. Eles avaliam igualmente que a grande mídia enfatizou as manifestações anti-Dilma e pró-impeachment em contraposição aos manifestantes simpatizantes do governo.

2.2.1 A espetacularização e a personalização da política na mídia

O espetáculo¹⁷ enquanto estratégia, utilizada pelo campo midiático e pelo campo político em sua interface com a mídia, favorece a personalização do poder. Em especial,

¹⁶ A reportagem da Folha de S. Paulo em que explica os dados divulgados anteriormente e que provocaram as denúncias, assim como os dados que não haviam sido divulgados pode ser conferida no endereço: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1793761-perguntas-feitas-em-pesquisa-datafolha-causam-polemica.shtml>>

¹⁷ No dicionário, espetáculo significa: tudo o que atrai a vista; representação teatral, cinematográfica, circense; vista grandiosa ou notável; qualquer apresentação pública que impressiona ou é destinada a impressionar a vista por sua grandeza, cores ou outras qualidades.

quando o processo de personalização política é utilizado estrategicamente pelo campo midiático, por meio da construção noticiosa, o que intensifica também a espetacularização da política. Desta forma, espetacularização e personalização tornam-se estratégias que aproximam os dois campos e processos que se “retroalimentam”.

Por mais que aqui estejamos abordando o espetáculo na política por sua aproximação com a mídia, a espetacularização política antecede os meios de comunicação. Rubim (2002) explica que a relação do espetáculo com a mídia acontece somente no século XIX com o aparato sócio tecnológico dos meios de comunicação. Enquanto isso, o espetáculo já existia na política e na religião. “Hoje, o espetáculo encontra-se em medida significativa associado aos campos cultural e midiático, que apresentam interfaces crescentes, a partir da emergência de uma cultura cada vez mais “industrializada”. Isto é, midiaticizada.” (RUBIM, 2002 , s/p).

Um dos autores mais importante e indispensável quando se trata do conceito de espetáculo é Guy Debord. Em “A sociedade do espetáculo” (1967), ao refletir sobre a sociedade moderna e capitalista ele argumenta que o espetáculo está relacionado à alienação, dominação e falsa consciência na construção de uma sociedade unificada. Na sociedade moderna existiria uma forte ligação entre espetáculo, imagem e tempo, evidente que essa relação tornou-se mais próxima na contemporaneidade. “O tempo do consumo das imagens, meio de ligação de todas as mercadorias, é o campo inseparável em que se exercem plenamente os instrumentos do espetáculo” (DEBORD, 1997, p. 105). Várias invenções modernas como os alimentos pré-cozidos e o transporte rápido, segundo o autor, teriam sido criadas para que as pessoas tivessem mais tempo livre para assistir à televisão.

Atualmente no Brasil, apesar da internet, a televisão ainda é o meio de comunicação mais utilizado, os brasileiros passam em média 4h30min por dia assistindo às programações televisivas (BRASIL, 2014¹⁸). O rádio, apesar de ter o uso diminuído em comparação a estudo realizado no ano anterior, ainda é o segundo meio mais utilizado no país, sendo que 30% dos pesquisados ouvem diariamente. A internet é utilizada por 48% dos brasileiros, estando a escolaridade e a idade apontadas como as principais características que distinguem o uso que os mesmos fazem da internet.

Entre os usuários com ensino superior, 72% acessam a internet todos os dias, com uma intensidade média diária de 5h41, de 2ª a 6ª-feira. Entre as pessoas com até a 4ª série, os números caem para 5% e 3h22. 65% dos jovens na faixa de 16 a 25 se

¹⁸ Os dados sobre o consumo de mídia foram consultadas na “Pesquisa Brasileira de Mídia, 2015”, realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

conectam todos os dias, em média 5h51 durante a semana, contra 4% e 2h53 dos usuários com 65 anos ou mais. (BRASIL, 2014, p. 7).

Interessante destacar, além disso, que 92% dos internautas conectam a internet por meio de redes sociais, sendo que o *Facebook* lidera o ranking de acesso com 83%. Já o uso de plataformas digitais na leitura de jornais é utilizada por somente 10% dos leitores. Todos esses dados nos permitem mensurar a importância que os meios de comunicação exercem no cotidiano da população e, assim, perceber o quanto a forma espetacularizada com que os meios abordam os acontecimentos proporciona uma cultura do espetáculo sob a égide do dever em informar.

As características que Debord destacou na sociedade modernizada e espetacular foram intensificadas desde que a primeira edição do livro foi lançada, em 1967: a *tecnologia* nunca foi tão presente na vida cotidiana, principalmente por meio das redes sociais digitais (como destacamos acima são utilizadas por 92% dos internautas) as quais cumprem papel importante, não somente como ferramentas de entretenimento, mas também de trabalho, informação e educação; *o segredo generalizado e a mentira sem contestação* podem ser relacionados às manipulações político-midiáticas (MIGUEL, 2001) que historicamente têm demonstrado a fragilidade de nossa democracia e de nossas instituições.

A mentira sem contestação consumou o desaparecimento da opinião pública, que, de início, ficara incapaz de se fazer ouvir e, logo em seguida, de ao menos se formar. É evidente que isso traz importantes consequências para a política, as ciências aplicadas, a justiça e o conhecimento artístico. (DEBORD, 1997, p. 176).

Com as inúmeras denúncias de escândalos políticos que ocorrem atualmente no Brasil é difícil pensar nos acontecimentos políticos divulgados pela mídia sem remeter ao espetáculo da política. E embora midiaticização e espetacularização sejam processos distintos e que nem sempre acontecem simultaneamente (RUBIM, 2002), percebemos que a lógica dos meios de comunicação, em geral, é relacionada ao entretenimento, ao drama, à encenação e, ao espetáculo (GOMES, 1996). Uma vez que os meios de comunicação são, em primeiro lugar, empresas regidas pela ordem econômica e pela necessidade de venda de seus produtos – no caso de jornais impressos, revistas informativas e programas jornalísticos de televisão e rádio o produto principal é a informação. Quando a informação é vista como um produto que precisa ser vendido ela será “exposta” com todos os atrativos que visem despertar a atenção dos consumidores, como acontece com qualquer outro produto a ser comercializado.

Sendo assim, quando o assunto abordado pela mídia é relacionado à política a lógica de veiculação das informações continua sendo comercial e, em grande parte, espetacular. Por isso Wilson Gomes argumenta que: “Estamos na época da política espetáculo, da política por sedução, do marketing político, da mídia-política, da política *show*, da política encantada, da espetacularização do poder” (1996, p. 30). Segundo o autor, todas essas características são consequências da aproximação entre a política e a mídia.

Embora as reflexões do autor tenham sido publicadas em obra do início dos anos de 1990 percebemos que as lógicas midiática e política, descritas acima, estão cada vez mais atuais devido à realidade contemporânea permeada pela comunicação digital. Consideramos que houve uma intensificação do processo de espetacularização da política. As estratégias de sedução dos agentes políticos, o marketing político e as assessorias de comunicação e imprensa estão cada vez mais profissionalizados. O uso das redes sociais digitais como ferramenta para aproximação com os eleitores tornou-se outra preocupação dos agentes políticos, realidade antes inimaginável, afinal o contato dos líderes com seus públicos dava-se de maneira bem mais restrita e em poucas ocasiões, principalmente durante os períodos de campanhas eleitorais.

A questão da aproximação entre mídia e política e as estratégias do marketing político revelam outra situação sobre a espetacularização da política que é relacionada à imagem do homem público. A sociedade do espetáculo faz com que as aparências sejam mais valorizadas do que outras características dos indivíduos. No caso dos agentes públicos, a imagem obtém mais valor do que o discurso e as ideias. Cioccarri (2015) argumenta que em uma sociedade em que tudo é reduzido às aparências, a política “vende” a imagem dos homens públicos como produtos, o que ela chama de “político-produto”. A política “transformou-se em cultura do consumo perdendo toda a distância crítica (CIOCCARI, 2015, p. 48). Conforme a autora, o capitalismo atrelado ao domínio da imagem deu poder à publicidade subjugando as ideologias.

A autora pesquisou casos de figuras conhecidas midiaticamente e que alcançaram a carreira pública, como é o caso do Deputado Federal Tiririca (PR), comediante que ficou famoso devido às participações em programas televisivos voltados ao entretenimento. Com o slogan “Vote Tiririca, pior que tá não fica”, ele foi o deputado federal mais votado nas eleições de 2010 e um dos mais votados em 2014. Alguns especialistas acreditam que a explicação do sucesso de Tiririca nas urnas deve-se ao chamado “voto de protesto”. No

Brasil, há uma desconfiança¹⁹ generalizada na política, também muito atrelada à atuação da mídia e a excessiva e espetacular divulgação de escândalos político-midiáticos.

A visibilidade e publicidade das ações dos políticos são aspectos essenciais para a manutenção dos agentes no campo. Características que nasceram junto à política no mundo antigo, quando os gregos debatiam e decidiam os assuntos relacionados à *pólis* em praça pública, ou melhor, na *ágora*. Mas ao mesmo tempo em que os agentes do campo político necessitam da visibilidade midiática, o seu excesso pode ser prejudicial, tanto aos personagens, quanto aos sistemas e partidos políticos, evidenciando os processos de espetacularização e de personalização política.

Ao revelarem-se perante os meios de comunicação, os actores políticos podem deixar a descoberto acções ou segredos que deveriam, imperiosamente, permanecer na obscuridade dos bastidores e da esfera secreta. Por outro lado, o jornalismo de investigação, que é, muitas vezes, um jornalismo intrusivo, personaliza a vida política e enfraquece as tradicionais fronteiras entre o público, o privado e o secreto. É deste modo que as luzes trazidas pela visibilidade mediatizada, que iluminam durante um período de tempo os actores políticos, se voltam contra o sistema que delas se serve. (PRIOR, 2011, p. 415).

Na atual configuração do cenário político brasileiro, as notícias sobre política têm se pautado basicamente por meio de escutas telefônicas disponibilizadas pela justiça, vazadas de delações à Polícia Federal, gravadas por políticos e empresários, às quais são divulgadas pelos meios de comunicação. Apesar da importância que o jornalismo acaba desempenhando nestas situações como fiscalizador do poder público, percebemos a fragilidade das instituições jurídicas e políticas que em muitas ocasiões acabam por ter suas lógicas internas atravessadas pelos acontecimentos exteriores e pela pressão exercida pelo campo midiático. Muitos acontecimentos no cenário brasileiro durante o ano de 2016 demonstraram a falta de autonomia dos campos sociais frente às empresas midiáticas. Assim como o poder de manipulação de informações por parte destas.

Um exemplo foi a espetacularização com que a mídia abordou o caso da condução coercitiva do ex-presidente Lula para depor na Polícia Federal, em março de 2016, por conta de investigações da Operação Lava Jato. A ampla cobertura pelos meios de comunicação do fato tornou o depoimento de Lula um acontecimento comentado no país inteiro. Os veículos da imprensa acompanharam ao vivo a atuação policial desde a chegada à residência do ex-

¹⁹ Sobre a desconfiança na política ver: GUAZINA, Liziane S. Quando cultura política e subcultura profissional jornalística andam de mãos dadas: a desconfiança na política em tempos de escândalos. In: HERRMANN, J; GUAZINA, L; PEREIRA, F. (org.). **Novos questionamentos em mídia e política**. Florianópolis: Insular, 2015. p. 43-73.

presidente. Durante toda a manhã os canais de televisão interromperam a grade de programação para acompanhar o acontecimento ao vivo. O juiz Federal Sérgio Moro, responsável pela Operação, foi amplamente criticado pela condução coercitiva, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal, pois a coerção só deve ser aplicada quando há recusa do depoente em prestar o depoimento. Moro argumentou que expediu o mandato de coerção para evitar tumultos. Percebemos que a mídia atuou de maneira espetacular e tendenciosa na cobertura do depoimento de Lula à Polícia Federal, diferente de outros nomes de políticos e empresários investigados pela Operação e que também foram conduzidos coercitivamente, sendo pouco ou nada noticiado.

Compreendemos que, assim como a mídia aborda os assuntos sob a lógica espetacular, os outros campos quando necessitam da visibilidade midiática adaptam suas estratégias a fim de satisfazer as exigências dos meios de comunicação. O que acarreta na “adequação das estratégias políticas aos critérios midiáticos” (MIGUEL, 2001, p. 43). Afinal, quando a agenda midiática define as agendas dos outros campos sociais é normal que estes outros setores busquem a atenção da mídia para alcançar seus públicos. E assim, atuam também os agentes políticos. De acordo com Weber:

Os sujeitos e instituições políticas controlam a veiculação de informações políticas e procuram ser incluídos, permanente e positivamente, nas pautas jornalísticas, junto às redes midiáticas, através do agendamento controlado da sua participação e ocupação de espaço. (2000, p. 15).

Os líderes políticos necessitam mais do que os outros sujeitos da visibilidade de suas ações, seja para aproximar-se de seus eleitores, para divulgar projetos que necessitem de apoio, mas principalmente, durante os períodos oficiais de campanha eleitoral. Embora não seja somente neste período em que podemos perceber o processo de personalização política, é neste momento em que ele se intensifica. A personalização durante as campanhas acontece “através do emprego cada vez mais maciço de técnicas do marketing político, com o declínio do peso das ideologias veiculadas pelas máquinas partidárias tradicionais nas decisões de voto do eleitor” (BRAGA; BECHER, 2012, p. 3).

Se antes a política priorizava as ideias, hoje o foco é nos personagens criados pelos líderes políticos (SCHWARTZENBERG, 1977 apud PETHS et al., 2015) com o auxílio dos meios de comunicação e as representações criadas para fabricar a imagem pública desejada. Os partidos políticos têm perdido espaço para os meios de comunicação, pois antes cabia a eles o papel de mediação das ideias defendidas entre candidato e eleitores, papel

desempenhado atualmente pela mídia. Desta forma, os partidos políticos tornam-se ferramentas a serviço do líder político (MANIN, 1995). A mídia, neste sentido, passa a operar de acordo com uma lógica que não é própria do seu campo.

Alguns autores defendem o posicionamento de que não seria relevante o estudo da personalização da política em países presidencialistas, pela evidente centralização das campanhas na figura do líder (KARVONEN, 2010 apud SILVA, 2014). Entretanto, percebemos que há muitos aspectos da figura de um líder que podem ser enfatizados pela mídia antes, durante e após período eleitoral e que são relevantes para compreendermos a atuação do campo midiático sobre processos eleitorais e o andamento da política em geral. Do mais importante ao mais irrelevante fato da personalidade e do cotidiano de um líder, abordado pela mídia e, ou pela oposição, pode criar uma imagem positiva, ou negativa sobre aquele. Realçar a personalidade de um candidato em relação à sua trajetória política, projetos desenvolvidos, áreas de atuação, ideias, programa de governo e demais fatores que o destaquem frente aos demais candidatos é extremamente positivo e necessário. Mas ao contrário, enfatizar apenas características referentes à beleza, comportamento, vestimenta, simpatia e aspectos relacionados à privacidade são extremamente condenáveis e enfraquecem a discussão em torno da futura atuação administrativa do agente político. Compreendemos, portanto, que investigar a influencia da personalização na decisão de voto dos eleitores e como essa estratégia é também utilizada pelos meios de comunicação, antes e depois do período eleitoral, são relevantes para um melhor entendimento da comunicação política.

Não há consenso nas pesquisas sobre a temática se a personalização contribui para a aproximação dos eleitores com os agentes políticos, ou se o processo colabora para o enfraquecimento dos partidos e dos seus projetos políticos.

De acordo com Peths (*et al.*, 2015, p. 133):

o risco imediato é associar ao líder todas as mazelas (ou avanços) do país – mesmo que isso seja fruto de ações planejadas e pontuais de outros órgãos do Executivo, bem como a execução das tarefas do Legislativo. Desta forma, a população passa a contestar ou elogiar, de maneira muitas vezes equivocada, atos de competência de outros poderes governamentais.

Em estudo sobre o uso das NTICs por deputados brasileiros e a relação deste uso com a personalização política, Braga e Becher (2012, p. 20) constataram que o Brasil está em uma “posição intermediária” sobre o índice de personalização, comparado com os parlamentares de outros países. No caso dos EUA, há uma relação fortemente personalizada do parlamentar

com seu eleitorado, e em países como Argentina, Uruguai e Paraguai, onde o processo eleitoral se dá por meio de lista fechada, há pouco incentivo para o uso da internet como uma ferramenta para a individualização do político. Em relação ao nível de “personalização política virtual”, os pesquisadores constataram que no Brasil não há uma distribuição homogênea comparando as diferentes regiões do país, nem mesmo pelas diferentes agremiações partidárias.

Constatamos que a maior parte dos estudos sobre a personalização política são referentes ao período de campanhas eleitorais. A contribuição de nossa proposta é identificar como esse processo é evidenciado nos enquadramentos midiáticos sobre acontecimentos decorrentes das etapas do processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Outro fator de personalização da política é a aproximação do discurso político ao discurso publicitário, pois ao modificar o discurso, por meio da representação, “aparentemente semelhante ao *modus operandi* da publicidade, o homem político busca ofuscar defeitos e ressaltar qualidades, independente de possuí-las ou não, que são oportunas ostentar.” (QUEIROZ; BRAGA, 2015, p. 3).

Conforme Maria Helena Weber, a adequação dos discursos políticos ao discurso publicitário é um dos possíveis efeitos da “moderna comunicação política” (identificada pelo *marketing* político, principalmente durante as campanhas eleitorais). Conforme argumenta: “é possível haver um processo de deslocamento de votos em direção a um indivíduo político cujo discurso seja mais acessível, menos provocador e de rejeição a candidatos e partidos cujas estratégias discursivas sejam mais realistas e politizadas” (2000, p. 40). Podemos perceber que esta “moderna comunicação política” tem ultrapassado o período das campanhas eleitorais fazendo parte da divulgação das ações de governos, líderes e partidos continuamente.

Podemos, portanto, identificar a personalização da política para além dos períodos eleitorais quando, por exemplo, aspectos da personalidade dos líderes políticos, ou ações do âmbito da vida privada são enfatizados sobrepondo-se às suas tomadas de decisões enquanto governantes e dos projetos político-partidários. Alessandra Aldé (2001) entende o processo de personalização enquanto uma “relação subjetiva e afetiva dos cidadãos” para com seus representantes políticos. Podemos constatar que essa característica não surgiu na contemporaneidade, afinal a política sempre foi marcada pela argumentação e retórica e, assim, pela capacidade dos líderes de se posicionarem a respeito de diferentes temáticas, demonstrando carisma e conquistando seus públicos. Percebemos que a atuação da mídia e o

espaço ocupado por ela frente ao desenvolvimento tecnológico contribuem para que aspectos relacionados às figuras dos líderes ganhem maior repercussão que projetos, ideias ou ideologias partidárias.

Aldé constatou ainda, com base em entrevistas, que o posicionamento de eleitores sobre os líderes políticos e sobre figuras midiáticas, como âncoras de telejornais, é baseado em quadros de referência relacionados às vivências pessoais ou às temáticas televisivas, os quais são utilizados para interpretar a realidade. Conforme a autora, “esquemas simples e recorrentes, estereotipados, que organizam para cada indivíduo um discurso do senso comum” (2001, p. 185). Ou seja, a mídia sugere aos sujeitos como pensar e compreender os acontecimentos.

O discurso político é contaminado pela linguagem midiática e seus discursos fragmentados, espetaculares, dramatizantes, correspondentes, como vimos, à lógica publicitária (GOMES, 1996). A autora considera ainda, que a atuação da mídia acarreta em “uma visão estereotipada e simplificada da política, que geralmente, devido aos enquadramentos predominantes nos principais meios, reforça atitudes políticas fracas e negativas” (ALDÉ, 2001, p. 186). Logo, temos uma diminuição na identificação partidária, por parte dos eleitores, e que dá lugar ao voto personalista centrado na esperança de uma renovação na política que fuja às legendas, às quais muitas vezes acionam quadros de sentido que remetem à corrupção e aos escândalos político-midiáticos. Embora, consideramos que não apenas a abordagem da mídia sobre as temáticas políticas contribuem para a diminuição na identificação partidária. Mas sim, decorre de um processo mais amplo relacionado aos diversos acontecimentos ao longo da história da formação política do país, determinantes para a cultura-política atual.

Charaudeau (2016) considera que o discurso das mídias na maneira de relatar e comentar os acontecimentos apela para uma “superdramatização”, com a intenção de apelo emocional. Outro conceito abordado pelo autor, e que por vezes aparece correlacionado à superdramatização, é a “peopolização” (mesmo sentido tratado aqui como personalização). Segundo ele, o discurso midiático prioriza a vida privada das celebridades, sejam estrelas de cinema, do futebol, ou os agentes políticos, numa encenação dramatizante, na tentativa de gerar um efeito de credibilidade.

Percebemos ainda, que o discurso midiático busca muitas vezes utilizar-se de atributos do discurso científico, com a promessa da objetividade. Mas, consideramos que todas as mensagens da mídia trazem consigo uma opinião, um posicionamento mais ou menos

explícito. Sendo este, talvez, o aspecto que mais diferencia o discurso midiático do discurso político. Uma vez que este costuma deixar claro seu posicionamento, extinguindo a ideia da imparcialidade.

2.3 O ESPETÁCULO POLÍTICO-MIDIÁTICO

A espetacularização sempre foi uma estratégia utilizada pelo poder político, seja nos rituais da monarquia, ou nas cerimônias de posse presidencial, na teatralização dos discursos, nos palanques etc., mas na contemporaneidade ele ganha outra dimensão ao associar-se aos meios de comunicação (WEBER, 2011).

O espetáculo político-midiático surge a partir da confluência dos poderes da mídia, da política e da sociedade. Sendo que a transformação dos acontecimentos em espetáculos depende do interesse dos dois campos, que dividirão os lucros simbólicos. Portanto, todo acontecimento que estabeleça convergência entre os dois campos sociais tem potencial para ser transformado em um “espetáculo político-midiático”. Sobre o impeachment, ao que concerne o envolvimento da sociedade, podemos citar as várias mobilizações públicas que levaram milhares de pessoas às ruas, tanto em defesa do afastamento de Dilma, quanto contrários ao processo de impeachment. Sendo que grande parte dessas manifestações foram agendadas pela mídia.

Compreendemos que a centralidade dos meios de comunicação tem modificado as lógicas de diversos setores da sociedade. Desde a invenção da imprensa no século XV, a evolução tecnológica vem proporcionando mudanças nas interações sociais. A ascensão do domínio midiático não significa que a mídia se torna mais importante, ou que os outros campos sociais sejam menos autônomos, mas sim, que a sociedade contemporânea é permeada pela cultura midiática. Conforme explica Stig Hjarvard, “para compreender a importância da mídia em nossa moderna cultura e sociedade, já não podemos contar com modelos que a concebem isoladamente da cultura e da sociedade” (2014, p. 15). A constituição e o funcionamento da sociedade estão atrelados à lógica da mídia “os processos interacionais e a própria organização social, se fazem tomando como referência o modo de existência desta cultura, suas lógicas e suas operações” (FAUSTO NETO, 2008, p. 92).

Desta forma, a transformação de acontecimentos em espetáculos “abrange a apropriação e midiaticização do acontecimento público de qualidade singular; a tradução do acontecimento em gêneros e formatos próprios da informação, da propaganda e do

entretenimento” (WEBER, 2011, p. 197-198). O acontecimento público legitimado como notícia é apropriado como espetáculo-midiático, o que “ocorrerá, de maneira incontrolável, em todos os tipos de mídia e será adaptada a todos os gêneros que possam explorar algum ângulo desse acontecimento público.” (ibidem, p. 198).

Resumidamente, um acontecimento político²⁰ é transformado em espetáculo político-midiático ao reunir o poder do fato político aos poderes e interesses dos meios de comunicação. Para tanto, ele necessita possuir características potenciais para que o espetáculo seja fabricado. Ele tem de provocar impacto na vida dos indivíduos e na sociedade (WEBER, 2011). Weber indica sete características que dão ao acontecimento potencialidade para ser transformado em espetáculo político-midiático, são elas:

- a) Natureza e estrutura vital: os acontecimentos emergem de diferentes campos - político, religioso, cultural etc., podendo ser inusitados, inesperados ou planejados.
- b) Qualidade: relaciona-se à potencialidade de determinado acontecimento, que o torna suscetível à transformação em espetáculo.
- c) Autonomia: a autonomia do acontecimento irá refletir no tempo de permanência e na abordagem deste pelos meios de comunicação.
- d) Passionalidade: essa é a característica mais específica, não somente para a transformação do acontecimento em espetáculo, como para a existência do próprio acontecimento. A passionalidade é a capacidade de despertar paixões nos indivíduos. As paixões seriam então um capital individual que é acionado pelo espetáculo. “Do padecimento pela morte de grandes estadistas e líderes à ascensão e queda de presidentes, regimes e muros, a comoção dos indivíduos desencadeia ressurreições políticas, midiáticas e mercadológicas” (ibidem, p. 193).
- e) Ideais coletivos: está relacionado ao pertencimento do indivíduo a algo comum e “se expressa a partir de uma identidade coletiva” (ibidem, p. 194). Percebemos que a memória coletiva acerca de acontecimentos históricos nacionais, por exemplo, estão muito atrelados à construção de sentidos moldurada pelos meios de comunicação na descrição e narração de tais eventos.
- f) Rituais de origem: são rituais, cerimoniais, celebrações que “permitem ao indivíduo identificar-se e expor suas paixões em relação aos ideais coletivos que estabelecem as conexões com os diferentes rituais de origem” (ibidem, p. 195).

²⁰ Weber (2011) utiliza o conceito de “acontecimento público”, mas compreendemos que ao optarmos pelo uso do termo “acontecimento político” não entramos em desacordo com as ideias da autora.

Em relação à efetiva transformação destes acontecimentos políticos em espetáculos político-midiáticos, existem as “etapas de fabricação”. A primeira delas é a *hibridação* do acontecimento entre campo político e campo midiático. Em seguida, ele é *traduzido* na linguagem da mídia, adaptado às cerimônias midiáticas adquirindo as “molduras” dos meios de comunicação. Após essas etapas, o espetáculo está pronto para ser *comercializado* e *consumido*. Por último, há a *partição das imagens*, ou melhor, a divisão dos dividendos simbólicos entre os campos e agentes que participaram da transformação do acontecimento em espetáculo.

Em relação ao impeachment presidencial, ele provém da instituição política e se impõe aos meios de comunicação, provoca mudanças no cenário político, na esfera política enquanto instituição, aos agentes políticos que mudam de posição dentro do campo e, assim, provocam impactos na sociedade como um todo.

O impeachment é de natureza política, possui autonomia – pois tem capacidade de permanência e se impõe à mídia e demais instituições, tem a característica da passionalidade, porque desperta paixões nos indivíduos afetados direta e indiretamente por ele e, assim, possui ligação com ideais coletivos políticos, sociais, morais, éticos e jurídicos. No caso daqueles que defendiam a permanência de Dilma no poder, os ideais coletivos estão relacionados a ideais políticos, ancorados na defesa do que o programa político do governo Dilma e do Partido dos Trabalhadores representam para milhões de brasileiros. Essas especificidades estão atreladas à qualidade do acontecimento:

A qualidade é a essência, a sua verdade e a sua integridade que o torna passível de espetacularização e rentável a cada reapresentação. Nessa qualidade é possível identificar a permanência da estrutura vital do acontecimento, como algo que sobra, que vai além do espetáculo e remete à questão das paixões, do poder dos sujeitos dos quais depende a memória sobre o acontecimento. (Weber, 2011, p. 192).

Apesar de o impeachment, enquanto acontecimento programado (CHARAUDEAU, 2006), surgir na esfera política, a sua transformação em espetáculo se dá por conta da intensa visibilidade proporcionada pelo campo midiático, que traduziu o acontecimento na linguagem da mídia com o objetivo de comercializar o espetáculo gerando consumo e lucro. Como resultado, a última etapa da fabricação do espetáculo se dá com a partição das imagens, ou seja, o lucro simbólico, político e econômico que obtiveram as instituições políticas e midiáticas e organizações, grupos de apoio, partidos e agentes políticos, indivíduos e

empresas privadas que dele fizeram parte. “A fabricação e grandiosidade do espetáculo dependem da participação e dos investimentos passionais, comunicacionais e financeiros de todos aqueles que dele se apropriaram, nas esferas política, midiática, pública e privada.” (WEBER, 2011, p. 195).

Se a trajetória da política e de seus agentes está historicamente marcada pelo espetáculo em rituais e cerimônias, pela dramatização na retórica discursiva e pela encenação, a mídia também tem como característica discursiva o que Charaudeau (2016) denomina por “superdramatização”, que nada mais é do que uma dramatização exacerbada “na maneira de relatar e comentar os acontecimentos”, com o objetivo de atrair o público por meio do impacto emocional. Conforme Debord (1997, p.171), “O espetáculo nada mais seria que o exagero da mídia, cuja natureza, indiscutivelmente boa, visto que serve para comunicar, pode às vezes chegar a excessos”.

O aspecto primordial do espetáculo reside na visibilidade e potência de sua imagem (WEBER, 2006), de tal modo, é através do espetáculo político-midiático que se dá o entrelaçamento entre os campos político e midiático, quando há confluência de interesses e de lucros simbólicos e, muitas vezes, as estratégias e lógicas dos dois campos se sobrepõem como no caso do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Uma vez que a espetacularização em torno dos acontecimentos relativos ao processo do impeachment e, antes ainda, quando dos protestos de rua que pediam pelo afastamento da presidente, houve disputa por visibilidade e, posteriormente, divisão das imagens e lucros entre os campos e instituições envolvidos.

CAPÍTULO III – PERCURSO METODOLÓGICO

Neste estudo adotamos a análise indireta dos enquadramentos no nível da mídia e enquanto variável dependente. Para dar conta da proposta, decidimos utilizar a perspectiva teórico-metodológica elaborada por Gamson e Modigliani (1989), em que os enquadramentos podem ser identificados por meio dos elementos simbólicos dispostos nos textos. Estes elementos são compostos pelos “dispositivos de enquadramento”: metáforas, exemplos, representações, slogans e imagens. Todas as definições estão detalhadas no decorrer do capítulo.

Compreendemos que as acepções acerca da perspectiva teórico-metodológica demonstram-se importantes para ampliar o rigor conceitual e metodológico nas pesquisas científicas, contribuindo para estudos futuros.

3.1 O CONCEITO DE ENQUADRAMENTO: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Percebemos os estudos dos enquadramentos como um interessante método de pesquisa para a investigação da relação entre mídia e política. Uma vez que permite a identificação de elementos simbólicos dispostos nos textos, em uma análise indireta, ou seja, que leva em consideração os fatores externos que influenciam na construção narrativa dos meios de comunicação sobre determinada temática. De acordo com Porto, “suas aplicações têm dinamizado o campo da comunicação política, oferecendo uma nova perspectiva para entender o papel da mídia.” (2004, p. 74).

Alguns autores argumentam sobre a dificuldade na aplicação da teoria do enquadramento devido às múltiplas concepções acerca do conceito, assim como, nas diversas possibilidades de operacionalização e codificação dos dados. Observamos que, em alguns casos, há falta de rigor na sistematização metodológica, a qual deve ser adequada ao objeto empírico. Os enquadramentos “têm um método associativo de atuação, sendo necessária a análise de diversos dispositivos simbólicos e dos princípios organizadores para se compreender os *frames*.” (VIMIEIRO; DANTAS, 2009, p. 9-10). Desta forma, buscamos avaliar os diversos percursos metodológicos propostos por alguns autores para, só então, definirmos a abordagem que melhor adequou-se a presente pesquisa.

Os enquadramentos podem ser divididos em dois níveis: os enquadramentos midiáticos e os enquadramentos da audiência. “No nível da audiência, o enquadramento como

uma variável dependente está relacionado a como os receptores são influenciados pela mensagem transmitida pela mídia” (SCHAEFER, 2014, p. 32), podendo estar ainda relacionado ao modo como o público avalia os atores políticos. Nesta pesquisa trabalhamos somente com os enquadramentos propostos pela mídia, pois nosso objetivo é identificar como os dois jornais de maior circulação no país, O Globo e Folha de S. Paulo, abordaram o impeachment de Dilma Rousseff.

Outra divisão abordada por diversos autores é quanto aos enquadramentos como variável dependente ou independente. Segundo Scheufele (1999):

os estudos que enfatizam o enquadramento como variável independente geralmente focam os efeitos criados pelo enquadramento. Por outro lado, os que estudam os enquadramentos como variável dependente examinam a totalidade dos diversos fatores que influenciam a criação ou a modificação dos enquadramentos. No nível midiático, os jornalistas podem ser influenciados por várias variáveis sócio-estruturais ou organizacionais e pelas variáveis individuais ou ideológicas. (apud LEAL, 2007, p. 7).

Compreendendo que os enquadramentos propostos pela mídia sofrem inúmeras influências que vão desde a visão empresarial do veículo de comunicação, aos constrangimentos profissionais às quais os jornalistas são submetidos, além de outros fatores externos, como o tensionamento existente entre a mídia e o campo político, seja por pressão econômica ou simbólica. Filiamo-nos aos estudos que compreendem os enquadramentos como variável dependente. Conforme argumenta Reese (2001), muitas vezes os meios de comunicação produzem notícias como mercadorias, fugindo do real interesse das audiências, desta forma podem produzir enquadramentos distorcidos acerca do mundo social.

Além de variável dependente, nossa proposta metodológica tem como perspectiva a análise indireta dos enquadramentos (MATTHES; KOHRING, 2008), por compreendermos que eles são compostos por elementos dispostos nos textos. Conhecida também por uma abordagem cultural acerca dos *frames*, essa perspectiva indica que há contextos e sentidos indiretos nos textos “responsáveis por um padrão específico de entendimento acerca de uma temática” (VIMIEIRO; MAIA, 2011).

Podemos considerar que as perspectivas metodológicas em estudos sobre enquadramentos são aprimoradas principalmente após os anos 2000 (VIMIEIRO, 2010). Alguns autores relatam as várias perspectivas metodológicas do enquadramento e alertam sobre o risco da falta de rigor para a sistematização destes estudos (VIMIEIRO; MAIA, 2011; PORTO, 2004). “Vários trabalhos não detalham efetivamente como se realizou a codificação

dos enquadramentos ou, então, relatam métodos obscuros, em que o impacto do próprio codificador na análise pode prejudicar a confiabilidade dos resultados” (VIMIEIRO e MAIA, 2011, p. 236).

Matthes e Koring (2008) elencam cinco perspectivas metodológicas mais utilizadas por pesquisadores para a identificação dos enquadramentos: a perspectiva *hermenêutica*, *linguística*, *holística manual*, *assistida por computador* e perspectiva *dedutiva*. Mas alertam sobre os problemas metodológicos que cada uma delas pode representar. Na *hermenêutica* os significados culturais do texto são obtidos de maneira direta e subjetiva, dificultando a compreensão sobre como os enquadramentos são encontrados, na *linguística* também não há clareza em como os enquadramentos são extraídos e não há espaço para a interpretação de aspectos externos ao texto como importantes para a composição dos enquadramentos da mídia, na *holística manual* não há critérios objetivos para definir os enquadramentos, o que pode acarretar em uma forte interferência da subjetividade do pesquisador, a perspectiva que utiliza *softwares* pode reduzir os enquadramentos a conjuntos de palavras, limitando a interpretação acerca dos *frames*, e a abordagem *dedutiva* pode reduzir os resultados a enquadramentos previamente estabelecidos.

Devido à preocupação dos autores em encontrar métodos e técnicas capazes de garantir o rigor metodológico na identificação dos enquadramentos, muitos mesclam técnicas de codificação manual dos elementos que compõem os dispositivos simbólicos com a codificação por computador, esse último por meio de *softwares* (VIMIEIRO, 2010; SCHAEFER, 2014). “Uma vantagem clara desse método é a objetividade na identificação dos frames, que não são encontrados pelos pesquisadores, mas sim pelos algoritmos” (VIMIEIRO, 2010, p. 78). Em geral, o uso de programas de computador para a codificação em algoritmos é realizada em estudos que visem analisar as transformações no discurso da mídia sobre algum tema no decorrer de vários anos.

Com o objetivo de identificar os enquadramentos sobre a temática da deficiência, ao logo dos anos de 1960 até 2008, Vimieiro (2010) utilizou variáveis indicadas através de *codebooks* anteriores, como previsto na perspectiva da *holística manual* (MATTHES; KORING, 2008), codificaram as notícias com base em categorias pré-definidas, trabalhadas por Gamson e Lasch (1980) e Gamson e Modigliani (1989) (metáforas, slogans, exemplos, imagens), sendo que nesta etapa novas variáveis foram surgindo, foram elas: termos, atores, subtópicos e rubricas. Vimieiro (2010, p. 84) alerta para a necessidade de cada estudo acrescentar categorias condizentes com seus objetos: “No nosso caso, fizemos a opção por

utilizar elementos já experimentados em outros estudos, com pequenas adições, que, no caso da temática da deficiência, parecem ser pertinentes para se indicar o enquadramento”. Na terceira etapa os enquadramentos foram definidos com o auxílio de algoritmos.

Há, ainda, autores que definem os enquadramentos de acordo com tipologias: temático, noticioso, “enquadramento corrida de cavalos”, interpretativos, de interesse humano etc.. Como é o caso de Mauro Porto (2004) que propõem dois tipos principais: os “enquadramentos noticiosos” e os “enquadramentos interpretativos”; e, ainda enquadramentos “corrida de cavalos” e “temático” (esses fariam parte dos noticiosos) em caso de cobertura eleitoral, por exemplo. Consideramos que estas classificações, além de delimitadoras dos enquadramentos propostos pela mídia, dizem mais respeito à estruturação da notícia e ao gênero jornalístico, o que fica claro, por exemplo, quando o autor afirma que “enquadramentos noticiosos são criados por jornalistas e os interpretativos são elaborados por atores políticos e sociais. Jornalistas tendem a apresentar seus próprios enquadramentos interpretativos em colunas de opinião ou matérias de cunho analítico” (2004, p. 92).

Segundo ele, os enquadramentos noticiosos seriam os responsáveis pelo “ângulo” dado às notícias. Esta interpretação do significado do conceito é condizente à crítica feita por Entman (2004), o que ele denomina por *script*. Vimieiro e Dantas (2009, p.12) explicam que os *scripts* teriam relação “com o *modus operandi* do jornalismo e com esquemas que são tradicionalmente utilizados em determinadas coberturas noticiosas”. Portanto, os enquadramentos propostos por Porto (2004), em comparação com a nossa compreensão do conceito, está mais próximo dos *scripts* descritos por Entman. Pois propõem uma visão restritiva dos *frames*, ou considera apenas a “ponta do iceberg” (REESE, 2001), deixando de lado aspectos implícitos nos textos e que dizem respeito aos valores sociais mais intrínsecos à produção das notícias. “A tendência, por exemplo, de classificar temáticas em categorias, tais como “economia” e “crime”, obscurece as questões importantes a respeito de como elas foram definidas em primeiro lugar” (REESE, 2001, p. 2).

Para dar conta de nossa proposta de pesquisa elegemos a abordagem metodológica elaborada por Gamson e Modigliani (1989) como a perspectiva conceitual e sistemática mais adequada. Os autores compreendem os enquadramentos como um conjunto de símbolos que podem ser destacados no texto indicando os *frames* da mídia. O enquadramento é formado pelo *pacote interpretativo* que, por sua vez, é composto pelo conjunto de elementos simbólicos dispostos no(s) texto (s). “Um pacote possui uma estrutura interna. Em seu cerne, há uma ideia central organizadora, ou enquadre, para dar sentido aos acontecimentos”

(ibidem, p. 3). É através dos enquadramentos que os sujeitos fazem sentido às suas experiências.

Os dois pensam os pacotes a partir dos dispositivos de enquadramento: metáforas, exemplo, slogans ou chavões, representações e imagens visuais – “que sugerem como pensar a questão” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 3); e dos dispositivos de justificação: origens ou causas, consequências ou possíveis efeitos e apelo a princípios – “que esclarecem o que seria preciso fazer sobre ela” (ibidem). A proposta é que por meio da identificação destes dispositivos simbólicos cheguemos aos enquadramentos propostos pela mídia.

[...] um pacote oferece um número de diferentes símbolos de condensação que sugerem o enquadre central e, resumidamente, as posições, tornando possível revelar o pacote como um todo por meio de uma ágil metáfora, uma frase de efeito ou um outro dispositivo simbólico. (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 3; tradução nossa).

Schaefer (2014), em pesquisa sobre os enquadramentos do líder empresarial na Revista Exame, realizaram a testagem dos dispositivos simbólicos utilizados por Gamson e Modigliani (1989), Matthes e Koring (2008) e Vimeiro e Maia (2011). Chegando a seleção dos dispositivos que melhor definiram o enquadramento da temática de liderança. Sendo eles:

- a) Dispositivos de enquadramento: representações, exemplos e imagens visuais;
- b) Dispositivos de justificação: tema principal e atribuição de responsabilidade.

A exemplo do que fizeram os autores, também precisamos realizar a testagem dos dispositivos propostos por Gamson e Modigliani (1989), selecionamos os que mais recorrentes nos textos e adicionadas outras categorias conforme foi necessário.

3.2 OS DISPOSITIVOS DE ENQUADRAMENTO

É por meio dos “pacotes interpretativos” que “os enquadramentos se manifestam nos textos midiáticos através de dispositivos simbólicos capazes de indicar para audiência uma embalagem ou um significado específico do evento relatado” (SCHAEFER, 2014, p. 38). Portanto, é por meio da análise dos dispositivos simbólicos que, indiretamente, chegamos aos enquadramentos dados às notícias pela mídia.

Como já mencionado anteriormente, os autores separam estes dispositivos em os de enquadramento e os de justificação. Os primeiros sugerem como pensar sobre um tema, e são classificados em: metáforas, exemplos, slogans ou chavões, representações e imagens visuais.

Os últimos sugerem ou explicam o que deveria ser feito sobre o assunto, sendo divididos em: origens ou causas, consequências ou possíveis efeitos e apelo a princípios. Para este estudo, analisaremos somente os dispositivos de enquadramento, por entendermos que eles melhor dão conta da proposta e são suficientes para definir quais os enquadramentos foram propostos pelos jornais. Definimos cada uma das categorias da seguinte maneira:

- a) Representações²¹: escolha de palavras, adjetivações, expressões, personalidade e comportamento que visem caracterizar a ex-presidente Dilma, o seu governo, o PT, Michel Temer ou o momento político.
- b) Metáforas: figura de linguagem utilizada nos textos, geralmente em sentido ironizado.
- c) Exemplos²²: descrevem as ações de Dilma, de Temer ou do governo, retoma ou descreve acontecimentos. E, ou, utiliza exemplos históricos a partir dos quais lições são extraídas.
- d) Imagens visuais: fotografias, imagens de computação gráfica, charges ou caricaturas.

Os Slogans ou chavões, que são palavras ou frases de efeito, geralmente em sentido vulgarizado ou “clichê”, foram retirados das análises porque não são recorrentes nos textos analisados.

3.3 APLICAÇÃO EMPÍRICA DA METODOLOGIA

Neste tópico da pesquisa explicamos como definimos os objetos empíricos, a amostra e como as etapas da aplicação metodológica foram definidas e realizadas.

3.3.1 Objetos de estudo

Escolhemos como objetos empíricos de pesquisa os jornais O Globo e Folha de S. Paulo por serem os diários nacionais de maior circulação. Partimos da compreensão de que, devido à importância que os dois jornais possuem frente ao jornalismo impresso, eles são representativos da grande mídia brasileira.

²¹ A descrição deste dispositivo é baseada em Schaefer (2014). O qual definiu o dispositivo de “Representações” como: “Escolha de palavras, expressões, adjetivações e slogans utilizados para caracterizar o líder empresarial, descrevendo características e traços de personalidade, habilidades específicas, estilo e modo de comportamento” (2014, p. 74).

²² A descrição deste dispositivo é baseada em Gamson e Modigliani (1989), Schaefer (2014) e de acordo com a temática estudada. Schaefer (ibidem) define “Exemplos” como: “Descrevem a ação do líder no contexto em que opera, seu estilo de comportamento, atitudes e posturas diante dos contextos que se apresentam e valores que adota para conduzir a equipe, resolver problemas ou aproveitar oportunidades de mercado.”

Os jornais O Globo e Folha de S. Paulo são veículos de referência para o jornalismo. Servindo como parâmetros, não somente para os indivíduos que buscam informação sobre os acontecimentos nacionais, mas dentro do próprio campo midiático, cumprindo, ainda, a função de agendamento intermídia (McCOMBS, 2009).

De acordo com dados de 2015, disponibilizados pela Associação Nacionais de Jornais (ANJ)²³, o jornal O Globo é o segundo maior jornal de circulação nacional, com uma média de 193.079 exemplares impressos. No site do jornal e nas edições impressas não encontramos informações sobre tiragem. O jornal Folha de S. Paulo fica uma posição abaixo de O Globo, conforme a ANJ, com média de circulação de 189.254 exemplares impressos. Na capa da Folha, há a informação de que a circulação diária das versões impressas, somadas ao digital, é de 302.248 exemplares. Os dois só perdem em circulação para o jornal mineiro Super Notícia, conhecido por uma abordagem sensacionalista em suas reportagens.

A história da Folha de S. Paulo²⁴ inicia em 1921, fundada sob o nome de Folha da Noite, anos depois foram criadas a Folha da Manhã e a Folha da Tarde. Apenas em 1960 as três edições foram acopladas passando a chamar-se Folha de S. Paulo. Desde sua fundação, o jornal foi de propriedade de vários empresários e acionistas, mas em 1992 a família Frias passa a deter a totalidade acionária da empresa, sob a direção do empresário Octavio Frias de Oliveira.

Autodeclarada “o jornal mais influente do Brasil”, em seu site a Folha de S. Paulo afirma ter a missão de:

Produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, baseadas nos princípios editoriais do Grupo Folha (independência, espírito crítico, pluralismo e apartidarismo), por meio de um moderno e rentável conglomerado de empresas de comunicação, que contribua para o aprimoramento da democracia e para a conscientização da cidadania.

Além do objetivo de “consolidar-se como o mais influente grupo de mídia do país”, a Folha tem como princípios, conforme a descrição no site: “independência econômica e editorial, compromisso com o leitor, ética, defesa da liberdade de expressão, defesa da livre iniciativa, pioneirismo e respeito à diversidade”.

Atualmente, o Grupo Folha possui, além da Folha de S. Paulo, o jornal Agora que circula em São Paulo e o jornal Alô Negócios que publica somente classificados e circula em

²³ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>

²⁴ As informações sobre a Folha de S. Paulo foram retiradas do site do jornal: <http://www.folha.uol.com.br/>

cidades do Paraná e de Santa Catarina. E as revistas: Revista São Paulo, Serafina, o Guia Folha, Guia Folha – Livros, Discos, Filmes e a Revista Da Hora, que são encartadas junto aos jornais. O Grupo possui também a editora Publifolha, criada em 1995, a Livraria da Folha (online) e várias empresas responsáveis por impressão, transporte e distribuição dos produtos editoriais. Além disso, o Grupo é proprietário de uma das empresas de conteúdo e serviços de Internet mais conhecidas no Brasil, o site Universo Online – UOL. E do instituto de pesquisa DataFolha, fundado em 1983, e a agência de notícia Folhapress.

O jornal O Globo²⁵, fundado em 1925, no Rio de Janeiro, faz parte do conglomerado de mídia do Grupo Globo, pertencente à família Marinho. Eleito em 2015 como o 17º maior conglomerado de mídia do mundo, conforme informações do portal G1, o Grupo tem como missão “informar, entreter e contribuir para a educação do país através de conteúdos de qualidade”.

Em 1944, a empresa que ainda estava se consolidando no mercado, funda a Rádio Globo, oito anos mais tarde é criada a Rio Gráfica Editora, que em 1986 passa a ser chamada Editora Globo. No ano de 1957 o Grupo Globo recebe a primeira concessão de canal de televisão, até então ligada à Rádio Globo. Somente em 1965 é fundada a TV Globo. Em poucos anos afiliadas foram sendo inauguradas em outros estados do país, formando a Rede Globo de Televisão. Atualmente, são “cinco emissoras próprias, de propriedade da Família Marinho, e 118 afiliadas no Brasil, pertencentes a diversos grupos empresariais, o sinal da Rede Globo chega atualmente a 5.490 municípios brasileiros.” (página do G1, memória do Grupo Globo).

Em 1971, a família Marinho funda a gravadora Som Livre. Em 1977 é criada a Fundação Roberto Marinho, que desenvolve projetos na área de educação meio ambiente e patrimônio. A partir da Fundação é criado o Canal Futura, em 1997, – “primeiro canal de televisão educativa mantido pela iniciativa privada”. Em 1991 o Grupo inaugura a Rede CBN (Central Brasileira de Notícias) e a Globosat, em 1996 a GloboNews e, em 1998, a Globo Filmes (produtora de cinema). É de propriedade das Organizações Globo, também os jornais Extra e Expresso, a agência de notícias O Globo e o portal de classificados ZAP, além do jornal Valor Econômico, inicialmente editado em parceria com o Grupo Folha. E, ainda, pela Editora Globo, a Revista Época, dentre outras.

²⁵ As informações sobre o Grupo Globo foram retiradas do site: <<http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm#>>

Preocupamo-nos em trazer como dados informativos as empresas pertencentes aos dois Grupos para dimensionar a importância e o poder econômico que possuem, assim como a atuação no cenário da comunicação nacional. Christofolletti (2008) considera que os oligopólios de comunicação midiática são perigosos para as democracias, pois diminuem a oferta de produtos e conteúdos de informação, diminuindo a qualidade do jornalismo.

No Brasil, embora a Legislação de 1988 proíba o monopólio e o oligopólio de mídia, “um condomínio restrito de oito grupos de mídia respondem por 80% do que se consome de informações e entretenimento no país; exceto por um deles, os demais grupos são controlados por famílias” (CHRISTOFOLLETTI, 2008, p. 4). São elas: o Grupo Globo, o Grupo Folha, o Grupo Silvio Santos, o Grupo Abril, a Rede Record, o Grupo RBS, o Grupo Estado e o Grupo Bandeirantes.

Portanto, a principal crítica sobre a atuação dos monopólios e oligopólios de mídia, é a respeito da padronização da informação, gerando como questionamento como isso pode afetar o acesso à informação por parte da sociedade e, conseqüentemente, a formação da opinião pública. Com base nos resultados desta pesquisa, abordados adiante, podemos constatar que essas críticas e questionamentos acerca da uniformização da comunicação são pertinentes.

3.3.2 Definição da Amostra

Definidos os objetos empíricos, o próximo passo foi a seleção da amostra. Devido à extensão dos materiais que comporiam o *corpus*, caso optássemos por analisar todas as reportagens publicadas nos dois jornais, desde que o pedido de impeachment foi acolhido na Câmara dos Deputados, em dezembro de 2015, até a etapa final do processo que ocorreu em 31 de agosto de 2016, no Senado Federal, decidimos pela coleta do material por meio da seleção das notícias referentes às principais etapas do processo de impeachment.

De tal modo, escolhemos as edições dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo que noticiaram o acolhimento do pedido de impeachment na Câmara dos Deputados – que ocorreu no dia 2 de dezembro de 2015; as edições posteriores às votações na Câmara dos Deputados que decidiram pela abertura do processo – ocorrido em 17 de abril; e, por último, as edições posteriores à votação final do impeachment no Senado Federal, que aconteceu em 31 de agosto de 2016. Ou seja, analisamos as edições dos jornais de 03 de dezembro de 2015, 18 de abril de 2016 e 1º de setembro de 2016. Dentro dessas edições, selecionamos as reportagens

que tinham como pauta o impeachment ou que tratavam indiretamente do tema. No total, analisamos 59 reportagens (em anexos).

Para ter acesso ao material foi necessária a assinatura digital dos dois jornais, que permitem a leitura do conteúdo das versões impressas através dos sites. Percebemos que a análise dos textos que são publicados nos jornais impressos é mais consistente para a pesquisa, porque as notícias publicadas nos sites muitas vezes são editadas posteriormente e, até mesmo, excluídas das páginas.

3.3.3 Codificação

Após selecionarmos as reportagens das edições que tratavam sobre o impeachment, definimos os trechos dos textos conforme os “dispositivos de enquadramento”: metáforas, representações, exemplos, imagens e slogans (esse último foi retirado por não haver recorrência relevante nas reportagens selecionadas) e os elencamos em tabelas (em apêndices). Realizada a leitura integral do material selecionado e tabelado, passamos para a segunda etapa, em que observamos os elementos textuais selecionados nos dispositivos a fim de criarmos novas categorias.

Identificamos a existência de sentenças e expressões recorrentes que buscam caracterizar Dilma, o seu governo, Temer e o PT – para esse conjunto de elementos criamos quatro categorias dentro do dispositivo de “Representação”. Para o dispositivo de “Exemplos” identificamos quatro tipologias nos elementos textuais recorrentes nas edições. São trechos dos textos com descrições singulares acerca das ações da Dilma, do Temer, do PT e, até mesmo do ex-presidente Lula.

Desta forma, criamos a lista de códigos, o *codebook* da pesquisa.

Tabela 1 – Lista de códigos:

Dispositivos de Enquadramento:	Definição:	Categorias:
Representações	Escolha de palavras, adjetivações e expressões que definam personalidade e comportamento, com a finalidade de caracterizar Dilma, o seu governo, o PT, Michel Temer ou o momento político.	*Questionamento/descrédito; * Derrota; * Solução; * Resistência de Dilma e, ou do PT.

Exemplos	Descrevem as ações da presidente, do governo ou do PT, ou de Michel Temer. Retoma ou descreve acontecimentos. E utiliza exemplos históricos a partir dos quais lições são extraídas.	<ul style="list-style-type: none"> * Lula estrategista para a solução do governo ou do PT; * Temer estrategista; * Ações do governo Dilma prejudicaram o país / são responsáveis pelo impeachment; *Ações de Temer geram incerteza.
Metáforas	Figura de linguagem utilizada nos textos, geralmente em sentido ironizado.	
Imagens	Fotografias, imagens de computação gráfica, charges ou caricaturas.	

Fonte: elaborado pela autora.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE

4.1 ANÁLISE EM O GLOBO – EDIÇÃO DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

Constatamos por meio dos dispositivos encontrados nos textos desta edição do jornal O Globo, que o governo e a presidente são apresentados com descrédito, Dilma é representada como resistente e o acolhimento do pedido de impeachment é visto como uma derrota da presidente.

Em todos os textos, há a repetição do uso do verbo *atacar* para definir o pronunciamento da presidente Dilma, no qual criticou a atitude de Eduardo Cunha em acolher o pedido de impeachment e defendeu-se das acusações que pesam contra ela no texto, que foi elaborado por Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Percebemos que a narrativa dos jornais muitas vezes é tecida por meio do conflito, da oposição, a qual é reforçada nos personagens Dilma *versus* Temer. É comum que o jornalismo político busque cobrir os temas políticos sob a lógica do conflito por ser essa uma categoria específica da política. “A narrativa jornalística apropria-se dessa visão dualista do conflito no mundo fático da política e o adapta como categoria estruturadora de sua retórica dramatizada” (MOTTA; GUAZINA 2010, p. 133). Segundo os autores, o jornalismo utiliza o conflito como um enquadramento que estrutura o enredo da narrativa, colocando atores uns contra os outros, para despertar a atenção dos destinatários.

A repetição do verbo *atacar* para definir a atitude de Dilma contra Cunha revela como o conflito é central para criar as representações e enquadramentos sobre o governo Dilma. Como, por exemplo, nos enunciados: “Presidente reage, diz que não cometeu atos ilícitos e ataca adversário”, “Dilma se diz ‘indignada’ e ataca Eduardo Cunha”. O conflito também é destaque nas metáforas: “Dilma e Cunha passaram a travar uma queda de braço”, “A vingança veio em forma de pautas-bomba”. Por ser uma categoria estruturadora do drama na narrativa jornalística, o conflito também pode ser pensado como mais um aspecto da espetacularização da política no discurso midiático. Veremos adiante que o mesmo acontece na edição da Folha de S. Paulo.

Na reportagem, “Rito do processo de afastamento começa hoje”, disposta na página 8 do jornal e representada na tabela 8, avaliamos que ao colocar a questão do *afastamento* da presidente em destaque, o jornal está antecipando a decisão que só foi tomada após os deputados aprovarem a abertura do processo, em abril de 2016. A antecipação, também é

evidenciada na representação de derrota sobre Dilma Rousseff (representação que se repete em todas as edições analisadas). O que pode ser observado nos seguintes enunciados desta edição: “A avaliação é de que Dilma não resistirá se as ruas apoiarem o processo.”, “Para oposição, processo é caminho sem volta para presidente”, “Rito do processo de afastamento começa hoje”.

Percebemos que o discurso de antecipação cumpre com os requisitos de uma narrativa do espetáculo, pois busca despertar a atenção do leitor dramatizando e inferindo algo antes de acontecer. O que se desvia dos princípios jornalísticos da objetividade, de narrar a verdade dos fatos sem interferência no andamento dos acontecimentos. Ao analisar a intervenção do campo jornalístico sobre o campo jurídico, a despeito dos casos de Isabella Nardoni e Eloá Cristina, Oliveira (2014, p. 20) considera que o “discurso jornalístico ao antecipar a sentença – essa ao ser interpretada por um auditório universal e leigo – pode influenciar, em definitivo, na formação da opinião pública”.

A dimensão temporal é uma perspectiva importante e estruturadora da narrativa. Dalmonte (2010, p. 339) afirma que “O evento narrado é capaz de antecipar realidades, que podem ou não se concretizar, mas a ideia da previsibilidade lança o leitor num movimento de espera, com base nas expectativas apresentadas”. Ou seja, a antecipação no discurso jornalístico, no caso aqui analisado, visa despertar no leitor como efeito de sentido a ideia de que o afastamento temporário de Dilma, assim como, a perda do cargo da Presidência são iminentes, não havendo outra saída, ou solução.

Os elementos encontrados nos dispositivos conduzem, ainda, à ideia de resistência do governo e da presidente, reforçando a representação da personalidade de Dilma como firme, autoritária – representações comumente encontradas na mídia sobre a figura de Dilma Rousseff, ao menos até o momento em que o pedido de impeachment foi aberto e ela foi afastada do cargo. A partir de então, a ideia de Dilma como derrotada predomina, conforme abordamos adiante.

4.2 ANÁLISE EM FOLHA DE S. PAULO – EDIÇÃO DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

Da mesma maneira que no jornal O Globo, a Folha de S. Paulo utiliza em todos os textos o verbo *atacar* para descrever a atitude de Dilma. A ex-presidente realizou pronunciamento para defender-se das acusações que constavam no pedido de impeachment e, durante a declaração, ela criticou a atitude de Eduardo Cunha, presidente da Câmara, em

acolher o pedido. O pronunciamento de Dilma é descrito pelo jornal nos seguintes termos: “Dilma disse ter recebido a notícia com ‘indignação’ e atacou, ainda que sem citá-lo, o presidente da Câmara”, “Dilma ainda partiu para o ataque contra Cunha”, “Presidente se diz indignada e ataca Cunha”, “Presidente se disse indignada e atacou peemedebista”, “Dilma ainda partiu para o ataque contra Cunha”.

A representação mais recorrente nesta edição é de resistência, tanto de Dilma, quanto do seu partido. A ideia de resistência de Dilma e do PT é evidenciada, principalmente, quando os jornais afirmam que ela *atacou* Eduardo Cunha. Por vezes, a descrição de *ataque* também sugere descrédito sobre o governo da petista.

Constatamos que nos dois jornais o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, é visto como vingativo e sua atitude de “retaliação” é apresentada como negativa. Mesmo assim, Dilma Rousseff é representada como autoritária quando comete a atitude de “atacar” Cunha. Como vimos na análise anterior, a repetição dos textos que insistem na representação de ataque da ex-presidente, refletem a ideia de conflito que comumente é utilizada pelo jornalismo político para despertar a atenção dos receptores das mensagens. Conforme Motta e Guazina, “o conflito funcionaria como um frame (enquadramento) cognitivo utilizado para organizar as atividades dos atores políticos, definir as situações e demarcar os acontecimentos.” (2010, p. 135). De acordo com os autores, o conflito por não ser uma categoria inerente do jornalismo, mas sim do jogo político, é apropriada pela linguagem jornalística reforçando a visão da política como um jogo de oposições.

Observamos, ainda, que as reportagens que trazem o posicionamento dos opositores de Dilma ganham maior destaque em comparação com os textos que refletem o posicionamento dos que são favoráveis a então presidente. Como, por exemplo, os dois textos dispostos na página oito da edição da Folha. A primeira delas, com 14 parágrafos, é embasada no posicionamento de Aécio Neves (PSDB) sobre o acolhimento do processo, enquanto o texto que aborda o posicionamento dos movimentos sociais, que defendem o governo Dilma, é impresso em letras bem menores, com menor destaque e em apenas cinco parágrafos. Ou seja, o jornal enfatiza a opinião da oposição sobre o processo de impeachment.

Imagem 1 – Página oito da edição

BRASIL EM CRISE

Oposição afirma que decisão de Cunha não é golpe e foi legítima

Presidente do PSDB, senador Aécio Neves diz que Dilma cometeu crimes fiscais e eleitorais

Para lacuna, suspeitas de corrupção contra Eduardo Cunha não deslegitimam processo de impeachment

de sua vida
de sua vida

Demissão por Dilma Rousseff na edição de 2014, o apudador do impeachment, o presidente da maior partido de oposição, senador Aécio Neves (PSDB-MG), disse que o processo que pode levar ao afastamento da primeira dama não era classificado como tentativa de golpe.

"Temos democracia nas instituições do governo, com todas as garantias constitucionais, não há nada de ilegal aqui, ao contrário, a Constituição do Brasil do ano, a mesma Constituição proposta por este governo há pouco mais de um ano", disse.

"Não se trata de um processo de impeachment para que se instale um governo provisório, não se trata de um golpe, não se trata de uma tentativa de alterar a Constituição. Não se trata de qualquer mudança, não se trata de um movimento de que os poderes serão deturpados no Congresso como crimes contra a sociedade", afirmou.

Para o senador, o fato de o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ter denunciado o processo no mesmo dia em que deputados do PT decretaram a suspensão do Conselho de Ética não deslegitima o processo – suspeita de ter se beneficiado da corrupção na Petrobras, Cunha é líder do partido de oposição no Congresso.

"Quanto às suspeitas, obviamente cobrem a Cunha", afirmou João. Mas do PSDB não se absteve de se aproximar com o novo comportamento com todos os processos", afirmou.

Para Aécio, Dilma cometeu crimes de responsabilidade. "Há algo que precisa ser esclarecido no Brasil e é para isso que o processo foi criado. Não se trata de um golpe, não se trata de uma tentativa de alterar a Constituição. Não se trata de qualquer mudança, não se trata de um movimento de que os poderes serão deturpados no Congresso como crimes contra a sociedade", afirmou.

O principal argumento é que presidente cometeu crimes de responsabilidade no momento de assumir o cargo de presidente da República. "Não se trata de um golpe, não se trata de uma tentativa de alterar a Constituição. Não se trata de qualquer mudança, não se trata de um movimento de que os poderes serão deturpados no Congresso como crimes contra a sociedade", afirmou.

impeachment) ter sido acionado, não se trata de um golpe, não se trata de uma tentativa de alterar a Constituição. Não se trata de qualquer mudança, não se trata de um movimento de que os poderes serão deturpados no Congresso como crimes contra a sociedade", afirmou.

O principal argumento é que presidente cometeu crimes de responsabilidade no momento de assumir o cargo de presidente da República. "Não se trata de um golpe, não se trata de uma tentativa de alterar a Constituição. Não se trata de qualquer mudança, não se trata de um movimento de que os poderes serão deturpados no Congresso como crimes contra a sociedade", afirmou.

maior José Pinheiro (PT-CE), para o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PT-PE), Cunha não é o responsável pela decisão de agosto do PT no Conselho de Ética, algo com que ele cotaria para fazer uma eventual mudança de seu mandato.

"Parece que houve uma tentativa de que o PT viesse a proteger quem quer que seja o chefe de estado que o partido bancada elegeria esse processo que havia. Acho que foi maléfico e acho que é algo que não se pode fazer que não seja um golpe ou uma tentativa de golpe", disse.

O líder do PT na Câmara, Sérgio Manguabeira (MPL), afirmou que o PT não se trata de um golpe, não se trata de uma tentativa de alterar a Constituição. Não se trata de qualquer mudança, não se trata de um movimento de que os poderes serão deturpados no Congresso como crimes contra a sociedade", afirmou.



O presidente do PSDB, senador Aécio Neves

Com o Investment Bank do Itaú BBA, você enxerga **oportunidades** que quase ninguém consegue ver.

Frações, ações, opções, derivativos de capital. Na hora de avaliar seu patrimônio, não basta apenas olhar para o preço das ações, é preciso analisar a estrutura financeira. Vá ao Itaú BBA e descubra o mundo do Itaú Investment Bank do Itaú BBA.

Acesse [ItaúBBA.com](#) e confira mais.

Itaú BBA. O Corporate & Investment Bank de América Latina.



Movimentos sociais questionam ato de Cunha e prometem ir às ruas por Dilma

de sua vida
de sua vida

Logo após a notícia de suspensão de Dilma contra o presidente, Dilma de movimentos sociais prometem manifestar suas ruas e tentativas de impeachment de Dilma Rousseff.

Líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), João Paulo Siqueira, afirmou que o ato de Cunha é um golpe de estado e prometeu ir às ruas de protesto.

Ele diz que Dilma evasiva de empobrecimento de Dilma Rousseff, que o presidente do Conselho de Ética decretou a suspensão de Cunha.

O argumento do sr. João Paulo Siqueira é que o ato de Cunha é um golpe de estado e prometeu ir às ruas de protesto.

Ele diz que Dilma evasiva de empobrecimento de Dilma Rousseff, que o presidente do Conselho de Ética decretou a suspensão de Cunha.

Fonte: Folha de S. Paulo, 3/12/15.

4.3 ANÁLISE EM O GLOBO – EDIÇÃO DE 18 DE ABRIL DE 2016

Conforme é possível observar nas categorias elencadas, O Globo caracterizou a presidente Dilma como derrotada, isolada e fragilizada, por conta da votação na Câmara dos Deputados que aprovou o processo de impeachment que, a partir de então, será julgado e votado pelo Senado Federal. Já na capa da edição, O Globo chama a atenção dos leitores para o título em destaque – “PERTO DO FIM”; mesmo que o processo tenha apenas iniciado, o jornal vende a ideia de que a presidente tem pouca, ou nenhuma chance de permanecer no poder. Este é o primeiro aspecto que denota a lógica da provocação, de despertar a curiosidade no leitor, a lógica da dramaticidade, portanto, do espetáculo na mídia.

Segundo Fausto Neto (1993, p. 40), o título do trabalho jornalístico funciona como uma espécie de norteador do sentido que será dado pelo campo da recepção, mas que é

definido previamente pelos enunciadores. “Assim sendo, o título apresenta um certo valor repressivo uma vez que uma de suas funções é, dentre outras, o próprio controle do sentido.”.

Mesmo que desacreditando na possibilidade de permanência de Dilma na chefia do Executivo Nacional e, por vezes, deixando claro o posicionamento de que o melhor para o país é a sua saída (conforme reportagem “Desafio é recuperar a confiança – Para analistas e empresários, país só voltará a crescer com ajuste fiscal e reformas”, página 31), na capa do jornal o vice-presidente, próximo na linha de sucessão presidencial, é representado na charge de Chico Caruso com um rabo de raposa. O significado do desenho é uma comparação de Temer com o animal que simboliza a astúcia, a rapidez, a esperteza e o comportamento traiçoeiro. O que vem ao encontro das denúncias dos membros do governo e da própria presidente, os quais acusam Temer de traição.

Na mesma linha da charge, a reportagem “O desejo íntimo de um vice à espreita do poder”, na página 16, apresenta Michel Temer como oportunista, esperto, aquele que, mesmo “sem ter recebido um voto sequer para tanto”, pode assumir a Presidência do país. Percebemos, ainda, que esta foi a única reportagem da edição (dentro da temática de política) que foi assinada. Sendo, também, a única que traz um posicionamento diferente dos demais textos, percebemos uma nítida ironia sobre o vice-presidente e, conseqüentemente, uma desaprovação sobre a possibilidade de que Temer assuma a chefia do Executivo. Ponderamos a possibilidade de a reportagem ter sido assinada para desvincular o posicionamento da jornalista (Júnia Gama) do posicionamento do veículo. A assinatura no jornalismo pode ser sinal de prestígio do profissional perante o campo midiático, mas também acarreta em responsabilidade, inclusive na instância jurídica. Conforme Christofolletti, “quando alguém assina um livro ou uma matéria de jornal, a sociedade tem a evidência de quem deve responder por possíveis conseqüências da divulgação daquelas idéias, conceitos, versões” (2006, p. 9).

Sobre a questão dos posicionamentos, percebemos que não são todas as reportagens que primam pelos critérios da objetividade e imparcialidade, valores tão difundidos nas cartilhas das redações e tão defendidos pelos profissionais para argumentar sobre o não julgamento dos fatos ou de pessoas envolvidas nestes. Tuchman (1999) elenca quatro procedimentos estratégicos utilizados pelos jornalistas para o alcance da objetividade: apresentação de possibilidades conflituais, provas auxiliares, uso de aspas e estrutura da informação. Por exemplo, na reportagem “Próximo front – Líderes preveem rito sumário no Senado”, na página 8, além de concluir o texto com a fala do senador Aécio Neves -

presidente do PSDB, mencionado diversas vezes em delações premiadas na Operação Lava-Jato e em outros escândalos como em Furnas e um dos principais rivais do atual governo (ficou em segundo lugar nas votações para a última eleição presidencial) - o que no jornalismo é inapropriado, pois sugere que a opinião da fonte é a mesma do veículo de comunicação. “Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar na notícia e deixam os ‘factos’ falar” (TUCHMAN, 1999, p. 81).

Outro aspecto observado neste texto refere-se ao modo como Lula e o PT são apresentados: “reforçar o discurso do golpe e tentar salvar o que restou do partido”, “Os próprios líderes petistas já dão como perdida a batalha no Senado e o foco é salvar o partido e Lula” (os líderes que teriam feito a afirmação não são identificados no texto), a mobilização para denunciar o golpe será para “minar o governo de Temer”, “os petistas prometem transformar a vida do vice-presidente Michel Temer ‘num inferno’” (mais uma vez a fonte que fez esta afirmação não é mencionada).

Observamos ainda, que na matéria: “Renan, o senhor do tempo no Senado”, impressa na página 10, o texto afirma que Renan Calheiros “admitiu que, vencida esta etapa, o afastamento de Dilma é irreversível”, o que já é de conhecimento de quem acompanha o processo, pois assim que o Senado iniciar o julgamento, a presidente deve ficar afastada por até 180 dias, conforme determina a lei. Porém, ao lado da foto de Calheiros, há a afirmação de que “ele já admitiu que o impeachment é irreversível” – o que é completamente diferente do que o presidente do Senado afirmou publicamente e que o texto assegura.

Mas a reportagem que merece maior destaque dentro deste quadro de observações é a intitulada “Desafio é recuperar a confiança”, da página 31. No texto, há o claro posicionamento em apoio à saída de Dilma Rousseff da Presidência da República, como é possível verificar no trecho: “O ambiente para negócios tende a melhorar com a possível saída de Dilma”. Identificamos ainda, que O Globo utiliza fontes para legitimar o seu posicionamento. Sem informar quais são as fontes há a seguinte afirmação: “os empresários avaliam que, caso Michel Temer assuma a presidência, haverá esforços para a retomada de uma política econômica ortodoxa, com ênfase no ajuste fiscal”. No decorrer do texto são reforçados os pontos de vista com os depoimentos das fontes, entre elas o proprietário da rede varejista Riachuelo, recentemente envolvida em escândalo por terceirização de trabalho análogo a escravidão. De acordo com Tuchman (ibidem, p. 82), “Ao acrescentar mais nomes e citações, o repórter pode tirar as suas opiniões da notícia conseguindo que outros digam o que ele próprio pensa”.

Por meio das categorias do dispositivo de Representação: “*Derrota*”, “*Solução*”, “*Resistência de Dilma*”; e das categorias encontradas no dispositivo de enquadramento Exemplos: “*Lula estrategista para a solução do governo ou do PT*” e “*Temer estrategista*”, evidencia-se o processo de personalização na política, pois o foco dos problemas e das soluções recaem sobre apenas um personagem, que neste caso são Dilma ou Temer. E, assim, deixam de abordar questões mais complexas que envolveram o processo de impeachment. “As personagens políticas sobrepõem-se aos temas políticos e os temas políticos são tratados como questões pessoais.” (INNERARITY, 2006, p.32).

A personalização na figura da presidente Dilma pode ser identificada na reportagem “Desafio é recuperar a confiança” (página 31), por exemplo, verificamos que a saída da presidente é proposta como a única solução, conforme os trechos: “O ambiente para negócios tende a melhorar com a possível saída de Dilma.” e “Caso Dilma fique, teríamos o pior cenário, ela não conseguiria governar”. Evidenciamos a personalização também na figura do vice-presidente: “os empresários avaliam que, caso Michel Temer assuma a presidência, haverá esforços para a retomada de uma política econômica ortodoxa, com ênfase no ajuste fiscal”.

A personalização é amplamente utilizada quando se refere a Lula, como acontece na reportagem “Líderes preveem rito sumário no Senado” (página 8): “O PT e o ex-presidente Lula vão usar todas as armas para espichar ao máximo o calendário do impeachment no Senado”, “o foco é salvar o partido e Lula”, “Estão preocupados é em construir a narrativa para 2018, quando acham que Lula estará em condições de disputar de novo o Planalto” e, ainda na metáfora: “Lula e o MST ‘incendiando’ as ruas”. Assim como pode ser observado já na capa da edição, quando O Globo afirma que: “Não surtiu efeito sequer o esforço do ex-presidente Lula, cuja nomeação como ministro para escapar do juiz Sérgio Moro, da Lava-Jato, ajudou a agravar a crise.”.

Com base em todas as observações realizadas, consideramos que o jornal O Globo, em sua edição de 18 de abril de 2016, representou a presidente Dilma como derrotada, sem condições de governar, sendo a solução para a recuperação do país a sua saída da Presidência. Outro posicionamento que podemos identificar é de que a solução para o momento político e econômico do país é o governo Temer, embora este seja por vezes representado como esperto, astuto e traiçoeiro. Por desacreditar completamente na permanência de Dilma no Planalto, Lula é visto como estrategista que quer reassumir o poder, sendo esta também a grande preocupação do Partido dos Trabalhadores, conforme induzem os textos.

Observamos que O Globo, desde que o processo de impeachment foi acolhido na Câmara dos Deputados, antecipou a decisão final. A “antecipação” é verificada quando os jornais expõem as representações de derrota de Dilma, por exemplo. Outros exemplos podem ser verificados quando, após acolhimento do processo (3/12/2016), O Globo já antecipava: “Rito do processo de afastamento [grifo nosso] começa hoje”, na capa da edição após a abertura do processo (18/04/2016) anunciava: “PERTO DO FIM”, outro título: “AVISO PRÉVIO, Dilma perto do afastamento”.

4.4 ANÁLISE EM FOLHA DE S. PAULO – EDIÇÃO DE 18 DE ABRIL DE 2016

O primeiro aspecto que nos chamou a atenção é na capa da edição da Folha de S. Paulo, há um breve levantamento histórico acerca da carreira de Dilma e de Temer. Porém, há uma diferença na abordagem entre os personagens - enquanto o histórico de Dilma apenas reforça que ela foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente da República, sua reeleição na vitória mais apertada desde o ano de 1989 e o índice de reprovação de seu governo, o histórico de Temer aborda sua formação acadêmica, cargos públicos ocupados e aspectos relacionados à formação familiar. Compreendemos que neste texto há uma ênfase na trajetória acadêmica do vice-presidente para reforçar a ideia de que Temer tem melhor capacidade para governar o país do que a então presidente Dilma, reeleita com vitória apertada e com elevado índice de reprovação. O que pode ser observado no trecho:

Primeira mulher a ocupar o cargo, Dilma foi reeleita em 26 de outubro de 2014 com 54,5 milhões de votos, 51,6% dos válidos, na vitória mais apertada desde 1989. Em agosto passado, já tinha a maior taxa de reprovação (71%) de um presidente em 30 anos.

A economia se deteriorou após a reeleição. O desemprego (6,5% em 2014) saltou para 9,5% neste ano. Em 2015, o PIB teve a maior queda entre as 20 maiores economias do mundo. Neste ano, estima-se retração similar, de 3,8%. A inflação atingiu 10,7% em dezembro.

Nascido em Tietê (SP), Michel Miguel Elias Temer Lulia, 75, poderá tornar-se o 41º presidente. Foi professor de Direito Constitucional da PUC-SP, procurador-geral e secretário de Segurança de São Paulo e deputado federal por seis mandatos. Articulou o apoio do PMDB a Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Em 2006, negociou a aliança com o PT. Tem cinco filhos e a mulher, Marcela Temer, 32, está grávida do segundo do casal.

Chamado de golpista pela presidente, Temer passou as últimas semanas articulando a viabilidade política de seu governo. Aliados já discutem o eventual ministério. (FOLHA DE S. PAULO, 18/04/2016, capa).

Na reportagem da página 2 – “Câmara dá aval ao impeachment de Dilma Rousseff”, apesar de ser um texto noticioso, que deveria cumprir apenas o dever em informar, enfatiza o

descrédito sobre a presidente Dilma Rousseff, como é possível observar nas categorias elencadas nas tabelas em apêndice. Dilma é descrita como “**acusada** de fraude orçamentária [grifo nosso]”, mesmo que a votação na Câmara represente legalmente apenas a intenção de abertura de um processo.

Em apenas um texto, destacado na tabela de número 32, os exemplos foram categorizados como “Temer estrategista” – uma das categorias criadas com base nos textos do jornal O Globo. Portanto, percebemos que as categorias encontradas nos exemplos de O Globo não são recorrentes na Folha. A Folha de S. Paulo também não utiliza descrições de acontecimentos em que o ex-presidente Lula seja apresentado como estrategista que pode ser a solução do governo, assim como não utiliza descrições de ações da presidente Dilma como prejudiciais ao país. Embora, nos dispositivos de Representações: derrota, questionamento/descrédito governo Dilma e resistência de Dilma ou PT apareçam em vários textos dos dois jornais.

No texto “‘Agora vem a parte mais difícil’, afirma Temer a aliados”, impresso no topo da página 5, destacamos o enquadramento de solução com que um possível governo Temer é apresentado. Um dos enfoques dado ao novo governo é o de pacificação, termo utilizado como subtítulo dentro do texto. Em vários trechos são citados como fontes de informação “assessores” sem que nomes sejam mencionados.

Outro aspecto curioso é a menção a entidades como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como simpatizantes ao “petismo”. Avaliamos que o uso da expressão “petismo” em oposição ao uso de “governo Dilma”, ou “Partido dos Trabalhadores”, objetiva acionar certos quadros de sentidos relacionados ao “bolivarianismo” ou “chavismo” – expressões muito utilizadas pela grande mídia e por opositores de partidos da esquerda. O enquadramento que objetivam transmitir sobre estes termos é de relacioná-los à ditadura comunista. Este mesmo trecho da reportagem reforça a representação que a grande mídia comumente faz sobre o MST, como uma entidade radical, violenta, em oposição ao governo pacificador que Temer desejaria promover.

Nas próximas semanas, Temer deve voltar a sinalizar que fará um governo de “pacificação nacional”, buscando negociar com todas as forças políticas. Assessores dizem que não estão descartadas conversas com alas do PT no sentido de tentar desmotivar reações radicais de entidades simpáticas ao petismo, como MST. (FOLHA DE S. PAULO, 18/04/2016, p. 5).

A reportagem finaliza com destaque para trechos de depoimento do senador Romero Jucá (PMDB-RR): “Ele [Jucá] disse que o partido quer “trazer o céu e o progresso” em um eventual governo Michel Temer em comparação ao “inferno” protagonizado pelo PT.”.

Abaixo, ainda na página 5, temos a reportagem “Assessores de petista já falam em levar caso ao Supremo”. A imagem à esquerda do texto é da presidente Dilma andando de bicicleta, exercício matinal que ela realiza diariamente. Observamos que a mídia tem utilizado dezenas de imagens iguais ou parecidas a essa no intuito de relacionar o ato de pedalar às pedalas fiscais que fazem parte do processo de impeachment. Mais uma vez, o objetivo é acionar quadros de sentido que remetam a imagem de Dilma aos atos considerados ilícitos pela oposição. No decorrer do texto, as representações sobre o governo Dilma reforçam a conceito da presidente derrotada e da sua resistência, assim como do seu partido.

O texto “Tão longe, tão perto”, de Daniela Lima e Valdo Cruz (p. 16-17), disposto na tabela 32, é baseado em declarações de fontes descritas como “auxiliares” do vice-presidente Michel Temer. O texto busca traçar o perfil de Temer, definindo sua personalidade. Acrescentamos nas “Representações” a categoria de “*questionamento*” sobre o governo Temer. Nos exemplos, é o único texto da Folha de S. Paulo em que esse dispositivo pode ser classificado dentro da categoria “*Temer estrategista*”, aparecendo também a categoria que classificamos como “*Ações de Temer geram incerteza*”, pois são trechos do texto que descrevem ações, do então vice-presidente, as quais remetem à incerteza e dúvidas sobre sua personalidade.

O texto “Todos os homens do (vice) presidente”, página 17, faz uma previsão sobre o que se esperar do governo Temer e quais são os possíveis nomes a ocupar os ministérios. Mesmo que os dispositivos não se encaixem nas categorias criadas, percebemos que as representações reforçam a ideia de que um possível governo sob a liderança de Michel Temer traria mudanças positivas ao país: “Temer quer nomes de impacto na economia, a fim de mudar clima de pessimismo, e na área social, para indicar manutenção de programas”, “[...] a equipe de Temer já vinha preparando medidas para se contrapor ao discurso petista de que Temer pode representar ameaça aos avanços sociais dos governos Lula e Dilma.”.

Nas duas reportagens da página 18, “Volta do crescimento é foco de empresários” e “Empresariado pede reformas impopulares em seis meses”, classificamos os dispositivos de representações dentro da categoria de “*questionamento/descrédito governo Dilma*”, embora os textos também deixem subentendido a ideia de que a saída de Dilma é a solução. Sendo esta solução baseada no posicionamento do setor empresarial. Setor ao qual o Grupo Globo

pertence, como um conglomerado midiático. Posicionamento que fica ainda mais claro na entrevista da página seguinte, com o economista Alexandre Scheinkman, na qual o descrédito ao governo Dilma fica mais evidente e são enfatizadas ideias liberais para a economia. O jornal busca uma fonte com notoriedade para falar de um assunto de seu domínio técnico, portanto uma fonte legítima, o que passa credibilidade na defesa dos ideais defendidos pela Folha de S. Paulo. “As fontes que aparecem nos discursos informativos são importantes, já que são elas que se institucionalizam socialmente. Inclusive, poderíamos dizer que elas são elementos essenciais para o estatuto da prevalecência da verdade desses discursos” (ALSINA, 2009, p. 174).

As reportagens das páginas 22, 23 e 24, dispostos nas tabelas 37, 38 e 39, reforçam, principalmente por meio das imagens, a oposição entre os manifestantes: de um lado os manifestantes anti-Dilma/vitoriosos e de outro os manifestantes pró-Dilma/derrotados. As fotos dos grupos de manifestações que pediam pelo impeachment representam a alegria, a conquista e a comemoração. As manifestações são também comparadas à Copa do Mundo e ao Réveillon. A reportagem da página 25, “Derrota é recebida com resignação...” tem destaque para a imagem de duas mulheres abraçadas e com expressão triste, a foto está disposta no topo da página ocupando quase um terço do espaço. As três imagens que ilustram o texto refletem a representação de derrota, tanto dos manifestantes, quanto da presidente Dilma.

Imagem 2 – Imagem da página 22 da edição



Fonte: Folha de S. Paulo, 18/04/2016

Imagem 3 – Imagens da página 23 da edição



Fonte: Folha de S. Paulo, 18/04/2016

Imagem 4 – Reportagem da página 24 da edição



Fonte: Folha de S. Paulo, 18/04/2016

Imagem 5 – Imagem da página 25 da edição



Fonte: Folha de S. Paulo, 18/04/2016

Chamamos atenção para a reportagem “Amigos fazem churrasco e celebram votos como gols em Copa do Mundo”, na página 26, tabela 41. Tivemos dificuldade em classificar os dispositivos em “Exemplos” ou “Representações”. Embora os dispositivos de “Exemplos” sejam os trechos dos textos que descrevam ações ou que retomam acontecimentos, optamos por classificar fragmentos que narram atitudes dos entrevistados e seus depoimentos como “Representação”. Compreendemos que algumas descrições realizadas no texto reforçam a visão do jornalista e do veículo sobre o acontecimento narrado. Pois, passaram pela edição do repórter que dentre inúmeras afirmações escolheu os depoimentos que enfatizaram os aspectos que julgou mais relevante. Motta observa que “ao citar, o jornalista pinça da fala da fonte aspectos que pretende ressaltar, [...] As citações encobrem muito bem a subjetividade porque o leitor supõe que elas reproduzem literalmente o que a fonte disse” (2007, p.158). Essa estratégia, segundo o autor, faz parte da intenção de objetivação do discurso jornalístico, na construção de efeitos de real.

Na reportagem analisada há, por exemplo, representação por parte do jornalista a respeito da situação financeira dos entrevistados, quando descreve os móveis, a ocupação e o bairro onde residem. Compreendemos que esta atitude serve para reforçar o que demonstram as pesquisas, que a população que apoia a saída de Dilma, em sua grande maioria, é pertencente à classe média e classe média alta.

4.5 ANÁLISE EM O GLOBO – EDIÇÃO DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

Observamos que as edições do dia 1º de setembro, dos jornais analisados, apesar de posteriores a um dia histórico na política nacional, dedicam poucas páginas para abordar o

assunto. Acreditamos que, embora a relevância indiscutível do acontecimento, os jornais não tinham mais a pretensão de influenciar na decisão dos parlamentares, assim como não havia mais a necessidade de chamar a atenção da opinião pública sobre o fato, afinal o impeachment já havia sido consolidado.

Na página dois da edição, já no título da reportagem, há uma metáfora que sugere a queda de pano ou máscara que encobriria o governo Dilma – “Cai o Pano”. E a imagem de Dilma, que ocupa praticamente a página inteira, realça suas rugas, ela olha para baixo e tem a expressão bastante séria, o que reforça a representação de derrota da ex-presidente.

Imagem 6 – Imagem da página 3 da edição



Fonte: O Globo, 1/09/2016

Na página seguinte, destacamos a seguinte frase: “Apesar da cobrança, Temer exibiu força política ao chegar no Senado para posse.”, ao fazer tal afirmação, o jornal delega capital político ao novo presidente, o que pode denotar posicionamento favorável à Temer. A reportagem dá destaque entre as colunas de texto para dois trechos do pronunciamento de Temer, em que ele afirma que golpe é uma ruptura constitucional, defendendo que não foi o que ocorreu na queda de Dilma e sua consequente ascensão ao poder. Apesar destas considerações, evidenciamos certa incerteza sobre as ações do novo presidente, em trechos que elencamos dentro do dispositivo de “exemplos”. A incerteza sobre as ações do presidente surge, por exemplo, quando os jornalistas mencionam que durante a cerimônia de posse não havia opositores, o público no plenário era composto quase que exclusivamente por homens, além da presença de investigados na Lava Jato.

Na página oito (ANEXO UU), o jornal elencou dez pontos entre promessas e desafios do governo Temer que, conforme sugere o título, são para que os leitores/eleitores cobrem. Não elencamos os dispositivos neste caso por não se tratar de uma reportagem, mas observamos que o texto, ao abordar a “agenda de investimentos” do governo Temer, argumenta que o presidente terá de “atrair os investidores para as concessões e privatizações consideradas prioritárias para o país”. Ou seja, o jornal defende um programa político-econômico liberal. No item “ajuste fiscal”, o jornal afirma que o governo “precisa aprovar a PEC dos gastos”, projeto de emenda aprovado no final do ano de 2016 e que impõe limite aos gastos públicos por vinte anos. Extremamente criticado por vários segmentos da sociedade civil, que passaram a chamar a proposta de “PEC do fim do mundo”, motivou a greve de centenas de estudantes da rede pública de ensino e de estudantes universitários em todo o país.

Em relação à reforma da Previdência, outra medida impopular defendida pelo atual governo, O Globo afirma que há “consenso no mundo econômico” sobre a sua necessidade. Mas há estudos de economistas que apontam não haver necessidade da reforma. Em tese de doutorado, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a economista Denise Gentil, concluiu que “Ao contrário do que é usualmente difundido, o sistema de previdência social não está em crise e nem necessita de reformas que visem ao ajuste fiscal” (2006, p. 3).

Por meio dos dez itens elencados pelo O Globo, concluímos que o jornal deixa claro o seu posicionamento na defesa de uma pauta neoliberal. Este é mais um aspecto que evidencia como programas políticos são defendidos pelas grandes empresas de comunicação que estão, ao mesmo tempo, defendendo seus próprios interesses econômicos. São aspectos como esses que exemplificam a confluência de interesses entre os dois campos, as quais tornam possível a transformação de acontecimentos em espetáculos político-midiáticos (WEBER, 2011).

Na reportagem: “Voltaremos – Na saída, Dilma promete oposição incansável”, que se encontra na página de número 10 e é analisada na tabela 49, a representação de Dilma enérgica é reforçada pela imagem que mostra a ex-presidente caminhando altiva enquanto é aplaudida. O termo “enérgica” foi usada por ela em discurso após definição da votação do impeachment e reproduzida pelo jornal. Quando é mencionado no texto que Dilma “não chorou” revela a expectativa culturalmente imposta de que a mulher, como ser frágil, deve chorar em uma situação como esta - deposição de cargo público. Lembramos que, principalmente durante a primeira campanha de Dilma à presidência, a mídia explorava muito os sentimentos da então candidata. Uma das discussões no meio jornalístico à época era a

possibilidade de Rousseff chorar caso eleita. As especulações sobre a personalidade da presidente continuaram durante os dois mandatos. Mas, com certeza, o mais absurdo perfil de Dilma traçado pela mídia foi elaborado pela revista IstoÉ²⁶, na edição de seis de abril de 2016. A revista compara a presidente com a rainha do Brasil, conhecida como “Maria I - A louca”. Dentre os outros contrassensos cometidos pela reportagem (que foi destaque de capa) um deles é utilizar como fonte um psiquiatra que viveu no século XVIII e recomendava “tratamentos evacuantes” aos imperadores e demais governantes que sofriam distúrbios emocionais ao perderem o poder. A revista ainda utiliza, na capa da edição, uma imagem completamente fora de contexto, sob o título “As explosões nervosas da presidente”, Dilma aparece com a boca aberta, aparentemente aos berros. Na verdade, a foto²⁷ foi feita meses antes de a reportagem ser publicada, durante jogo do Brasil na Copa do Mundo, quando Dilma comemorava um gol da seleção.

Outro aspecto que podemos identificar, recorrente na grande mídia desde que o processo de impeachment foi acolhido, são as expectativas do mercado, de investidores e empresários sobre o governo Temer. Na página 12, intitulada “Depois da lua de mel, a hora da cobrança”, mais uma reportagem dedica-se a avaliar as perspectivas econômicas. Mas diferente do que podemos identificar nas edições do dia 18 de abril, agora os questionamentos não são sobre o governo Dilma, mas sim sobre o governo Temer.

A reportagem da página 14 (exposta na tabela 52) aborda as características de Temer, principalmente exaltando a representação de conciliador e, ainda, de formal e fiel aos amigos. A ideia defendida de que Temer é fiel aos amigos vai de encontro ao que os aliados de Dilma pensam sobre Temer, pois o acusam de traição à ex-presidente e ao projeto de governo que elegeu a chapa Dilma-Temer. Portanto, o texto aborda a imagem de Temer positivamente, embora também seja possível identificar questionamentos sobre seu governo no decorrer do texto, inclusive a jornalista menciona “controvérsias” na sua atuação. Mesmo o título da reportagem, levanta a possibilidade de dualidade na interpretação de sua personalidade: “ISTO É TEMER”. Nas redes, diversos memes criados por internautas e grupos contrários ao impeachment “brincam” com o trocadilho do nome do presidente *versus* o verbo temer. Ao lado do texto, uma caricatura com o presidente com vestes de padre, expressão carrancuda e com o dedo indicador levantado sugere que Temer é chegado ao diálogo, mas também à

²⁶ A reportagem pode ser lida na íntegra no site da revista: <http://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/>

²⁷ Reportagem denuncia o uso indevido da fotografia da presidente e mostra a imagem sem edição durante o jogo do Brasil: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/04/dilma-divulga-nota-de-repudio-contra-texto-da-istoe-covarde-escandaloso-e-sexista.html>>

repreensão. O que reforça o trocadilho com o uso do nome do presidente no título da reportagem. Observamos ainda, que a reportagem é assinada pela jornalista Júnia Gama, a única repórter a assinar texto na edição de 18 de abril de O Globo, único texto que representou Temer de maneira negativa.

Conforme Motta, “Ao revelar os aspectos simbólicos da notícia, a análise despe as máscaras do racional e revela a face oculta do *mythos*, mostra as contaminações literárias ou poéticas do texto objetivo.” (2004, p. 130). Segundo ele, é nesta dimensão que o “mistério da linguagem” mostra as intenções e interpretações da narrativa jornalística. O *mythos* seria, portanto, as subjetividades, as quais “dotam os acontecimentos de sentidos de passado e de futuro, do bem e do mal, do bonito e do feio, do que pode e do que não pode, sugerem difusas ideologias, estimulam desejos” (ibidem). Por isso, o autor argumenta que o texto jornalístico não é somente informação e, desta forma, não é objetivo.

Na reportagem “Futuro em Risco – Impeachment aprofunda racha, e PT teme deserções” (página 26, tabela 54), o jornal afirma que nos próximos meses “deve acontecer” a condenação de Lula na Operação Lava Jato. Os veículos da grande imprensa, como é o caso do Grupo Globo, historicamente têm feito oposição aos partidos que defendem posicionamentos alinhados ao que se convencionou chamar de esquerda, principalmente ao Partido dos Trabalhadores. São partidos que, em geral, defendem posicionamentos, principalmente na área econômica, opostos aos ideais defendidos pelas grandes empresas, como os conglomerados de mídia (casos do Grupo Globo e do Grupo Folha). Esta reportagem é mais um exemplo, que reforça a hipótese de que os jornais se utilizam dos acontecimentos para reforçar os quadros de sentido historicamente defendidos pela grande mídia. E o fazem, como no caso da reportagem analisada, antecipando-se à ocorrência dos eventos. Ou seja, o jornalismo brasileiro tem feito o caminho inverso, primeiro faz as afirmações sem a consumação dos fatos, depois tenta provar as declarações feitas.

As representações trazidas na reportagem têm, portanto, a ideia de derrota do Partido dos Trabalhadores e do ex-presidente Lula, que é apresentado como culpado, tanto na Operação Lava-Jato, quanto pelo aprofundamento da crise no PT. Esta última observação se torna mais evidente pelo uso de uma fonte identificada somente como “cacique” da legenda, o qual afirma que: “O partido não formou outras lideranças porque o Lula não permitiu. Isso foi um erro.”.

4.6 ANÁLISE EM FOLHA DE S. PAULO – EDIÇÃO DE 1º DE SETEMBRO DE 2016

Com base nos dispositivos elencados nas tabelas da edição (em apêndices), podemos verificar que a categoria de questionamento em relação ao governo Dilma não aparece, ao contrário do que ocorre nas edições anteriores. Porém, também em comparação com as análises das edições anteriores, quando o governo Michel Temer era representado como a solução para o país, agora, momento em que Temer assume efetivamente a presidência, identificamos a recorrência da categoria de questionamento sobre ele ou ao seu governo.

A categoria de solução que nas análises anteriores surgiu ora em relação a um futuro governo Temer, ora na saída de Dilma da presidência, não foi identificada. Já a categoria resistência foi bastante evidenciada, tanto em relação à ex-presidente Dilma, quanto ao Partido dos Trabalhadores. Lembramos que as categorias são formuladas por nós com base na leitura integral das reportagens analisadas e inseridas junto aos dispositivos de “Representação” e “Exemplos” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989).

Na página 13 da edição, o jornal faz uma breve retomada de alguns acontecimentos e de dados sobre o período em que o Partido dos Trabalhadores esteve no comando do Executivo. Intitulado “A era PT”, o diário abordou os principais programas sociais desenvolvidos pelo Partido durante os mandatos de Lula e Dilma, gráficos com indicação de dados sobre inflação, desemprego, dívida pública, analfabetismo, acesso ao ensino superior e classes sociais e descreve todos os escândalos políticos durante os anos de 2003 a 2016. No centro da página e com maior destaque estão os escândalos, já os gráficos e as descrições dos programas sociais são dispostos no transcorrer das margens da página. Como é possível observar:

Imagem 7 – Página 13 da edição

INDICADORES

- 2003 (2003-2015)
- 2003 (2003-2015)
- 2003 (2003-2015)

ESCÂNDALOS E PROBLEMAS

- 2003** - **Escândalo do Mensalão**: A denúncia de um esquema de corrupção que envolvia o pagamento de mensalidades para garantir a aprovação de projetos no Congresso.
- 2005** - **Escândalo do Mensalão**: A denúncia de um esquema de corrupção que envolvia o pagamento de mensalidades para garantir a aprovação de projetos no Congresso.
- 2006** - **Escândalo do Mensalão**: A denúncia de um esquema de corrupção que envolvia o pagamento de mensalidades para garantir a aprovação de projetos no Congresso.
- 2007** - **Escândalo do Mensalão**: A denúncia de um esquema de corrupção que envolvia o pagamento de mensalidades para garantir a aprovação de projetos no Congresso.
- 2008** - **Escândalo do Mensalão**: A denúncia de um esquema de corrupção que envolvia o pagamento de mensalidades para garantir a aprovação de projetos no Congresso.
- 2009** - **Escândalo do Mensalão**: A denúncia de um esquema de corrupção que envolvia o pagamento de mensalidades para garantir a aprovação de projetos no Congresso.
- 2010** - **Escândalo do Mensalão**: A denúncia de um esquema de corrupção que envolvia o pagamento de mensalidades para garantir a aprovação de projetos no Congresso.
- 2011** - **Escândalo do Mensalão**: A denúncia de um esquema de corrupção que envolvia o pagamento de mensalidades para garantir a aprovação de projetos no Congresso.
- 2012** - **Escândalo do Mensalão**: A denúncia de um esquema de corrupção que envolvia o pagamento de mensalidades para garantir a aprovação de projetos no Congresso.
- 2013** - **Escândalo do Mensalão**: A denúncia de um esquema de corrupção que envolvia o pagamento de mensalidades para garantir a aprovação de projetos no Congresso.
- 2014** - **Escândalo do Mensalão**: A denúncia de um esquema de corrupção que envolvia o pagamento de mensalidades para garantir a aprovação de projetos no Congresso.
- 2015** - **Escândalo do Mensalão**: A denúncia de um esquema de corrupção que envolvia o pagamento de mensalidades para garantir a aprovação de projetos no Congresso.
- 2016** - **Escândalo do Mensalão**: A denúncia de um esquema de corrupção que envolvia o pagamento de mensalidades para garantir a aprovação de projetos no Congresso.

MARCAS DE GOVERNO

- 2003** - **2004** - **2005** - **2006** - **2007** - **2008** - **2009** - **2010** - **2011** - **2012** - **2013** - **2014** - **2015** - **2016**

O sucesso do Brasil e PT

Gráfico de linhas mostrando o sucesso do Brasil e do PT de 2003 a 2016. O eixo Y representa o índice de sucesso, variando de 0 a 100. O eixo X representa o ano. O gráfico mostra uma tendência geral de crescimento, com um pico em 2015 e uma queda em 2016.

Fonte: Folha de S. Paulo, 1/09/2016

Em trechos do texto disposto na página 17, “Protestos em SP têm confrontos e feridos”, podemos observar uma generalização entre manifestantes e os grupos que se utilizam das manifestações para realizar atos de vandalismo. Como, por exemplo, no fragmento: “Manifestantes contrários ao impeachment de Dilma Rousseff depredam viatura da polícia” (legenda da imagem). Há uma nítida generalização, conforme a frase, todos os manifestantes anti-impeachment cometeram o ato de destruição. Ainda em relação aos atos violentos, os textos deixam claro que muitas vezes a atuação da polícia militar tem sido truculenta e excessiva contra os manifestantes, repórteres e fotógrafos.

Com base nas análises das edições, compreendemos que os veículos se beneficiam do impeachment enquanto acontecimento de interesse público e, mais ainda, da previsibilidade das etapas do processo, para reforçar enquadramentos e, também em utilizar estes quadros de sentido, na tentativa de influenciar a opinião pública e a decisão dos parlamentares. Consideramos que o impeachment de Dilma serviu como uma espécie de argumento para defender a opinião da grande mídia que historicamente fez oposição ao PT e aos partidos de esquerda.

4.7 ENQUADRAMENTOS DO IMPEACHMENT

Conforme explicam os autores Gamson e Modigliani (1989), os elementos simbólicos dispostos nos textos: metáforas, exemplos, imagens, representações, estão agrupados, como *pacotes interpretativos*. O discurso midiático possui um conjunto de pacotes interpretativos que vão conferir significado a um tema, assunto, questão. O pacote possui uma estrutura interna que é a ideia organizadora central ou enquadramento. (GAMSON; MODIGLIANI, 1989).

Com base na leitura dos textos e codificação dos dispositivos de enquadramento identificamos dois enquadramentos utilizados pelos jornais O Globo e Folha de S. Paulo acerca do processo de impeachment de Dilma Rousseff. São eles: o enquadramento de fracasso e o enquadramento de conflito. Os dois são recorrentes ao longo do período analisado, pois são identificados em todas as edições analisadas.

4.7.1 Enquadramento de Fracasso

A ideia organizadora central de fracasso é o enquadramento mais frequente nos dois jornais. O fracasso é proposto através do conjunto de representações, de exemplos, metáforas e de imagens que sugerem que a ex-presidente Dilma Rousseff está derrotada, fragilizada, isolada, nos questionamentos levantados sobre seu governo, assim como, no descrédito e na representação de que a solução para o país é a queda do governo Dilma. O enquadramento de fracasso é também evidenciado na antecipação do afastamento da ex-presidente e em relação ao resultado final do processo.

O enquadramento de fracasso é, ainda, utilizado na abordagem dos jornais sobre o Partido dos Trabalhadores. Quando mencionam um racha no partido ou quando afirmam que as investigações da Lava Jato estão fragilizando a sigla. Estas afirmações têm como pano de fundo a ideia de fracasso – que está personalizada na figura da Dilma, mas também em relação ao partido e ao programa político e ideológico defendido pelo PT que o enquadramento induz ter fracassado.

O enquadramento de fracasso pode reforçar a desconfiança sobre a política e sobre os políticos. Podemos relacionar ao que Guazina (2015) chama de *cobertura adversária*. Segundo ela:

ao se praticar uma cobertura adversária, por exemplo, os jornalistas podem ajudar a manter a desconfiança na política e nos políticos como um dos valores

característicos da cultura política dominante, ao mesmo tempo em que o jornalismo pode se reafirmar legitimamente como um poder e um lugar de autoridade na cena pública. (GUAZINA, 2015, p. 69).

Esse tipo de cobertura reforça, portanto, a oposição entre jornalismo e campo político, por meio da desqualificação da política, dos atores e das instituições envolvidas. O mesmo pode ser relacionado ao enquadramento de conflito.

4.7.2 Enquadramento de Conflito

Na presente pesquisa, o enquadramento de conflito, assim como o enquadramento de fracasso, surge nos dois jornais e em todas as edições. Ele reflete a personalização centrada nas figuras de Dilma *versus* Cunha (nas edições de 03/12/15) e Dilma *versus* Temer. Surge também na oposição entre os manifestantes anti-Dilma e pró-Dilma, quando os jornais, em geral, dão maior ênfase aos grupos que fazem oposição ao governo Dilma. Sejam os manifestantes nas ruas, ou os próprios opositores políticos, como, por exemplo, reportagens que trouxeram como fonte principal, ou única, o presidente do PSDB, senador Aécio Neves, para falar sobre o processo de impeachment.

A representação de solução é utilizada, em alguns textos, para a saída da Dilma da presidência e, em outros momentos, na representação do governo Temer; então, há a oposição governo Dilma *versus* governo Temer. A capa da edição de 18 de abril da Folha, por exemplo, aborda aspectos da trajetória de Dilma e de Temer, mas o conflito se evidencia no enfoque dado à formação acadêmica e cargos públicos ocupados por Michel em contraposição à Dilma, reforçando aspectos negativos sobre ela, como a vitória apertada nas últimas eleições e os índices de reprovação de seu governo. Há, portanto, oposição/conflito nos históricos das duas figuras políticas.

O enquadramento é identificado também em relação a grupos e entidades simpatizantes do PT, como o MST, representados em posição de oposição ao governo pacificador que Temer deseja implantar. No caso do MST, o movimento é relacionado à violência e ao radicalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do objetivo desta pesquisa de dissertação em identificar, através dos enquadramentos, como se estabelecem as relações e tensões entre mídia e política, buscamos apontar os enquadramentos dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo sobre o impeachment de Dilma Rousseff, entendendo-o enquanto um “acontecimento político programado” (CHARAUDEAU, 2006). Para tanto, definimos nossa proposta conceitual e metodológica dos enquadramentos com base em Gamson e Modigliani (1989), com auxílio de estudos desenvolvidos por outros autores, como Vimieiro (2010), Vimieiro e Dantas (2009), Schaefer (2014) e Reese (2001).

Adotamos como perspectiva o estudo dos enquadramentos enquanto variáveis dependentes através de uma análise indireta, por compreendermos que aspectos externos influenciam na definição dos enquadramentos da mídia. Os enquadramentos são, portanto, como chaves de sentido que auxiliam na organização e compreensão do que está sendo dito.

Para identificarmos os enquadramentos sobre o impeachment de Dilma, destacamos um conjunto de símbolos nos textos referentes aos “dispositivos de enquadramento” (GAMSON; MODIGLIANI, 1989). Além dos elementos simbólicos definidos pelos autores, criamos categorias dentro dos dispositivos de “representação” e de “exemplos”, baseadas em elementos discursivos recorrentes nas reportagens analisadas.

Com base nos resultados da pesquisa, podemos identificar que os enquadramentos utilizados pelos jornais ampliam as tensões entre os campos midiático e político. Principalmente, na medida em que, por meio do enquadramento de fracasso, os jornais reforçam visões negativas, ou que induzem ao enfraquecimento, do Partido dos Trabalhadores e do governo Dilma. Posicionamentos historicamente defendidos pela grande mídia brasileira. O mesmo acontece através da antecipação dos jornais sobre o impeachment. E o enquadramento de conflito, que reforça a tensão entre opositores e simpatizantes do governo Dilma, entre situação e oposição e entre os personagens Dilma e Temer. Mas estabelece relação de proximidade da mídia com grupos do campo político, por meio de discursos utilizados por representantes, tanto do campo político, quanto do campo econômico, que lutaram pela retirada de Dilma do poder e cujas ideias tiveram ampla visibilidade através da mídia.

Observamos que existe uma clara imbricação entre os campos, pois na medida em que a mídia aciona enquadramentos favoráveis ou desfavoráveis ao processo de impeachment, o

campo político reorganiza suas ações e estratégias. Como, por exemplo, o agendamento midiático sobre as manifestações contra o governo Dilma em março de 2015, quando alguns veículos de imprensa, principalmente por meio da televisão, chamaram a população às ruas para que se manifestassem contra o governo. Com números bastante expressivos de manifestantes nas ruas de diversas cidades do país, houve repercussão no meio político, enfraquecendo o governo Dilma que já enfrentava baixos índices de aprovação e dificultando a presidente de conseguir apoio dos demais dirigentes.

Da mesma forma, a mídia reforçou a ideia de abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, antecipando-se até mesmo à oposição. A qual, nas primeiras vezes em que a imprensa pautou a possibilidade de abertura do processo, não se posicionava como credível de sua instauração e, nem mesmo, em apoio ao afastamento da presidente. A questão da antecipação denota, ainda, uma estratégia espetacularizante por parte dos meios de comunicação. O contrário também é observável, visto que a mídia reforça ou reformula os enquadramentos propostos quando decide se aliar ou divergir das propostas evidenciadas pelo campo político.

Em relação ao processo da espetacularização da política, o evidenciamos, principalmente, por meio das imagens que avigoram a representação de derrota de Dilma. Outro aspecto que evidencia esse processo é o enquadramento de conflito, por ser utilizado pelos jornais como categoria estruturante do drama nas representações que reforçaram a oposição entre grupos e entre personagens.

E através dos dispositivos de enquadramento, constatamos que a personalização da política se evidencia ora, na figura de Dilma, ora na figura de Temer. Dilma surge como a culpada pela crise e, assim, sua saída da presidência é representada como a única e melhor solução para os problemas políticos e econômicos do Brasil. Os jornais simplificam problemas e soluções por meio de ações e de representações de personagens. Seja em relação à Dilma fragilizada e derrotada ou resistente, autoritária e firme, capaz de atacar o opositor Eduardo Cunha. Ou, na figura de Temer, astuto, esperto, conciliador, pacificador ou estrategista, repreensivo.

Logo, os jornais excluem a possibilidade de problematizar as questões políticas que levaram à abertura do impeachment, assim como análises aprofundadas acerca das decisões econômicas do governo Dilma – já que sua popularidade caiu com o agravamento da crise econômica, aumento da inflação e do desemprego. As reportagens que abordaram aspectos

econômicos do momento político são voltadas ao posicionamento do empresariado e em defesa do liberalismo econômico.

Já as problematizações acerca das questões que levaram ao prosseguimento do processo de impeachment são realizadas de forma mais contundente quando o pedido é acolhido por Eduardo Cunha na Câmara, em dezembro de 2015. Naquele primeiro momento, os dois jornais expõem as intenções políticas de Cunha, no que consideram ser uma atitude de retaliação ao Partido dos Trabalhadores e ao Planalto.

Verificamos, ainda, que as construções noticiosas dos dois jornais são bastante próximas. Quase todas as categorias repetem-se nos dois diários, assim como os enquadramentos. Neste sentido, observamos certa padronização na narrativa jornalística.

Observamos que este acontecimento político foi capaz de reunir o poder do fato político com os poderes e interesses dos meios de comunicação, em um processo de transformação e de relações de aproximação e tensionamento entre campo político, campo midiático e sociedade. Ou seja, constatamos que as construções noticiosas dos jornais analisados acerca do impeachment de Dilma, compreendido aqui como um “acontecimento político programado” (CHARAUDEAU, 2006), configuraram-se sim, como um “espetáculo político-midiático” (WEBER, 2011). As reportagens construídas utilizaram a personalização, o conflito, o fracasso e, por vezes a dramatização, como lógicas estruturantes do discurso jornalístico.

Com base em todas as reflexões realizadas, reforçamos a importância da pesquisa da relação entre mídia e política. Além de instância relevante na formação da opinião pública, a mídia é imprescindível aos agentes e às instituições políticas, o que avigora o valor dos estudos em comunicação política. Mais ainda, quando percebemos o papel central que os meios de comunicação ocupam no cotidiano dos brasileiros e na confiança que têm nos conteúdos divulgados pelos jornais impressos. Deste modo, os quadros de sentido acionados pelos dois jornais de maior circulação no país podem ser definidores na formação da opinião pública.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra. “**A construção da Política**”: Cidadão comum, mídia e atitude política. 2001. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2001.

ALSINA, M. R.. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BABO LANÇA, I. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. In: **Trajectos** – Revista de Comunicação, Cultura e Educação. n. 06, p. 85-94. Primavera de 2005.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. A reestruturação da política em tempos midiáticos. **Revista Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, vol. 1, n. 1, p. 1-11, janeiro/junho 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Esboços de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org). **Sociologia**. 2ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. O Campo Político. Grandes Conferencias de Lyon, Universidade Lumiere-Lyon 2, quinta-feira, 11 de fevereiro de 1999. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5, p. 193-216. Brasília, janeiro-julho de 2011.

BRASIL. Previdência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/pesquisa-brasileira-de-midia>>. Acesso em: 29 maio 2016.

BRAGA, Sérgio; BECHER, André. Personalização da política e novas tecnologias: balanço do debate e evidências sobre o Brasil. In: 36º Encontro Anual da Anpocs, 2012, Águas de Lindóia: São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2012.

CARVALHO, C. Alberto. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Revista Contemporânea**. v. 7, n. 2, dez. 2009. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3701/2885>>. Acesso em: 23 abr. 2016

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da Opinião Pública** – como o discurso manipula as escolhas políticas. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHRISTOFOLETTI, R. Assinatura e impressões digitais: pela autoria no Jornalismo. In: FURLANETTO, Maria; SOUZA, Osmar (Org.). **Foucault e a Autoria**. Editora Insular, 2006. Disponível em: <https://monitorando.files.wordpress.com/2007/11/autoria_jornalismo.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2017.

_____. Implicações da concentração de mídia na qualidade do jornalismo: ensaio de discussão e estudo de caso. **Revista Interin**. v. 6, n. 2. Universidade Tuiuti do Paraná. 2008. Disponível em: <<http://interin.utp.br/index.php/vol11/article/view/91/80>>. Acesso em: 22 jul. 2016

CIOCCARI, Deysi. A espetacularização política brasileira: uma análise dos políticos midiáticos eleitos para o Congresso Nacional 2015-2019. In: **Revista Comunicare**, v. 15, n. 2, p. 38-50, 2015.

DALMONTE, Edson F. **Presente: o tempo do jornalismo e os seus desdobramentos**. Repositório Institucional: Universidade Federal da Bahia, BA, 2010, pp. 328-344. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/12437/1/Edson%20Fernando%20Dalmonnte.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ENTMAN, R.M. **Projections of power: framing news, public opinion, and U.S. foreign policy**. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

FAUSTO NETO, Antonio. A sentence dos media: o discurso antecipatório do impeachment de Collor. In: XVII Encontro Anual da Anpocs, 22 a 25 de outubro de 1993, Caxambú, Minas Gerais. **Anais...** Disponível em:

<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7314&Itemid=364>. Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. Fragmentos de uma analítica da midiaticização. **Matrizes**, São Paulo, n. 2, p. 89-105, 2008.

GADRET, Débora Lapa. ; PORCELLO, Flavio A.C. O acontecimento político programado: os enquadramentos jornalísticos da posse de Dilma Rousseff. In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (Org.). **Jornalismo e Acontecimento: Percursos metodológicos**. 1ed. Florianópolis: Insular. v. 2, p. 189-206, 2011.

GAMSON, W. A.; LASCH, K. E. The political culture of social welfare policy. In: **Telaviv University**. Pinhas Sapir International Conference on Development – Social Policy Evaluation: Health, Education, and Welfare. Israel, 1980. Disponível em: <<https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/50995/221.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 jul. 2015

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. **Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach**. American Journal of Sociology, v. 95, p. 1-37, 1989.

GENTIL, Denise. **A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira: análise financeira do período de 1990-2005**. 2006. 358 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis, Vozes, 2012.

GOMES, Wilson. Duas premissas para a compreensão da Política Espetáculo. In: **Mídia, ética e política**. COMPÓS, 1996. p. 30-46.

_____. **90 anos de Comunicação Política**. Contemporânea – Comunicação e Cultura, v.09, n.03, p. 337-343, set./dez. 2011.

GUAZINA, Liziane S. Quando cultura política e subcultura profissional jornalística andam de mãos dadas: a desconfiança na política em tempos de escândalos. In: HERRMANN, J; GUAZINA, L; PEREIRA, F. (Org.). **Novos questionamentos em mídia e política**. Florianópolis: Insular, 2015. p. 43-73.

HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos *media* noticiosas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 101-130.

HJARVARD, S. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v.5, n.2, p. 21-44, jan./jun. 2012.

INNERARITY, Daniel. **O novo espaço público**. Lisboa: Texto Editores, 2006.

JOHNSON, Telma. **A Natureza do Acontecimento Público**: Uma análise do caso Tancredo Neves 25 anos depois. Rio de Janeiro: Compós, 2010. Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/gt4_telma_johnson.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

LEAL, P. M. V. Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso. In: II Compólitica - Congresso da Associação Brasileira dos Pesquisadores de Comunicação e Política, 2007. **Anais...** Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/.../10195>. Acesso em: 5 fev. 2016

LIPPMANN, W. **Public opinion**. Nova York: Free Press, 1922.

MAIA, Rousiley C. M. Visibilidade midiática e deliberação pública. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 165-194.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, São Paulo, out. 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm>. Acesso em: 16 fev. 2017.

MARTINS, L. da Silva. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 84-104.

MATTHES, J.; KOHRING, M. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, v. 58, n. 2, p. 258–279, 2008.

McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**. n. 36, p. 176-187, 1972.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia. **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. 1. ed. v.1 Florianópolis: Insular, 2010. p. 19-42.

MIGUEL, L. Os meios de comunicação e a prática política. **Revista Lua Nova**, n. 55-56, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a07n5556.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

_____. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, n. 3, p. 43-70, 2001.

MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o Campo da Comunicação: por uma teoria da comunicação praxiológica**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. (Coleção Comunicação).

MOTTA, L. Gonzaga. Jogos de linguagem e efeitos de sentido da comunicação jornalística. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 2, p. 117-133, 2º semestre de 2004.

_____. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.) **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____; GUAZINA, L. O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional. **Brazilian journalism research**. v. 6, n. 1, p. 132-149, 2010.

OLIVEIRA, Hebe, M. Gonçalves de. Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira. In: **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 83-96, Jul/Dez, 2016.

OLIVEIRA, Margibel, A. **As notícias de crimes: uma análise retórico-argumentativa do discurso jornalístico online por antecipação ao discurso jurídico**. 2014. 250 f. Tese (Doutorado Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

PETHS, L; OLIVEIRA, L; LEAL, P. R. F. A personalização da política e a tendência à “presidencialização” em sistemas parlamentaristas. **Comunicação & Mercado/UNIGRAN** – Dourados, MS, v. 04, n. 11, p. 124-135, edição especial, 2015.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio A. C. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador, Edufba, 2004. p. 73-104.

PRATES, Andressa C; POZOBON, Rejane O. A crise no governo Dilma: enquadramentos propostos pela Revista Veja. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 17, n. 42, p. 04-22, jan./abr. 2016.

PRIOR, Hélder. Publicidade Política e Estratégias de Representação: a visibilidade pública como “armadilha”. **Revista Contemporânea – Comunicação e Cultura**, v. 09, n. 03, set. – dez. 2011.

QUEIROZ, Marcos M.; BRAGA, Claudomilson F. Comunicação Política e Representação Social: uma relação entre a imagem pretendida pelo político e a significada pelo eleitor. In: X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã, Bauru/SP. **Anais...** São Paulo: UNESP. FAAC, 2015.

QUÉRÉ, L. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: **Trajectos** – Revista de Comunicação, Cultura e Educação. n. 06, p. 59-75, 2005.

REBELO, José. Apresentação. **Trajectos** – Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, v. 1, p.55-58. 2005.

REESE, S. D. Prologue - framing public life: A bridging model for media research. In: REESE, S. D.; JR, O. H. G.; GRANT, A. E. (Ed.). **Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, 2001. p. 7-31.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Experiência, modernidade e campo dos media**. Biblioteca OnLine de Ciências da Comunicação. Portugal, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2015

RUBIM, Antônio Canellas. Espetáculo, política e mídia. **XI Encontro Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Comunicação (Compós)**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.html#tex2html11>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

- SCHAEFER, Ricardo. **O líder em Exame**: o enquadramento da liderança na mídia de negócios. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
- SILVA, Frederico F. Líderes políticos e comportamento eleitoral: rumo a uma personalização da política? **Análise Social**, n. 211, vol. XLIX, p. 470-482, (2º) 2014.
- SOUZA, Cláudio A. Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015. **Em Debate**. Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p. 35-51, mai. 2016.
- TAVARES, Frederico de Mello B; BERGER, Christa; VAZ, Paulo B. Um golpe anunciado: Lula, Dilma e o discurso pró-impeachment na revista Veja. **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**. Ponta-Grossa, v. 3, n. 2, p. 20-44, jul/dez. 2016.
- THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade** – uma teoria social da mídia. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 74-89.
- TUCHMAN, G. **Making News**: a Study in the Construction of Reality. Nova Iorque: Free Press, 1978.
- VIMEIRO, A. C.; DANTAS, M. Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. **Revista Lumina**, v. 3, n. 2, p. 1-16, dez. 2009.
- VIMIEIRO, A. C. **Cultura pública e aprendizado social**: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008). 2010. 233 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de *frames* culturais. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 235-252, janeiro/abril, 2011.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e Espetáculos da Política**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

_____. Espaço Público e Acontecimento: do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. In: *Dimensões do Acontecimento: configuração, mediação, tempo e experiência*. **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n. 10, p. 189 – 203, 2011.

_____. Cadeiras Vazias (a mídia, o escândalo e o eleitor, em 2006). In: *I Congresso Anual Da Associação dos Pesquisadores em Comunicação Política, 2006, Salvador*. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/Weber_2006.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2017.

APÊNDICES

Tabela 2 - Capa da edição – O Globo (03 de dezembro de 2015):

Dispositivos de Enquadramento:	
Representação	<p>“Cunha retalia PT e abre impeachment de Dilma”</p> <p>“Menos de cinco horas depois de ser abandonado pelo PT no Conselho de Ética, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), retaliou e cumpriu as ameaças ao governo”</p> <p>- <i>Resistência de Dilma:</i> “Presidente reage, diz que não cometeu atos ilícitos e ataca adversário”</p>
Metáforas	
Exemplos	<p>“Processo é deflagrado 23 anos depois de o Congresso analisar ação contra Fernando Collor; pedido, feito pelo ex-petista Hélio Bicudo, argumenta que governo continuou a recorrer às ‘pedaladas’ fiscais em 2015”</p> <p>“A presidente também afirmou que jamais aceitaria barganhas, embora o Planalto tenha pressionado o PT a apoiar Cunha no Conselho em troca da não aceitação do pedido de impeachment.”</p>
Imagens	Duas imagens ilustram a reportagem, a primeira de Cunha em coletiva de imprensa e outra imagem menor da presidente Dilma quando caminhava para o pronunciamento que fez após Cunha acolher o pedido de impeachment.

Tabela 3 - “A retaliação de Cunha” (p. 3):

Dispositivos de Enquadramento:	
Representação	<p>“retaliação de Cunha”</p> <p>“o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), decidiu vingar-se”</p> <p>- <i>Questionamento/descrédito governo Dilma:</i> “A avaliação é de que Dilma não resistirá se as ruas apoiarem o processo.”</p>
Metáforas	“o impeachment como moeda de troca ”
Exemplos	<p>“Abandonado pelo PT no Conselho de Ética, presidente da Câmara aceita pedido de impeachment contra Dilma, que rebate com ataque; oposição comemora, e PT irá ao STF”</p> <p>“A presidente reagiu imediatamente. Convocou reunião de</p>

	emergência e contra-atacou em pronunciamento em cadeia de TV, citando as acusações contra o adversário.” “Após o anúncio de Cunha, o valor das ações da Petrobrás subiu nos Estados Unidos.”
Imagens	Imagem de Cunha durante coletiva de imprensa.

Tabela 4 – “Estratégia é jogar o foco da crise em Dilma” (p. 3):

Dispositivos de Enquadramento:	
Representação	“Estratégia é jogar o foco da crise em Dilma”
Metáforas	“única alternativa para criar uma cortina de fumaça ”
Exemplos	“Cinco horas após ser informado de que a bancada do PT não o apoiaria para evitar a abertura do processo por quebra de decoro contra ele no Conselho de Ética da Casa, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deflagrou o processo de impeachment contra a presidente Dilma” “Para convencê-lo a aceitar o pedido de impeachment, os aliados de Cunha sustentaram que, com o foco voltado para Dilma, a oposição deixaria de ser hostil a ele, até porque se concentraria em defender o afastamento da presidente”. “Ontem, Temer não fez movimentos para impedir que Cunha seguisse adiante em sua decisão, depois de ter sido avisado por telefone pelo presidente da Câmara.”
Imagens	

Tabela 5 – “Dilma se diz ‘indignada’ e ataca Eduardo Cunha: ‘Não ocultei bens’ (p. 4):

Dispositivos de Enquadramento:	
Representação	- <i>Resistência</i> : “Dilma se diz ‘indignada’ e ataca Eduardo Cunha” “A presidente Dilma Rousseff reagiu atacando o presidente da Câmara” “Depois da divulgação da notícia, Dilma fez um duro pronunciamento”
Metáforas	
Exemplos	“A presidente afirmou que não possui contas no exterior, que não pesam contra ela denúncias de práticas de atos ilícitos, que não coagiu ninguém para atender interesses pessoais e que não paira contra ela suspeita de desvio de dinheiro público.”

Imagens	Imagem de Dilma séria durante pronunciamento.
----------------	---

Tabela 6 – “‘Vamos para a guerra’, reage líder do PT” (p. 6):

Dispositivos de Enquadramento:	
Representação	- <i>Resistência:</i> “O PT reagiu à decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de acolher o processo de impeachment anunciando que o partido está “preparado para a guerra””.
Metáforas	
Slogans	
Imagens	

Tabela 7 – “Para oposição, processo é caminho sem volta para presidente” (p. 7):

Dispositivos de Enquadramento:	
Representação	
Metáforas	
Exemplos	“Os oposicionistas fazem uma comparação com o processo de impeachment do ex-presidente Collor, que entre a manifestação do dia 7 de setembro em que os cara-pintadas foram para as ruas de preto, e a abertura do processo na Câmara, no dia 29, levou 22 dias”
Imagens	

Tabela 8 – “Rito do processo de afastamento começa hoje” (p. 8):

Dispositivos de Enquadramento:	
Representação	- <i>Derrota:</i> “Rito do processo de afastamento começa hoje”
Metáforas	
Exemplos	“O pedido de impeachment acolhido ontem pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi escolhido entre os mais de 30 pedidos recebidos pela Casa nos últimos meses por razões técnicas e políticas.”
Imagens	Um gráfico ilustra o “passo a passo do impeachment”

Tabela 9 – “Desde sua eleição na Câmara, um convívio difícil com o Planalto” (p. 12):

Dispositivos de Enquadramento:	
Representação	

Metáforas	“Dilma e Cunha passaram a travar uma queda de braço. ” “A vingança veio em forma de pautas-bomba ”
Exemplos	“Cunha colocou em pauta projetos que geravam descontentamento no governo, entre eles a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Fez manobras, como na votação de pontos da reforma política, que desagradavam ao PT.” “composta por projetos que, entre outros pontos, criavam gastos extras para um governo já vinha enfrentando dificuldades na área econômica e um ajuste fiscal. Faziam parte deste pacote a proposta que vinculava os salários de integrantes da Advocacia-Geral da União, delegados civis e delegados federais à remuneração de ministros do Supremo [...]”
Imagens	

Tabela 7 – Capa da edição – Folha de S. Paulo (03 de dezembro de 2015):

Dispositivos de Enquadramento:	
Representação	“Cunha retalia PT e acata pedido de impeachment contra Dilma” - <i>Resistência de Dilma:</i> “Presidente se disse indignada e atacou peemedebista”
Metáforas	
Exemplos	“Ele chantageava o Planalto, apontando que acataria a solicitação protocolada pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal caso os deputados do PT no Conselho de Ética da Câmara decidissem autorizar seu processo de cassação, o que ocorreu na quarta (2)”. “É a quarta vez que um presidente sofre ameaça de impeachment.”
Imagens	Fotografia de Dilma junto de alguns de seus Ministros caminhando para o pronunciamento que fez após ser notificada da decisão de Cunha.

Tabela 8 – “PT se opõe a Cunha, que revida e aceita pedido de impeachment de Dilma” (p. 4):

Dispositivos de Enquadramento:	
Representação	“PT se opõe a Cunha, que revida” “Horas depois de o PT anunciar que dará apoio ao prosseguimento do pedido de cassação de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o presidente da Câmara dos Deputados retaliou, aceitando a análise do pedido de impeachment de Dilma”

	- <i>Resistência de Dilma:</i> “Dilma ainda partiu para o ataque contra Cunha, embora sem citá-lo nominalmente.”
Metáforas	
Exemplos	“Por meio de sua conta no twitter, Cunha disse que tomava a decisão de acatar a ação [...] “atendendo ao pedido das ruas”. “Em pronunciamento no Palácio do Planalto de 2min56s, acompanhada por 11 de seus ministros, Dilma disse que as acusações são ‘improcedentes’ contra um governo que foi ‘democraticamente eleito’”.
Imagens	Imagem de Eduardo Cunha durante coletiva de imprensa.

Tabela 9 – “Acusações contra a presidente são ‘gravíssimas’, justifica peemedebista” (p. 5):

Dispositivos de Enquadramento:	
Representação	“Peemedebista foi abandonado pelo PT no Conselho de Ética”
Metáforas	
Exemplos	“Cunha recebeu a representação assinada pelos advogados Hélio Bicudo (ex-petista), Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, peça corroborada pela oposição e pelos movimentos de rua que pedem a saída de Dilma” “Desafeto do governo e responsável pela aplicação de derrotas legislativas ao Planalto em 2015, o peemedebista coloca para funcionar novamente, 23 anos depois, a engrenagem que levou à queda de Fernando Collor de Mello em 1992.” “No anúncio de deflagração do processo, Cunha negou ter agido em retaliação ao PT. Afirmando ter havido um recorde de 34 pedidos de impedimento neste ano” “Apesar de dizer que não poderia por ofício engavetar o pedido, Cunha negociou com o governo o congelamento do processo em troca de votos por sua absolvição no Conselho de Ética”.
Imagens	

Tabela 10 – “Presidente se diz indignada e ataca Cunha” (p. 7):

Dispositivos de Enquadramento:	
Representação	- <i>Resistência de Dilma e PT:</i> “Presidente se diz indignada e ataca Cunha”

	“O Planalto, porém, trabalhou para que os petistas votassem por Cunha para que ele não desse prosseguimento a pedido de impeachment”.
Metáforas	
Exemplos	<p>“‘Não possuo conta no exterior, nem ocultei a existência de bens’, disse ela, em referência ao peemedebista”.</p> <p>“Após dizer à sua equipe um ‘vamos para a guerra, porque se encerra um longo período de chantagem permanente’, a presidente Dilma Rousseff fez rápido pronunciamento nesta quarta (2) em que atacou o presidente da Câmara”</p> <p>“Ele acatou o pedido de impeachment depois que os três deputados do PT no Conselho de Ética da Câmara anunciaram que votariam contra ele.”</p>
Imagens	

Tabela 11 – “Movimentos sociais questionam ato de Cunha e prometem ir às ruas por Dilma” (p. 8):

Dispositivos de Enquadramento:	
Representação	
Metáforas	
Exemplos	“líderes de movimentos sociais prometem reagir nas ruas à tentativa de impeachment de Dilma Rousseff”
Imagens	

Tabela 12 – “Grupo de Temer não freará impeachment” (p. 9):

Dispositivos de Enquadramento:	
Representação	
Metáforas	“o afastamento da petista como moeda de troca ”
Exemplos	<p>“As vésperas do anúncio do acolhimento do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o vice, Michel Temer (PMDB), recebeu em sua residência oficial, em Brasília, sete senadores da oposição para discutir o rito de afastamento da petista”</p> <p>“Logo após o almoço, porém, alguns dos principais aliados de Temer defenderam em tom de ultimato, que era preciso dar fim ao impasse sobre Dilma”.</p> <p>“A fala foi lida por integrantes da oposição como um sinal de que o grupo de Temer ‘não moverá uma palha’ para frear o andamento do impeachment de Dilma”</p>
Imagens	

Tabela 13 – Capa da edição – O Globo (18 de abril de 2016):

Dispositivos de Enquadramento:	
Representação	<p><i>-Derrota:</i></p> <p>“Isolada, sem apoio da grande maioria dos partidos de sua ampla coalizão eleitoral, Dilma dificilmente terá forças para impedir que o Senado abra o processo e a afaste do cargo”</p> <p>“Dilma começou ontem a se despedir da cadeira de presidente do Brasil.”</p>
Metáforas	“Em guerra declarada com o PMDB”
Exemplos	“Não surtiu efeito sequer o esforço do ex-presidente Lula, cuja nomeação como ministro para escapar do juiz Sérgio Moro, da Lava-Jato, ajudou a agravar a crise.”
Imagens	Deputado Bruno Araújo (PSDB) sendo carregado pelos colegas em comemoração após seu voto somar 342, número necessário para que o processo de impeachment fosse aprovado. Os deputados estão sorrindo e gritando com os braços erguidos e alguns portam a placa “Tchau Querida”. Ao fim da página, uma charge do vice-presidente traz Michel Temer com um rabo de raposa.

Tabela 14 - “Revolta – Indignação do PT na Câmara e no Planalto” (p. 5):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	
Metáforas	“A guerra será lenta, gradual, segura e prolongada” (José Guimarães – PT).
Exemplos	“A estratégia do governo é discutir o processo de forma técnica e jurídica com os senadores, na expectativa de que no Senado o peso político seja menos do que na Câmara.”
Imagens	Deputados defendendo a permanência de Dilma na Presidência exibem placas “Todos contra o Golpe” e com documento representando a Constituição Federal.

Tabela 15 - “Próximo front – Líderes preveem rito sumário no Senado” (p. 8):

Dispositivos de Enquadramento	
-------------------------------	--

Representação	<p>- <i>Derrota:</i></p> <p>“Os próprios líderes petistas já dão como perdida a batalha no Senado e o foco é salvar o partido e Lula.”</p> <p>- <i>Resistência de Dilma e, ou do PT:</i></p> <p>“Mesmo antes da decisão, os petistas prometem transformar a vida do vice-presidente Michel Temer ‘num inferno’”</p>
Metáforas	<p>“O que ouvimos dos senadores do PT é que vão bater bumbo no plenário falando de golpe”</p> <p>“Com Dilma no Alvorada, e Lula e o MST ‘incendiando’ as ruas, avaliam que o início da reconstrução da economia ficaria prejudicado.”</p> <p>“retirar o Brasil do abismo no qual ela e seu governo nos mergulhou.” [Aécio]</p>
Exemplos	<p>- <i>Lula estrategista para a solução do governo ou do PT:</i></p> <p>“O PT e o ex-presidente Lula, por outro lado, vão usar todas as armas para espichar ao máximo o calendário do impeachment no Senado para reforçar o discurso do golpe e tentar salvar o que restou do partido para a disputa de 2018.”</p> <p>“petistas dizem que ela e Lula vão comandar uma mobilização nacional e internacional para denunciar o golpe levando para o palácio lideranças de movimentos sociais e personalidades políticas internacionais para minar governo Temer.”</p> <p>- <i>Temer estrategista para chegar à presidência:</i></p> <p>“Do outro lado, a oposição e o PMDB vão brigar para virar a página em no máximo 30 dos 180 dias previstos para o julgamento final comandado pelo presidente do STF Ricardo Lewandowski, e abrir caminho para que o presidente Michel Temer inicie seu governo.”</p>
Imagens	<p>A reportagem traz a imagem dos 81 senadores com a intenção de votos sobre o processo contra Dilma.</p>

Tabela 16 - “Efeito Manada – Indecisos votam sim e abrem folga no placar” (p. 6):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>“Temer conseguiu mostrar força para evitar perdas em partidos que o apoiavam”</p>
Metáforas	
Exemplos	<p>“Rivais ideológicos e regionais de Cunha, os psolistas fluminenses Glauber Braga (“você é um gângster”) e Jean Wyllis (“um ladrão”) chegaram a apelar para xingamentos.”</p>

Imagens	Foto mostra momento em que os deputados discutem e se empurram durante a votação. A segunda imagem mostra o momento em que Jean Wyllis cospe em Bolsonaro.
----------------	--

Tabela 17 - “Renan o senhor do tempo no Senado” (p. 10):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	
Metáforas	<p>“o senhor do tempo”</p> <p>“Último cacique do PMDB fiel aliado do Planalto”</p> <p>“Renan precisa entender que deve deixar a trincheira da Dilma.”</p>
Exemplos	
Imagens	Ao fim do texto foto de Renan Calheiros com mão na boca com expressão de temor ou preocupação.

Tabela 18 - “O desejo íntimo de um vice à espreita do poder” (p. 16) – por Júnia Gama:

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>“Após dez anos de aliança com o PT, em que teve papel coadjuvante, Temer é artífice de articulação que pode leva-lo à Presidência.”</p> <p>“Mordomo de filme de terror, fisiológico, <i>gentleman</i>, discreto, vice decorativo, cordial, conciliador, formal, esfinge, jurista, anódino, amante da poesia”</p> <p>“pode chegar à Presidência da Republica sem ter recebido um voto sequer para tanto.”</p> <p>“A popularidade de Dilma despencava. Tudo indicava que o governo se dirigia ao colapso.”</p> <p>“Sucessivamente, Temer foi abandonando sua habitual discrição, até passar a trabalhar abertamente pelo afastamento de Dilma”</p> <p>“Desde então, os movimentos do vice passaram a ser oscilantes: quando via espaço para aparecer como alternativa para ‘reunificar à todos’, avançava; intimidado pelo governo ou pela conjuntura política, recuava.”</p>

Metáforas	<p>“Para o vice, mais que evitar ser tragado politicamente pela tempestade que começava a envolver o governo Dilma, havia o vislumbre de uma porta que daria acesso indireto ao poder.”</p> <p>“ausência de uma liderança nacional na legenda [PMDB], dividida em feudos”</p> <p>“aproveitou a coordenação política para traçar o tabuleiro sobre o qual se movimentaria.”</p> <p>“Os movimentos que culminariam no ‘divórcio’, porém, começaram muito antes da semana passada.”</p>
Exemplos	<p>- <i>Temer estrategista para chegar à presidência:</i></p> <p>“A exemplo do que pode ocorrer com a Presidência, sua participação na Constituinte também se deu por acesso indireto. [...] Temer não se elegeu, mas assumiu uma vaga como suplente, o que lhe possibilitou participar do histórico momento de 1988, depois de ter se mantido neutro diante do golpe militar.”</p> <p>“insistiu [Temer] num encontro com o ex-deputado Valdemar Costa Neto (PR), condenado no mensalão e que usa tornozeleira eletrônica.”</p> <p>“Se assumir a Presidência, uma das grandes frustrações que Temer levará dos tempos de vice será o fato de não ter encontrado com seu análogo americano. Depois da queixa na carta para Dilma por ter sido excluído de reunião com Joe Biden, Temer foi convidado a um encontro em Washington, cancelado justamente devido à convenção do PMDB que marcou o desembarque da sigla do governo.”</p>
Imagens	<p>A reportagem traz como ilustração a fotografia de Dilma e Temer em que os dois estão olhando em direções opostas. O título e subtítulo do texto estão escritos sobre a própria foto.</p>

Tabela 19 - “Aviso Prévio – Dilma perto do afastamento” (p. 3):

Dispositivos de Enquadramento	<p>Representação</p> <p>- <i>Derrota:</i></p> <p>“Desde cedo, no entanto, o clima no governo e no PT era de pessimismo.”</p> <p>“A eventual saída de Dilma simboliza não só uma derrota individual da presidente, mas o fim dos 13 anos de governos do PT.”</p> <p>“Lula passou a maior parte do dia com Dilma, mas voltou para o hotel que se transformou em seu QG pouco antes da votação, e retornou ao Alvorada quando 113 votos já haviam sido dados. Nesse</p>
-------------------------------	---

	<p>momento, estavam todos calados no Alvorada, concentrados fazendo as contas dos votos.”</p> <p>“No salão verde da Câmara, os próceres do Movimento Brasil Livre (MBL), entre eles Kim Kataguirí e Renan Santos, faziam transmissões em redes sociais colocando o impeachment no pretérito antes mesmo de a votação se iniciar.”</p>
Metáforas	“a presidente se fechou na residência oficial com seus mais próximos aliados e se debruçou sobre a contabilidade dos votos.”
Exemplos	
Imagens	A foto maior, ao centro da reportagem, ilustra os manifestantes pró-impeachment comemorando as votações, abaixo a imagem de uma mulher, do grupo contra o impeachment, chorando enquanto o filho dorme em seus braços.

Tabela 20 - “Temer - Vice vai reforçar formação de governo – A partir de hoje, líderes partidários serão chamados para negociar; aliados dizem que não haverá exclusão” (p. 4):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>- <i>Solução:</i></p> <p>“Muito do que Temer pretende fazer caso seja alçado ao posto mais importante da República foi revelado no áudio vazado na segunda-feira que antecedeu a votação do processo. O conceito é criar um governo de ‘salvação nacional’ para pacificar e reunificar o país.”</p>
Metáforas	“A princípio, nem o PT, que trava uma guerra contra o vice para tentar impedir o impeachment.”
Exemplos	“Além de utilizar o documento Ponte para o Futuro como base de alguns programas que pretende implementar, Temer também deverá se dirigir à nação para reafirmar que manterá os programas sociais, mas com mudanças.”
Imagens	A imagem que ilustra a reportagem é do vice-presidente Michel Temer, em sua residência oficial, o Palácio Jaburu, rindo enquanto assiste às votações dos deputados na Câmara. Uma foto menor, mostra Temer e seus aliados sentados em um sofá atentos às votações, em posição menos descontraída que a foto de Temer.

Tabela 21 - “Desafio é recuperar a confiança – Para analistas e empresários, país só voltará a crescer com ajuste fiscal e reformas” (p. 31):

Dispositivos de Enquadramento	
-------------------------------	--

Representação	<p>- <i>Solução:</i></p> <p>“O ambiente para negócios tende a melhorar com a possível saída de Dilma.”</p> <p>“os empresários avaliam que, caso Michel Temer assuma a presidência, haverá esforços para a retomada de uma política econômica ortodoxa, com ênfase no ajuste fiscal.”</p> <p>“vai depender da troca de ministros, que podem emprestar credibilidade ao governo, mas a chance de melhora de governabilidade é grande – diz Bráulio Borges”</p> <p>“Flavio Rocha, dono da rede varejista Riachuelo, é um dos empresários mais otimistas com a possível aprovação do impeachment. Para ele, haveria ‘uma guinada de 180 graus no propósito do Estado’, com a substituição do modelo do Estado provedor pelo Estado regulador, calcado no mercado livre.”</p> <p>- <i>Questionamentos/descrédito governo Dilma e, ou o PT:</i></p> <p>“– Caso Dilma fique, teríamos o pior cenário, ela não conseguiria governar – avalia o empresário.”</p>
Metáforas	<p>“haverá uma lua de mel com o mercado”</p> <p>“Um respiro para os brasileiros, que viram os preços saltarem no último ano.”</p> <p>“quem não tem cão caça com gato.”</p> <p>“o que pode ser uma pedra no sapato de Temer.”</p>
Exemplos	<p>- <i>Ações do governo Dilma prejudicaram o país / são responsáveis pelo impeachment:</i></p> <p>“No governo Dilma, foram feitas desonerações para o setor produtivo, ampliados gastos sociais e aumentado o crédito subsidiado, levando a deterioração das contas públicas, que devem registrar o terceiro ano seguido de déficit em 2016.”</p>
Imagens	<p>A reportagem traz somente gráficos ilustrativos da evolução dos indicadores econômicos do segundo mandato de Dilma.</p>

Tabela 22 - “Pelo Mundo: Votação tem grande destaque no exterior” (p. 30):

Dispositivos de Enquadramento	
-------------------------------	--

Representação	<p>“A Casa Rosada jamais falou em golpe no Brasil, nem o fará.”</p> <p>“‘El País’ classificou a Câmara como um Parlamento com cenas de circo que decidiria o futuro de Dilma.”</p> <p>- <i>Questionamentos/descrédito governo Dilma e, ou o PT:</i></p> <p>“A reportagem fez um perfil da presidente, que é descrita como uma tecnocrata que não herdou os poderes de negociação de seu mentor”</p>
Metáforas	
Exemplos	<p>“Embora a Unasul, como bloco, tenha manifestado, em nota oficial, que o impeachment de Dilma ‘levaria à perigosa criminalização do exercício de governar por razões de índole simplesmente políticas’, nem todos os membros concordam em aderir à denúncia de um suposto golpe contra a mandatária.”</p> <p>“Já os presidentes da Venezuela, Nicolás Maduro; do Equador, Rafael Correa e da Bolívia, Evo Morales, defenderam publicamente o governo do PT e denunciaram ‘um golpe cívico, midiático e judicial no Brasil.’”</p> <p>“Segundo o jornal americano, a falta de esperança entre a classe trabalhadora foi o sintoma mais forte da perda de apoio da presidente entre a população.”</p>
Imagens	O texto traz imagens de recortes das manchetes dos importantes jornais internacionais: New York Times, El País, The Guardian, Lan Nacion, The Economist, Le Monde.

Tabela 23 – Capa da edição – Folha de S. Paulo (18 de abril de 2016):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>- <i>Questionamentos/descrédito governo Dilma e, ou PT:</i></p> <p>“A Câmara dos Deputados autorizou neste domingo (17) a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Vana Rousseff (PT), 68, acusada de fraudar o orçamento da União”.</p> <p>- <i>Derrota:</i></p> <p>“Abandonada por aliados, a presidente atuou diretamente nas negociações para evitar o impeachment, com ajuda do ex-presidente Lula (PT). A ofensiva dos peemedebistas, porém, surtiu mais efeito. Chamado de golpista pela presidente Dilma, Temer passou as últimas semanas articulando a viabilidade política de seu governo”.</p>
Metáforas	“Dilma “não se curvará” e vai lutar até o fim, disse José Eduardo Cardozo”

Exemplos	<p>“Foram 367 votos a favor (72%) – eram necessários 342 – e 137 contra (27%). É a segunda vez que a Casa avaliza pedido de afastamento desde a redemocratização do país, em 1985”.</p> <p>“Nas ruas, a maior manifestação anti-Dilma reuniu 250 mil pessoas na avenida Paulista, segundo o Datafolha. Os simpatizantes da petista promoveram ato com 42 mil pessoas no vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo. O voto definidor foi saudado com panelaço e buzinaço”.</p>
Imagens	A primeira foto mostra as comemorações dos deputados após o voto 342. Abaixo Michel Temer de braços cruzados e rindo descontraidamente ao acompanhar as votações no Palácio do Jaburu.

Tabela 24 - “Câmara dá aval ao impeachment de Dilma Rousseff” (p. 2):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>“Nas ruas, multidões de amarelo explodiam em festa”.</p> <p>- <i>Questionamentos/descrédito governo Dilma e, ou PT:</i></p> <p>“A presidente é acusada de fraude orçamentária em razão das chamadas “pedaladas fiscais” e da emissão de decretos aumentando despesas sem autorização do Congresso, além de envolvimento no petróleo”.</p> <p>- <i>Solução:</i></p> <p>“Após o resultado, o vice disse a aliados que terá “uma grande responsabilidade” se assumir a Presidência e que “agora vem a parte mais difícil”.”</p> <p>- <i>Resistência de Dilma ou PT:</i></p> <p>“Dilma deixou para seus ministros a tarefa de reagir à votação. Jacques Wagner, do gabinete da Presidência, disse que o impeachment é um “retrocesso” e pediu que o Senado faça “justiça” à petista”.</p>
Metáforas	
Exemplos	“Dilma não será afastada imediatamente do cargo, no entanto. Para que isso ocorra o Senado precisa ratificar, por maioria simples, o voto dos deputados, o que deve ocorrer somente no início de maio”.
Imagens	Fotografia mostra parlamentares anti e pró-impeachment durante votação na Câmara.

Tabela 25 - “‘Agora vem a parte mais difícil’, afirma Temer a aliados” (p. 5):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>- <i>Solução:</i></p> <p>“Agora vem a parte mais difícil”, afirma Temer a aliados.”</p> <p>“Se assumir o lugar de Dilma, vice enfrentará a grave crise econômica, os desdobramentos da Lava Jato e a ação no TSE.”</p> <p>“o vice Michel Temer (PMDB-SP), seu substituto, comemorou no Palácio do Jaburu com sua equipe, disse ser preciso aguardar o Senado referendar a decisão e afirmou que “o que nos espera é uma grande responsabilidade”.”</p> <p>““agora é que vem a parte mais difícil”, numa referência ao desafio de assumir num período de forte crise econômica.”</p> <p>“Temer só assumirá de fato caso o Senado acate a decisão tomada pela Câmara, o que é dado como certo.”</p> <p>“Neste período, o peemedebista montará sua equipe para assumir com tudo pronto, evitando passar a imagem de um governo provisório.”</p> <p>“Nas próximas semanas Temer deve voltar a sinalizar que fará um governo de “pacificação nacional”, buscando negociar com todas as forças políticas”.</p> <p>- <i>Resistência de Dilma e, ou do PT:</i></p> <p>“Assessores dizem que não estão descartadas conversas com alas do PT no sentido de tentar desmotivar reações radicais de entidades simpáticas ao petismo, como o MST”.</p>
Metáforas	<p>“Ele disse que o partido quer “trazer o céu e o progresso” em um eventual governo Michel Temer em comparação ao “inferno” protagonizado pelo PT”.</p>
Exemplos	<p>“Temer orientou seus assessores a evitar comemorações efusivas e pediu moderação.”</p> <p>“Logo após a derrota de Dilma, uma romaria de políticos foi ao Jaburu falar com o vice e sua equipe.”</p> <p>“Além dos desafios da economia, o vice-presidente terá de conviver com outra ameaça: o risco de as delações das empreiteiras que</p>

	apontam irregularidades na campanha da petista em 2014 acabem na cassação da chapa Dilma-Temer pelo TSE. Além disso, seu partido, o PMDB, é citado como um dos beneficiários do esquema de propina montado na Petrobrás e sistema elétrico.”
Imagens	Foto à esquerda da página mostra a mesa do Plenário da Câmara e alguns parlamentares durante as votações.

Tabela 26 - “Assessores de petista já falam em levar caso ao Supremo” (p. 5):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>- <i>Resistência de Dilma ou PT:</i></p> <p>“PT discutirá lançar campanha por ‘Diretas Já”</p> <p>“Assessores de Dilma classificaram a votação deste domingo (17) como totalmente política, e não técnica, um ato de vingança de deputados governistas que nunca se consideraram representados na gestão da petista. Para estes, a petista demorou muito para perceber que não bastava ser considerada honesta para vencer a votação.”</p> <p>“Depois da votação, a ordem do ex-presidente Lula é mobilizar o PT e a base social do partido para o cenário pós-impeachment.”</p> <p>“O discurso do partido será o de que Dilma busca uma solução para a grave crise política que o Brasil atravessa, mas que não será resolvida por um presidente que não teria legitimidade por chegar ao poder por meio de um “golpe”.”</p> <p>- <i>Derrota:</i></p> <p>“Confirmada derrota, a equipe de Dilma Rousseff avaliou que a presidente “colheu o que plantou” na sua relação com a base aliada, mas disse que a petista pretende ir até o fim do julgamento no Senado e deve recorrer ao STF.”</p> <p>“O reconhecimento da derrota por parte da equipe de Dilma só ocorreu em meio à votação na Câmara, mas já havia uma avaliação durante o dia de que a situação era ruim.”</p> <p>“O diretório do PT deve discutir na terça (19) que Dilma envie ao Congresso a proposta de redução de seu próprio mandato e de convocação de eleições presidenciais ainda neste ano, junto das eleições municipais. A ideia é que a presidente anuncie que abre mão de dois anos de mandato mesmo que chegue a ser inocentada de crimes de responsabilidade pelo Senado, que julgará se a petista é ou não inocente, consumando ou não o impeachment.”</p>
Metáforas	

Exemplos	<p>“Enquanto os deputados votavam, o ex-presidente passou boa parte do tempo calado e sentado, com aspecto tenso. Já a presidente estava mais agitada, andando e falando.”</p> <p>“”Como é que alguém consegue falar que quer acabar com a corrupção olhando para o Eduardo Cunha?”, comentou, ao ouvir o discurso de um deputado.”</p>
Imagens	Imagem da presidente pedalando em Brasília.

Tabela 27 - “Dilma só não foi traída por PT e PC do B” (p. 6):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>- <i>Derrota:</i></p> <p>“Dilma só não foi traída por PT e PC do B.”</p> <p>“Governo lamentou principalmente as traições no PSD e no PP e jogou a culpa sobre Kassab e Ciro Nogueira”.</p> <p>“[...] a presidente assistiu a um festival de traições na decisão da Câmara de autorizar o Senado a abrir o seu processo de impeachment.”</p> <p>“No PR a traição foi menor, mas mesmo assim grande”.</p> <p>“Além de fracassar na atração dos dissidentes de sua base, Dilma não conseguiu furar de forma relevante a coesão dos opositoristas.”</p> <p>- <i>Questionamentos/descrédito governo Dilma e, ou PT:</i></p> <p>“Ator ativo para a destituição da petista, o vice Michel Temer, caso assumo, levará pela terceira vez o PMDB ao comando do país”.</p>
Metáforas	“O abandono do barco incluiu até mesmo ex-ministros seus”
Exemplos	<p>“Na primeira gestão de Dilma, Nascimento foi exonerado em meio à “faxina ética”, como ficou conhecida a queda em série de ministros suspeitos de envolvimento em irregularidades.”</p> <p>“Dilma e Lula tentaram reunir votos mínimos no PMDB, PP, PR e PSD, mas a ação contrária de Michel Temer e aliados conseguiu anular a ofensiva.”</p> <p>“Inclusive Mauro Lopes, que se disse muito agradecido de ser ministro de Dilma, mas que pela “lealdade” ao PMDB e pela “mulher, filhos e netos”, votava sim.”</p>
Imagens	No topo da página há as fotografias dos dois deputados que são ex-ministros de Dilma e que votaram à favor da abertura do impeachment, à esquerda Mauro Lopes (ex-ministro da Aviação

	Civil) e à direita Alfredo Nascimento (ex-ministro dos Transportes, exonerado do cargo). Abaixo do texto, três imagens: a maior delas destaca um parlamentar enrolado na bandeira do Brasil, outra mostra parlamentares tirando fotos com Roberto Jefferson e a filha, outra destaca os deputados tirando “selfies” durante as votações.
--	--

Tabela 28 - “Cunha é chamado de ‘ladrão’ e ‘gângster’” (p. 7):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	“Mesmo hostilizado em rede nacional, Cunha saiu mais forte da sessão que aprovou o impeachment, na avaliação de aliados que pretendem usar a votação para enterrar o processo no Conselho de Ética e manter o peemedebista na presidência da Câmara.”
Metáforas	
Exemplos	“O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi chamado de “gângster”, “ladrão” e “golpista” por deputados que votaram contra a aceitação do impeachment pela Câmara.”
Imagens	Imagem retrata momento em que deputados se posicionam atrás da mesa do Plenário e exibem a faixa “FORA CUNHA”.

Tabela 29 - “Ritmo do processo passa às mãos de Renan” (p. 8) – Mariana Haubert e Márcio Falcão:

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>“Senadores pró-impeachment tentarão pressionar o presidente da Casa, aliado do Planalto, a acelerar o trâmite.”</p> <p>“A oposição tentará pressioná-lo a acelerar o processo apostando no placar da Câmara e em algumas declarações dúbias que Renan deu sobre o processo.”</p> <p>- <i>Resistência de Dilma ou PT:</i></p> <p>“Plano de governistas é ganhar tempo e ligar Temer a Cunha; vice e Dilma ainda enfrentam ações na Justiça Eleitoral”</p> <p>“Oposicionistas temem que o governo, apesar de estar praticamente paralisado, tenha tempo para negociar cargos e recursos na esperança de mudar votos de senadores indecisos.”</p>
Metáforas	[...] os olhos se voltam a partir de agora para o Senado
Exemplos	“Segundo levantamento da Folha até este domingo, 47 senadores já

	se declararam a favor do impeachment.” “Em outra frente, Dilma e Temer respondem no TSE a quatro ações que pedem a cassação de seus mandatos por abuso de poder político e econômico, além da suspeita de que tiveram a campanha abastecida por recursos desviados da Petrobrás.”
Imagens	

Tabela 30 - “Aécio diz que petista ‘colhe o que plantou’” (p. 9) – por Thaís Arbex:

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	- <i>Questionamentos/descrédito governo Dilma e, ou PT:</i> Aécio diz que petista ‘colhe o que plantou’. Senador afirma que presidente ‘age com arrogância; PSDB estuda apoio Tucanos culpam Dilma por processo e listam condições para eventual apoio a Temer no Congresso. - <i>Resistência de Dilma ou PT:</i> [...] o senador Romero Jucá (RR) atual presidente do PMDB, afirmou que o partido não vai se render à pressão prometida pelo PT contra o andamento do impedimento da petista.
Metáforas	“O PT já está infernizando muita gente. Porque tem muita empresa fechando, muita gente demitida. Em matéria de inferno o PT entende bem. Queremos fazer exatamente o contrário. Queremos trazer o céu, o progresso. ” (Jucá).
Exemplos	
Imagens	Foto destaca momento em que o deputado Ônix Lorenzoni (DEM-RS) comemora decisão da Câmara junto aos manifestantes pró-impeachment.

Tabela 31 - “Citados na Lava Jato engrossam placar”, por Rubens Valente e André Monteiro (p. 12):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	“Citados na Lava Jato engrossam placar”
Metáforas	
Exemplos	“Dos 21 deputados federais atualmente com mandato na Câmara e

	<p>que são alvo de investigação no STF em decorrência da Operação Lava Jato, 16 votaram a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, quatro foram contrários e um não compareceu à sessão.”</p> <p>“A votação a favor do impeachment da presidente Dilma foi reforçada pela chamada “bancada BBB” da Câmara: do boi, da bíblia e da bala.”</p>
Imagens	Gráfico com o número de votos a favor e contra o impeachment por partido. E, ainda, dois gráficos menores com os votos dos deputados citados na Lava Jato e das votações por bancada.

Tabela 32 - “Tão longe, tão perto”, por Daniela Lima e Valdo Cruz (p. 16-17):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>- <i>Questionamento:</i></p> <p>“Como o vice construiu sua carreira política e os passos que deu para afastar Dilma e afastar-se dela.”</p> <p>“Sua habilidade como articulador é inversamente proporcional ao seu sucesso nas urnas. Desenvolto no bastidor, é péssimo de palanque.”</p> <p>“Seu perfil contido, sua postura sempre ereta, suas roupas e cabelos bem alinhados lhe renderam apelidos jocosos, como o cunhado por Antônio Carlos Magalhães: mordomo de filme de terror.”</p> <p>“Com o impeachment instalado, aliados de Dilma passaram a cobrar um gesto de “lealdade” de Temer. O vice sentiu-se, então, “emparedado”.”</p> <p>“Temer demora a digerir equívocos. Repassa as situações, fica quieto e irritadiço. Quando estressado recorre a massagens num centro de quiropraxia de Brasília.”</p> <p>“O abatimento deu lugar à luta para se manter à frente da sigla, tarefa a que se dedicou com exclusividade.”</p> <p>“Desautorizado pela presidente com a nomeação de Mauro Lopes, Temer partiu para o tudo ou nada.”</p> <p>- <i>Questionamento/descrédito governo Dilma:</i></p> <p>“O vice decidiu, então, deixar a função. A partir dali a presidente, que já enfrentava dificuldades no Congresso, passou ao pior estágio da convivência com sua base.”</p> <p>“Dilma nunca confiou plenamente em Temer. Aliados do vice</p>

	afirmam que ela só o acionava em momentos de crise.” “Quando o vice deixou a articulação, a presidente decidiu apostar na aproximação com outro cacique do PMDB, o alagoano Renan Calheiros, presidente do Senado e antigo desafeto de Temer.”
Metáforas	
Exemplos	<p>- <i>Temer estrategista:</i></p> <p>““Ela não escuta ninguém, nem mesmo o senhor”. Era domingo, 27 de março. “Ela” era Dilma Rousseff. O “senhor” a quem Michel Temer se referia era o padrinho político da presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Unidos pelas conveniências desde 2010, a petista Dilma e o peemedebista Temer nunca foram próximos, mas àquela altura não se aturavam.”</p> <p>“Na convenção nacional de seu partido, em 12 de março, Temer conseguiu evitar que a sigla rompesse com o governo.”</p> <p>“Lula dissera a Temer que ele podia ficar tranquilo. Porém, em 16 de março, uma quarta-feira, o peemedebista foi surpreendido pelo anúncio ofical, na televisão: Lula iria para a Casa Civil [...] Poucas semanas depois, na base aérea do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, o vice-presidente diria a Lula que aquele havia sido o último erro da presidente Dilma em relação a ele e ao PMDB.”</p> <p>- <i>Ações de Temer geram incerteza:</i></p> <p>“Temer, por sua vez, foi citado por delatores na Lava Jato.”</p> <p>“Anteriormente, o nome de Temer aparecera em uma planilha de beneficiários por doações de empreiteiras na Operação Castelo de Areia [...]”</p> <p>“O vice foi citado em um processo em 2000 como beneficiário de um esquema de cobrança de propina...”</p>
Imagens	Caricatura por computação gráfica de Temer ocupando quase metade da primeira página (16).

Tabela 33 - “Todos os homens do (vice) presidente” (p. 17):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>“Temer quer nomes de impacto na economia, a fim de mudar clima de pessimismo, e na área social, para indicar manutenção de programas”</p> <p>“[...] a equipe de Temer já vinha preparando medidas para se</p>

	contrapor ao discurso petista de que Temer pode representar ameaça aos avanços sociais dos governos Lula e Dilma.”
Metáforas	
Exemplos	
Imagens	Ao lado do texto, pequenas imagens dos possíveis escolhidos para ocupar os ministérios.

Tabela 34 - “Volta do crescimento é foco de empresários” (p. 18):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	- <i>Questionamento/descrédito governo Dilma:</i> “O fim do impasse político e a volta do crescimento econômico. Essas são as principais preocupações do setor produtivo, expressas na noite desde domingo (17), quando a Câmara aprovou o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff.”
Metáforas	
Exemplos	“Entre os industriais, a tônica é a preocupação com o nível de produção nas fábricas. O setor é o mais prejudicado pela recessão, e a produção despencou 9% no ano encerrado em fevereiro.”
Imagens	

Tabela 35 - “Empresariado pede reformas impopulares em seis meses” (p. 18):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	“Empresariado pede reformas impopulares em seis meses.” - <i>Questionamentos/descrédito governo Dilma:</i> “A aprovação do pedido de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara aliviou o empresariado que não vê saída para a crise com a presidente Dilma no poder.”
Metáforas	
Exemplos	“Um exemplo disso está nas providências para consertar as contas públicas. A presidente Dilma tentou recriar a CPMF para recuperar arrecadação de impostos, mas não teve apoio do Congresso.”
Imagens	

Tabela 36 - “Brasil grande não deu certo com Dilma nem nunca dará”, entrevista com José Scheinkman (economista) (p. 19):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>- <i>Questionamentos/descrédito governo Dilma:</i></p> <p>“Brasil grande não deu certo com Dilma nem nunca dará – para economista, eventual novo governo deve desmontar medidas adotadas pela presidente, como subsídios à indústria.”</p> <p>“O primeiro passo de um eventual novo governo deveria ser o desmonte de medidas adotadas por Dilma Rousseff, como subsídios a setores escolhidos.”</p>
Metáforas	
Exemplos	
Imagens	1/3 da página é ocupada pela fotografia do entrevistado que está com expressão séria e os braços cruzados.

Tabela 37 - “Resultado de votação é recebido com buzinação e choro na Paulista” (p. 22):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	“Durante o dia, reinou na Paulista um clima de “domingo no parque” e de Copa do Mundo.”
Metáforas	
Exemplos	<p>“Aprovação do impeachment da presidente é seguida por gritos de ‘Fora Dilma’ e ‘Fora PT’ na avenida.”</p> <p>“Os 250 mil manifestantes pró-impeachment reunidos na avenida Paulista receberam com euforia a aprovação do afastamento...”</p> <p>“Deputados que votaram contra o impeachment eram vaiados, enquanto aqueles favoráveis ao afastamento de Dilma eram ovacionados como se fossem gols da seleção brasileira.”</p>
Imagens	Imagem de manifestantes pró-impeachment com placas de “tchau querida” gritam em comemoração pela aprovação da abertura do processo.

Tabela 38 - “Atos anti-Dilma no país têm rojões, foodtrucks e vuvuzelas” (p. 23):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	“Além do clima de jogos da seleção em Copa do Mundo [...] alguns dos atos pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff lembraram as comemorações de Réveillon.”
Metáforas	“Não havia coxinhas e, apesar de o grupo ser contra Dilma, nem mortadelas .”
Exemplos	“Manifestantes soltaram rojões, se beijaram e se abraçaram. Alguns chegaram a chorar.” “No local, membros de uma igreja evangélica pediram até a Deus pela saída da presidente.”
Imagens	Cinco fotos são distribuídas ao longo da página, todas retratam os manifestantes anti-Dilma em comemoração.

Tabela 39 - “Separados pelo Muro” (p. 24):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	
Metáforas	
Exemplos	“Já aqueles que apoiavam o governo ouviam Vagner Freitas, presidente da CUT, dizer do alto do carro de som, que “está na hora da porrada. Vamos incendiar o país”. Pouco depois os manifestantes deixaram a esplanada em silêncio. [...] na saída, manifestantes anti-Dilma entregavam rosas brancas e aplaudiam policiais militares e bombeiros que faziam a segurança local.” ““Vi que tinha mais gente do nosso lado”, diz ela que é a favor do impeachment e filmou a cena – as provocações, diz, foram apenas verbais. Estava certa sobre a maioria: à noite, havia apenas um cliente de camiseta vermelha, alvo de gritos de “tchau querido”. “O bar estava todo contra mim”, disse o funcionário público Cláudio Cardoso.”
Imagens	Imagem no topo da página dos manifestantes pró-impeachment, manifestantes têm placas com a frase “Tchau querida” e expressão de alegria e esperança. Na foto ao fim da página dois manifestantes que apoiam Dilma estão sentados com expressão desolada. Um deles usa boné e colete da CUT e o outro enrolado em uma bandeira usa chapéu e roupas simples.

Tabela 40 - “Derrota é recebida com resignação em ato pró-governo no Anhangabaú” (p. 25):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	- <i>Derrota</i> : “Derrota é recebida com resignação”
Metáforas	
Exemplos	“Muita gente chorava no Anhangabaú.” “O músico Chico César, que se apresentou para poucas centenas de pessoas após definição dos votos, engrossou o coro. “Ninguém sai da rua nunca mais”.”
Imagens	A imagem no topo da página é de duas mulheres abraçadas com expressão de derrota e tristeza. Ao final da página duas imagens, a primeira de um homem rezando e, ao lado, uma mulher enxuga as lágrimas do rosto. As imagens refletem, ou reforçam, a ideia de tristeza e derrota.

Tabela 41 - “Amigos fazem churrasco e celebram votos como gols em Copa do Mundo” (p. 26):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	“[...] celebram votos como gols em Copa do Mundo.” “Como o 342º voto decisivo para o impeachment, os estudantes cantam “chora petista, bolivariano, a roubalheira do PT tá acabando” em frente à TV de 42 polegadas. Enquanto isso, em uma república no Butantã (zona oeste de São Paulo), seis amigos contrários ao afastamento lamentam a decisão.” “Diante do resultado Elisa lamenta – “desrespeitaram a população e isso é muito perigoso” – enquanto João Antônio diz ficar satisfeito com o resultado, mas não comemora. “Vai resolver a situação do país? Não vai. Mas não podíamos ficar parados.””
Metáforas	
Exemplos	““Se o deputado cita a família, vai votar sim ao impeachment”, observa Marcelo Bueno.” “Aos deputados que evocavam a democracia em suas falas, os amigos favoráveis ao impeachment reagiam: “Pode chamar o próximo!”.” “Os amigos se abraçam e comemoram “nãos” e abstenções, como se

	celebrando um gol do Brasil.”
Imagens	Três imagens, uma de cada reunião de amigos citadas no texto. A maior delas é dos manifestantes pró-impeachment.

Tabela 42 - “Rio tem choro na Lapa e comemoração em Copacabana” (p. 26):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	
Metáforas	
Exemplos	<p>“Militante do PT, a universitária Giovana Souza Guinard, 29, chorava copiosamente enquanto era consolada por sua mãe que também acompanhava a manifestação”</p> <p>““Mesmo que a massa não tenha descido em peso, a favela sabe que o governo do PT proporcionou uma vida melhor para os pobres”, disse o empresário Rômulo Costa, fundador da Furacão 2000.”</p>
Imagens	Duas imagens acima do título da reportagem. A primeira de um homem com a cabeça baixa, com expressão desolado, derrotado. A segunda do grupo comemorando os votos à favor do impeachment.

Tabela 43 - “Cobertura mostra Brasil petrificado diante da votação”, por Nelson de Sá. (p. 32):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>“Brasil petrificado diante da votação.”</p> <p>“No momento da comemoração, as câmeras evitaram a reação do deputado [Eduardo Cunha], a imagem do impeachment.”</p> <p>“Locutor da Globo, William Bonner mal falou nas “quase seis horas” de transmissão, até surgir burocrático, evitando emoção. [...]”</p> <p>“Depois, no “Fantástico” da madrugada, até o analista Alexandre Garcia se conteve.”</p>
Metáforas	
Exemplos	<p>“De Glenn Greenwald, jornalista baseado no Rio, premiado nos EUA e no Brasil: “É como ver uma gangue criminosa fazer fila, um por um, denunciar malfeitos”.”</p> <p>“No exterior, “New York Times” seguiu a votação com chamada no alto da homepage, descrevendo um “Brasil Petrificado”. O britânico</p>

	“Guardian” preferiram enunciado com o país “tenso”. E o francês “Le Monde” dedicou a manchete, por horas, “Brasil: atmosfera frenética”.”
Imagens	Imagem de Eduardo Cunha com mão na boca, uma expressão irônica do deputado.

Tabela 44 – Capa da edição – O Globo (1º de setembro de 2016):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	- <i>Questionamento</i> : “E agora, Temer?”
Metáforas	
Exemplos	
Imagens	Imagem no topo da página, abaixo do título: “Dilma sofre impeachment”, Temer durante a posse no Senado, à sua direita Rodrigo Maia e à sua esquerda Ricardo Lewandowski. No centro da página pequena imagem com close de Dilma durante pronunciamento, logo após resultado da votação que decidiu pela sua deposição.

Tabela 45 – “Cai o pano” (p. 03):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	
Metáforas	“Cai o pano”
Exemplos	“Rodeada de manifestantes e parlamentares que se mantiveram fieis até o último momento, a agora ex-presidente prometeu fazer “a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer”.” “fez [Temer] sua primeira reunião ministerial e declarou que sua grande missão é “colocar o Brasil nos trilhos”. À noite, em cadeia nacional, pediu apoio às reformas previdenciária e trabalhista e às impopulares medidas de contenção de gastos.”
Imagens	Imagem em close da ex-presidente olhando para baixo, com expressão triste ou pensativa. A foto realça as rugas e linhas de expressão de Dilma, reforçando a representação de derrota.

Tabela 46 - “Golpista é você...” (p. 04):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>“Embora curto, o pronunciamento foi duro e mudou o tom do governo.”</p> <p>“Apesar da cobrança, Temer exibiu força política ao chegar no Senado para posse.”</p>
Metáforas	
Exemplos	<p>“Avisou que não levará “desaforo para casa” por ser chamado de golpista ou por divisões da base aliada.”</p> <p>“A ex-presidente Dilma voltou a acusar de “golpe de Estado””</p> <p>- <i>Ações de Temer geram incerteza:</i></p> <p>“Tomou posse como presidente da República às 16h51min em um plenário sem opositores e quase todo masculino. Entre os presentes, se destacava o ex-ministro Henrique Eduardo Alves, que deixou o governo Temer por envolvimento na Lava-Jato.”</p> <p>“Se antes seus discursos só pediam “aplausos” aos parlamentares e ressaltavam as aprovações legislativas, sempre tentando fazer um contraponto à dificuldade de Dilma aprovar pautas do governo, ontem o presidente disse ser “inadmissível” posturas de aliados em descompasso com Planalto.”</p>
Imagens	Imagem do presidente em reunião com ministros.

Tabela 47 - “Apelo – Na TV, Temer destaca urgência das reformas” (p. 06):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	“Apesar dos desafios, o presidente procurou passar uma mensagem de esperança”
Metáforas	
Exemplos	“Na breve fala, de cinco minutos, que foi ao ar às 20 horas, Temer destacou a necessidade urgente de enfrentar a questão da Previdência para evitar que em “poucos anos” o governo não tenha como pagar aos aposentados”
Imagens	Imagem de Temer bastante sério, uma sombra escurece parte de seu rosto enquanto olha para baixo. Apesar da direção do olhar não há expressão de fraqueza, como poderia sugerir, talvez de reflexão e dureza.

Tabela 48 - “Placar elástico – até ex-ministros votaram contra Dilma” (p. 09):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	
Metáforas	“acabou engordando a ala contrária à petista”
Exemplos	“Até ex-ministros votaram contra Dilma”
Imagens	

Tabela 49 - “Voltaremos – Na saída, Dilma promete oposição incansável” (p. 10):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	“Ela transformou sua última cena no palácio presidencial Alvorada num ato político-social” “Estava abatido e olhava para baixo [Lula]”
Metáforas	
Exemplos	“na saída, Dilma promete oposição incansável” “falou, não chorou e não respondeu a perguntas” “Numa narrativa lapidada ao longo dos 112 dias que viveu como presidente afastada, Dilma pregou que o “golpe” foi desferido contra toda uma agenda progressista e voltada para a redução das desigualdades sociais e de respeito às minorias”
Imagens	Dilma é aplaudida por aliados.

Tabela 50 - “Sem coice – Senado mantém direitos de Dilma e irrita Temer” (p. 11):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	“Senado mantém direitos de Dilma e irrita Temer”
Metáforas	“A estratégia de fatiar o julgamento vem sendo costurada desde sexta-feira.”
Exemplos	
Imagens	Imagem de Renan Calheiros com Constituição na mão enquanto discursa. A legenda afirma que ele articulou junto aos senadores para que Dilma não perdesse seus direitos.

Tabela 51 – “Mercado – Depois da lua de mel, a hora da cobrança” (p. 12):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>- <i>Questionamento/ descrédito:</i></p> <p>“Depois da lua de mel, a hora da cobrança”</p> <p>“Impopular entre eleitores, Michel Temer não pode se queixar dos investidores”</p> <p>“Com a conclusão do processo de impeachment, porém, o peemedebista terá que desencarnar a personagem anti-Dilma e assumir o protagonismo do seu próprio nome. É quando termina o chamado “benefício da dúvida” e começam as cobranças.”</p> <p>“Dilma e o mercado são lados opostos de uma gangorra.”</p>
Metáforas	
Exemplos	<p>- <i>Ações do governo Dilma prejudicaram o país/são responsáveis pelo impeachment:</i></p> <p>“Conforme o capital político da petista afundava com o início do processo de impeachment, em dezembro, os gráficos das ações e da força do real recuperaram os níveis perdidos durante a crise.”</p>
Imagens	Ao fim da página imagem do presidente com expressão séria.

Tabela 52 - “Isto é Temer – o estilo do ex-vice em seu exercício” (júnia Gama) (p. 14):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>-<i>Questionamento:</i></p> <p>“Sua longa trajetória na Câmara dos Deputados [...] forjaram seu caráter conciliador que, no Executivo, gera controvérsias.”</p> <p>“A Esplanada dos Ministérios é, por si só, um retrato da visão de Temer sobre política. uma equipe econômica forte e autônoma se destaca em meio ao loteamento para partidos aliados. O formalismo e a fidelidade aos amigos também foram características levadas por Michel Temer ao Palácio do Planalto. As amizades perigosas, com diversos dos investigados na Operação Lava Jato, também acompanham o presidente”</p> <p>“O caráter pouco dado a enfrentamentos levou Temer a atitudes contraditórias.”</p>

	<p>“Caráter conciliador do novo presidente marca sua passagem do Legislativo para o Executivo”</p> <p>“A formalidade é uma característica constante. Se no tempo de Lula reinavam as metáforas futebolísticas, e no período de Dilma predominava um clima tenso na hora dos discursos, a chegada de Temer ressuscitou o latim nos salões do Planalto”</p>
Metáforas	
Exemplos	<p>- <i>Ações de Temer geram incerteza:</i></p> <p>“os recuos que já fez até agora, como o corte de ministérios bem menor que o previsto, também foram alvo de críticas.”</p> <p>“Sua formação parlamentar o leva sempre a buscar o acordo entre as partes, o que, em um cargo executivo, pode não funcionar tão bem.”</p> <p>“ele defende como pedra basilar da nova gestão o ajuste econômico com corte de gastos, sacrifícios da população com a reforma da Previdência e um possível aumento da carga tributária. Por outro, lava as mãos para os reajustes salariais da elite do funcionalismo público”</p> <p>“Figuras problemáticas sempre rondaram Temer. O ex-presidente da Câmara e Deputado afastado, Eduardo Cunha fez questão de manter a proximidade. E o presidente nunca lhe virou as costas, recebendo-o em sua residência oficial e tentando, até o último momento, uma saída honrosa para o colega no processo de cassação. Outro personagem complicado é Henrique Alves. Sem mandato eletivo, ganhou de Temer uma vaga na Esplanada, no Ministério do Turismo, mesmo já estando enrascado até o pescoço na Lava Jato. Acabou tendo que sair, mas a amizade continua. Com o senador Romero Jucá (PMDB-RR), a relação é semelhante. Mesmo investigado na operação, Jucá foi nomeado Ministro do Planejamento [...]. Nos bastidores, no entanto, seu prestígio continua alto junto a Temer”</p> <p>“Se há algo que os senadores e deputados não podem reclamar é da paciência de Michel Temer para recebê-los e prestigiá-los.”</p> <p>“Ao final, sempre consegue construir maiorias no partido com seus adversários.”</p> <p>“Temer fez questão de privilegiar os amigos de longa data, como Padilha (Casa Civil), Geddel Vieira Lima (Secretaria de Governo) e Moreira Franco (Parcerias de Investimentos).”</p>

Imagens	Caricatura do presidente vestido com roupa de padre, dedo indicador levantado e expressão severa.
----------------	---

Tabela 53 - “Troca de guarda” (p. 25):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	“De ‘intruso’, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, indicado por Lula”
Metáforas	
Exemplos	<p>“O primeiro retrato, cujo protagonista é o peemedebista Michel Temer, representa o poder vigente, no qual o PMDB predomina, com o controle do executivo e do Congresso, e com o DEM, de Rodrigo Maia, assumindo papel fundamental na definição da pauta da Câmara”</p> <p>“Apenas a operação Lava-Jato cria pontes entre as duas fotos.”</p>
Imagens	O texto acima analisado é embasado nas duas imagens que preenchem a página. A primeira com Temer e seus aliados intitulada de “os que ficam”. A segunda imagem, “os que saem”, tem Dilma e seus aliados durante seu pronunciamento.

Tabela 54 - “Futuro em Risco – Impeachment aprofunda racha, e PT teme deserções” (p. 26):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>- <i>Derrota:</i></p> <p>“Impeachment aprofunda racha, e PT teme deserções”</p> <p>“Rachado e fragilizado pelas investigações da Lava-Jato contra o seu principal líder, o PT inicia o período pós-impeachment buscando um discurso contundente para se opor ao governo do presidente Michel Temer”</p> <p>“Um novo revés para o PT deve acontecer nos próximos meses com a condenação de Lula na Operação Lava-Jato.”</p> <p>“Petistas acreditam que o ex-presidente não terá chance de defesa em um processo de classificam como político.”</p> <p>- <i>Resistência:</i></p> <p>“os dirigentes do PT se dividiram em três comportamentos distintos durante o impeachment: defesa aguerrida por parte de uma minoria; pragmatismo de acreditar que, para a sigla, seria menos danoso que a</p>

	<p>presidente saísse e que o PT se organizasse na oposição para chegar à eleição de 2018 com chances de retomar o poder; e uma atitude puramente fisiológica, de garantir espaços na máquina sem preocupações sobre o significado disso para a sobrevivência do partido.”</p> <p>“Já Lula teve um comportamento considerado “pendular”, com aproximações e afastamentos.”</p>
Metáforas	“o PT vai precisar de “ chacoalhão ” e de uma grande mudança”
Exemplos	<p>“seria difícil convencer a população a se opor ao fim da obrigatoriedade de participação da Petrobrás na exploração de pré-sal diante da revelação dos escândalos na gestão da estatal. A bandeira da redução da pobreza promovida pelo governo Lula também pode se perder com a crise econômica.”</p> <p>“Um dos “erros” atribuídos a Lula foi a ideia de escalar Temer como responsável pela articulação política de Dilma”</p> <p>“Se uma eventual condenação do juiz Sérgio Moro for confirmada na segunda instância, Lula seria enquadrado na Lei da Ficha Limpa e a legenda perderia o seu único nome para a disputa em 2018.”</p> <p>“A rejeição de apoio à proposta de Dilma Rousseff de defender um plebiscito sobre novas eleições esquentou o clima na última reunião da Executiva e aumentou queixas de abandono por parte do núcleo mais próximo da presidente.”</p> <p>- <i>Lula estrategista para solução do PT:</i></p> <p>“Com a missão de apaziguar as diferenças, Lula foi convidado para participar do encontro. A esperança é que o principal nome da legenda entre em cena mais uma vez para evitar um racha.”</p>
Imagens	<p>Imagem pequena no topo da página, ao lado do título, tem como foco o ex-ministro da Justiça e advogado de Dilma, José Eduardo Cardozo, com expressão pensativa e olhar baixo. A imagem no centro da página tem duas mulheres chorando, uma delas está abraçada em um homem com chapéu de palha e camiseta estampada com a foto de Dilma quando foi presa durante o regime militar. As duas fotografias reforçam a representação de derrota do partido.</p>

Tabela 55 - Capa da edição – Folha de S. Paulo (1º de setembro de 2016):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>- <i>Descrédito:</i></p> <p>“O partido deixa o Poder abalado, com liderança sem xeque e envolvidas na operação Lava Jato.”</p>

	<p>“o peemedebista adotou tom duro, dizendo que não vai tolerar ser chamado de golpista”</p> <p>“A manobra irritou Temer, que não sabia da articulação.”</p>
Metáforas	
Exemplos	“é a segunda vez que um presidente é cassado por impeachment desde a redemocratização”
Imagens	<p>2 fotos = uma de Temer e outra de manifestantes depredando carro da polícia.</p> <p>“Manifestantes contrários ao impeachment de Dilma Rousseff entraram em confronto” – generalização sobre os manifestantes.</p>

Tabela 56 - “Senado cassa Dilma; Temer assume com promessas de reformas e pacificação” (p. 04):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>- <i>Resistência:</i></p> <p>“Dilma fez um discurso inflamado em que prometeu oposição enérgica a Temer. Disse estar vivendo um segundo golpe em sua vida – referência ao de 1964, quando era guerrilheira”</p> <p>“A manobra no Senado irritou aliados de Temer, principalmente no PSDB”</p>
Metáforas	“O episódio pode gerar mais turbulência para o novo presidente”
Exemplos	“Temer assume com promessas de reformas e pacificação”
Imagens	Imagem no topo da página da cerimônia de posse de Michel Temer, no centro da página imagem de Dilma em pronunciamento após resultado do impeachment.

Tabela 57 - “Presidente eleva tom e acena com medidas” (p. 05):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>“Presidente eleva tom e acena com medidas”</p> <p>“Temer também demonstra irritação com decisão de não suspender direitos políticos de antecessora.”</p> <p>- <i>Questionamento:</i></p> <p>“Seus dois discursos foram conflitantes em alguns pontos, entretanto.”</p>

Metáforas	
Exemplos	<p>“Michel Temer (PMDB) fez duras críticas a adversários e até a aliados e prometeu anunciar medidas de recuperação da economia”</p> <p>“após ser chamado de golpista pela ex-presidente Dilma Rousseff, mudou de atitude e adotou discurso incisivo.”</p>
Imagens	

Tabela 58 - “Renan e PT articularam salvaguarda para Dilma” (p. 06):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>- <i>Resistência:</i></p> <p>“Renan e PT articularam salvaguarda para Dilma”</p> <p>“A votação que decidiu manter Dilma Rousseff apta para ocupar funções públicas resultou de uma articulação capitaneada pelo PT e pelo presidente do Senado”</p> <p>“Manobra regimental de última hora envolveu também Lewandowski.”</p> <p>“Por outro lado, agiu [Renan] nos bastidores para dar uma “recompensa” à Dilma”.</p> <p>- <i>Questionamento:</i></p> <p>“irritou integrantes da base do novo governo, causando desgaste e troca de acusações na base aliada de Michel Temer”</p>
Metáforas	
Exemplos	
Imagens	Lewandowski olha para o relógio de pulso.

Tabela 59 - “A incerteza acabou. É hora de unir o país” (p. 08):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	“A declaração traz o que deve tornar o tom dos discursos do governo, de responsabilizar a gestão Dilma pela situação da economia”
Metáforas	
Exemplos	“O presidente busca rebater o discurso petista de que seus adversários iriam reduzir gastos com desenvolvimento social.”

	<p>- <i>Ações de Temer geram incerteza:</i></p> <p>“Os investimentos tiveram ligeira alta no trimestre. Mas nesta quarta, foi divulgado que o PIB teve queda de 0,6% no período”</p> <p>“Em junho, o governo Temer deu um reajuste no Bolsa Família maior do que o prometido por Dilma, o que despertou críticas pelo aumento dos gastos públicos.”</p>
Imagens	Pequenas imagens dos senadores durante a votação e uma imagem grande de Temer no centro da página, articulando com as mãos.

Tabela 60 – “Protestos em SP têm confrontos e feridos” (p. 17):

Dispositivos de Enquadramento	
Representação	<p>“Manifestantes contrários ao impeachment de Dilma Rousseff depredaram viatura da Polícia Civil”</p> <p>“adeptos da tática blackblock, que prega o uso da violência, arremessaram pedras e tentaram forçar a entrada no prédio do jornal.”</p>
Metáforas	
Exemplos	<p>“Policiais militares atiram durante confronto com manifestantes anti-Temer”</p> <p>“Manifestantes contrários ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) entraram em confronto com a Polícia Militar na noite desta quarta-feira (31)”</p> <p>“Houve um tumulto e a PM usou gás de pimenta para dispersar os manifestantes. Três foram detidos.”</p> <p>“Em Porto Alegre, a sede do PMDB, partido de Temer, foi depredada por manifestantes.”</p> <p>“Na avenida Paulista, cerca de 50 manifestantes acenderam velas em um bolo com desenho da bandeira nacional.”</p> <p>“Em Fortaleza, cidade que elegeu Dilma Rousseff com mais de 70% dos votos válidos em 2014, moradores relataram ouvir fogos de artifício logo após o resultado da votação no Senado.”</p> <p>“Os policiais reagiram com gás lacrimogênio e bombas de efeito moral, dispersando o protesto.”</p> <p>“Antes de arremessarem objetos, manifestantes picharam o portão do jornal com a palavra „golpista“ e gritaram palavras de ordem como “Fora, Temer””.</p>
Imagens	Imagem no topo da página mostra policiais da tropa de choque

	<p>atirando bombas de gás lacrimogênio contra manifestantes; o fotógrafo estava posicionado ao lado da PM. Mais três fotos são dispostas ao longo do texto, no centro da página – a primeira mostra o momento em que um homem com a cabeça coberta por camiseta arremessa algo contra um veículo da Polícia Civil; abaixo outra imagem mostra um grupo jogando objetos contra a porta da sede da Folha e a última imagem mostra um grupo que brindou o impeachment com champanhe.</p>
--	---

ANEXO A – CAPA DA EDIÇÃO DE 03 DE DEZEMBRO O GLOBO

CRISE E VINGANÇA

Cunha retalia PT e abre impeachment de Dilma

Presidente reage, diz que não cometeu atos ilícitos e ataca adversário

Processo é deflagrado 23 anos depois de o Congresso analisar ação contra Fernando Collor; pedido, feito pelo ex-petista Hélio Bicudo, argumenta que governo continuou a recorrer às "pedaladas" fiscais em 2015



O anúncio. Eduardo Cunha concede entrevista para anunciar que aceitou pedido de impeachment contra a presidente Dilma; retaliação ocorreu quase cinco horas depois de petistas anunciarem voto contra ele no Conselho de Ética

Menos de cinco horas depois de ser abandonado pelo PT no Conselho de Ética, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), retaliou e cumpriu as ameaças ao governo, anunciando ter acolhido pedido de abertura de processo de impeachment contra a presidente Dilma, 23 anos após o Congresso analisar a ação contra o então presidente Fernando Collor. Em pronunciamento, Dilma disse que não há qualquer ato ilícito praticado por ela e atacou o adversário, investigado na Lava-Jato e no Conselho de Ética. "Não posso contar no exterior. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas", disse ela, apesar de o pedido de impeachment se basear nas chamadas "pedaladas" fiscais de seu governo. A presidente também afirmou que jamais aceitaria barganhas, embora o Planalto tenha pressionado o PT a apoiar Cunha no Conselho em troca da não aceitação do pedido de impeachment. Governistas disseram acreditar ter ao menos 200 votos, suficientes para barrar o impeachment. **PÁGINAS 3 a 12**



O contra-ataque. Ao lado de ministros, Dilma ataca Cunha em pronunciamento



PT vai ao Supremo e fala em 'guerra'

O PT vai recorrer ao STF argumentando que não há base legal para o pedido de impeachment. **PÁGINA 6**

Oposição apoia e espera mobilização maior das ruas

PÁGINA 7

Comissão especial que analisará pedido será criada hoje

PÁGINA 8

Para ministros do STF, Cunha não tem como ficar no cargo

PÁGINA 10

No mesmo dia, Congresso aprova meta fiscal de 2015

PÁGINA 25

MERVAL PEREIRA
Nem Cunha nem Dilma podem posar de heróis. **PÁGINA 4**

MÍRIAM LEITÃO
Risco para Dilma é ter repetido o erro deste ano. **PÁGINA 26**

ANCELMO GOIS
Uma casa da mãe joana chamada Brasil. **PÁGINA 6**

LAURO JARDIM
Presidente não sabe lidar com o Congresso. **PÁGINA 9**

JORGE BASTOS MORENO
A reação do sapo em meio à lagoa de lama. **PÁGINA 10**

RICARDO NOBLAT
O país e Dilma rumo ao fundo do poço. **PÁGINA 11**

ILMAR FRANCO
Planalto quer travar a batalha do bem contra o mal. **PÁGINA 2**

CORA RÓNAI
Não há vencedores nesse jogo nojento. **PÁGINA 10**

Chacina na Califórnia mata 14

Um tiroteio num centro de atendimento a pessoas com deficiência, na Califórnia, deixou ao menos 14 mortos e 17 feridos. A polícia matou dois suspeitos. Obama voltou a criticar a liberação de armas nos EUA. **PÁGINAS 31 e 32**



Novo massacre. Equipes de socorro atendem feridos em San Bernardino, na Califórnia

OMS: alerta mundial sobre Zika

A OMS divulgou alerta global sobre a epidemia de zika e microcefalia no Brasil. O Ministério da Saúde deve concluir hoje plano de combate ao Aedes. Grávidas sofrem com sensação de impotência diante do risco de microcefalia. **PÁGINA 29**



Preocupação. Luana Rodrigues, grávida de 7 meses

ANEXO B – REPORTAGENS PÁGINA 3

Quinta-feira 3.12.2015 2ª Edição

País

O GLOBO | 3

CRISE E VINGANÇA

A retaliação de Cunha

Abandonado pelo PT no Conselho de Ética, presidente da Câmara aceita pedido de impeachment contra Dilma, que rebate com ataque; oposição comemora, e PT irá ao STF

Emparedado por uma série de denúncias de corrupção e abandonado pelo PT no Conselho de Ética, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), decidiu vingar-se e acolheu ontem a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT), o primeiro a ser analisado pelo Congresso desde a renúncia do ex-presidente Fernando Collor, em 1992. Cunha concordou com os argumentos apresentados pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaina Paschoal, que apontam a existência de crime fiscal no

orçamento deste ano. A tramitação começa hoje, com a leitura da denúncia no plenário. A presidente reagiu imediatamente. Convocou reunião de emergência e contra-atacou, em pronunciamento em cadeia de TV, citando as acusações contra o adversário.

— Recebi com indignação a decisão do senhor presidente da Câmara. Não existe ato ilícito praticado por mim. Não possuo conta no exterior. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas — afirmou a presidente. O PT anunciou que recorrerá ao Supremo Tri-

bunal Federal (STF) contra a decisão de Cunha. Já a oposição comemorou no Congresso. A avaliação é de que Dilma não resistirá se as ruas apoiarem o processo. Ontem, um pequeno grupo de manifestantes pró-impeachment foi às ruas em São Paulo para festejar.

O presidente da Câmara usou o impeachment como moeda de troca para barrar o avanço do processo de cassação a que ele mesmo responde no Conselho de Ética. E aderiu à tese do impedimento logo depois que os três petistas com assento no colegiado, contrariando orientação

do Palácio do Planalto, anunciaram que votariam contra ele. Cunha negou ato de vingança.

— Não faço isso por motivação política e rejeitaria (o pedido) se estivesse em desacordo com a lei.

Autor da denúncia de afastamento da presidente, Miguel Reale Jr., sentenciou: — Cunha escreve certo por linhas tortas porque usou o impeachment e tempo todo como instrumento de barganha. No desespero, joga o impeachment como areia nos olhos da nação.

Após o anúncio de Cunha, o valor das ações da Petrobras subiu nos Estados Unidos ■



Ação e reação. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, anuncia que aceitou pedido de impeachment da presidente Dilma, menos de cinco horas após saber que petistas não votariam a seu favor no Conselho de Ética da Casa

Estratégia é jogar o foco da crise em Dilma

BRASÍLIA. Cinco horas após ser informado de que a bancada do PT não o apoiaria para evitar a abertura do processo por quebra de decoro contra ele no Conselho de Ética da Casa, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), delatou o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, aceitando o pedido apoiado pela oposição e apresentado por juristas em outubro deste ano. Logo depois da decisão do PT, Cunha fez reuniões com aliados e integrantes da oposição que o convenceram que abrir o impeachment seria a única alternativa para criar uma cortina de fumaça em relação às acusações contra ele. Dilma se tornaria o foco das atenções, concluíram.

O anúncio no Salão Verde da Câmara atraiu curiosos e deputados, além da mídia, e foi feito no momento em que o governo aguardava a aprovação do projeto que altera a meta fiscal de 2015, para tentar livrar Dilma de crime de responsabilidade neste mandato. O pedido de impeachment, feito pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, tem por base as chamadas "pedaladas fiscais" da presidente em 2014, mas que, segundo o Ministério Público junto e Tribunal de Contas da União (TCU), se repetiram este ano.

Cunha disse que tomou uma decisão de natureza técnica. Negou que tenha sido uma retaliação ao anúncio feito pelo PT de não apoiá-lo no Conselho de Ética. Segundo Cunha, Dilma descumpru a lei orçamentária, ao editar decretos sem número num valor de R\$ 2,5 bilhões em 2015, o que caracterizaria crime de responsabilidade no atual mandato.

— Não o faço por nenhuma motivação de natureza política, mas, de todos os pareceres que chegaram a mim, não consegui achar um que conseguisse desmontar a tese. Não tenho nenhuma felicidade no ato que estou praticando — disse Cunha, negando que seja um ato de

vingança: — Estou praticando um ato de ofício. Cunha disse que foi muito cobrado para se posicionar a respeito dos 34 pedidos de impeachment que chegaram a suas mãos. Ele rejeitou 31; ainda há dois pendentes.

— Repito, nunca na história de um mandato houve tantos pedidos de impeachment como neste mandato — afirmou.

CUNHA AVISOU TEMER QUE ACEITARIA O PEDIDO

Para convencê-lo a aceitar o pedido de impeachment, os aliados de Cunha sustentaram que, com o foco voltado para Dilma, a oposição deixaria de ser hostil a ele, até porque se concentraria em defender o afastamento da presidente. Segundo líderes da oposição, não houve compromisso com uma mudança de posição de seus deputados no Conselho de Ética. No entanto, ponderou-se que a repercussão da abertura do impeachment, junto às bases eleitorais, poderia dar o discurso para que deputados do conselho mudem seus votos.

— Todo mundo disse a ele que deveria fazer hoje, que ele teria que mudar de pauta. Não dá para negociar mudança de voto neste momento — disse Rodrigo Maia (DEM-RJ), aliado de Cunha, que participou das reuniões ao longo do dia. Para esses aliados, era importante que Cunha anunciasse sua decisão antes da votação no Conselho de Ética, para que não ficasse caracterizado que houve retaliação. Uma das preocupações é evitar que o ato seja considerado o uso do cargo em benefício próprio.

— O presidente tem a prerrogativa de abrir ou arquivar pedidos de impeachment. Só poderia alegar que usou dessa prerrogativa (para benefício no Conselho de Ética — disse um aliado próximo.

Cunha ouviu os argumentos, recebeu o deputado José Mentor (PT-SP), que era seu interlocutor junto à bancada do PT, e, antes de fazer o a-

núncio, pediu aos aliados que o deixassem só em seu gabinete. Minutos antes de sair do gabinete, o presidente da Câmara telefonou para o vice-presidente Michel Temer e para o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para comunicá-los da sua decisão. O impeachment será lido em plenário hoje, às 14h.

Na última segunda-feira, Cunha avisara Temer, durante um almoço entre eles, que deflagraria o impeachment se o PT decidisse votar pela continuidade do processo de cassação do seu mandato no Conselho de Ética. Ontem, Temer não fez movimentos para impedir que Cunha seguisse adiante em sua decisão, depois de ter sido avisado por telefone pelo presidente da Câmara. Apenas avisou ao ministro Jaques Wagner (Casa Civil), que, segunda-feira, já havia sido alertado o vice-presidente das intenções de Cunha.

RETALIAÇÃO JÁ ERA ESPERADA PELO PT

No PT, já era esperado que Cunha tomasse essa atitude em retaliação à posição dos petistas no Conselho de Ética. Deputados petistas disseram que na sessão de antemão do conselho havia a disposição de pelo menos dois deputados do PT de votar a favor de Cunha. No entanto, entre terça e quarta-feira, a pressão de militantes cresceu e o presidente do PT, Rui Falcão, usou as redes sociais para se manifestar contra o presidente da Câmara.

Em almoço de Temer com senadores da oposição ontem, o assunto impeachment predominou. Segundo relatos, os comentários giraram em torno do fato de Cunha ter deixado claro que abriria o processo, caso o PT não o apoiasse no Conselho de Ética. O grupo comentou que a qualquer momento o processo de impeachment seria delgado e, segundo relatos, Temer teria "lavado as mãos".

Aliados do governo criticaram Cunha:

— Acho que ele (Cunha) se equivocou com o pedido. O impeachment é o tipo de procedimento que confliga não só a Câmara, mas o ambiente político como um todo — avaliou o líder do PMDB, Leonardo Picciani (RJ).

LÍDER PETISTA SE DIZ INDIGNADO

Líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) disse que está indignado com a abertura do impeachment, mas que o governo vai encerrar com "absoluta naturalidade" o decurso do processo. E elabou o ato de Cunha de "presepada":

— Recebemos isso com indignação porque não há fato inilustre, a não ser mera disputa política da oposição, e portanto temos que encerrar isso com a mais absoluta naturalidade.

Guimarães disse ser melhor saber a posição de Cunha do que viver com "várias espadas nas costas", numa possibilidade sempre em aberto do início do processo de impeachment.

— É melhor as coisas serem claras do que ficar todo dia com uma espada nas costas, prefiro uma espada única do que várias espadas. O momento é de afirmação da base e do governo — disse o líder petista.

Aliados do governo, em especial do PMDB, consideraram equivocada a decisão do PT de anunciar ontem a posição contra Cunha no Conselho de Ética, já que haveria sessão do Congresso para votar a nova meta fiscal, o que inviabilizaria qualquer votação no conselho.

No início da tarde, o encaminhamento para abertura de um processo de impeachment contra Dilma já era considerado uma realidade. Durante as cinco horas que antecederam o anúncio de Cunha, a movimentação de parlamentares no gabinete do presidente da Câmara foi intensa. Aliado de Cunha, o deputado Paulinho da Força (SD), anunciou:

— O PT nos deu uma oportunidade única, agora — disse. ■

“É uma decisão de muita reflexão e dificuldade. Não tenho nenhuma felicidade no ato que estou praticando”

Eduardo Cunha (PMDB-RJ)
Presidente da Câmara dos Deputados

ANEXO C – REPORTAGEM PÁGINA 4

merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



Fato novo consumado

Em política, há apenas dois fatos determinantes: o fato novo e o fato consumado. O fato político novo do impeachment está consumado, não importa se quem o desencadeou foi um presidente da Câmara sem credibilidade.

Nem Eduardo Cunha nem a presidente Dilma têm condições de posarem de heróis do povo brasileiro de comemorando no Twitter o impeachment como se o tivesse aceitado em atendimento aos anseios da maioria da população, a presidente fazendo-se de vítima de uma revanche política, sem motivos para ser "impichada". Ambos dizem mais verdades, sempre em interesse próprio, o que caracteriza nossos tempos de baixa política. Cunha, depois de garantir que sua decisão não fora política, mas técnica, comemorou a abertura do processo de impeachment nas redes sociais. Dilma fingiu que não transgredira a lei cometendo crime de responsabilidade e alegou que não é acusada de corrupção.

Mas o novo pedido de afastamento protocolado pelas oposições, assinado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Junior, usa um parecer recente do Ministério Público junto ao TCU indicando que este ano Dilma assinou ao menos quatro decretos presidenciais que somam R\$ 800 milhões, provas de que Dilma autorizou gastos sem permissão do Congresso, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma prova com a assinatura da própria presidente, o que caracteriza o chamado "ato de ofício".

Reale Junior insiste em que as "pedaladas fiscais" de 2014 e 2015 já condenadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) também façam parte do processo, mas esse debate deve ir ao STF.

Uma leitura direta do texto constitucional leva a crer que apenas os atos praticados no decorrer do mandato podem ser punidos, mas a legislação foi feita antes de o Instituto da reeleição ter sido aprovado, e há juristas que defendem a tese da "continuidade administrativa" para permitir a punição ao presidente reeleito por atos cometidos no mandato anterior.

A situação também pretende recorrer ao Supremo alegando que não existe um rito definido para o impeachment. Os trâmites seguintes à aceitação, como a forma de compor a comissão especial, bem como os prazos para receber a defesa e concluir o parecer sobre o afastamento, não estão previstos em lei. Há, porém, a experiência anterior do impeachment do presidente Collor, que Cunha utilizou para definir a transição que será questionada agora pelos governistas.

Uma comissão de 66 membros dos partidos representados na Câmara será eleita em 48 horas, e serão dadas dez sessões de prazo para que a presidente apresente sua defesa à Comissão. Em seguida, a Comissão tem cinco sessões para dar seu parecer. Essas 15 sessões devem transcorrer em quatro ou cinco semanas, com uma média de três sessões semanais às terças, quartas e quintas-feiras. A presidente será afastada do cargo por 180 dias se o processo de impeachment for aceito pelo plenário da Câmara.

Sessões extras podem ser convocadas para apressar esse prazo. A discussão do parecer em Plenário se dá em turno único, com a presidente ou seu representante podendo usar da palavra em Plenário para manifestar-se sobre o parecer da Comissão Especial pelo mesmo tempo, logo após usar da palavra o autor da denúncia ou o relator, caso o parecer da Comissão Especial seja contrário à aceitação da denúncia.

O parecer será submetido à votação nominal com quórum de dois terços dos membros da Casa, isto é, 342 votos. Assim, explica o estudo da Câmara, um parecer pelo deferimento da abertura do processo deve receber pelo menos 342 votos favoráveis para que seja considerada a autorização. Por outro lado, se o parecer da Comissão Especial for pelo indeferimento da abertura do processo de impeachment, apena a sua rejeição por 342 votos ou mais resultará em autorização para processar o presidente da República.

Certamente ainda teremos muitas discussões técnicas antes de o processo seguir seu rumo natural, e as reações da opinião pública jogarão um papel decisivo nesse processo. Sabermos nos próximos dias se Dilma e o PT contam com apoio, ou se têm vontade política para fazer a defesa do mandato presidencial nas ruas. E se os movimentos que organizaram as diversas manifestações contra a presidente Dilma desde 2013 terão condições políticas de voltar às ruas para defender o processo de impeachment. A situação econômica, que só tende a piorar, não é favorável ao governo. ■

Os pontos-chave

1 O fato político novo do impeachment está consumado, não importa se quem o desencadeou foi um presidente da Câmara sem credibilidade.

2 Cunha, depois de garantir que sua decisão não fora política, mas técnica, comemorou a abertura do processo nas redes sociais.

3 Reale Junior insiste em que as "pedaladas fiscais" de 2014 e 2015 já condenadas pelo TCU também façam parte do processo, mas esse debate deve ir ao STF.

CRISE E VINGANÇA



Impeachment. Presidente da República negou ter cometido ato ilícito: "São inconsistentes e impropriedades as razões que fundamentam este pedido"

Dilma se diz 'indignada' e ataca Eduardo Cunha: 'Não ocultei bens'

'Eu jamais aceitaria ou concordaria com quaisquer tipos de barganha'

BRASÍLIA. A presidente Dilma Rousseff reagiu atacando o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, por ter decidido abrir processo de impeachment contra ela. Depois da divulgação da notícia, Dilma fez um duro pronunciamento, usando exatamente as acusações que pesam contra Cunha para se diferenciar do peemedebista. A presidente afirmou que não possui contas no exterior, que não pesam contra ela denúncias de práticas de atos ilícitos, que não coagiu ninguém para atender interesses pessoais e que não paira contra ela suspeita de desvio de dinheiro público. — Recebi com indignação a decisão do senhor presidente da Câmara dos Deputados de processar pedido de impeachment contra mandato democraticamente conferido a mim pelo povo brasileiro. São inconsistentes e impropriedades as razões que fundamentam este pedido. Não existe nenhuma ato ilícito praticado por mim. Não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público. Não possuo conta no exterior, nem ocultei do conhecimento público a existência de bens pessoais. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas, na busca de satisfazer meus interesses. Meu passado e meu presente atestam a minha idoneidade e meu inquestionável compromisso com as leis e a coisa pública — disse Dilma em uma declaração de quatro minutos à imprensa.

Auxiliares da presidente já preparam um arsenal de medidas para o embate contra o impeachment pela via jurídica e política. Tão logo o pedido seja lido na Câmara e Dilma notificada, o PT deverá entrar com um recurso junto ao Supremo Tribunal Federal. A presidente

da República negou que seu governo tenha operado para fazer um acordo com Cunha no Conselho de Ética, pedindo que os deputados petistas que integram o órgão votassem para preservá-lo, em troca do arquivamento dos pedidos de impeachment contra ela. — A imprensa noticiou que haveria interesse na barganha dos votos de membros da base governista no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Em troca, haveria o arquivamento dos pedidos de impeachment. Eu jamais aceitaria ou concordaria com quaisquer tipos de barganha, muito menos aquelas que atentam contra o livre funcionamento das instituições democráticas do meu País, bloqueiam a Justiça ou ofendem os princípios morais e éticos que devem governar a vida pública — afirmou.

Em resposta ao pronunciamento de Dilma, Eduardo Cunha adotou um tom cauteloso: — Não vou comentar. Cada um tem a sua maneira. Eu fui muito zeloso com as minhas palavras. Apesar da declaração de Dilma, nas últimas semanas ministros pressionaram os deputados do PT a ajudar o presidente da Câmara no Conselho, o que causou incômodo na base do partido. O governo começou a prever o pior cenário a partir da decisão da bancada do PT na Câmara de votar contra Cunha no Conselho de Ética. No meio da tarde, chegaram ao palácio os relatos de que o peemedebista reagiria. Dos 31 ministros do governo, 11 estiveram do lado de Dilma durante o pronunciamento. ■



A VIDA DEVERIA SER MEDIDA EM MOMENTOS. NÃO EM MINUTOS.

CAMBIO CONGELADO MSC R\$ 2,99

MSC LIRICA - PERFEITO PARA AS FÉRIAS DE VERÃO E COM PREÇOS ESPECIAIS. EMBARQUE AGORA!

FÉRIAS COMPLETAS COM CONFORTO, ENTRETENIMENTO E MUITA DIVERSÃO PARA TODA A FAMÍLIA!

RIO DE JANEIRO BUZIOS SALVADOR ILHÉUS	A partir de 10% de entrada R\$ 289,73
MSC LIRICA Embarque no RIO DE JANEIRO 4 noites Saídas de dezembro/15 a fevereiro/16	+10x R\$ 260,75 ⁽¹⁾ Total R\$ 2.897,31 por pessoa*
RIO DE JANEIRO PERNOITE EM BUENOS AIRES PUNTA DEL ESTE ILHA BELLA	A partir de 10% de entrada R\$ 412,32
MSC LIRICA Embarque no RIO DE JANEIRO 8 noites Saídas de dezembro/15 a fevereiro/16	+10x R\$ 371,08 ⁽¹⁾ Total R\$ 4.123,21 por pessoa*

► SOMENTE PARTE PARITARIA | ► CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DESTINOS

www.msccruzeiros.com.br 4063-1858

MSC CRUIZES

CVC (11) 2142-9900 TAM VIAGENS (11) 3689-1232 AGATUR (11) 3569-7000 REALINK (11) 2120-0190 COTAVIA (11) 2312-4999 SUNTRAVEL (11) 2312-4999

* CANTOS TURISMO (11) 2432-3436

Preço base em dólares, por pessoa, considerando em reais do dia efetivo da emissão. Cambio de referência congelado MSC de US\$ 1,00 = R\$ 2,99 de 10/09/2015. (1) Tarifas portuárias e taxas de embarque de \$100 (2015), taxa MSC Lirica a partir de R\$ 4.123,31 (US\$ 1.379) por pessoa, em cabine econômica dupla com tarifa de agência. Taxas de embarque e taxas de desembarque de \$100 (2015) por pessoa. Taxas de embarque e desembarque de \$100 (2015) por pessoa. Condições de reservas não cumulativas às demais promoções MSC. Taxas de serviço, agências e portuárias não incluem. *Cotação de câmbio e tarifas de MSC em reais, consulte www.msccruzeiros.com.br. Formas de pagamento: cheque ou cartão de crédito, apenas à aprovação do crédito.

"Não possuo contas no exterior. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas na busca de satisfazer meu interesse"

Dilma Rousseff
Presidente da República

Kalunga

CHAMEX

Kalunga +140 lojas

BOLETO DE SHOPPING

SHOPPING VILA AMÉRICA

SHOPPING VILA AMÉRICA

SHOPPING VILA AMÉRICA

SHOPPING VILA AMÉRICA

SHOPPING VILA AMÉRICA

SHOPPING VILA AMÉRICA

ANEXO D – REPORTAGEM PÁGINA 6

CRISE E VINGANÇA



Festa da oposição
No plenário da Câmara, políticos de partidos opositoristas comemoram a aceitação do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff por parte do presidente da Casa, Eduardo Cunha



Revolta dos governistas
Enquanto isso, parlamentares da base do governo protestam contra decisão de Cunha de aceitar o pedido de impeachment de Hélio Bicudo e Miguel Reale Jr, após saber que petistas votariam contra ele no Conselho de Ética

‘Vamos para a guerra’, reage líder do PT

Petistas anunciam recurso ao STF, acusam Cunha de golpe e dizem que PSDB se escondeu por trás de Bicudo

BRASÍLIA E SÃO PAULO. O PT reagiu à decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de acolher processo de impeachment anunciando que o partido está “preparado para a guerra”. Parlamentares prometem uma ofensiva no Congresso e um recurso judicial ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. O líder do PT na Câmara, Sibá Machado (AC), falou na guerra a ser travada a partir de agora, e o deputado Wadli Damous (PT-RJ) explicou como será o recurso ao STF.

Sibá culpou o PSDB pelo fato de o tema ter entrado na agenda. Acusou os tucanos de terem se escondido de forma covarde atrás do jurista Hélio Bicudo, autor do pedido aceito por Cunha.

— Vamos para a guerra! Esperamos discutir no voto. Depois de uma eleição com o nível mais baixo que já tivemos, o PSDB agora macula a história do Brasil ao não aceitar uma derrota eleitoral — disse o líder do PT.

Sibá se negou a fazer comentários sobre a situação de Cunha no Conselho de Ética, dizendo que não quer misturar os assuntos. O presidente do PT, Rui Falcão, acusou a oposição de tentar um golpe. “Golpistas não passarão. Não vai ter golpe. Dilma fica”, escreveu Falcão.

Já o deputado Damous alegou que liminares concedidas anteriormente pelo STF impediam Cunha de tomar qualquer decisão sobre o tema.

— Vamos ao STF porque não há um rito suficientemente definido para promover o impeachment, devido às liminares do Supremo. Então, nenhum processo pode tramitar enquanto esse rito não estiver definido — disse.

Autor do mandato de segurança que barrou o rito anterior criado por Cunha, Damous acompanhou a entrevista coletiva em que Cunha anunciou a abertura do processo de impeachment, ao lado de Paulo Pimenta (PT-RS). Para eles, a medida é retaliação ao fato de o PT apoiar a continuidade do processo de cassação contra Cunha no Conselho de Ética.

— Vamos questionar do ponto de vista jurídico qual a legitimidade dele pa-

ra tocar esse processo — disse Pimenta.

Os petistas esperam ainda que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, peça ao STF o afastamento de Cunha do comando da Câmara.

— Esperamos que ele (Janot) esteja atento a esta atitude de retaliação. Já há elementos para que se peça o afastamento cautelar — afirmou Damous.

Logo depois de Cunha anunciar no Salão Verde da Câmara que considerava procedente o pedido de impeachment dos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Junior, Pimenta e Damous fizeram ques-

EM BUSCA DE DOIS VOTOS

CUNHA AINDA EM MINORIA NO CONSELHO DE ÉTICA

BRASÍLIA. A decisão da bancada do PT de votar contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética fez seus aliados refazerem as contas e desencadearam uma busca por ao menos dois votos que possam livrá-lo de responder a um processo de quebra de decoro que pode lhe custar o mandato.

Porém, os amigos de Cunha não têm certeza se a abertura do processo de impeachment será suficiente para reverter um cenário negativo para ele.

A partir da decisão dos petistas, aliados de Cunha passaram a fazer contas. Se os três deputados do PT votassem com ele, o peemedebista teria 12 votos e escaparia. Mas, sem os petistas, na melhor das hipóteses, até o final da tarde de ontem, ele teria nove votos — dos 11 necessários para ter maioria. Apesar da expectativa de Cunha de contar com os votos da oposição, por aceitação do pedido de impeachment, os deputados do PSDB, PSD, PPS e PDT disseram ao GLOBO que manterão posição contra Cunha.

A esperança do presidente da Câmara reside agora nos votos de Paulo Azi (DEM-BA) e de Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que haviam sinalizado que votariam contra Cunha, mas estão sendo pressionados por aliados a mudar de ideia.

ção de usar o mesmo púlpito para classificar a atitude de “revanchismo e golpe”, e anunciar que o partido reagirá no Congresso e também via STF contra o que consideram abuso de poder. Segundo Pimenta, a atitude põe às claras para a população a chantagem que está sendo feita por ele não só em relação ao impeachment, mas também em votações na Casa.

— Tenho absoluta convicção de que é uma atitude de revanchismo diante da decisão do PT de votar pela admissibilidade do processo contra ele no Conselho de Ética. Esse é o ponto culminante de um processo que não é só de chantagem com o governo, mas com o país. Não aceitaremos, é golpe. E Cunha não tem legitimidade para um ato desse que encaramos como afronta à Constituição.

O anúncio da decisão dos petistas de votar contra Cunha no Conselho de Ética que deflagrou a decisão do presidente da Câmara ocorreu pouco antes das 14h. Depois de uma ampla reunião, a maioria apontou que estava na hora de dar um basta ao que considerava chantagem por parte de Cunha. A forma como se deu todo o processo que culminou com a ruptura, no entanto, demonstrou mais uma vez que governo, partido e parlamentares do PT circulavam em órbitas próprias.

No dia anterior, a divulgação de uma nota do presidente da legenda, Rui Falcão, anunciando que os três representantes da sigla no conselho deveriam votar contra Cunha pegou os próprios, o governo e a bancada de surpresa. Na manhã de ontem, de acordo com aliados de Cunha, o Planalto garantia que ele teria os três votos para que fosse poupado.

Mas os petistas resolveram que não dava mais para aguentar a pressão de Cunha, definida por Zé Geraldo (PA), um dos integrantes do Conselho, como dono de metralhadora apontada contra o governo e o partido. Esse grupo, integrado por mais de 30 parlamentares, dizia que era preciso preservar o partido. ●

NA WEB
<http://img.mobil07w>
O caminho do processo no Conselho de Ética

Artigo

Deus e o diabo na casa da mãe joana

ANCELMO GOIS
agois@eglobo.com.br

Simão Pedro, por três vezes, negou Jesus. Eduardo Cunha negou por três vezes, ontem, que estivesse feliz em abrir o processo de impeachment de Dilma, o que é uma deslavada mentira. A comparação termina aí, até porque de santo o presidente da Câmara não tem nada.

Está mais para beizêbu. O Brasil é que virou um inferno por três vezes, ontem, que estivesse feliz em abrir o processo de impeachment de Dilma, o que é uma deslavada mentira. A comparação termina aí, até porque de santo o presidente da Câmara não tem nada. Depois de uma ampla reunião, a maioria apontou que estava na hora de dar um basta ao que considerava chantagem por parte de Cunha. A forma como se deu todo o processo que culminou com a ruptura, no entanto, demonstrou mais uma vez que governo, partido e parlamentares do PT circulavam em órbitas próprias.

No dia anterior, a divulgação de uma nota do presidente da legenda, Rui Falcão, anunciando que os três representantes da sigla no conselho deveriam votar contra Cunha pegou os próprios, o governo e a bancada de surpresa. Na manhã de ontem, de acordo com aliados de Cunha, o Planalto garantia que ele teria os três votos para que fosse poupado.

Mas os petistas resolveram que não dava mais para aguentar a pressão de Cunha, definida por Zé Geraldo (PA), um dos integrantes do Conselho, como dono de metralhadora apontada contra o governo e o partido. Esse grupo, integrado por mais de 30 parlamentares, dizia que era preciso preservar o partido. ●

agonia sem fim. O país já renovou seu contrato com a crise por mais um ou dois anos. Na economia, ela pratica uma política econômica que detesta. Na política, segue o que mandam o PMDB e Lula. Este último, por sua vez, para dizer o mínimo, mostrou-se promíscuo com a coisa pública, o que é frustrante por tudo que ele representava como exemplo virtuoso da possibilidade de ascensão social no Brasil.

Resta o judiciário, que tem sido, até agora, a salvação da lavoura. Ainda há juízes em Berlim... ou melhor, no Brasil. E não só Sérgio Moro, até porque a maioria de suas decisões é apoiada por outros tribunais mais graduados.

Desde que Pedro Álvares Cabral desembarcou que se diz que a lei é igual para todos. Nunca foi. A prisão de poderosos, como todo o respeito ao divino direito de defesa de todos, é uma novidade. Além, dizem que a história para analisar seu caso, perigoso ser inocentado por... excesso de provas.

Já Dilma desgoverna. Ela, para usar uma variante de uma frase de Carlos Lacerda, mata o pobre de fome e o rico de raiva. O seu segundo mandato tem 11 meses num corpo de *Matusalém*. E uma

ATAQUE E RETALIAÇÃO

VEJA COMO FOI O DIA EM QUE O PEDIDO DE ABERTURA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT FOI ACEITO

12:40	13:50	18:15	18:30	19:00	20:30
<p>Começa, no Congresso Nacional, a sessão de votação da mudança da meta fiscal do governo federal. Sessão do Conselho de Ética que analisará o caso de Cunha, que estava marcada para as 14h30, é adiada para a próxima terça-feira</p>	<p>Os três deputados do PT que integram o Conselho de Ética anunciam, após reunião da bancada do PT na Casa, que votarão a favor da continuidade das investigações contra Cunha, contrariando o Planoalto</p>	<p>Em reunião no gabinete do presidente da Câmara, aliados pressionam Cunha a aceitar a abertura de processo de impeachment. Deputado Paulinho da Força diz que Cunha anunciará decisão em entrevista</p>	<p>Cunha anuncia à imprensa que aceita o pedido de impeachment protocolado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Jr., e Janaina Paschoal</p>	<p>Deputado petista Wadli Damous (RJ) diz que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão de Cunha. Ele afirma que decisão do STF impede o presidente da Câmara a tomar qualquer decisão sobre o tema</p>	<p>Dilma faz pronunciamento e diz que pedido de impeachment é inconsistente e ataca: "Não tenho conta no exterior"</p>



“Esse é o ponto culminante de um processo que não é só de chantagem com o governo, mas com o país. Não aceitaremos, é golpe”

Paulo Pimenta (PT-RS)
Deputado federal

ANEXO E – REPORTAGEM PÁGINA 7

CRISE E VINGANÇA

Para oposição, processo é caminho sem volta para a presidente

Senadores trataram do tema em reunião com o vice Michel Temer

BARCELONA — Lideranças da oposição avaliam que a aceitação do pedido de impeachment de Dilma Rousseff é o primeiro passo para o fim da gestão da presidente da República: um caminho sem volta. A previsão é que a partir de agora haverá mobilização das ruas. Os opositoristas fazem uma comparação com o processo de impeachment do ex-presidente Collor, que, entre a manifestação do 7 de setembro em que os caras-pintadas foram para as ruas de preto, e a abertura do processo na Câmara, no dia 29, levou 22 dias.

— As ruas vão se mobilizar naturalmente a partir de agora. O estopim foi aceso. Nós apoiamos o impeachment, que não é golpe, está previsto na Constituição, e a peça que encaminhamos através dos juristas tem elementos muito consistentes para que a presidente Dilma seja processada. O que temos que decidir agora, de olho na sociedade, com muita serenidade e com amplo direito de defesa do governo, é se daremos um salvo-conduto para que a presidente Dilma cometa crimes fiscais e eleitorais ou se daremos ao país uma nova oportunidade de recuperar a credibilidade de e a governabilidade — disse o presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG).

— Já vimos este filme com Collor. A variável agora é a rua — disse o deputado Benito Gama (PTB-BA). O líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO), disse que a decisão de Eduardo Cunha foi um gesto que terá um enorme impacto econômico e político nos próximos 45 dias. Mas, depois desta turbulência, o país retomará seu caminho com mais tranquilidade. — Vivemos agora dois mo-



Entusiasmo. Ação: "O que temos que decidir é se daremos ao país uma nova oportunidade de recuperar a credibilidade"

mentos. No primeiro momento haverá uma paralisa generalizada, com recessão e mais demissões; ninguém sabe direito em que dimensões. Passado o pânico, o segundo momento será de recuperação da perspectiva de o Brasil apresentar um plano de recuperação com Dilma fora. Será resgatado o sentimento de credibilidade — avalia Caiado.

SENADORES FAZEM MANIFESTO
A abertura de um processo de impeachment foi discutida numa reunião com participação do vice-presidente Michel Temer, um grupo de senadores da oposição e alguns da base, liderados por Fernando Bezer-

ra (PSB-PE). Os senadores submeteram a Temer um manifesto pedindo a inclusão do impeachment da presidente na pauta. A coleta de assinaturas começou a ser feita em seguida, durante a sessão do Congresso, por Fernando Bezerra, e rapidamente chegou próximo ao número pretendido de 45 nomes.

Segundo a assessoria de Temer, o grupo de senadores foi comunicado ao vice que o manifesto pretendia dar uma alternativa para o impasse que paralisa o país: se o impeachment resolve a crise, ou se a crise será resolvida com a presidente Dilma no cargo. O manifesto será também

uma sinalização de apoio à decisão de Cunha, com o apelo para que o impeachment não continue sendo usado como moeda de barganha, mas que seja resolvido para que Brasil volte a andar nos trilhos. Estiveram na reunião com Temer, além de Bezerra, os senadores José Agripino (DEM-RN), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Valdemir Moka (PMDB-MS), José Serra (PSDB-SP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

NA WEB
migre.me/5hNab
Vídeo: deputados fazem selfies durante anúncio de Cunha

CLIMA DE EUFORIA

A festa dos pró-impeachment

Integrantes de movimentos, como o Brasil Livre, foram às ruas de São Paulo em pequenos grupos comemorar, mas evitaram se posicionar sobre a situação de Eduardo Cunha

SÃO PAULO

Estávamos com o kit festa preparado”, afirmou Renato Santos, um dos líderes do Movimento Brasil Livre (MBL), em contida alegria, minutos depois que o deputado Eduardo Cunha acatou o pedido de impeachment da presidente Dilma. No fim da tarde de ontem, fogos de artifício foram queimados em diferentes regiões da capital paulista. Na Zona Sul, os estúdios foram esparsos, enquanto na Zona Oeste o barulho foi mais intenso. O clima festivo era claro entre os movimentos que organizaram manifestações contra Dilma ao longo de 2015, que conclamavam eleitores insatisfeitos com ela a comemorar o início do processo de impedimento na Avenida Paulista, “como se o nosso time estivesse ganhando o campeonato”, explicava Santos.

— Salíamos que isso aconteceria; estávamos assistindo



Barulho. Manifestantes conclamam motoristas a buzinar na Avenida Paulista

a um jogo de chantagem entre Cunha e PT. Em alguma hora esse jogo lá colapsa, como aconteceu. E quem ganha é o Brasil; é um presente de Natal para o Brasil — disse o líder do MBL.

Por volta das 22h, cerca de cem pessoas estavam no vão livre do MASP, enroladas em bandeiras do Brasil e entoando “O PT vai cair”. — Se Deus quiser, agora ela

caí. Vamos marcar uma nova manifestação ainda hoje — disse Kim Katagiri, do MBL.

Outro grupo que comemorava a decisão de Cunha era o Vem Pra Rua. — Este é um dia histórico, porque finalmente um pedido da população está sendo atendido — afirmou Rogério Chequer, porta-voz do movimento. — Quem não foi para a Paulista

mas quis manifestar apoio ao impeachment bateu panela quando a presidente falou na televisão, por volta das 20h30m. O barulho, bem menor do que em outros pronunciamentos de Dilma, foi ouvido nos bairros centrais na capital.

Os movimentos, no entanto, evitaram se posicionar claramente sobre a situação de Eduardo Cunha, acusado repetidas vezes de ter recebido propina no âmbito da Operação Lava-Jato. Para Chequer, ele ainda é presidente da Câmara e, portanto, tem competência para tomar a decisão.

— Infelizmente, é por motivo de barganha, mas isso é prerrogativa dele. Este pedido não veio de políticos; veio de um clamor popular, e é isso o que importa.

Já Santos, do MBL, não quis discutir a legitimidade do deputado. — Queremos que o Cunha saia, mas uma coisa não tem nada a ver com a outra — desconversou.

“As ruas vão se mobilizar naturalmente a partir de agora. O estopim foi aceso”

Aécio Neves
Presidente nacional do PSDB

Notícias CNC|Sesc|Senac

Data histórica para o comércio

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, que representa e defende os interesses de cerca de cinco milhões de empresas em todo o País, completou 70 anos de atuação esta semana (30 de novembro). Sua história está estreitamente ligada aos avanços de um setor que é fundamental para a economia brasileira. Para se ter uma ideia, os cinco milhões de empresas representadas pela CNC respondem por 22% de todos os negócios gerados no País e oferecem 25 milhões de empregos diretos. A participação das atividades das empresas representadas pela CNC no PIB sobiu 1,4 ponto percentual de 2006 a 2014, um avanço impulsionado sobretudo pelo comércio, cuja contribuição para o PIB cresceu de 10,8% para 12,1% no período.

A CNC lutou e continuará lutando para que o País tenha um ambiente de negócios adequado, que estimule os investimentos das empresas, a geração de empregos e o desenvolvimento sustentável.

Atuação que faz a diferença

A CNC atua com foco na harmonia setorial, na defesa da livre iniciativa e no fortalecimento do mercado. O trabalho coordenado da Confederação com as 34 federações (27 estaduais e 7 nacionais) e os mais de mil sindicatos patronais que compõem o Sistema Comércio é a garantia institucional de que a voz dos empresários do comércio de bens, serviços e turismo estará sempre presente na formulação das políticas públicas e nas decisões relevantes para o setor e para o Brasil.

Cabe também à CNC administrar um dos maiores sistemas de desenvolvimento social do mundo, formado pelo Sesc e pelo Senac, tão presentes no dia a dia dos brasileiros.

Diretrizes estratégicas

O Plano Estratégico da CNC busca o desenvolvimento do setor de forma convergente, sistêmica e integrada. Em 2015, a Confederação mobilizou as federações e os sindicatos a ela vinculados para o Congresso Nacional do Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio (Sicomércio 2015). Durante dois dias (29 e 30 de outubro), foram debatidos os principais temas relativos às empresas e à atuação sindical: modernização e flexibilização das relações do trabalho, valorização da negociação coletiva, segurança jurídica, sustentabilidade das empresas e entidades sindicais, produtividade. Um dos pontos enfatizados foi a necessidade das reformas tributária, trabalhista, administrativa, política e do Judiciário, tão urgentes e necessárias ao desenvolvimento do País.

Fortalecimento do associativismo

A Confederação oferece programas voltados ao aperfeiçoamento da atuação sindical patronal, bem como produtos e serviços especialmente desenvolvidos para atender às entidades do Sistema e os empresários. O Sistema de Excelência em Gestão Sindical (Segs) incentiva o desenvolvimento das federações e dos sindicatos, com os critérios da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

Ação legislativa

A Confederação acompanha, planeja, promove e coordena ações legislativas no Congresso Nacional, na defesa dos legítimos interesses das entidades que compõem o Sistema Comércio. Também gerencia e coordena a Rede Nacional de Assessorias Legislativas do Sistema CNC-Sesc-Senac (Renalegis), o Sistema Renalegis e o desenvolvimento de Assessorias Legislativas nos Estados (LAL).

Proatividade

Além do Legislativo, a CNC faz o acompanhamento das ações de interesse no âmbito do Judiciário e do Executivo. E desenvolve uma atuação atenta e proativa nos espaços de representação em órgãos públicos e privados, manifestando os posicionamentos e preocupações dos empresários, contribuindo para a busca de soluções nas diversas instâncias.

Apoio à decisão

A CNC realiza pesquisas mensais, de abrangência nacional, identificando tendências sobre endividamento das famílias, inadimplência, intenção de consumo e confiança dos empresários do comércio. Órgãos como o Conselho Técnico e as Câmaras de Comércio constituem espaços de reflexão e debate das questões relevantes para o setor e para o País, orientando os posicionamentos da CNC e gerando informações que são divulgadas por um variado portfólio de publicações.

Relações do trabalho

A harmonia das relações entre capital e trabalho é um dos focos da atuação da CNC. Entre outras iniciativas, o Sistema de Negociação Coletiva do Comércio (SNC-C) promove o intercâmbio de informações entre as entidades sindicais patronais do setor, fornecendo instrumentos de pesquisa para auxiliar na busca de acordos entre empresários e trabalhadores.

Presença internacional

A CNC acompanha de perto a evolução do cenário internacional, tanto na área de comércio como na financeira, pela relevante importância para os empresários e para a economia brasileira. Estão associadas à Confederação entidades vinculadas ao comércio internacional, como a AEB, a Fumec e a FCEC.

Turismo

A CNC trabalha para gerar as melhores condições para o desenvolvimento do turismo, porque é uma atribuição histórica da entidade e porque a Confederação acredita no potencial de crescimento do segmento, que pode ajudar economicamente o País. O Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade debate assuntos de interesse dos empresários do trade e promove a interlocução com órgãos governamentais, elaborando e encaminhando propostas da cadeia produtiva ao poder público.

www.cnc.org.br

www.sesc.com.br

www.senac.br

Printed and distributed by **Reciclados**
Prensa Gráfica S.A. - 21.048-070-0004
COTIMANH ANS INDUSTRIAL E ATENDIMENTO

ANEXO F – REPORTAGEM PÁGINA 8

B | O GLOBO

País |

3ª Edição Quinta-feira 3.12.2015

CRISE E VINGANÇA

Rito do processo de afastamento começa hoje

Eduardo Cunha lerá em plenário denúncia contra a presidente

BRASÍLIA - O pedido de impeachment acolhido ontem pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi escolhido entre os mais de 30 pedidos recebidos pela Casa nos últimos meses por razões técnicas e políticas. Politicamente, o pedido apresentado em conjunto pelos juristas Miguel Reale Junior, Hélio Bicudo e Janaina Paschoal era o que maior respaldo encontrava entre os defensores do impeachment, por ter sido encampado pela oposição e por alguns movimentos de rua, como o Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua e Movimentos Contra a Corrupção.

Técnicamente, outro motivo fundamental para Cunha ter escolhido este, entre as dezenas que tinha à mão, foi o fato de abordar as "pedaladas" fiscais de 2015. Desde o início do ano, Cunha afirmava que não aceitaria nenhum pedido que abordasse supostos crimes cometidos antes do atual mandato — até porque ele mesmo é suspeito de atos cometidos antes deste mandato.

REUNIÃO DE LÍDERES COM CUNHA

Os líderes dos partidos se reúnem com Cunha às 11h30m, para discutir o andamento do processo. A divisão entre as legendas, também segundo entendimento da Câmara, obedecerá à proporcionalidade dos blocos partidários formados na eleição da Mesa, no início deste ano. A lei do impeachment exige que todos os partidos sejam representados na comissão. Na Câmara, 29 partidos tem deputados atualmente.

Cunha dará ainda hoje o prazo de até 48 horas para os líderes indicarem seus representantes na comissão, sem contar o dia de semana. Os nomes serão submetidos ao plenário. Quando eles forem aprovados, a comissão estará formalmente constituída. A partir daí, a comissão terá até 90 dias para eleger os 66 integrantes, o presidente e relator.

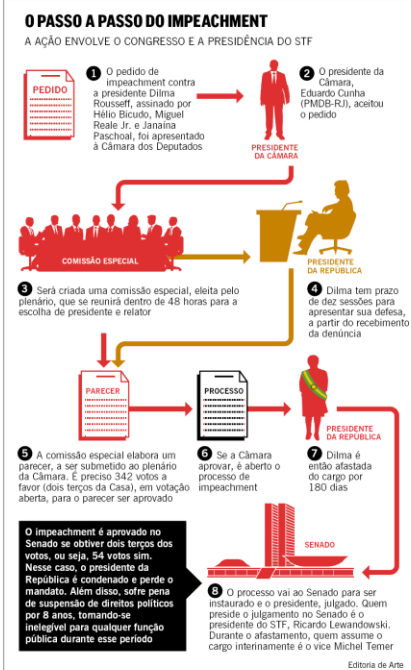
Depois do recebimento da defesa de Dilma, a comissão terá cinco sessões para dar seu parecer e este será votado. Após 48 horas, a decisão será incluída na ordem do dia do plenário. Para ser aprovado o pedido de abertura do processo de perda de mandato e afastamento de Dilma, são necessários 342 votos.

Durante o recesso parlamentar, a comissão não funcionará, a menos que haja convocação extraordinária.

Se o processo for aberto na Câmara, Dilma será afastada do cargo até o julgamento final. E, nesse período, ainda receberá apenas a metade de seu salário, de R\$ 27,8 mil. Dilma, então, passará a responder formalmente junto ao Senado por crime de responsabilidade.

A presidente poderá comparecer pessoalmente para se defender na sessão do Senado, que será presidida pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski. As testemunhas poderão ser inquiridas na sessão por parlamentares. Pode haver debate entre parlamentares e Dilma, ou seu advogado, pelo prazo máximo de duas horas. Em votação nominal, os 81 senadores julgarão. São necessários também dois terços, ou 54 votos, para se aprovar o impeachment.

Os autores do pedido escolhido por Cunha chegaram a desistir de uma acusação apresentada anteriormente, mas que não incluía as "pedaladas" de 2015. Orientada pelo próprio Cunha, a oposição atuou na formulação do novo pedido, utilizando boa parte do material anterior, mas acrescentando a rejeição das contas do governo pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para reforçar a tese de que as "pedaladas" invadiriam o



segundo mandato de Dilma, caracterizando "continuidade delitativa".

A acusação cita ainda o fato de o Tribunal Superior Eleitoral ter apurado a existência de irregularidades na prestação de contas da campanha à reeleição e ter reaberto o julgamento do caso.

MOMENTO "NOTORIAMENTE GRAVE"

Em sua decisão, Cunha afirma que as acusações são "gravíssimas", ressaltando que o momento político atual é "notoriamente grave" e diz que "nunca, na história da República, houve tantos pedidos de impeachment". Cita o parecer do TCU que, por unanimidade, recomenda a rejeição das contas do governo e afirma que a aprovação da mudança da meta fiscal, ontem, não sanará a situação.

"Não ignoro ter o Poder Executivo enviado ao Congresso Nacional projeto de lei alterando a meta fiscal de 2015, porém, além de pendente de apreciação, mesmo se for aprovado, não altera a realidade dos fatos: até o presente momento, o Poder Executivo, comandado pela denunciada, administrou o Orçamento de 2015 como se a situação fosse superavitária, quando o déficit estimado pode chegar a R\$ 100 bilhões de reais", diz Cunha.

O líder da Rede, Alessandro Molon (RJ), criticou o suposto uso do cargo pelo presidente para retaliar o PT.

— Mais uma vez fica evidente que Cunha usa a presidência da Casa para atrapalhar o avanço do processo e punir quem se coloca em seu caminho. A OAB disse que mantém sua posição de analisar os elementos levantados pelos órgãos de controle e pela imprensa e dar uma resposta com embasamento técnico-jurídico para a sociedade: "O assunto está sob análise do Conselho Federal da OAB, que levará em conta, para opinar, as pedaladas fiscais, a prisão do líder do governo no Senado e delações premiadas que dão conta de um amplo esquema de corrupção no seio do governo".

Nova meta pode fazer 'pedalada não existir'

Analistas divergem sobre o impacto de aprovação sobre impeachment

BRASÍLIA E SÃO PAULO - No dia em que o Congresso aprova a nova meta fiscal, que permite que o governo feche as contas no vermelho, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deu prosseguimento ao processo de impeachment alegando que a presidente Dilma Rousseff descumprira a Lei Orçamentária, ao editar decretos liberando crédito extraordinário, em 2015, sem o aval do Congresso. No entanto, para o advogado tributarista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) Fernando Zilveti a aprovação da revisão da meta fiscal de 2015 pelo Congresso esvazia o pedido de impeachment. Segundo ele, ao aprovar a revisão da meta, não existem mais as chamadas "pedaladas fiscais", prática do Tesouro Nacional de atrasar proposadamente o repasse de recursos para bancos (públicos e privados) e autarquias para melhorar artificialmente as contas federais.

— Quando o Congresso aprova a revisão da meta, ele aprova as contas do governo e, portanto, as pedaladas deixam de existir. Ou seja, o que o governo gastou a mais, até o limite de R\$ 119,9 bilhões não pode ser mais considerado pedalada.

Do ponto de vista jurídico, diz Zilveti, a decisão do Congresso abre precedente para o ano de 2014, quando o governo teve suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) também por conta de pedaladas fiscais, que infringiram a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na avaliação de Zilveti, o TCU não poderia rejeitar as contas de 2015 diante da decisão do Congresso:

— Se o Congresso admite que em 2015 é possível revisar a meta de déficit primário, qual foi o ilícito cometido em 2014?

Professor da FUC-SP, Roberto Dias da Silva concorda que a revisão de Lei Orçamentária aprovada ontem enfraqueça a tese de impeachment, mas discorda que a nova lei apague a ocorrência das pedaladas fiscais:

— As pedaladas não se referem ao cumprimento do superávit

previsto, mas a manobra contábil em que o governo toma dinheiro emprestado dos bancos, o que é vedado por lei. Outra questão é saber se as pedaladas podem ou não ser consideradas crime de responsabilidade do presidente, como exige a Constituição.

Dias prevê ainda mais um complicador para um eventual processo de impeachment. As pedaladas comprovadamente praticadas referem-se ao ano passado, ao primeiro mandato de Dilma. No entanto, a Constituição afirma que o presidente não pode ser processado por atos estranhos ao exercício de seu mandato. Caberá ao Supremo Tribunal Federal determinar se a presidente Dilma poderá ou não ser processada por atos referentes ao primeiro mandato.

— A Constituição foi escrita em 1988, quando não havia a possibilidade de reeleição e por isso não previa que atos do primeiro mandato pudessem ensejar impeachment em um segundo mandato. Agora os ministros terão que responder.

NÃO É "PRUDENTE" TER POSIÇÃO
A nova meta aprovada autoriza a União a ter um déficit de até R\$ 119,9 bilhões em 2015. Diante da crise econômica, o governo precisava mudar a meta fiscal de 2015 para não ser acusado de descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Ontem, enquanto o presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL), comandava a sessão, Cunha estava no Salão Verde, em frente ao plenário, sobre o pedido de abertura de impeachment. Ao ser informado sobre a decisão de Cunha, Renan, segundo aliados, ficou tenso mas não fez comentários e tocou a sessão. Ao sair, disse:

— Cada dia com sua agonia. Mais tarde, Renan, que é aliado de Dilma, disse não ser "prudente" antecipar qualquer posição sobre a decisão de Cunha:

— Os fatos não estão instruídos. Não conheço o que é que o processo contém. Dependendo do que acontecerá na Câmara, (o pedido) virá ou não para o Senado. Portanto, não é prudente antecipar qualquer posição. ●

'Cunha acaba escrevendo certo por linhas tortas', diz autor do pedido

Hélio Bicudo, que também assinou petição, diz que Cunha não fez favor a ninguém

SÃO PAULO - Um dos autores do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff acusado ontem, o ex-ministro da Justiça Miguel Reale Jr. lamentou as circunstâncias em que a decisão foi tomada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Embora satisfeito com a abertura de uma comissão processante, ele disse que Cunha usou o pedido de impeachment para "jogar areia nos olhos da nação".

— O Cunha acaba escrevendo certo por linhas tortas porque ele usou o impeachment o tempo todo como instrumento de barganha. No momento em que ele está no desespero, diante da inevitável derrota no Conselho de Ética, ele joga o impeachment como areia nos olhos da nação sobre a sua si-

REALE: CUNHA DEVE SE AFASTAR

Ele não quis comentar as circunstâncias políticas que pautaram a decisão do presidente da Câmara. Já Reale voltou a defender o afastamento de Cunha. Para ele, o peemedebilista, investigado por suspeita de ter recebido recursos provenientes de desvios na Petrobras, não tem legitimidade para conduzir um processo de impeachment contra Dilma.

— Sempre defendi que ele se afastasse da presidência e continuou achando isso. ●

"Mais uma vez fica evidente que Cunha usa a presidência da Casa para atrapalhar o avanço do processo e punir quem se coloca em seu caminho"

Alessandro Molon
Deputado e líder da Rede

ANEXO G – REPORTAGEM PÁGINA 12

CRISE E VINGANÇA

Na internet, Cunha assume tom festivo evitado na entrevista

Deputado cita Dilma em post e lembra das manifestações de rua no Facebook: 'Verás que um filho teu não foge à luta'

Em entrevista para anunciar o acolhimento do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o deputado federal Eduardo Cunha afirmou que não estava feliz com o processo. Nas redes sociais, no entanto, o parlamentar comemorou em posts no Facebook e no Twitter, onde chegou aos trending topics e citou até o perfil oficial da presidente Dilma Rousseff em seu post.

Apesar de dizer em sua entrevista que a decisão pelo acolhimento foi meramente técnica e não política, o presidente da Câmara procurou ligar os seus posts aos movimentos de manifestação das ruas, que começaram em 2013, pouco antes da Copa das Confederações.

"Atendo ao pedido das ruas, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acolheu o pedido de #impeachment de @dilmara", escreveu.

No Facebook, a equipe do parlamentar postou junto com o texto, que também remetia às manifestações populares, a hashtag #VerásQueUmFilhoTeuNãoFogeÀLuta, depois editada. O trecho do hino nacional foi muito utilizado em cartazes e nas redes sociais pelos manifestantes.

Mas recebeu tantos críticas quanto curtidas.

"O Eduardo Cunha é tipo o Hannibal Lecter. Estou torcendo para ele f**** os psicopatas soltos por aí, mas quero vê-lo preso no final", escreveu um usuário.

"Deu ruim mamãe Dilma, na hora ta chegando. SAAAA!!!! #CampaNaNataSemDilma", replicou um

outro usuário em seu comentário.

A imagem com a frase "Impeachment acolhido, com fundo nas cores verde e amarelo, usada pela equipe do parlamentar no Facebook, era a mesma do tweet do deputado, acrescentando novas hashtags: #Camaraindependente, #DemocraciaForte e #CunhaPresidente.

"A partir de agora, uma comissão formada por deputados de todas as bancadas emitirá parecer ao impeachment, que posteriormente segue para análise do plenário do Senado. Processo que será acompanhado por toda a população", dizia o post.

Em minutos, milhares de pessoas compartilharam o post no Facebook com reações distintas.

"Até que enfim uma luz no fim do túnel. O povo e o Brasil não suportava mais..." dizia um usuário da rede social em comentário, em resposta a outro que desdenhava das motivações do deputado. "Quer convencer quem com esse discurso de que foi o clamor popular que te fez tomar essa decisão? Fala sério!!"

A equipe de Cunha responsável pela administração da conta na rede social tentava responder os comentários um a um, mudando uma ou outra palavra, mas ignorava as críticas. "A função do deputado é servir ao Brasil. O deputado fez o que julgou ser o correto pelas leis nacionais".

Impacientes, os comentários pediam detalhes de como será o processo de impeachment, em resposta a outro que agora em diante. Houve quem pensasse que Dilma teria que deixar já a presidência, ao que o deputado (ou sua

COMPARTILHOU

Eduardo Cunha
22 min · 43

As manifestações populares que ocorreram no Brasil inteiro - em 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto - não foram em vão! Atendendo ao pedido das ruas, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment.

A partir de agora, uma comissão formada por deputados de todas as bancadas emitirá parecer ao impeachment, que posteriormente segue para análise do plenário do Senado. Processo que será acompanhado por toda a população.

#VerásQueUmFilhoTeuNãoFogeÀLuta #EquipeCunha
#Camaraindependente #DemocraciaForte #CunhaPresidente



Em rede, o post publicado no Facebook do deputado Eduardo Cunha: menção às manifestações

equipe), respondeu: "Acólher tal processo não é questão simples. Isso se dá pela grande importância e os futuros impactos que podem surgir. Vamos aguardar agora o andamento do assunto, que será feito com a devida seriedade e respeito merecidos. Agradecemos o apoio!"

Com o habitual bom humor que prevalece na rede social até em momentos cruciais para o futuro do país, logo o Twitter elevou aos trend topics o tema "Se a Dilma", que imaginava situações nas quais a presidente entregava logo o cargo. Substitutos inusitados também surgiram na esteira dos posts, memes e

gifs de todas as espécies.

"Se a Dilma cair, o Muricy assume, já está apalavrado", postou um tuiteiro, em referência ao acerto informal do Flamengo com o técnico Muricy Ramalho, que deverá ser contratado oficialmente logo após as eleições para presidente do clube rubro-negro, na próxima segunda-feira, caso Eduardo Bandeira de Mello vença.

Mas a rede também foi usada para esclarecer o cenário para aqueles que pediam Acácio Neves para presidente.

"Se a Dilma cai, o Acácio não assume, ok? Não falem besteira", escreveu o apresentador Thiago Pasqualotto. ●

Atendendo ao pedido das ruas, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acolheu o pedido de #impeachment.

Twitter de Eduardo Cunha

A função do deputado é servir ao Brasil. Fez o que julgou ser o correto pelas leis nacionais.

Facebook de Eduardo Cunha

E quando será o seu impeachment?

Usuário do Twitter Em resposta ao comentário no perfil do deputado

E a sua conta na Suíça, Eduardo?

Usuário do Facebook Em comentário no perfil do deputado federal

Desde sua eleição na Câmara, um convívio difícil com o Planalto

Peemedebista adotou pauta-bomba após romper com o governo federal

A relação da presidente Dilma Rousseff com o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) nunca foi harmoniosa. Tanto que, na eleição para a presidência da Câmara, o Palácio do Planalto renegou apoio a Cunha, e o PT lançou seu próprio candidato, Arlindo Chinaglia (SP), mesmo com chance de derrota. E ela veio pior do que se esperava, no primeiro turno, quando o peemedebista levou 267 votos contra 136 do peista. A partir daí, nada foi como antes para o governo.

Dilma e Cunha passaram a travar uma queda de braço. O que era ruim ficou ainda pior com o surgimento do nome do peemedebista nas investigações da Operação Lava-Jato, ainda no início do ano. O parlamentar não engoliu a investigação e acusou o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de agir com a amnésia do Planalto.

Não adiantaram os apelos governistas. Cunha colocou em pauta projetos que geravam

descontentamento no governo, entre eles a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Fez manobras, como sua votação de pontos da reforma política, que desagradavam ao PT.

Quando foi acusado de cobrar propina de US\$ 5 milhões para viabilizar contratos com Petrobras, a relação entre o presidente da Câmara e o Planalto ficou ainda mais delicada. O peemedebista convocou a imprensa e anunciou o rompimento com o governo.

REPRESÁLIA COM PROPOSTAS

A vingança veio em forma de pautas-bomba, composta por projetos que, entre outros pontos, criavam gastos extras para um governo que já vinha enfrentando dificuldades na área econômica e um ajuste fiscal. Faziam parte desse pacote a proposta que vinculava os salários de integrantes da Advocacia-Geral da União, delegados civis e delegados federais à remuneração de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e a derrubada dos vetos de Dilma que freavam gastos, como o reajuste dos servidores da Justiça Federal.

Além disso, Cunha autorizou

a criação das CPIs do BNDES e dos Fundos de Pensão e articulou para detar o PT fora do comando das comissões.

Sem levar desaforo para casa, Cunha já respondeu publicamente a presidente Dilma quando não gostou de uma afirmação que ela fizera durante uma viagem à Suíça. Na ocasião, ao ser perguntada sobre as informações de que o peemedebista tinha conta na Suíça, a presidente disse que lamentava que as denúncias envolvessem um brasileiro. O parlamentar retrucou e afirmou que lamentava que o governo brasileiro estivesse envolvido em um escândalo de corrupção.

Em paralelo aos escândalos que enfrentava e ao pedido no Conselho de Ética na Câmara para sua cassação, Cunha analisava, um a um, os pedidos de impeachment da presidente Dilma que chegavam à sua mesa. Rejeitou 27 deles. No 28º, disse que tomou uma decisão de "natureza técnica" ao aceitar o documento que baseia-se nas pedalaças fiscais, que, segundo o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), se repetiram em 2015. ●

O VAIVÉM DA RELAÇÃO DO DEPUTADO COM O GOVERNO

	O QUE ACONTECEU	REAÇÃO
Março de 2015	O nome do presidente da Câmara é incluído na lista enviada ao STF com os nomes dos políticos a serem investigados por participação no esquema investigado na Operação Lava-Jato	Cunha acusa o procurador Rodrigo Janot de ter sido um aparelho político do Planalto. "A PGR agiu politicamente em conjunto com o governo. Querem deixar todos iguais para, juntos, buscarem solução" , disse Cunha à época
Julho de 2015	É divulgado que o ex-consultor da Toyo Setai Júlio Camargo relatou à Justiça que o peemedebista lhe pediu propina de US\$ 5 milhões	Cunha anuncia o rompimento com o governo. Afirmou que existe um "bando de alporados" no Planalto que age contra ele. "O governo não me queria, nunca me quis e não me quer como presidente da Câmara"
Agosto de 2015	O deputado toma-se o primeiro presidente da Câmara no exercício do cargo a ser denunciado pelo MPF	Crítica o fato de não haver denúncias contra petistas e diz que, depois de ter sido escolhido para ser investigado, foi escolhido para ser denunciado
Setembro de 2015	Segundo informações repassadas pela Suíça, Cunha e sua família possuem duas contas ainda abertas no país. O peemedebista possuía outras duas contas, que foram fechadas depois do início da Lava-Jato	O deputado acusa o governo de agir nos bastidores para incriminá-lo e a Procuradoria de escolher a quem investigar. "A minha é escolha é uma coisa que já está feita há muito tempo" , afirmou
Outubro de 2015	Em viagem oficial à Suíça, Dilma lamentou que o escândalo das contas secretas na Suíça de Cunha envolvesse um brasileiro. "Ele não integra meu governo, eu lamento que seja um brasileiro" , declarou a presidente	O presidente da Câmara retrucou: "Lamento que um governo brasileiro esteja envolvido em um escândalo de corrupção"
Dezembro de 2015	Documento colhido por investigadores aponta suposto pagamento de R\$ 45 milhões em propina ao presidente da Câmara para alterar uma medida provisória que beneficiaria o banco BTG Pactual	Cunha rebate a acusação e, embora tenha tentado ser cauteloso, chega a insinuar que o vazamento da anotação poderia estar relacionado com as declarações que deu sobre a decisão a respeito dos pedidos de impeachment contra Dilma

Editoria de Arte

EPSON
KALUNGA
+140lojas

SACERDÓCIO PRESIDENCIAL CENTER
Rua Marquês de São Carlos, 209 - Vila Rica, 20131-000
MADUREIRA SHOPPING - Avenida Park Road, 222
TUCURU - Rua Cristóvão Colombo, 694
PRIMEIRO SHOPPING - Rua Manoel de Barros, 100 - 20030-000

Participaram da cobertura:
Alexandra Duarte, Bruno Góes, Bruno Rosa, Carolina Brígido, Catarina Alencastro, Chico de Góis, Cristiane Jungblut, Eduardo Bresciani, Evandro Éboli, Fernanda Krakovics, Gabriela Valente, Geraldina Doca, Gian Amato, Isabel Braga, Juliana Castro, Júnia Gama, Letícia Fernandes, Luiza Souto, Marcelo Perimio, Marco Grillo, Maria Lima, Mariana Sanches, Martha Beck, Ramona Ordorhiz, Renata Mariz, Rennan Setti, Roberto Maltchik, Sérgio Roxo, Sílvia Amorim, Simone Iglesias, Stella Borges, Thiago Herdy, Vinícius Sassine, e Washington Luiz.

Classificados do Rio. Achou de verdade.
classificadosdorio.com.br / 2534-4333

FABER CASTELL
KALUNGA
+140lojas

CENTRO - Rua Manoel de Barros, 100 - 20030-000
SHOPPING LARANJEIRA GARDENS - Blvd. 2215
SHOPPING PARK LAGOA CARO FRIO - Av. Antenor Brasil, 1200

ANEXO H – CAPA EDIÇÃO 03 DE DEZEMBRO FSP

FOLHA DE S.PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 95 ★ QUINTA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2015 ★ Nº 31.655

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA À 1H11 ★ R\$ 3,50

Cunha retalia PT e acata pedido de impeachment contra Dilma

BRASILEM CRISE Presidente se disse indignada e atacou peemedebista: “Não paira contra mim suspeita de desvio”



O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aceitou pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT).

Ele chantageava o Planalto, apontando que acataria a solicitação protocolada pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal caso os deputados do PT no Conselho de Ética da Câmara decidissem autorizar seu processo de cassação, o que ocorreu nesta quarta (2). Cunha é acusado de mentir sobre contas na Suíça.

Os advogados defendem que Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal ao recorrer às chamadas “pedaladas” — o uso de bancos públicos para pagar dívidas e maquiagem as contas.

Dilma disse ter recebido a notícia com “indignação” e atacou, ainda que sem título, o presidente da Câmara. “Não paira contra mim suspeita de desvio de dinheiro público, não possuo conta

A presidente Dilma Rousseff, acompanhada de assessores e ministros, caminha para o pronunciamento em que se defendeu das acusações

JANIO DE FREITAS

O Brasil está posto em uma encruzilhada, e o Brasil somos nós

Poder A11

ANÁLISE IGOR GIELOW

Governo sabe que só conta hoje com 130 votos legais na Câmara

Poder A8

PRÓXIMOS PASSOS A tramitação do pedido de impeachment de Dilma

- 1 **Hoje:** O pedido de deposição é lido no plenário da Câmara dos Deputados
- 2 **Em até 24 horas:** Partidos indicam nomes para uma comissão especial
- 3 **Em até 48 horas:** A comissão faz a escolha do relator e do presidente
- 4 **Em até 10 sessões:** A presidente apresenta seus argumentos de defesa
- 5 **Em até 5 sessões:** Comissão dá parecer sobre arquivar ou não o caso
- 6 **Em até 48 horas:** Parecer da comissão vai ao plenário para votação
- 7 **Se 2/3 dos deputados** apolarem, o processo de impeachment é aberto
- 8 **Iniciado o processo, a presidente é afastada** por até 180 dias; assume o vice
- 9 **O caso vai ao Senado.** A condenação exige o aval de 2/3 dos senadores

BERNARDO MELLO FRANCO

Novidade rompe a paralisa que deixou país refém de Brasília

Opinião A2

PAINEL

"Todos sabem que eu não sou ladra", disse presidente a aliados

Poder A4

no exterior nem ocultei a existência de bens pessoais". O PT cogita ir ao STF contra a decisão de Cunha.

Para o processo de impedimento ser aberto, é necessário o apoio de dois terços da Câmara, ou 342 votos.

É a quarta vez que um presidente sofre a ameaça de impeachment. Getúlio, em 1954, e FHC, em 1999, conseguiram bloqueá-la. Collor, em 1992, renunciou antes da votação, o que não evitou que o Congresso decidisse pela sua deposição. Poder

Três atiradores matam ao menos 14 na Califórnia

Um trio de atiradores com armamento pesado matou ao menos 14 e feriu 17 em centro comunitário em San Bernardino, sul da Califórnia. A polícia, que prendeu um dos criminosos e matou os outros dois, investiga se foi uma ação terrorista. Obama voltou a pedir mais rigor na venda de armas. Mundo A12

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "O vício contra o vício", a respeito de abertura de processo de impeachment, e "Batalha contra o zika", sobre surto de microcefalia no país.



O goleiro Fernando Prass supera o santista Vanderlei e faz o gol do título do Palmeiras

TRICAMPEÃO! Palmeiras ganha, nos pênaltis, a sua 3ª Copa do Brasil. *Esporte pág. 1*

JUCA KFOURI Prass é o principal responsável pela conquista, justa e indiscutível. *Pág. 3*

Congresso aprova nova meta fiscal, que permite deficit

O Congresso aprovou mudança na meta fiscal deste ano e autorizou a União a fechar as contas com deficit de até R\$ 119,9 bilhões. O governo evitará, assim, encerrar 2015 em desrespeito à legislação fiscal. Poder A10

Sócios retiram André Esteves do controle do BTG

Mercado 1 pág. 1



GRUPO EDITORIAL
2009-04/04 (Impressão e digital)
AUTÊNCIA
32.590.024 (Inscrição Estadual)

FALE COM A FOLHA
Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, gerador de notícias e ombudsman: fale.folha.com.br

RODÍZIO Cotidiano B2
Não devem circular carros com placas cujo final seja: 7 ou 8

ATMOSFERA Cotidiano B2
Chuvras isoladas a partir da tarde
Mínimo 19°C Máximo 26°C

A BLACK FRIDAY CONTINUA NA CAOA.

VEJA NA PÁGINA 5.

Black FRIDAY
HMB | CADA SEMANA

HB20 SEDAN A PREÇO DE HATCH:
DE R\$ 45.495 em 10x

ANEXO I – REPORTAGEM PÁGINA 4

FOLHA DE S. PAULO
QUINTA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2015 AA

poder

PAINEL

NATILZA HEYR

panel@poderfolha.com.br

Com que roupa

Dilma Rousseff discarta a votação da nova meta fiscal. Como se parasse algo ruim no ar, prefere não almoçar em casa, decisão rara desde que a mãe ficou doente. Tudo indicava que o dia terminaria bem. A síndica Eduardo Cunha surgiu na TV. Após minutos reflexiva, rompeu o silêncio. "Vou falar hoje", disse, ordenando que um assessor buscasse no Abertura a muda de roupa que usaria no pronunciamento. Na volta, desabafou: "Todos combocam meus defeitos. Sabem que não sou ladra".

Já deu Depois de sobreviver, sem auxílio de alguns ministros, aos discursos de Dilma de próprio punho, a presidente ligou para o vice Michel Temer: "Não podia mais é caracóis chantagens", afirmou.

Apelo moral Lula telefonou para manifestar apoio enquanto a situação reatava o fracasso. Também reafirmou a sua governança após o pronunciamento, assegurando e congratulando que a vitória não passaria uma salva de palmas para a petista.

Apatia Temer soube da decisão por intermédio de Eduardo Cunha. A conversa durou alguns segundos. O vice não esboçou reação.

Deixa estar Temer, por ora, adotará postura de "reconhecimento total". Além de se fazer filiação com a decisão do colegiado, o vice vai esperar para ver como o setor privado e o mercado financeiro se comportam.

Retiro Sentado em sua cadeira, Cunha pediu que todos os assessores e aliados se retirassem de seu gabinete antes de anunciar a abertura do processo de cassação. Passou um tempo sozinho até sair para a entrevista.

Concedido Quatro minutos antes do anúncio, um importante analista pediano disse que o governo não acreditava na possibilidade de o impeachment ser delgado.

Tática O Planalto deve apresentar um recurso ao plenário da Câmara contra a decisão de Cunha. Como o voto deve rejeitá-lo, o governo, então, recorrerá ao Supremo. Temará, ainda, mudar o processo ao conselho superior. "Se for aberto, o caso é muito sério", avalia o Excoativo.

As ataque Mesmo sem apoiar 100% o governo Di-

Filho pródigo Os bastidores do impeachment revelam que a oposição se reconciliou com Cunha nos momentos derradeiros da abertura. Embaixada do presidente estreitou com líderes do PSDB e do DEM.



Muito fô Ao ser informado sobre a decisão do PT de votar contra o impeachment no Conselho de Ética — antes, portanto, de Cunha formalizar o impeachment — Mendonça Filho (DEM-PE) inventou as mãos ao céu e afirmou ser aliviado "graças a Deus".

Sem remorso Antes da coletiva, Cunha afirmou: "Sempre fui adepto do PT. Isso não muda nada. O PT se defende os seus presos, não os adversários". Depois do anúncio, disse que dormiria "tranquilo, como sempre".

Vale? O deputado Zé Coimão não se conformava com a decisão petista no conselho que levou à abertura do impeachment. "O Brasil acabou contribuindo para isso em nome da ética. Mas é ético casar uma presidente ética?"

Ah, tá Presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto diz que o processo dará "boa oportunidade para debater o que está em discussão para o país". "Não tem guerra, tem debate de projeto político."

Vista à Folha Os advogados Roberto Tefreza, Cristiano Zaccari Martins e Valdeir Zardo Tefreza Martins, do escritório Tefreza Martins, que representam o ex-presidente



O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, concede entrevista na qual anuncia que aceita o pedido de impeachment

BRASIL EM CRISE

PT se opõe a Cunha, que revida e aceita pedido de impeachment de Dilma

★ EM PRONUNCIAMENTO, PRESIDENTE REAGE E AFIRMA ESTAR INDIGNADA ★ PLENÁRIO DA CÂMARA DEVE VOTAR O ABASTAMENTO

de análise

Horas depois de o PT anunciar que dará apoio ao prosseguimento do pedido de cassação de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o presidente da Câmara dos Deputados retraiou, aceitando a análise do pedido de impeachment de Dilma Rousseff (PT) pelo plenário da Casa.

Por meio da sua conta no Twitter, Cunha disse que tomava a decisão de aceitar a ação, assinada pelo ex-petista Hélio Bicudo, pelo ex-ministro da Justiça Miguel Reale Jr. e pela advogada Janaina Paschoal, "atendendo ao pedido das ruas".

A presidente reagiu pouco depois, dizendo-se "indignada". Em pronunciamento no Palácio do Planalto de 2min56s, acompanhada por 11 de seus ministros, Dilma disse que as acusações são "improcedentes" contra um governo que foi "democraticamente eleito".

Ela citou também a aprovação, na tarde desta quarta-feira (2), da nova meta fiscal pelo Con-

gresso, o que, na visão do governo, esvaziou um dos argumentos pelo impeachment, o de que há desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dilma ainda partiu para o ataque contra Cunha, embora sem citá-lo nominalmente. Afirmou que não tem conta no exterior e que nunca ocultou a existência de seus bens, alusão às principais acusações que pesam contra o peemedebista.

O PT deve ir ao Supremo contra a decisão, com o argumento de que Cunha usou o cargo para chantagear adversários. Será a primeira análise de um pedido de impeachment desde que Fernando Henrique viu derrubado no plenário inicialva semelhante, em 1999.

O trâmite até a votação pelos deputados, em que o Planalto precisa de 171 de 512 votos para derrubar o pedido, demora até cerca de 30 dias. Este prazo só será cumprido se o Congresso suspender o recesso marcado para o dia 23; se não, a decisão será apenas em fevereiro.

ANEXO J – REPORTAGEM PÁGINA 5

BRASIL EM CRISE

Acusações contra a presidente são 'gravíssimas', justifica peemedebista

Em seu despacho, Cunha reconheceu que seu ato pode gerar 'graves danos institucionais'

Peemedebista foi abandonado pelo PT no Conselho de Ética, mas disse que impeachment não é uma retaliação

**RANIER BRAGON
GUSTAVO UZUBE
MARILYN RAUBERT
DE BRASÍLIA**

Em retaliação ao PT e ao Planalto, que não asseguraram votos para enterrar seu processo de cassação, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), anunciou às 18h38 desta terça-feira (2) a deflagração do principal pedido de impeachment contra Dilma Rousseff.

Cunha recebeu a representação assinada pelos advogados Hélio Bicudo (ex-petista), Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, peça corroborada pela oposição e pelos movimentos de rua que pedem a saída de Dilma.

Nas páginas em que embasa a sua decisão, o presidente da Câmara afirma ter ciência de que seu ato pode resultar em "graves danos institucionais", mas diz que as acusações contra Dilma são "gravíssimas" e que há indícios de sua participação em crime de responsabilidade fiscal.

Desafeto do governo e responsável pela aplicação de derrotas legislativas ao Planalto em 2015, o peemedebista coloca para funcionar novamente, 23 anos depois, a engrenagem que levou à queda de Fernando Collor de Melo em 1992.

O objetivo dele é obter novamente apoio da oposição para barrar seu processo de cassação, além de tentar desviar o foco das acusações que pesam contra ele.

Cunha foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República sob a acusação de envolvimento do petróleo, além de ser investigado, entre outras suspeitas, por omitir patrimônio milionário no exterior.

Os prazos para a conclusão da análise do pedido de impeachment pela Câmara giram em torno de 30 dias (o tempo exato depende da realização ou não de sessões, usadas para contagem de prazo), segundo a área técnica da Casa. Mas só haverá conclusão do caso neste prazo aproximado se houver convocação extraordinária do Congresso, ato que precisa ser avaliado pelo Congresso Nacional.

No anúncio de deflagração do processo, Cunha negou ter agido em retaliação ao PT. Afirmando ter havido um recorde de 34 pedidos de impeachment neste ano, ele disse que não tinha como tomar outra decisão devida, principalmente, à edição por Dilma em 2015 de decretos abrindo créditos suplementares em desacordo com a Lei Orçamentária. "O embasamento disso é única e exclusivamente técnico", disse.

De acordo com a última pesquisa do Datafolha, 65% da população é favorável à abertura do processo de impeachment e 67% reprovam o governo Dilma. Nesta terça (1) foi divulgado dado mostrando a piora do quadro recorrente no país.

Apesar de dizer que não poderia por ofício engavetar o pedido, Cunha negociou com o governo o congelamento do processo em troca de votos por sua absolvição no Conselho de Ética.

"Tenho certeza de que os juristas que lerem o parecer vão entender que não tinha

como tomar outra decisão", afirmou, negando ter patrocinado chantagem.

Deputados da oposição acompanharam a entrevista coletiva e aplaudiram o peemedebista ao final.

Antes de fazer o anúncio oficial, Cunha ligou para o vice-presidente Michel Temer

(PMDB) para informá-lo da decisão. Deputados petistas tentaram até a última hora demovê-lo, afirmando que tentariam até a terça, data da próxima reunião do Conselho de Ética, reverter os votos do Conselho contrários a ele.

O Planalto também informou ao presidente da Câmara

que agiria na mesma linha, mas não obteve sucesso. Em conversas reservadas, Cunha disse que não confiava mais no governo e no PT.

"É uma chantagem ao Estado democrático de direito", disse o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE). Já a oposição comemorou

e discute se, em troca, irá trabalhar para salvar o mandato de Cunha.

De acordo com a área técnica da Câmara, nesta quinta-feira (3) será lido em plenário a criação da comissão especial para analisar o caso. Os partidos terão até 24 horas para indicar os integrantes.

“ Não tenho nenhuma felicidade de praticar esse ato e não o faço por motivação de natureza política.

Praticamente em todos os lugares do país em que eu andava a gente escutava uma coisa, as pessoas cobrando um posicionamento sobre os pedidos de impeachment

**EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ),
Presidente da Câmara**



A BLACK FRIDAY CONTINUA NA CAOA.

HB20 SEDAN A PREÇO DE HATCH:
DE R\$ 45.495,00 POR

R\$ 41.990,00



HYUNDAI **6 ANOS** GARANTIA

HB20S, o melhor valor de revenda pelo segundo ano consecutivo

CAOA. SEMPRE A MELHOR OFERTA.

CAOA O MAIOR DISTRIBUIDOR HYUNDAI DO MUNDO. WWW.CAOA.COM.BR/HB20

HMB | CAOA **HYUNDAI** NEW THINKING. NEW POSSIBILITIES.

HYUNDAI CAOA SÃO PAULO

HYUNDAI CAOA IPIRANGA (11) 2271-0700	HYUNDAI CAOA RAÇÕES UNIDAS (11) 5634-3459	HYUNDAI CAOA ADRIANA MELLO (11) 2116-1310
HYUNDAI CAOA ARICARDIÚVA (11) 2781-0200	HYUNDAI CAOA AEROPORTO (11) 5853-6166	HYUNDAI CAOA SARTAPÁ (11) 2348-4700
HYUNDAI CAOA ERMAZIO MARCHETTI (11) 3616-9800	HYUNDAI CAOA CAETANO ALVARES (11) 2344-2800	HYUNDAI CAOA COTISOLAÇÃO (11) 3123-6530

HYUNDAI CAOA ABC - HYUNDAI CAOA SANTO ANDRÉ (11) 4428-4428 - HYUNDAI CAOA SÃO BERNARDO DO CAMPO (11) 8122-8230

HYUNDAI CAOA SAÍTOS - AV. AVIA COSTA, 86/88 - VILA MATHIAS - SAÍTOS - SP - TEL: (13) 3229-7272

HYUNDAI CAOA PRAIA GRANDE - AV. PRESIDENTE KENNEDY, 2.368 - AVIAÇÃO - PRAIA GRANDE - SP - TEL: (13) 3348-6282

Preço: valor à vista de R\$ 45.495,00 por R\$ 41.990,00. Desconto de R\$ 3.505,00. Condição válida para o veículo 0 km Hyundai HB20S Comfort Plus 1.0 Flex. Manual, cor sólida (branco e preto), ano 2015/2015, catálogo (4 629 01). Taxa cores metálicas (preta, cinza e azul), incluindo de R\$ 1.095,00. Promoção válida até 6/12/2015. Garantia Hyundai 5 anos. Uso particular: garantia de 5 anos, sem limite de quilômetros. A promoção 6 anos de Garantia Hyundai corresponde a 1 (um) ano adicional à garantia vigente oferecida pela Hyundai Motor do Brasil. Manutenção de Automóveis Ltda. aos veículos da linha Hyundai HB20 comercializados pela Rede de Concessionárias HMB e será válida para todos os sistemas 3 an. adquiridos/retrofitados (exceto da linha Flex) para o cliente final até 6/12/2015. Estoque limitado. Não aplicável na modalidade Traca com Traca e válida somente para as concessionárias CAOA. Imagens meramente ilustrativas. A linha Hyundai HB20 está em conformidade com o Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE. Preserve a vida. Use o cinto de segurança. Para mais informações, acesse o site www.caoa.com.br/HB20

ANEXO K – REPORTAGEM PÁGINA 7



DESABAFO
'AGORA VÃO ME CULPAR', DIZ RUI FALCÃO

O presidente do PT, Rui Falcão, fez um desabafo a interlocutores: "Agora, vão me culpar", disse, em menção ao pedido de impeachment de Dilma Rousseff. Ele previu reclamações por ter defendido que a bancada do PT votasse pelo processo contra Eduardo Cunha.

Presidente se diz indignada e ataca Cunha

Razões para impeachment são 'inconsistentes e improcedentes', afirma Dilma Rousseff em pronunciamento

'Não posso conta no exterior, nem ocultei a existência de bens', disse ela, em referência ao peemedebista

DE BRASÍLIA
 DA COLUNISTA DA FOLHA

Após dizer à sua equipe um "vamos para a guerra, porque se encerra um longo período de chantagem permanente", a presidente Dilma Rousseff fez rápido pronunciamento nesta quarta (2) em que atacou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e chamou de "inconsistentes e improcedentes" as razões para seu afastamento.

Ao lado de 11 ministros, afirmou que não cometeu ilícitos e, em referência a Cunha, disse que não se pode "deixar as conveniências e os interesses indefensáveis abalarem a democracia e a estabilidade".

Ela começou citando a aprovação da nova meta fiscal, vitória do governo no Congresso. E foi ao ataque: "Não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público, não posso conta no exterior, nem ocultei [...] a existência de bens". Cunha é alvo da Lava Jato, acusado de receber propina e manter contas secretas na Suíça, entre outras coisas. Ele acatou o pedido de impeachment depois que os três deputados do PT no Conselho de Ética da Câmara anunciaram que votariam contra ele.

"Nos últimos dias, a imprensa noticiou que havia interesse na barganha dos votos de membros da base governista no Conselho [...] Em troca, haveria o arquivamento dos pedidos de impeachment", disse Dilma. "Eu jamais aceitaria ou concordaria com quaisquer tipos de barganha, muito menos aquelas que atentam contra o livre funcionamento das instituições democráticas, bloqueiam a Justiça ou ofendem os princípios morais e éticos."

O Planalto, porém, trabalhou para que os petistas votassem por Cunha para que ele não desse prosseguimento a pedido de impeachment. No pronunciamento, a principal ausência notada foi a do vice Michel Temer (PMDB). Ele e Dilma se falaram por telefone depois.

Ao ser informada da decisão de Cunha, Dilma disse a assessores que aquilo acabava com o "imobilismo" do governo. Ministros ansavam dizer "foi melhor assim". Para auxiliá-lo, agora a "batalha será em campo aberto, pois caiu a máscara do chantagista".

A ordem no governo é montar uma operação para enfrentar a votação contra o impeachment na Câmara — é preciso 171 votos para derrubar o pedido. O Planalto vai entrar também com ações no STF (Supremo Tribunal Federal) alegando vingança do deputado e que não há crime a ser imputado à presidente.

A bancada do PT deve apresentar nesta quinta ao STF uma representação pedindo que Cunha seja afastado do cargo por chantagem e uso indevido do cargo. (MARINA DIAS, VALDO CRUZ E MÔNICA BERGAMO)

HYUNDAI ELANTRA X TOYOTA COROLLA

A COMPARAÇÃO PONTO A PONTO COMPROVA: O ELANTRA É SUPERIOR E PONTO FINAL.

ITENS COMPARATIVOS	ELANTRA	COROLLA XEI
PREÇO	R\$ 89.290	R\$ 89.490
MOTOR	2.0 FLEX	2.0 FLEX
CV (ETANOL) CV (GASOLINA)	178 CV 169 CV	153 CV 143 CV
TORQUE (ETANOL) TORQUE (GASOLINA)	21,5 KGFM 20,0 KGFM	20,7 KGFM 19,4 KGFM
CÂMBIO	AT (SHIFTRONIC)	CVT
GARANTIA	5 ANOS	3 ANOS
MULTIMÍDIA ANDROID COM WI-FI	SIM	NÃO TEM
AR-CONDICIONADO DIGITAL DUAL ZONE	SIM	NÃO TEM
CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE	SIM	NÃO TEM
CONTROLE DE TRACÇÃO	SIM	NÃO TEM
AIRBAG DE CORTINA	SIM	NÃO TEM
SENSOR DE DISTÂNCIA NA TRASEIRA	SIM	NÃO TEM
MODO DE DIREÇÃO FLEX STEER	SIM	NÃO TEM
AR-CONDICIONADO COM IONIZADOR	SIM	NÃO TEM
PAINEL SUPERVISION	SIM	NÃO TEM



HYUNDAI ELANTRA.
 ELEITO NOS ESTADOS UNIDOS
 O MELHOR SEDAN MÉDIO DO MUNDO.

ELANTRA
 2.0 FLEX

A PARTIR DE

R\$ 89.290

INFORMAÇÃO RELEVANTE AO CONSUMIDOR

No mais importante estudo de qualidade do mundo, realizado pelo mais conceituado Instituto de pesquisa de satisfação do consumidor dos Estados Unidos, o ELANTRA foi eleito o melhor sedan médio, superando os modelos americanos, japoneses e alemães e todos os outros. Portanto, pode ser considerado o melhor do mundo.



CAOA

www.caoa.com.br/hyundai

PeDESTRE, use sua faixa.



HYUNDAI | NEW THINKING.
 NEW POSSIBILITIES.

Promoção válida até 6/12/2015 para o veículo ELANTRA GATT 2015/2016, no valor promocional de R\$ 89.290,00 (faturamento venda direta), com pintura sólida. Consulte nossas condições de financiamentos e preços para outros modelos e cores. Imagens meramente ilustrativas.

ANEXO L – REPORTAGEM PÁGINA 9

FOLHA DE S.PAULO

QUINTA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2015 ★ ★ ★ poder A9

BRASIL EM CRISE

Grupo de Temer não freará impeachment

Vice almoçou com sete senadores da oposição no mesmo dia em que pedido de afastamento de Dilma foi deflagrado

Fim de recesso precisa ser solicitado pelos presidentes da Câmara e do Senado e aprovado pelos plenários

DANIELA LIMA
DE BRASÍLIA

Às vésperas do anúncio do acolhimento do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o vice, Michel Temer (PMDB), recebeu em sua residência oficial, em Brasília, sete senadores da

oposição para discutir o rito de afastamento da petista.

Na tarde desta quarta-feira (2), Temer almoçou com os senadores José Serra (PSDB-SP), Aloysio Nunes (PSDB-SP), Tasso Jereissatti (PSDB-CE), Fernando Bezerra (PSB-PE), Agripino Maia (DEM-RN), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Waldemir Moka (PMDB-MS).

Segundo a **Folha** apurou, o grupo de senadores pediu a Temer que apolasse o andamento de um, àquela altura, eventual pedido de impeachment de Dilma. Os senadores disseram a Temer que se-

ria preciso “fechar” o debate sobre o afastamento o mais rápido possível para que fosse possível retomar as discussões sobre os rumos do país.

Pessoas próximas ao vice sustentam que ele ouviu o diagnóstico, mas não se comprometeu pessoalmente com nenhuma articulação.

Logo após o almoço, porém, alguns dos principais aliados de Temer defenderam, em tom de ultimato, que era preciso dar fim ao impasse sobre Dilma. O ex-ministro Moreira Franco (PMDB-RJ), um dos homens mais alinhados

dos a Temer em seu partido, avaliou que “está se cristalizando a convicção de que o tempo corre contra o país”.

“Temos que ter senso de responsabilidade e espírito público. As nossas instituições estão se liquefazendo. Isso tem um efeito catastrófico na economia e, na sociedade, absolutamente destrutivo”, continuou Moreira.

“Não dá mais. Temos que ter uma solução”, concluiu.

A fala foi lida por integrantes da oposição como um sinal de que o grupo de Temer “não moverá uma palha” pa-

ra frear o andamento do impeachment de Dilma.

Pessoas próximas ao vice asseguram ainda que a mesma lógica vale para Eduardo Cunha, que enfrenta um processo no Conselho de Ética da Câmara por envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras e, por meses, usou a prerrogativa de dar início ao debate sobre o afastamento da petista como moeda de troca para tentar salvar o próprio mandato.

Agora que decidiu deflagrar o processo, avallam oposicionistas, Cunha deu sua úl-

tima cartada e amarrou seu destino ao da petista.

A análise inicial do pedido de impeachment levaria cerca de 30 dias para tramitar, e as duas Casas entram em recesso dia 23 de dezembro.

Para que uma convocação extraordinária seja aprovada, suspendendo o recesso, é necessário que ela seja solicitada pelos presidentes da Câmara e do Senado e aprovada por maioria absoluta nas duas casas (257 na Câmara e 41 no Senado).

Colaborou MARINA DIAS, de Brasília

ANEXO M – CAPA EDIÇÃO DE 18 DE ABRIL

BATALHA NO CONGRESSO

Por 367 votos, 25 a mais que o necessário, Câmara aprova autorização para processo de impeachment da presidente Dilma

PERTO DO FIM

Dilma Rousseff começou ontem a se despedir da cadeira de presidente do Brasil. Pouco mais de um ano depois de reeleita e de 13 anos de PT no poder, a Câmara autorizou o processo de impeachment da petista por crime de responsabilidade. Isolada, sem apoio da grande maioria dos partidos de sua ampla coalizão eleitoral, Dilma dificilmente terá forças para impedir que o Senado abra o processo e a afaste do cargo, numa votação por maioria simples, nas próximas semanas. Em guerra declarada com o PMDB de seu vice Michel Temer, maior partido do Congresso, a presidente teve menos votos do que esperava o Planalto. Foi o que se viu também nas ruas por todo o país, onde as manifestações pró-impeachment reuniram mais público do que as de apoio ao governo. Não surtiu efeito sequer o esforço do ex-presidente Lula, cuja nomeação como ministro para escapar do juiz Sérgio Moro, da Lava-Jato, ajudou a agravar a crise. Temer assumirá por 180 dias assim que o Senado abrir o processo **PÁGINAS 3 a 31**

EDITORIAL

'Um passo para o impeachment'

Falta o julgamento propriamente dito, no Senado, e Temer precisa agir. **PÁGINA 18**



Comemoração. O deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), que deu o voto 342, é festejado por colegas da oposição no plenário. Pela segunda vez desde a redemocratização, a Câmara autoriza o impeachment de um presidente da República

MERVAL PEREIRA
Resta tentar o reconhecimento.
PÁGINA 23

MÍRIAM LEITÃO
Caminho será árduo.
PÁGINA 26

NELSON MOTTA
Não dá para ter pena.
PÁGINA 24

FLÁVIO FREIRE
A República de joelhos.
PÁGINA 23

LAURO JARDIM
Os inimigos de Temer.
PÁGINA 26

ANCELMO GOIS
Prevaleceu a Lei de Ibsen.
PÁGINA 24

ZUENIR VENTURA
Com quem Temer conta?
PÁGINA 27

RICARDO NOBLAT
Temer não terá direito de errar.
PÁGINA 2

ELIO GASPARI
Uma derrota da esquerda.
PÁGINA 23

LUIZ ANTÔNIO NOVAES
O acaso do ciclo mágico.
PÁGINA 22

SÉRGIO FADUL
Impedimento começou no PT.
PÁGINA 23

MARCUS FAUSTINI
O início do processo.
PÁGINA 25

JORGE BASTOS MORENO
Dilma perdeu suas chances.
PÁGINA 22

JOSÉ CASADO
Um presidente no limbo.
PÁGINA 26

ILIMAR FRANCO
O quarto turno de Temer.
PÁGINA 27

PAULO CELSO PEREIRA
Faltou o ritual da sedução.
PÁGINA 22



JOSÉ PADILHA
Tudo depende da cabeça de Lula.
PÁGINA 27

FLÁVIA OLIVEIRA
Uma fratura exposta.
PÁGINA 26

ARTHUR DAPIEVE
Pode haver retrocesso ético.
PÁGINA 27

ARNALDO BLDCH
A exclusão da diferença.
PÁGINA 25

VERISSIMO
É bom manter o Temer vivo.
PÁGINA 27

FLÁVIA OLIVEIRA
Uma fratura exposta.
PÁGINA 26

ARTHUR DAPIEVE
Pode haver retrocesso ético.
PÁGINA 27

MAÍÁ MENEZES
O país vê suas entranhas.
PÁGINA 24

DEMÉTRIO MAGNOLI
Ser Temer ou ser Itamar.
PÁGINA 26

ANA CRISTINA REIS
Saudades de Rui Barbosa.
PÁGINA 25

ALAN GRIPP
Caos está longe do fim.
PÁGINA 26

PAULO CEZAR CAJU
Temos que rebobinar o país.
PÁGINA 22

Temer já prepara governo

Em clima de festa, Temer fez planos de governo no Jaboru.
PÁGINA 4

Voto 342 é dado por tucano

Coube a Bruno Araújo (PE), ex-líder do PSDB, o voto decisivo.
PÁGINA 7

ANEXO N – REPORTAGEM PÁGINA 5

Segunda-feira 18.4.2016

| País |

O GLOBO | 5


**A BATALHA DO
IMPEACHMENT**

REVOLTA

Indignação do PT na Câmara e no Planalto

Segundo advogado-geral da União, Dilma considera que deputados fizeram julgamento 'político'

BRASÍLIA. Logo depois do anúncio do resultado da votação na Câmara, o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, fez um pronunciamento público dizendo que a decisão foi recebida "com indignação e revolta" pela presidente Dilma Rousseff. Ele afirmou que a Câmara fez um julgamento político, contrariando a Constituição brasileira. Ele disse que, ao contrário do parlamentarismo, o sistema presidencialista prevê que um processo de impeachment seja uma situação "excepcionalíssima".

De acordo com Cardozo, o objeto do parecer — os seis decretos de suplementação em 2015 e o atraso do pagamento ao Banco do Brasil — nunca foram discutidas em profundidade.

— Nós demonstramos claramente que não havia ilegalidade nos decretos e, quando o Tribunal de Contas da União mudou de opinião, o governo não os baixou mais. Então, não se pode se afirmar que houve má-fé, não se pode falar em crime de responsabilidade — disse.

Mais cedo, antes mesmo de terminada a votação na Câmara, auxiliares da presidente Dilma

Rousseff diziam que todos os esforços serão centrados no Senado. Apesar de derrotada ser dada como certa entre governistas, no Planalto acredita que ainda é possível reverter o impeachment entre os senadores, já que o Senado representa a Federação e, logo, pode ser mais sensível ao mérito do impeachment, as "pedaladas fiscais". Um auxiliar de Dilma lembrava que governadores como Geraldo Alckmin (PSDB-SP) também praticaram as mesmas manobras fiscais em suas gestões.

— Não vamos desmobilizar. Agora é todo o esforço no Senado. O Senado é a casa da Federação, ali se reflete muito a posição dos governadores. E há muitos governadores que fizeram "pedaladas". Ali vai ser julgado o mérito — afirmou um auxiliar de Dilma.

O foco do governo é no presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Aliado do governo, Renan pretende utilizar os prazos regimentais para estender a análise do processo no Senado. Mas senadores do próprio partido de Renan pressionam para que ele promova um rito veloz ao

impeachment na Casa. A estratégia do governo é discutir o processo de forma técnica e jurídica com os senadores, na expectativa de que no Senado o peso político seja menor do que na Câmara.

— No Senado, a questão terá um tratamento mais jurídico, e vamos ter amplo direito de defesa. Vamos usar cada milímetro de direito de defesa. Entre os senadores, o governo crê que as bases são mais jurídicas e menos arbitrárias como vimos acontecer na Câmara — disse um interlocutor presidencial.

RECURSO AO STF

O governo já iniciou também a preparação de uma ofensiva jurídica para contestar o resultado da votação, sob o argumento de que a análise do processo extrapolou o objeto da denúncia. Na análise do governo, a decisão do STF na última quinta-feira, que manteve a ordem de votação estabelecida pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), serviu para "delimitar" a ação e abrir margem para questionamentos a respeito da prática de crime de responsabilidade. Isso porque o presidente da Corte,



Reação. Deputados aliados de Dilma protestam após a aprovação do processo de impeachment no plenário

Ricardo Lewandowski, disse que os atos imputados à presidente Dilma Rousseff no processo poderão ser contestados no STF.

A denúncia contra Dilma cita a prática de crime de responsabilidade por ter assinado seis decretos de abertura de crédito no exercício financeiro de 2015 em desacordo com a LDO, sem autorização do Congresso Nacional, e uma operação de crédito.

Logo após a oposição chegar ao voto 342, o ministro chefe de gabinete de Dilma, Jaques Wagner, disse por meio de nota que o governo confia nos senadores para livrarem a presidente da deposição. O ministro, que é o principal conselheiro de Dilma,

classificou a aprovação como

"uma página triste" da História.

"Caberá ao Senado processar e julgar a presidente Dilma, que continua no cargo até o final do julgamento. Confiamos nos senadores e esperamos que seja dada maior possibilidade para que ela apresente sua defesa, e que lhe seja aplicada justiça. Acreditamos que o Senado, que representa a Federação, possa observar com mais nitidez as acusações contra a presidenta, uma vez que atingem também alguns governadores de estado", disse Wagner por sua assessoria.

Ele continuou no Alvorada com Dilma, com quem passou o dia todo. Em sua nota, Wagner reforçou a defesa da presidente, lembrando que ela teve 54 mi-

lhões de votos e não cometeu crime de responsabilidade. Para ele, a decisão dos deputados "ameaça interromper 30 anos de democracia no país" e o impeachment foi "orquestrado" pela oposição, que não aceitou até hoje a derrota em 2014. O líder do governo, José Guimarães (PT-CE), saiu do plenário dizendo que a "luta está apenas começando".

— A guerra será lenta, gradual, segura e prolongada. O vice não reúne a menor condição de comandar o país. ●



NA WEB
<http://globo.com/14/04y>
Veja mais imagens dos passeios de bicicleta de Dilma

ANEXO O – REPORTAGEM PÁGINA 8

A BATALHA DO IMPEACHMENT

PRÓXIMO FRONT
Líderes preveem rito sumário no Senado

Com peso da votação na Câmara, maioria pró-impeachment deve ser expressiva. PT tentará esticar prazos

INTENÇÃO DE VOTO DOS SENADORES

Grid of 81 senator portraits with names and party affiliations, including: Aécio Neves (PMDB-MG), Dalmo Ribeiro (PSDB-SC), Ricardo Franco (PSDB-ES), etc.

RESULTADO DA ENQUETE: 46 a favor, 15 não opinaram*, 20 contra. Includes a table with columns for party (POR PARTIDO) and counts for 'Votará a favor', 'Votará contra', and 'Não opinou'.

PREVISÃO DA TRAMITAÇÃO NO SENADO



BRASILIA - Com o peso da votação da admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara, líderes dos partidos no Senado já projetam um rito sumário, respeitado o cronograma imposto pelo Supremo Tribunal Federal (STF)...

ou seja, na terça-feira. Eunício está resistindo à ideia do grupo de Temer de dar a relatoria para um partido aliado, para que não fique carimbado que é o partido do vice-presidente. Jucá defende essa alternativa. A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) estaria pleiteando o cargo. O nome da senadora Ana Amélia (PP-RS) também está cotado para a relatoria da comissão processante. Eunício disse a aliados que ainda não sabe se o PMDB terá a presidência ou a relatoria da comissão especial: — Vamos tratar desse assunto com a sobriedade que ele requer, chegando ao Senado.

zerm que ela e Lula vão comandar uma mobilização nacional e internacional para denunciar o golpe, levando para o palácio lideranças de movimentos sociais e personalidades políticas internacionais para minar o governo de Temer. — Dilma não vai ficar isolada no Alvorada esperando a sentença. Vai usar esses seis meses para denunciar o golpe ao mundo inteiro e mostrar que Michel está acenando para o mercado e tirando direito de trabalhadores. Lula vai estar nas ruas e a mobilização vai crescer muito — diz o senador Lindbergh Faria (PT-RJ). Os senadores do PT e do PCdoB passaram o dia acompanhando a votação, juntos, no Senado. À tarde, foram à Câmara para atuar junto aos colegas deputados. Os petistas admitem que não poderão barrar o pedido de afastamento da presidente Dilma. Hoje, contam com 28 dos 81 votos no Senado. Mas acreditam que um desgate do governo Temer poderá mudar o quadro na votação final do processo, ou seja, no julgamento de Dilma pelo Senado. Eles sabem que o PMDB de Temer quer correr com os prazos, mas disseram que, se isso ocorrer, irão à Justiça. Mesmo antes da decisão, os petistas prometem transformar a vida do vice-presidente Michel Temer "num inferno" e prometem lutar pelo cumprimento de todos os prazos no Senado. Com a perspectiva de afastamento da presi-

dente Dilma e a perda do poder, o líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), diz que o PT e o PCdoB vão voltar a ser os partidos de oposição da década de 1970. Diz que com a aproximação de movimentos e setores de esquerda, o PT entrou a Carta aos Brasileiros que ajudou a eleger Lula em 2002: — O foco a partir dessa segunda-feira aqui no Senado é 2018. O que ouvimos dos senadores do PT e que vão bater bumbo no plenário falando de golpe, mas não estão pensando em salvar Dilma. Estão preocupados é em construir a narrativa para 2018, quando acham que Lula estará em condições de disputar de novo o Planalto. Em contraponto com o PT e o PCdoB, líderes da oposição vão fazer canga para que, dentro do rito estabelecido pelo STF, seja encerrado o mais rapidamente possível para não contaminar o início da gestão Temer. Com Dilma no Alvorada, e Lula e o MST "incendiando" as ruas, avaliam que o início da reconstrução da economia ficaria prejudicado. — O que percebemos hoje é que a própria base da presidente da República já não vê nela as mínimas condições de retirar o Brasil do abismo no qual ela e seu governo nos mergulhou. É hora de muita serenidade. Temos um Brasil a ser reconstruído — defende o presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves. ■

ANEXO P – REPORTAGEM PÁGINA 6

A BATALHA DO IMPEACHMENT



Tenso. Deputados a favor e contrários ao afastamento da presidente Dilma batem boca e protagonizam empurra-empurra antes da votação: sessão durou quase dez horas e teve 25 votos além dos necessários para aprovação de pedido

EFEITO MANADA

Indecisos votam sim e abrem folga no placar

Com clima tenso, votação é marcada por ataques a Cunha até de quem era favorável ao afastamento



Ânimos acirrados. O deputado Jean Wyllis cospe em Jair Bolsonaro durante a sessão: ele alegou ter sido xingado

Numa votação que surpreendeu mais por algumas das justificativas apresentadas pelos parlamentares do que propriamente por seus votos, a aprovação do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, por 367 votos, numa vantagem de 25 além do mínimo necessário, foi ampliada pela adesão da maioria dos indecisos ao voto "sim". Após quase dez horas de uma sessão que começou com empurrão-empurrão e bate-boca entre deputados, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, um dos personagens centrais de ontem, anunciou o resultado final às 23h48m.

Como projeto levantamento feito pelo GLOBO junto aos deputados, e atualizado até momentos antes de começar a votação, o governo foi derrotado — e a diferença se deveu pela capacidade da oposição de aglutinar os votos ainda em disputa até o início de domingo. Dos 30 deputados que chegaram ao plenário indecisos ou não quiseram antecipar seus votos, 16 optaram pelo prosseguimento do processo. Era um grupo fundamental para o Planoalto tentar evitar a derrota, mas apenas dez deles votaram "não" e quatro escolheram a abstenção.

UMA 'TRAÇÃO' E DUAS AUSÊNCIAS

Todos os 350 deputados que haviam se comprometido publicamente a apoiar o impeachment confirmaram o anúncio, o que já seria suficiente para a aprovação do pedido. Dos 131 que haviam divulgado apoio à presidente, um deles mudou de lado: Adail Carneiro (PP-CE) pediu desculpas ao ex-presidente Lula e ao ex-governador cearense Cid Gomes, mas alegou que as pressões de seu eleitorado pelas redes sociais o levaram a mudar de ideia sobre o afastamento de Dilma.

Como um sinal que indicava o caminho que o plenário seguiria, a conquista de votos dos inde-

cisos era justamente a mais comemorada pela oposição, como aconteceu com Tiririca (PR-SP) e o ex-ministro dos Transportes Alfredo Nascimento (PR-SP), que votou "sim" e renunciou à liderança da legenda, que havia definido apoiar a presidente.

Foram só duas ausências entre os 513 parlamentares: Aníbal Gomes (PMDB-CE), que alegou estar em recuperação de cirurgia, e Clarissa Garotinho (PR-RJ), Aníbal é ligado ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e sua ausência ajuda Renan a se manter equidistante de Dilma e Temer agora que o pedido de impeachment chegará à Casa. Já Clarissa, nas duas vezes que teve o nome chamado, foi viajada por opositoristas, que não acreditaram na sua justificativa médica (ela está grávida), atribuindo sua ausência à intervenção do pai, Anthony Garotinho.

EDUARDO CUNHA DESAFIADO E CUSPARADA

Pelo menos uma dezena de deputados aproveitou o tempo de dez segundos para discursar contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que enfrenta processo de cassação do mandato no Conselho de Ética da Casa. Rivais ideológicos e regionais de Cunha, os psolistas fluminenses Glauber Braga ("você é um gângster") e Jean Wyllis ("um ladrão") chegaram a apelar para xingamentos. Vários outros afirmaram que Cunha não tem legitimidade para comandar a Casa e houve ainda deputados que se preocuparam em dizer que o "sim" ao impeachment não significava um acordo para poupar Cunha, negando uma suposta articulação denunciada por parlamentares como Alessandro Molon (Rede-RJ).

— Não acho legítimo um suspeito presidir uma sessão como essa, Cunha, a sua hora vai chegar. Não é por você nem pelos seus golpes

que eu vou deixar de votar sim — disse Júlio Delgado (PSB-MG), que, em 2015, foi derrotado por Cunha na eleição para presidente da Câmara. Apesar de atacado, em nenhum momento Cunha esboçou reação às críticas que sofreu.

Jean Wyllis protagonizou ainda uma das brigas no plenário. Ao bater boca com Jair Bolsonaro (PSC-RJ), que em seu discurso elogiou o já falecido coronel do Exército Brilhante Ustra, que admitiu ter torturado durante a ditadura, o deputado do PSOL chegou a cuspir no colega, acertando apenas seu paletó. Mais tarde, nas redes sociais, alegou ter reagido a xingamentos de Bolsonaro.

Quando se analisa o resultado de ontem pelos partidos, fica claro que a debandada de partidos aliados, que seguiram o caminho do PMDB na semana passada, foi fundamental.

Juntos, PP e PSD deram 67 de seus 82 votos para o impeachment, uma derrota das últimas articulações do governo

Juntos, PP e PSD deram 67 de seus 82 votos para o impeachment, uma derrota das últimas articulações do governo

Além disso, Temer conseguiu mostrar força

para evitar perdas em partidos que o apoiavam, como o PRB, cuja bancada de 22 deputados foi unânime pró-impeachment. Do outro lado, houve deleções no núcleo duro de aliados do governo, como na bancada do PDT, na qual quase um terço (seis em 19 deputados) desrespeitou a orientação da liderança e votaram pela aprovação do impeachment.

SUL E SUDESTE CONSOLIDAM VITÓRIA

Amazônia e Rondônia (oito votos cada) foram as únicas bancadas a votar de forma unânime, ambas pelo impeachment. Mas foi em estados populosos do Sul e Sudeste, como São Paulo (57 votos a favor), Minas Gerais (41), Rio de Janeiro (34), Paraná (26) e Rio Grande do Sul (22) que a oposição consolidou a vitória.

O apoio de governadores aliados a Dilma, uma das esperanças do Planoalto nos últimos dias, não conseguiu evitar a derrota por larga margem. Os estados mais populosos do Nordeste governados pelo PT foram, como esperado, os que mais deram votos ao governo: Bahia (22 "não" e duas abstenções) e Ceará (11 e uma abstenção). Já Pernambuco, terra do ex-presidente Lula, deu 18 de seus 25 votos para a presidente Dilma. Proporcionalmente, o melhor resultado governista veio do Amapá, onde, dois oito deputados, cinco foram contra o impeachment e um se absteve. ■

NA WEB
http://bit.ly/22urVqG
Veja como cada deputado votou

VOTOS DE ROMPIMENTO

Ex-aliado, PMDB do Rio vota contra governo

'Não devemos nada', diz filho de Sérgio Cabral. Picciani foi a única exceção

— A conversa foi fria. Cabral disse que não tinha o que fazer para ajudar. Ele deu o troco — disse um dirigente fluminense.

Entre 2006 e 2010, Cabral e Lula, ambos articuladores políticos natos, criaram uma aliança sem precedentes para o Estado. O petista injetou bilhões em investimentos no Rio e Cabral enaltecia frequentemente a parceria dos dois. A presidente Dilma continuou a aliança. Com a eleição do pre-

feito do Rio Eduardo Paes, em 2006, a união foi ampliada. Para ser encerrada este ano.

O rompimento foi traduzido em votos. Dos dez deputados da sigla no Rio, apenas o líder do partido, Leonardo Picciani, defendeu ontem a continuidade do governo. Picciani se manteve leal porque teve ajuda do Planoalto para reassumir o posto de líder, após ser destituído pelos correligionários. Mas orientou a bancada a votar a favor.

Filho de Cabral, Marco Antônio Cabral se licenciou da secretaria estadual de Esporte para reassumir o mandato de deputado e votar contra Dilma. Pedro Paulo Carvalho, candidato a sucessor de Paes e secretário de Governo do prefeito, também reassumiu e disse sim.

— Eu nunca tive cargo no governo, nem meu pai, então não devemos nada. Tenho grande admiração pela Dilma e pelo ex-presidente Lula, mas a situação econômica está muito ruim — disse Cabral ao GLOBO.

Houve outras trações. No PDT, legenda da base que fechou questão contra Flávia Moraes (GO), Hissa Abrahão (AM) e Giovanni Cherini (RS) votaram sim. Ex-ministro dos Transportes de Lula, Alfredo Nascimento (PR-AM) renunciou, na hora do voto, à presidência do PR para ficar a favor do impeachment. Mauro Lopes (PMDB-MG), ministro da Aviação Civil até o meio da semana passada, também votou sim. O deputado Hugo Leal (PSB-RJ), que há poucas semanas frequentava reuniões no Planoalto, mudou igualmente de lado. ■

BRASÍLIA — Você vai apoiar esse candidato?, questionou o ex-presidente Lula ao então governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), apontando para Luiz Fernando Pezão (PMDB). Era julho de 2013, após as manifestações de rua contra o governo Cabral. Diante da resposta positiva, Lula disparou: "Você não vê que está acabado? Vamos lançar o Lindbergh candidato?", sentenciou, referindo-se ao hoje senador Lindbergh Farias (PT), que acabou em quarto lugar no pleito de 2014.

O encontro foi o início do fim da aliança entre o PT nacional e PMDB do Rio, que teve o seu último ato na decisão da ala fluminense do partido de apoiar o desembarque do PMDB do governo. A posição do Rio, anunciada por unanimidade, acelerou a decisão nacional de romper com o governo, dias depois.

Assistado com a tomada de posição da ala governista do PMDB, Lula ligou para Cabral quando soube do rompimento. Tarde demais.

ANEXO Q – REPORTAGEM PÁGINA 10

NO COMANDO DO RITO

Renan, o senhor do tempo no Senado

Último cacique do PMDB fiel aliado do Planalto sofre pressões dos dois lados sobre os prazos do processo

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), está sendo chamado de "o senhor do tempo", devido ao poder sobre a Casa que efetivamente vai julgar o processo de impeachment e seus ritos regimentais. Ele está sendo pressionado para agilizar os prazos pelo PMDB do vice-presidente Michel Temer e pela oposição, enquanto PT e PCdoB querem esticar ao máximo o calendário.

Renan disse aos senadores que não vai atropelar os prazos, mas também não vai sentar em cima do processo contra a presidente Dilma Rousseff. Único grão-peemedebista a permanecer fiel aliado do Planalto, Renan confidenciou que se surpreendeu com a rapidez da onda pró-impeachment na Câmara, pois apostava na força do ex-presidente Lula para barrar o processo. E admitiu que, vencida esta etapa, o afastamento de Dilma é irreversível.

Não é o melhor cenário para Renan. Na disputa interna, o grupo do PMDB do Senado — comandado por ele e pelo líder do partido na Casa, Eunício Oliveira (CE) —,

Em suas mãos, o presidente do Senado, Renan Calheiros, preside sessão: ele já admitiu que impeachment é irreversível



sempre acusou Temer de ser ligado ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), cujo protagonismo na sigla desaproveita. Eles ainda dizem que o senador Romero Lucá (PMDB-RR), novo presidente do PMDB e porta-voz de Temer no Congresso, é mais afinado com Cunha.

Renan está incomodado com as pressões que vem sofrendo de Temer, por meio do amigo Lucá, para que a votação da admissibilidade do processo de impeachment e o afastamento de Dilma por 180 dias ocorram já na última semana de abril. O prazo máximo é o dia 10 de maio. Há uma ala intermediária que aposta na votação nos dias 4 ou 5 de maio.

— Renan precisa entender que deve deixar a trincheira da Dilma — disse um peemedebista.

O presidente do Senado tem optado pela cautela neste momento. Na semana passada, questionado por senadores como José Agripino Maia (RN), presidente nacional do DEM, se usaria sua cadeira para alongar prazos e "ajudar" Dilma, prometeu:

— Eu não farei nada que manche a minha biografia.

A aprovação do processo de afastamento pela Câmara será recebida hoje e, amanhã, deverá ser eleita a chapa da comissão especial do impeachment no Senado, que será composta por 21 membros. Também hoje, Renan apresentará aos líderes dos partidos, em reunião, um cronograma oficial preparado pela Secretaria Geral da Mesa do Senado e começará a negociação do rito.

Como é de seu estilo, Renan não abre toda a estratégia aos colegas. Mas já mostrou que quer o controle do processo.

Em 1992, o impeachment foi conduzido pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Agora, Renan já avisou que o entendimento da Casa é que o presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, só presidirá o julgamento, ou seja, a sessão final. Senadores têm a impressão de que

Renan quer o controle para manter um poder inclusive junto a Temer, "que estará com uma espada na cabeça", lembra um senador, até a votação final, provavelmente em setembro. ●

Quero confiar na

4G TIM: nova líder em cobertura 4G no Brasil.

Saiba mais em tim.com.br

"Nova líder em cobertura 4G no Brasil" refere-se à quantidade de municípios cobertos e de população coberta. Fonte: Teleco (http://www.teleco.com.br/4g_cobertura.asp), verificação feita em 19/2/2016. A velocidade média de navegação no 4G para download é de

O QUE VEM AÍ

Chefes do Legislativo na mira da Lava-Jato

Além das investigações contra os presidentes da Câmara e do Senado no STF, vice Michel Temer pode ser cassado pelo TSE na chapa com Dilma

BRASÍLIA E SÃO PAULO. Ao mesmo tempo em que trabalham para aprovar o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, agora no Senado, figuras importantes do círculo do vice-presidente Michel Temer estão no foco da Operação Lava-Jato. O próprio Temer ainda terá um obstáculo para se firmar no eventual cargo de presidente da República: o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai definir se mantém ou não abertos os quatro processos que tramitam na corte pedindo a cassação da chapa PT-PMDB, vencedora nas eleições de 2014.

Já vislumbrando sentar-se na principal cadeira do Palácio do Planalto, Temer entrou com ação no TSE na semana passada pedindo o desmembramento das contas de campanha — que, segundo denúncia

do PSDB, estão "evitadas de irregularidades" e, por isso, a chapa vitoriosa deveria ser cassada. Em dezembro, foram incluídas provas da Lava-Jato, enviadas pelo juiz federal Sérgio Moro, de Curitiba. Os documentos informam que boa parte das doações eleitorais registradas correspondem à propina acertada no esquema de desvio de dinheiro da Petrobras. A expectativa é que o juiz Moro seja convocado para ajudar no TSE. No mensalão, Moro atuou como assistente da ministra Rosa Weber.

STF, O GUARDIÃO DA LAVA-JATO

Por sua vez, com sete denúncias recebidas e apenas uma aceita até agora, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve assumir o posto de guardião da Lava-Jato. Nas mãos do ministro Teori Zavascki está o destino de, pelo

menos, 60 políticos com foro privilegiado, suspeitos de corrupção. Entre eles estão os presidentes das duas casas do Legislativo: o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), alvo em sete inquéritos, e o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o primeiro dos envolvidos nas fraudes da Petrobras a ser transformado em réu pelo Supremo.

Nas últimas semanas, Temer, o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) e o presidente nacional do partido, senador Romero Lucá (PMDB-RR), lutaram pela aprovação do impeachment. Agora, a força-tarefa vive a expectativa do avanço nos processos ligados ao ex-presidente Lula e aos políticos com foro privilegiado. Até o momento, nenhum dos quatro foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF), mas todos já foram citados em diferentes momentos.

ANEXO R – REPORTAGEM PÁGINA 16

A BATALHA DO IMPEACHMENT



Após dez anos de aliança com o PT, em que teve papel coadjuvante, Temer é artífice de articulação que pode levá-lo à Presidência

O DESEJO ÍNTIMO DE UM VICE À ESPREITA DO PODER

Ressentimento. Civilizada no início do mandato, a relação entre o presidente Dilma e o vice Temer foi se tornando cada vez mais turbulenta desde o ano passado

JÚLIA GAMA
julia.gama@sb.oglobo.com.br

BRASILIA — Uma vontade íntima por tempos mantida em segredo, quando revelada, desencadeou o fim de uma aliança de dez anos que selou o destino dos principais partidos brasileiros nos últimos 13 anos: PT e PMDB. Com a frase “É preciso que alguém tenha capacidade de reunificar a todos”, em agosto do ano passado, o vice-presidente Michel Temer expressou publicamente seu desejo de suceder à presidente Dilma Rousseff no comando do país para domar a crise política que dominou Brasília e que, agora, desembocou no processo de impeachment. Sucessivamente, Temer foi abandonando sua habitual discrição, até passar a trabalhar abertamente pelo afastamento de Dilma e ser acusado, mais recentemente, de traição.

Os movimentos que culminariam no “divórcio”, porém, começaram muito antes da semana passada. O início de 2015 foi marcado por turbulências. A Operação Lava-Jato estava prestes a completar um ano e trazia cada vez mais perto do governo o foco da crise. A economia desacelerava em ritmo frenético. A popularidade de Dilma despencava. Tudo indicava que o governo se dirigia ao colapso. Aquela época, Temer já consultava seus advogados e assessores políticos para encontrar saídas que possibilitassem sobreviver ao eventual ocaso de sua companheira de chapa. O governo se reedificava com margem apertada, o processo de cassação da chapa presidencial já tramitava no Tribunal Superior Eleitoral, e chegava o primeiro de muitos pedidos de impeachment contra Dilma.

Para o vice, mais que evitar ser trágico politicamente pela tempestade que começava a envolver o governo Dilma, havia o vislumbre de uma porta que daria acesso indireto ao poder. Afinal, sob o comando de Temer, o PMDB pretoria candidaturas próprias em 2010 ou 2014, quando já era o maior partido no Congresso, e teria,

portanto, porções mais generosas de tempo de televisão e Fundo Partidário.

Temer já presidia o PMDB há mais de dez anos, havia sido duas vezes presidente da Câmara, mas tivera uma votação decepcionante em 2006. Analistas apontavam a ausência de uma liderança nacional na legenda, dividida em lealdades e que, desde 1994, não tinha uma candidatura presidencial. Num passo simbólico, Temer então encomendou um primeiro “comunicação” à nação: o documento “Doite para o Futuro”, com críticas à gestão Dilma e diretrizes gerais de governo.

Desde então, os movimentos do vice passaram a ser oscilantes: quando via espaço para aparecer como alternativa para “reunificar a todos”, avançava; intimidade pelo governo ou pela conjuntura política, recuava.

JURISTA DE MUITOS ADJETIVOS
Mordomo de filme de terror, fisiológico, *gentleman*, discreto, vice decorativo, cordial, conciliador, formal, esfinge, jurista, anônimo, amante da poesia. Esses são alguns dos termos que já foram usados para se referir a Michel Temer, que começou a vida política como segundo tesoureiro do centro acadêmico no curso de Direito da Universidade de São Paulo, em 1959, e pode chegar à Presidência da República sem ter recebido um voto sequer para tanto.

Nascido em 1940 em Tietê (SP), aos 75 anos Temer tem cinco filhos, cujas idades variam de 7 a 47 anos, e é casado com Marcela, de 52. De origem libanesa, é virginiano. Gosta de ser visto como um jurista competente e não esconde o orgulho de ter um de seus livros, “Elementos do Direito Constitucional”, utilizado em diversas faculdades.

A exemplo do que pode ocorrer com a Presidência, sua participação na Constituinte também se deu por acesso indireto. Candidato a deputado em 1986 pelo PMDB do então governador de São Paulo, Franco Montoro, a quem havia servido como secretário de Segurança, Te-

mer não se elegeu, mas assumiu uma vaga como suplente, o que lhe possibilitou participar do histórico momento de 1988, depois de ter se mantido neutro diante do golpe militar.

O ARTICULADOR

O vínculo entre o vice e sua “chele” — frouxo mas civilizado no primeiro mandato — foi afetado por ressentimentos acumulados desde janeiro de 2013. Fim do primeiro trimestre do segundo mandato, Dilma já enfrentava a fúria de Eduardo Cunha desde a eleição deste para a presidência da Câmara e o azelume de Renan Calheiros (PMDB-AL), então possessivo com a demissão de um aliado político.

Farejando as consequências que traria a crise do governo com o PMDB, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sugeriu a Dilma que convidasse o vice para a coordenação política do governo e, assim, trouxesse de volta ao Palácio do Planalto o principal partido da base aliada. Lula e Temer nunca foram muito próximos. Um, despachado em demasia, o outro, muito formal, restringiram a convivência à consolidação da vitoriosa aliança PT-PMDB, primeiro no Congresso, depois em duas eleições presidenciais.

Em abril, Temer assumiu a tarefa, por quatro meses. Foi tempo suficiente para o vice construir uma narrativa segundo a qual estava sendo boicotado pelo Palácio do Planalto, que não honrava os compromissos assumidos pelo vice nas negociações. Houve trocas de acusações mútuas. E essa narrativa ajudou a sustentar o afastamento gradual e contínuo entre Temer e Dilma.

O pote atê aqui de megoa viria a ser aberto em dezembro, na agora famosa carta divulgada acidentalmente, jura o vice, na qual Temer elenca alguns dos inenunciáveis episódios que foram melindrando o cotidiano entre ele e Dilma. Depois de viver como “vice decorativo” nos quatro primeiros anos de mandato, como se autodenominou, passou a ser visto como um intruso e com descon-

flança. Os aliados dizem que ele se arrependeu da carta, que expôs traços “pouco estadistas” de seu caráter, como na reclamação por indicações a cargos não atendidas.

A carta veio dias depois de o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ter acatado o pedido de impedimento e de Temer ter desmentido dois ministros de Dilma, que o alistaram na linha de frente da resistência ao impeachment: “Não disse isso em momento algum”, afirmou categórico. Submergiu, então, em reclusão.

NOS BASTIDORES

Temer, porém, nunca ficou parado nos bastidores. Enquanto a Lava-Jato produzia seus desdobramentos, encaminhando as denúncias contra Cunha e excluindo Renan, em julho do ano passado, aproveitou a coordenação política para traçar o tabuleiro sobre o qual se movimentaria. Com a ajuda de Eli-seu Padilha, então ministro da Aviação Civil, um de seus mais fiéis aliados, Temer aproveitou para mapear todos os cargos do governo, as indicações dos parlamentares e o perfil de votos de cada um. “Eu deixei uma cópia (para o governo). Se eles pendurarem, é porque são tontos”, dizia Padilha ao deixar a função.

Foi com esse mapa em mãos que o entorno de Temer negociou com os parlamentares nas últimas semanas. O próprio vice usou os dados das planilhas para telefonar pessoalmente para alguns deputados indecisos. “Veja bem, você tem que avaliar a conjuntura no seu estado, ver o que é melhor para você”, disse a alguns para tentar convencê-los, sem pedir voto “sim” de forma direta.

A recente articulação aberta contrastou com a discrição dos quatro meses anteriores, durante os quais Temer utilizou Padilha como preposto. A saída dele do ministério logo após a deflagração do pedido de impeachment por Eduardo Cunha foi vista, na ocasião, como a senha para intensificar os trabalhos e garantir que Temer herdasse o comando do país. Nas horas

que se sucederam à notícia do pedido de demissão, a frase mais proferida pelos peemedebistas resumiu o espírito da saída: “Padilha é o Temer”.

O ex-ministro foi apenas o último dos aliados mais íntimos do vice-presidente a se distanciar do governo. Os outros, há muito, já se movimentavam pela abertura do processo de impeachment. Temer, por sua vez, manteve-se cauteloso, observando os passos do governo. Ele, inclusive, entregou uma defesa ao TSE alinhada com a de Dilma, na qual criticava o PSDB, acusando-o de agir por “mero inconformismo” com o resultado das eleições.

Bastaram dois meses para o vice mudar cabalmente a tese: com o avanço do processo de impeachment e o enfraquecimento de Dilma, Temer decidiu pedir ao TSE a separação das responsabilidades na análise das contas de campanha. “Não posso ser culpado por erros dos outros”, diz a aliados.

A LIGAÇÃO COM CUNHA

Eduardo Cunha intensificou a relação com Temer desde a eleição. Os aliados mais próximos do vice gostam de dizer que o presidente da Câmara “forçou amizade” com o vice e que sempre houve uma “distância de segurança” entre ambos. Na realidade, porém, Cunha frequentou o Palácio do Jaburu, residência oficial do vice, com a assiduidade dos amigos. Nem mesmo quando foi acusado de receber propina da Petrobras e ser denunciado pelo Ministério Público deixou de prestar visitas ao presidente de seu partido.

Em dezembro, minutos antes de anunciar que acolheria o pedido de impeachment, foi a Temer que Cunha telefonou. Segundo relatos, o vice-presidente nada fez para impedi-lo.

Os aliados do vice sempre creditam à cortesia derivada de seu temperamento “adolescente” o fato de Cunha nunca ter sido por ele cortado. Para petistas, o motivo é outro: estariam juntos numa conspiração para viabilizar “um golpe”. Nas semanas que antecederam a votação do processo na Câmara, o Palácio do

Planalto e o PT intensificaram o discurso de que ambos estariam agindo unidos.

— É um misto de decepção e perplexidade. Temer e Cunha são carne e unha. Aos poucos, foi se consolidando uma relação umbilical entre eles. Nessa tese do impeachment, um era presidente, e outro, vice — afirma o líder do governo na Câmara, José Guimarães.

TUDO OU NADA

Na reta final da votação, foi com vontade que Temer fez corpo a corpo para conseguir os 342 deputados e deixou-o mais próximo da Presidência. A exemplo de Dilma, não fez discriminações. Por exemplo, insistiu num encontro com o ex-deputado Valdemar Costa Neto (PR), condenado no mensalão e que usa torção-leira eletrônica. Na semana passada, os dois conversaram, mais uma vez, por telefone. Dilma o chamou de conspirador e traidor. Os peemedebistas, porém, dizem que a presidente só está colbendo o que plantou.

— O vice que sentará na cadeira é o mesmo de antes, quando foi apenas decorativo. A diferença é que não se dava um papel a ele. Se o governo tivesse chamado o Michel a participar, teria errado menos. Mas não considerou alternativas e continuou a acelerar rumo ao desastre — diz o senador Romero Jucá (RR).

Se assumir a Presidência, uma das grandes frustrações que Temer levará do mandato será o fato de não ter se encontrado com seu anjo americano. Depois da queixa na carta para Dilma por ter sido excluído de reunião com Joe Biden, Temer foi convidado a um encontro em Washington, cancelado justamente devido à convenção do PMDB que marcou o desembargo da sigla do governo.

Agora, seus amigos brincam que talvez o único encontro de Temer com Biden será como presidente brasileiro, a exemplo do que Dilma fez quando dizem posse. A vingança, dizem aliados de Temer, é um prato que se come frio. ●

“Se o governo tivesse chamado o Michel a participar, teria errado menos. Mas não considerou alternativas e continuou a acelerar rumo ao desastre”

Romero Jucá

Senador e presidente do PMDB

ANEXO S – REPORTAGEM PÁGINA 3



A BATALHA DO IMPEACHMENT

Pela segunda vez após a redemocratização, a Câmara autorizou a abertura do processo de impeachment contra um presidente. Com a decisão, referendada por 72% dos deputados presentes, o processo será enviado ao Senado. Se aprovado por maioria simples, Dilma será afastada por 180 dias e o vice Michel Temer assume. Nas ruas, o clima foi de Copa do Mundo, com festa de um lado e desolação do outro

AVISO PRÉVIO

Dilma perto do afastamento



Na Avenida Paulista. Manifestantes pró-impeachment comemoram o resultado da votação no plenário da Câmara, que, sob o comando de Eduardo Cunha, réu na Lava-Jato, autorizou abertura de processo contra a presidente eleita

BRASÍLIA - Por 367 votos a 137, a Câmara dos Deputados aprovou ontem a autorização para a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, um ano e três meses depois da eleição que lhe deu 54,5 milhões de votos. É a segunda vez desde a redemocratização que o Senado é autorizado a processar um presidente da República. Assim, após quase 24 anos da saída de Fernando Collor de Mello do Palácio do Planalto, o Congresso poderá voltar a afastar de seu mandato nas próximas semanas um presidente eleito. A eventual saída de Dilma simboliza não só uma derrota individual da presidente, mas o fim dos 13 anos de governos do PT.

A decisão foi tomada após uma série de sessões que se iniciaram na manhã de sexta-feira e tomaram duas madrugadas seguidas. A votação ocorreu sob clima de tensão. Condutor do processo e réu na Lava-Jato, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi alvo de faixas e gritos, mesmo entre aqueles que votaram pelo impeachment. A migração de votos foi determinante para a derrota de Dilma. Também houve, no plenário, ataques ao vice Michel Temer, que assistiu à votação em seu QG, em Brasília. Conforme avançava a votação, maior era o clima de festa no Palácio do Jaburu, residência do vice. Coube a Bruno Araújo (PE), ex-líder do PSDB na Câmara, o fático voto 342, que corresponde a dois terços da Câmara, às 23h07m.

O processo segue agora para o Senado, que deve instalar já na quarta-feira a comissão especial para analisar se Dilma cometeu crime de respos-

sabilidade ao praticar as chamadas "pedaladas fiscais". Caso a maioria dos senadores decida abrir o processo, Dilma será afastada imediatamente por até 180 dias, enquanto a Casa analisa se há provas para cassar seu mandato em definitivo. O presidente do Senado, Renan Calheiros, deseja realizar essa votação entre os dias 10 e 11 de maio. Outros senadores, no entanto, já tentam encurtar esse prazo para afastá-la antes.

Ao longo do dia, cerca de 150 mil pessoas foram às ruas, nos 26 estados e no Distrito Federal. Contrariando expectativas de tensão, os protestos ocorreram de forma pacífica. No momento do voto decisivo, manifestantes pró-impeachment explodiram em clima de Copa do Mundo.

Após andar de bicicleta nos arredores do Palácio da Alvorada logo cedo, a presidente se fechou na residência oficial com seus mais próximos aliados e se debruçou sobre a contabilidade dos votos. Desde cedo, no entanto, o clima no governo e no PT era de pessimismo. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda voltou de manhã para Brasília na tentativa de garantir alguns votos que impedissem a derrota. Não surtiu efeito. No Congresso, o deputado Sílvio Costa (PTdoB-PE), o mais folclórico e histriônico defensor da presidente Dilma, era um dos poucos que ainda tentavam mostrar convicção de que a vitória era possível.

A presidente acompanhou a votação com seu principal auxiliar, o assessor especial Giles Azevedo, o ministro chefe de gabinete, Jaques Wagner, o ministro da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, e os governadores Tião Viana (PT-AC), Wal-



Tristeza. Com o filho, eleitora de Dilma no Rio chora

dez Goes (PDT-AP) e Camilo Santana (PT-CE). Lula passou a maior parte do dia com Dilma, mas voltou para o hotel que se transformou em seu QG pouco antes da votação, e retornou ao Alvorada quando 113 votos já haviam sido dados. Nesse momento, estavam todos calados no Alvorada, concentrados, fazendo as contas dos votos.

No Jaburu, o clima era oposto. Reunidos com seus assessores mais próximos, com o senador Romero Jucá e com os ex-ministros Eliseu Padilha e Henrique Eduardo Alves, Jucá e Padilha foram os principais articuladores da vitória do vice-presidente na votação de ontem e desde o início da votação viam os votos no plenário espelhar rigorosamente suas planilhas. Tranquilos, quando os cem primeiros votos pró-impeachment haviam sido dados, a vitória já era considerada garantida. No Salão Verde da Câmara, os líderes do Movimento Brasil Livre (MBL), entre eles Kim Kataguiri e Renan Santos, faziam transmissões em redes sociais colocando o impeachment no pretérito antes mesmo de a votação se iniciar.

Com o peso da votação da Câmara, lideranças que defendem o impeachment pretendem reduzir os prazos no Senado. O novo presidente nacional do PMDB, senador Romero Jucá (RR), disse que o ritmo será definido "pelas circunstâncias". A ideia é que haja um acordo para uma data intermédica, com a votação que pode afastar Dilma ocorrendo entre os dias 4 e 5 de maio. De acordo com o levantamento do GLOBO, 46 dos 81 senadores aprovaram o impeachment. São necessários 50% dos votos dos presentes mais um. ■

367

foi o número de votos dos deputados a favor do impeachment

137

foi o número de votos contra o impeachment na sessão de ontem

7

foi o número de abstenções em plenário na votação de ontem na Câmara

511

foi o número de deputados que registraram presença na votação de ontem na Câmara

ANEXO T – REPORTAGEM PÁGINA 4

4 | O GLOBO

| País |

Segunda-feira 18.4.2016

A BATALHA DO
IMPEACHMENT

TEMER

Vice vai reforçar formação de governo

A partir de hoje, líderes partidários serão chamados para negociar; aliados dizem que não haverá exclusão

BRASÍLIA. A partir de hoje, o vice-presidente Michel Temer, segundo seus mais próximos aliados, começará a chamar líderes de diversos partidos para dialogar e negociar de forma mais objetiva a construção de seu eventual governo. Muito do que Temer pretende fazer caso seja alçado ao posto mais importante da República foi revelado no áudio vazado na segunda-feira que antecedeu a votação do processo. O conceito é criar um governo de "salvação nacional" para pacificar e reanunciar o país.

— Ele já conversa há algum tempo com as pessoas, já tem um diagnóstico do que o resto do sistema financeiro, da agricultura, da indústria, dos sindicatos, dos políticos... Ele tem claro um termômetro de situações essenciais que precisam ser feitas. O áudio que vazou é um raciocínio preliminar do que ele acha que deve ser desenvolvido — afirma um interlocutor do vice.

A princípio, nenhum partido ou corrente política será excluído deste "chamamento" ao diálogo. A princípio, nem o PT que trava uma guerra contra o vice para tentar impedir o impeachment. Mas, pontuam seus aliados, não se pode obrigar ninguém a dialogar.

Se o PT quiser dialogar, será bem-vindo. O PT se negou a dialogar com o governo ferrar Franco e pode que o impeachment. Mas, pontuam seus aliados, não se pode obrigar ninguém a dialogar.

Assim que o placar da Câmara bateu 342 votos favoráveis ao processo de impeachment, o presidente da Fundação Ulysses Guimarães, Moreira Franco, e um dos mais próximos aliados de Temer, comemorou o resultado no Twitter e destacou que a decisão significava uma "chance real" de muni-



Aliados. Vice sague a votação entre Henrique Alves (à esquerda) e Padilha

dar a política econômica

"A Câmara dos Deputados ofereceu hoje ao país a chance real de mudar a política econômica que gera inflação, que corta empregos, que leva os serviços públicos à falência, que corrói a renda dos brasileiros", tuitou Moreira, revelando o que será a preocupação central do vice.

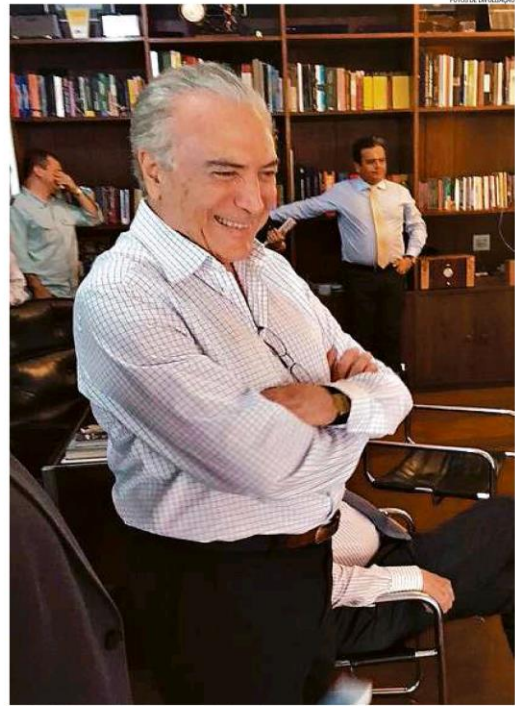
Por cautela, Temer decidiu não dar entrevistas ontem. A avaliação em seu grupo é que o discurso que o vice precisaria fazer simbolizaria um atropelo no poder ainda constituído da presidente Dilma Rousseff.

O principal desafio que Temer enfrentará, apontam seus aliados, será encontrar espaço para alocar os peemedebistas que o ajudaram no processo de impeachment. Mais de dez correligionários já deram a entender ao vice que pretendem cobrar espaços no governo por terem apoiado o afastamento de Dilma para que ele herdasse o cargo. Um cacique do PMDB, no entanto, teme que o vice se comprometa com "governo de amigos".

— Espero que ele não monte um governo com Geddel, Padilha e Moreira. Seria suicídio. Será um governo temporário e

Michel não pode errar nesses dois anos, senão ele morre politicamente — afirma uma liderança do PMDB.

No caso do PSDB, o principal partido de oposição, Temer chegou a questionar quais espaços os tucanos gostariam de ocupar em seu eventual governo. Segundo relatos, Acácio respondeu que não queria conversar "nestes termos" e que desejava o compromisso de um governo peemedebista com dois conceitos para apoiá-lo no Congresso: o de aprimorar o ajuste fiscal e o de aumentar a produtividade da economia brasileira. Temer também já começa a ser desenhada. Como mostrou o GLOBO, uma ideia clara é sobre a necessidade de reduzir o número de pastas para em torno de 20, com a fusão de várias delas. Neste cenário, ao menos um tucano é cotado para assumir um ministério: José Serra, na Saúde. O senador, no entanto, tem dito a aliados que prefere a Fazenda, mas Temer não cogita entregá-lo essa pasta. O no-



Sorrisão. No Jaburu, Michel Temer não esconde a alegria durante a contagem de votos no plenário da Câmara

“A Câmara ofereceu ao país a chance de mudar a política econômica que gera inflação, corrói a renda”

Moreira Franco
Presidente da Fundação Ulysses Guimarães

me dos sonhos de Temer para o comando da economia é Arminio Fraga, mas caso ele não aceite a tarefa, ela deve ser entregue a outro nome próximo ao mercado financeiro.

— Na Fazenda, é preciso alguém que tenha capacidade de vender o Brasil lá fora, impulsionar a economia, criar um ambiente de segurança, favorável ao investimento. Este é o perfil. O nome, ainda não temos — diz um interlocutor do vice, que antecipa que Temer adotará um viés mais liberal na economia, com ênfase à participação do setor privado e a um Estado mais enxuto.

Além de utilizar o documento Ponte para o Futuro como

base de alguns programas que pretende implementar, Temer também deverá se dirigir à nação para reafirmar que manterá os programas sociais, mas com mudanças. Um documento que está em elaboração e será lançado nas próximas semanas pela Fundação Ulysses Guimarães trará diretrizes para enfrentar as questões de desigualdade, mas aprimorar a gestão de recursos e melhorar controles, com uma "melhor definição do público alvo".

NA WEB
globoVIRTY
Relembre a gravação vazada do discurso de Temer

CADA UM NO SEU PALÁCIO

Entre a Alvorada e o Jaburu

Vice tem dia de visitas, família e 'serenidade'; presidente cerca-se de seu 'núcleo duro'

-BRASÍLIA-

A forte movimentação que tomou desde a manhã de ontem a via que leva aos palácios da Alvorada e do Jaburu, residências oficiais de Dilma Rousseff e Michel Temer, era uma metáfora do que viria a ser a sessão da Câmara. Embora a presidente Dilma ainda comande o país, era em direção a Temer que ia a maioria dos deputados. No Alvorada, Dilma recebeu basicamente ministros e os governadores do Piauí, Wellington Dias (PT); de Sergipe, Jackson Barbosa (PMDB); e do Acre, Tião Viana (PT). Foi ao lado deles e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que ela acompanhou a votação.

O vice-presidente Michel Temer, por sua vez, passou o dia no Jaburu cercado de aliados e acompanhou a votação em uma sala no subsolo da residência oficial do vice. Ora em pé, ora estirados em um grande sofá de tecido bege, os peemedebistas vibravam a cada voto "sim" transmitido na televisão de 50 polegadas.

Ao seu redor, os ex-ministros do governo Dilma Eliseu Padilha e Henrique Alves, além dos ex-deputados Sandro Mabel e Tadeu Filipelli. Conforme avançava a votação e se confirmava o abismo de votos a favor do impeachment, aliados que trabalharam arduamente para aprovar o processo, como o senador Romero Jucá (PMDB-RR), se dirigiram à residen-

cia. Após votarem, deputados também começaram a desembarcar no Palácio do Jaburu. À mesa, bolos, biscoito, quibes, suco e água.

Na batalha para garantir o maior número possível de votos a favor do impeachment e enfraquecer um dos pontos centrais de estratégia do governo, que consistia em forçar ausências, peemedebistas conseguiram o apoio de empresários que colocaram à disposição seus aviões privados para a hipótese de algum deputado alegar que não conseguiria chegar a Brasília por falta de voto. No entanto, segundo os peemedebistas, não foi preciso usá-los.

Nas contas do grupo de Temer, antes da votação já haviam garantidos 373 votos a favor do impeachment. Ao lado do vice, seu braço-direito Eliseu Padilha chejava voto a voto a confirmação de sua planilha. A atenção do grupo só era desviada pelas súbitas entradas de Michelzinho, o filho de sete anos do vice-presidente. A vice-primeira dama, Marcela Temer, não se misturou ao grupo e permaneceu no andar superior da residência durante toda a tarde. Estava com sua mãe, que veio a Brasília especialmente para acompanhar o grande momento do genro.



Fila para entra. Carros na entrada do palácio do Jaburu, residência do vice-presidente

Sentados em um grande sofá bege, peemedebistas vibravam a cada voto "sim" que era transmitido na TV de 50 polegadas

— Estamos acompanhando com serenidade e muita responsabilidade. Estão Michel de uma vida toda — explica Henrique Alves.

O deputado Mauro Pereira (PMDB-RR), que também esteve no Jaburu, disse que a maior preocupação de Temer, no momento, é o que ele chama de "pós-eleição".

— A preocupação dele é hoje e no pós-eleição. Ainda tem o Senado e a necessidade de dar uma resposta à sociedade brasileira — afirmou o deputado.

No Alvorada, quando apenas um terço dos votos tinham sido dados, alguns assessores de Dilma já admitiam a derrota. Segundo um gráfico que circulou ontem entre os governistas, a essa altura a presidente teria que contar com dez votos a mais. Participantes da articulação política de Dilma lamentavam as traições, como a de José Reinaldo (PSB-MA), que prometeu votar contra o impeachment e mudou de voto na hora.

Na hora da votação, Dilma estava com seu principal auxiliar, o assessor especial Giles Azevedo, o ministro chefe de gabinete Jaques Wagner, o ministro da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, e os governadores aliados. Lula voltou para o hotel que se transformou em seu QG pouco antes da votação e voltou ao Alvorada quando 113 votos já haviam sido computados. Nesse momento, estavam todos calados dentro do Alvorada, fazendo as contas dos votos.

No fim da tarde, antes mesmo de concluída a votação, os funcionários do Palácio do Planalto já discutiam o próprio fim do governo.

— Vai ser fim de feira, todo mundo com suas caixinhas de papel Chaves esvaziando as mesas — admitiu um assessor presidencial.

Em um gesto de provocação, deputados do Solidariedade planejam entrar com uma ação de despejo contra a presidente Dilma Rousseff para que ela deixe o Palácio da Alvorada caso a abertura do processo de impeachment seja aprovada no Senado. ●

ANEXO U – REPORTAGEM PÁGINA 31

A BATALHA DO IMPEACHMENT

ECONOMIA

Desafio é recuperar a confiança

Para analistas e empresários, país só voltará a crescer com ajuste fiscal e reformas

Com a aprovação da abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados, economistas e empresários acreditam que haverá uma euforia imediata no mercado financeiro, com alta da Bolsa e queda ainda maior do dólar, o que ajuda a reduzir a inflação. O ambiente para negócios tende a melhorar com a possível saída de Dilma — o impeachment ainda terá de ser aprovado pelo Senado —, mas isso não acontecerá da noite para o dia. Dependerá da composição de um eventual novo governo e de sua capacidade de articulação junto ao Congresso para iniciar reformas estruturantes. Só assim, dizem os especialistas, será possível retomar a confiança de empresários e destravar investimentos, apontados como cruciais para a economia voltar a crescer.

— No momento imediato, haverá uma lua de mel com o mercado, com alta da Bolsa e queda do dólar. Se a lua de mel vai durar ou se será efêmera, vai depender da troca de ministros, que podem emprestar credibilidade ao governo, mas a chance de melhora de governabilidade é grande — diz Bráulio Borges, economista-chefe da LCA Consultores.

Desde o fim de fevereiro, o dólar já recuou do patamar de R\$ 4 para pouco mais de R\$ 3,50 na última semana — refletindo uma mudança no cenário externo mas, principalmente, a expectativa de analistas do mercado de que a abertura do processo de impeachment seria iminente.

Com a desvalorização do dólar, a queda da inflação será mais rápida — o custo de produção cai no Brasil e os produtos importados ficam mais baratos. A inflação ficaria em torno de 6,5% este ano e 5% em 2017, nas previsões da LCA. Na avaliação do banco Fator, ficaria em 7,2% em 2016 e entre 5,5% e 6% em 2017. Um respiro para os brasileiros, que viram os preços saltarem no último ano.

ALVIO NA INFLAÇÃO
Além do dólar mais fraco, uma acomodação nas tarifas de energia, um menor efeito do clima sobre os preços de alimentos e a menor demanda por serviços também empurrarão a inflação para baixo. Por isso, mesmo na hipótese de o Senado reverter a situação atual e Dilma ficar no poder, a inflação deve recuar, embora num ritmo menor. As projeções nesse cenário indicam inflação de até 8% este ano. Em 2015, o índice superou 10%.

— A inflação vai continuar caindo em ambas as situações (com Dilma ou sem Dilma), mas cairá por causa da recessão. Isso não é mérito de ninguém — frisa

Luiz Roberto Cunha, professor de Economia da PUC-Rio.

Se a inflação não é o principal inimigo a se combater num eventual novo governo, os empresários avaliam que, caso Michel Temer assuma a presidência, haverá esforços para a retomada de uma política econômica ortodoxa, com ênfase no ajuste fiscal. No governo Dilma, foram feitas desonerações para o setor produtivo, ampliados gastos sociais e aumentado o crédito subsidiado, levando à deterioração das contas públicas, que devem registrar o terceiro ano seguido de déficit em 2016. De janeiro de 2015 até fevereiro deste ano, a dívida pública bruta subiu de 58,1% do PIB para 67,6% do PIB. E, pelas últimas previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), poderá chegar a 91,7% do PIB em 2021.

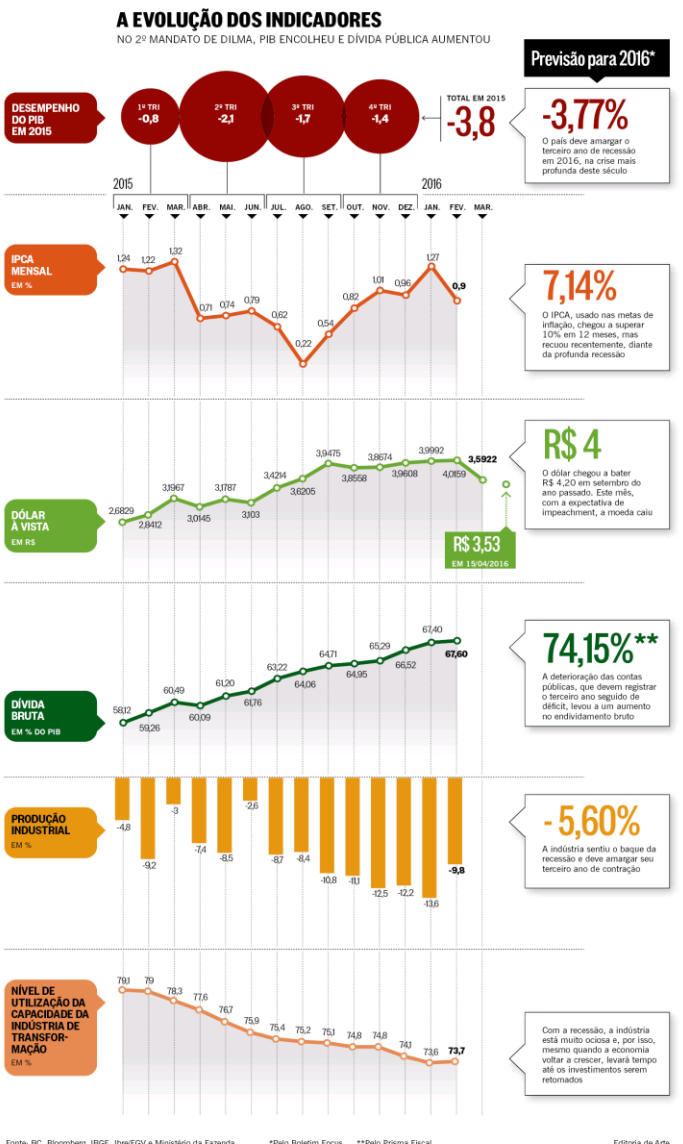
— Esperamos que haja um ajuste fiscal sério, com redução nos gastos públicos. Porém, sem aumentos de impostos. Não podemos suportar mais aumentos. O importante é enviar os projetos (de reformas) que até hoje não foram enviados ao Congresso — afirma Robson de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

INVESTIMENTOS AINDA DEMORAM
Para ele, um possível novo governo teria de seis a dez meses para aprovar reformas — como a previdenciária —, pois 2018 é ano eleitoral e, aí, dificilmente se aprovaria alguma medida impopular. Guilherme Paulus, presidente do Conselho de Administração da CVC, maior agência de turismo do país, também defende cortes, a começar pelo número de ministros. Mas ele tem dúvidas de como Temer exerceria seu mandato na presidência.

— Teremos 90 a 95 dias de paz política. Depois vamos ver. Estados e municípios estão quebrados. É um problema que o novo presidente terá que enfrentar. Deixei não cal do céu. Será preciso retomar a política mais ortodoxa — diz Paulus, que também é membro do Conselho há desde que ele foi criado, na gestão Lula.

— Não sabemos como Temer vai se comportar. O que ele fez no episódio do vazamento do discurso (áudio vazado pelo WhatsApp) não me parece inspirador de confiança. Mas quem não tem cão caça com gato.

Francisco Lopreato, da Unicamp, lembra que, caso o PT deixe o poder, deverá fazer forte oposição às reformas no Congresso, o que pode ser uma pedra no sapato de Temer. É uma situação diferente da ocorrida em 1992, quando o ex-presidente Fernando Collor de Melo também sofreu impeachment. Collor havia sido eleito por um



“Haverá lua de mel com o mercado. Se vai durar ou se será passageira, vai depender da troca de ministros”

Bráulio Borges
Economista-chefe da LCA

partido nânico, o PRN, sem tradição política e havia perdido aliados no próprio partido. Isolado, sua saída não significou a criação de bloco de oposição capaz de barrar medidas que buscassem tirar o país da recessão — sob Collor, o PIB caiu 4,3% em 1990, teve uma alta de 1% em 1991 e depois sofreu nova retração de 0,5% em 1992.

MAIS UM ANO DE RECESSÃO
O economista alerta ainda que, apesar da promessa de Temer de manter programas sociais, dificilmente cortes no orçamento não atingiriam a área social, devido à rigidez das despesas obrigatórias, que deixa pou-

ca margem para cortes: — Num primeiro momento, vão saltar foguetes. Mas depois vem a fumaça. Nada acontece num passe de mágica — diz Lopreato.

Flávio Rocha, dono da rede varejista Riachuelo, é um dos empresários mais otimistas com a possível aprovação do impeachment. Para ele, haveria “uma guinada de 180 graus no propósito do Estado”, com a substituição do modelo do Estado provedor pelo Estado regulador, calcado no mercado livre.

Caso Dilma fique, teríamos o pior cenário, ela não conseguiria governar — avalia o empresário.

Os economistas alertam, no entanto, que, mesmo com a melhora do ambiente de negócios e a retomada da confiança dos empresários num possível governo liderado por Temer, isso não terá efeito imediato sobre os investimentos. A capacidade ociosa do parque produtivo é grande. Os investimentos só voltariam a subir no segundo semestre de 2017.

O resultado é que o país está mais um ano de recessão, independentemente de quem estará na cadeira da presidência até o fim do ano. As projeções dos analistas são de um tombo do PIB entre 3,2% e 4% este ano. ●

Participaram da cobertura:
RIO Editor Responsável: Alan Grippo. Editora-Adjunta: Máá Menezes. Coordenação: Roberto Maltchik. Edição: Bernardo Araújo, Bernardo Tabak, Carla Rocha, Carter Anderson, Daniel Biasetti, Emiliano Urbini, Eduardo Fradkin, Fábio Vasconcelos, Gabriel Carilho, Luciana Rodrigues, Madalena Pomou, Mar Pena e Maria Elisa Alves. Redatores: André Freitas, Alessandra Duarte, Aline Macedo, Ana Beatriz Marin, Bruno Goes, Chico Otávio, Daisane Costa, Marcelo Ferrigno, Eduardo Maia, Fernanda Baldoit, Luciano Camargo, Marlen Couto, Rodrigo Berthone, Rosalvo Villaró, Thais Lobo, Thaila Pessoa e Virginia Horne. Reportagem: Bernardo Melo, Danbara Tinoco, Danielle Nogueira, Marcello Cordeiro, Fernanda Krakovics, Marco Grilli, Mariana Filgueiras, Miguel Caballero e Paula Araújo Ferreira. Diagramação: Luciane Costa (editora-assistente), Ana Scott, Felipe Haddad, Fernanda Rossi, Mariana Morgado, Lígia Lourenço, Paula Fabrís, Sylvio Azevedo e Tomás Breves. Arte: Rubens Paiva (editor), Alessandro Alvim (editor-assistente), Carolina Cavaleiro (editora-assistente), Anderson Campos, Daniel Lima, Kayan Albertin, Nathany Santos, Renato Carvalho, Thais Lelo, Vinicius Machado e Walter Moreira. Fotografia: Claudio Versiani (editor responsável), José Serra, Gustavo Miranda e Marco Antônio Rezende (edição), Alexandre Cassiano, Antonio Scorza, Bárbara Lopes, Custódio Coimbra, Domingos Peixoto, Fernando Lemos, Guito Moroto, Hermes de Paula e Marcelo Carnaval. Estagários: Amanda Prado, Augusto Decler, Daniel Guilino, Gabriela Antunes, Julia Coppe, Luis Guilherme Juliao, Manoel Ventura, Penan Xavier (Brasília) e Dimitris Dantas (São Paulo). **BRASÍLIA** Coordenação: Sérgio Fachi, Paulo Celso Pereira, Flávia Barbosa, Francisco Leali e Michel Filho. Reportagem: André de Souza, Adriana Mendes, Bárbara Nascimento, Carolina Brígido, Catarina Alencastro, Cristiane Jungblut, Danilo Fariello, Eduardo Barreto, Eduardo Bresciani, Evandro Eboli, Geraldá Docca, Jailton de Carvalho, Jefferson Ribeiro, José Casado, Júnia Gama, Letícia Fernandes, Maria Lima, Martha Beck, Renata Martz, Simone Iglesias, Vinicius Sassino e Tiago Dantas. Fotografia: Alton de Freitas, André Coelho, Daniel Marengo, Givaldo Barbosa e Jorge William. **SÃO PAULO** Coordenação: Aguiarino Novo, Flávio Freire, Ronaldo D'Encole e Mariana Timoteo. Reportagem: Jaqueline Falcão, João Sorima Neto, Luiza Souto, Mariana Sanchez, Sérgio Rocco, Stella Borges e Thiago Herdy. Fotógrafos de SP: Marcos Alves, Edilson Dantas e Pedro Kiriakos.

ANEXO V – REPORTAGEM PÁGINA 30

ABATALHA DO IMPEACHMENT

PELO MUNDO

Votação tem grande destaque no exterior

Na América Latina, líderes aliados do PT criticam decisão e afirmam que há 'golpe cívico parlamentar'

BUENOS AIRES E WASHINGTON. A aprovação do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff repercutiu no exterior. Nas suas edições de domingo, os jornais "The Guardian", "The New York Times" e "El País" já apresentaram reportagens que retratavam o clima político do país. Ao longo do dia ontem, as versões online atualizaram o andamento da votação na Câmara dos Deputados. Houve pequenos protestos em Nova York e em Washington. Além de chamar a atenção da imprensa internacional, o processo, que poderá levar ao afastamento definitivo da presidente, foi acompanhado por líderes latino-americanos. Os governos da Bolívia, da Venezuela e do Equador manifestaram apoio à Dilma.

Falando menos de uma semana para a cúpula de chefes de Estado da União de Nações Sul-americanas (Unasul), com data marcada para o próximo dia 23 de abril, em Quito, a crise política brasileira passou a ser o assunto dominante da agenda regional. Embora a Unasul, como bloco, tenha manifestado, em nota oficial, que o impeachment de Dilma "levaria à perigosa criminalização do exercício de governo por razões de índole simplesmente política", nem todos os membros concordam em aderir à denúncia de um suposto golpe contra a mandataria.

Na Argentina, o presidente Mauricio Macri mantém firme sua decisão de não se intrometer em assuntos internos do Brasil. Ontem, altos representantes de seu governo reiteraram a confiança da Casa Rosada nas instituições brasileiras.

— O Brasil é nosso sócio por excelência. Confiamos em suas instituições — disse ao GLOBO o secretário de Assuntos Estratégicos do governo argentino, Fulvio Pompeo.

NICOLÁS MADURO: PÉSSIMA NOTÍCIA
O funcionário, principal assessor do presidente em assuntos internacionais, assegurou que "juntos, Brasil e Argentina temos grandes oportunidades para nossos povos". A Casa Rosada jamais falou em golpe no Brasil, nem o fará. Segundo fontes do Executivo argentino, Macri "acompanha de perto a situação brasileira com preocupação porque o Brasil é nosso principal sócio. Mas não vamos nos meter em questões internas". Já os presidentes da Venezuela, Nicolás Maduro; do Equador, Rafael Correa e da Bolívia, Evo Morales, defenderam publicamente o governo do PT e denunciaram "um golpe cívico, midiático e judicial no Brasil". Ontem, Maduro republicou em sua conta no Twitter imagens de manifestações pró-PT no Rio de Janeiro. Para o chefe de Estado venezuelano, quem tem o governo do PT um de seus principais aliados políticos no continente, a saída de Dilma do governo é uma péssima notícia.

Os questionamentos ao impeachment de Dilma foram reforçados por declarações do secre-

tário geral da Unasul, o colombiano Ernesto Samper, e da Organização de Estados Americanos (OEA), o uruguaio Luis Almagro.

— Não existe acusação de caráter penal contra a presidente, ela está sendo acusada de má gestão nas contas públicas em 2014. Esta é, em todo caso, uma acusação de caráter político, que não justifica um processo de destituição — assegurou Almagro, que esteve recentemente em Brasília.

JORNAL ESPANHOL FALA EM "DIA D"
A situação política brasileira criou um clima de caos entre os governos da região, que afetará a cúpula da Unasul. Vários presidentes já confirmaram que não participaram do encontro. Segundo fontes argentinas, o Palácio do Planalto informou às autoridades do bloco que quem for representar o Brasil poderia não representar o governo Dilma Rousseff.

— O governo quis deixar claro que talvez quem vá pelo Brasil não represente os interesses do governo do PT. Hoje não se sabe quem irá e o próprio Macri não decidiu ainda se estará presente — confirmou a fonte.

O jornal "New York Times" publicou, em sua edição impressa, reportagens sobre eleitores desiludidos com o governo Dilma. Segundo o jornal americano, a falta de esperança entre a classe trabalhadora foi o sintoma mais forte da perda de apoio da presidente entre a população.

"É difícil encontrar muito apoio entre os eleitores do Partido dos Trabalhadores, o grupo de esquerda que desafiou o regime militar uma geração atrás e depois chegou ao poder prometendo uma sociedade mais justa", escreveu o "NYT".

O espanhol "El País" chamou o domingo de "Dia D" de Dilma. A reportagem fez um perfil da presidente, que é descrita como uma tecnocrata que não herdou os poderes de negociação de seu mentor, o ex-presidente Lula. "De um lado, há um congresso adverso e inimigo. Do outro, uma presidente com personalidade que não sabe ceder nem render-se", disse a reportagem. Em outro trecho, o "El País" explicou que, "quando os deputados aliados de Rousseff — agora na trincheira dos que são a favor do impeachment — procuravam a presidente para pedir verbas para obras em seus estados, ela os recebia com a mesma consideração que a qualquer outro deputado", disse o texto.

Na versão online, já após o início da votação, o "El País" classificou a Câmara como um Parlamento com cenários de circo que decidiria o futuro de Dilma. Já a britânica "The Economist" apresentou uma reportagem sobre possíveis cenários após o afastamento de Dilma Rousseff. ●

NOTÍCIA INTERNACIONAL



Reportagem do New York Times fala sobre as atenções no Brasil no dia da sessão no Parlamento



El País classifica a sessão de circo



The Guardian destaca o clima político no país



La Nación acompanha na versão online a votação na Câmara



The Economist analisa o pós-Dilma



Jornal francês Le Monde fala da atmosfera após abertura de impeachment

Torcidas pró e contra, além de memes, mobilizaram as redes sociais

Usuários do Twitter ironizaram o uso de Deus feito por deputados em seus discursos

Um levantamento feito pelo GLOBO entre 14h de ontem, quando começou a sessão de votação do impeachment, e 17h30m, mapeou o volume de tweets disparados pelos usuários da rede. Exatamente por volta das 17h30m, quando a votação de fato começou, houve um aumento expressivo no número de mensagens tuídas. A palavra "impeachment" foi citada 76 mil vezes, sendo o termo mais usado entre os sete pesquisados. "Dilma" teve 43

mil menções, enquanto "corrupção", 6.214.

As memes também tomaram conta das redes. As brincadeiras mais utilizadas faziam alusão aos argumentos dos deputados pró-impeachment, por citarem em sua maioria Deus, a família e justificativas como "pelo aniversário da minha neta". Um tweet na conta de Eduardo Cunha, de julho de 2011, foi resuscitado pelos usuários da rede e retuíto mais de duas mil vezes. A mensagem, que dizia "Daqui a pouco vou apanhar geral. rsrs", foi respondida por diversos internautas com tom de revanche. "Vai mesmo", dizia um. "Merecidamente", dizia outro. ●

reuites até as 20h.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, foi uma das figuras mais comentadas entre os memes. "Se a preocupação fosse mesmo a corrupção, Eduardo Cunha não estaria presidindo o processo de impeachment", dizia uma das imagens mais compartilhadas no Facebook. Um tweet na conta de Eduardo Cunha, de julho de 2011, foi resuscitado pelos usuários da rede e retuíto mais de duas mil vezes. A mensagem, que dizia "Daqui a pouco vou apanhar geral. rsrs", foi respondida por diversos internautas com tom de revanche. "Vai mesmo", dizia um. "Merecidamente", dizia outro. ●



Usuários do Twitter brincam com o discurso dos deputados que citaram Deus



Nas redes sociais, também houve críticas a Eduardo Cunha

FABER CASTELL
Kalunga +140lojas

SAMSUNG
Kalunga +140lojas

Hoje na web
oglobo.com.br/brasil

- GALERIA DE FOTOS: Choro e celebração durante votação do impeachment na Câmara
- ATRAÇÃO EM BRASÍLIA:

Manifestantes colam mensagens no muro do impeachment

- VIDEO: Um voo sobre a divisão de manifestantes na Esplanada
- COPACABANA: Caricatos acompanham sessão em telão
- NO TWITTER:

twitter.com/OGloboPolitica
O roteiro completo da cidade

- NO FACEBOOK: facebook.com/jornaloglobo O roteiro completo da cidade
- NO GOOGLE+: google.com/+JornalOGlobo Siga O GLOBO no Google Plus

hp
Kalunga +140lojas

ANEXO WW – CAPA EDIÇÃO 18 DE ABRIL FSP

FOLHA DE S. PAULO

95
ANOS

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 96 ★ SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2016 ★ Nº 31.792

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA À 1H48 ★ R\$ 3,50

SIM 367 x 137 NÃO
(7 ausências e 2 assíncuas)

IMPEACHMENT!

Câmara autoriza processo contra a presidente Dilma Rousseff; Planalto diz que lutará até o fim, e Temer fala em 'grande responsabilidade'

INDEX

VINICIUS MOTA

Impeachment é punição exemplar para fraude fiscal **A2**

VALDO CRUZ

Petista colheu o que plantou; clima era de vingança **A2**

PAINEL

Temer começa a definir eventual ministério **A4**



A Câmara dos Deputados autorizou neste domingo (17) a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Vana Rousseff (PT), 68, acusada de fraudar o Orçamento da União. Foram 367 votos a favor (72%) —eram necessários 342— e 137 contra (27%). É a segunda vez que a Casa avaliza pedido de afastamento desde a redemocratização do país, em 1985.

A denúncia será agora remetida ao Senado, e a maioria simples dos 81 senadores decidirá em breve se instala o processo e a afasta por até 180 dias. Nesse caso, o vice, Michel Temer (PMDB), assume interinamente. **A Folha 47** já declarou ser favorável ao impeachment.

O governo deve recorrer mais uma vez ao Supremo Tribunal Federal para tentar barrar a tramitação. Lideranças do PT defendem a convocação de eleições presidenciais. Dilma "não se curvará" e vai lutar até o fim, disse José Eduardo Cardozo, advogado-geral da União.

BERNARDO MELLO FRANCO
Durante semanas,
país terá governo
pela metade **A7**

CELSO ROCHA DE BARROS
Vice é presa frágil
por estar mais
perto da Lava Jato **A9**

MARIO SERGIO CONTI
Collor e Dilma
diferiram no
questo corrupção **A9**

VINICIUS TORRES FREIRE
Vexames na
votação pedem
reformas já **A19**

ENTREVISTA DA 2ª
Deputados votam por
Israel, maçons, netos,
corretores e... **A20**

MATIAS SPEKTOR
Não ter defensores
no exterior é culpa do
próprio governo **A33**

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "O país tem pressa",
acerca de decisão da Câ-
mara no impeachment de
Dilma, e "Sem ajuda glo-
bal", sobre perspectivas
da economia mundial.

RODÍZIO Cotidiano B6

Não deve se circular o carro
com placas e cup final de: **1.2**

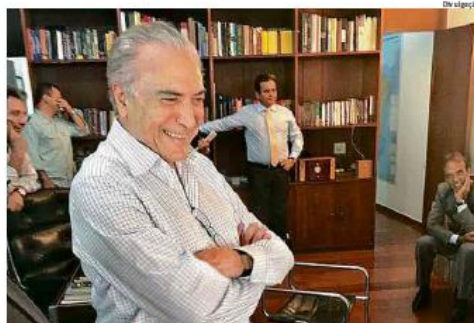
ATMOSFERA Cotidiano B6

Tempo seco na capital
Mínima 19°C Máxima 32°C

CIRCULAÇÃO
292.276 (média 30 dias)
AUDIÊNCIA
424.045 visitantes (média)



Deputados comemoram voto decisivo a favor do impeachment da presidente Dilma



O vice Michel Temer (PMDB) e aliados acompanham a votação no Palácio do Jaburu

Se o processo for instalado, os senadores se incumbirão de julgar a presidente. São necessários 54 votos para a deposição, a suspensão por oito anos dos direitos políticos da petista e a efetivação de Temer no cargo, com mandato até 31 de dezembro de 2018. Ele será o terceiro vice a governar o país em três décadas. José Sarney e Itamar Franco substituíram, respectivamente, Tancredo Neves, morto, e Fernando Collor, cassado.

A votação começou às 17h46, após 57 horas de sessão. Os 342 votos foram alcançados às 23h07, com Bruno Araújo (PSDB-PE). Só Mauro Lopes (PMDB-MG) mudou de posição e votou a favor do pedido. O último dos três dias foi marcado por alterações, críticas ao PT e ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), apelo à Operação Lava Jato e homenagens a familiares.

Nas ruas, a maior manifestação anti-Dilma reuniu 250 mil pessoas na avenida Paulista, segundo o Datafolha. Os simpatizantes da petista promoveram ato com 42 mil no vale do Anhangabaú, no centro de SP. O voto definidor foi saudado com panelaço e buzinaço.

Abandonada por aliados, a presidente atuou diretamente nas negociações para evitar o impeachment, com ajuda do ex-presidente Lula (PT). A ofensiva dos peemedebistas, porém, surtiu mais efeito.

Primeira mulher a ocupar o cargo, Dilma foi reeleita em 26 de outubro de 2014 com 54,5 milhões de votos, 51,6% dos válidos, na vitória mais apertada desde 1989. Em agosto passado, já tinha a maior taxa de reprovação (71%) de um presidente em 30 anos.

A economia se deteriorou após a reeleição. O desemprego (6,5% em 2014) saltou para 9,5% neste ano. Em 2015, o PIB teve a maior queda entre as 20 maiores economias do mundo. Neste ano, estima-se retração similar, de 3,8%. A inflação atingiu 10,7% em dezembro.

Nascido em Tietê (SP), Michel Miguel Elias Temer Lulia, 75, poderá tomar-se o 41º presidente. Foi professor de Direito Constitucional da PUC-SP, procurador-geral e secretário de Segurança de São Paulo e deputado federal por seis mandatos. Articulou o apoio do PMDB a Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Em 2006, negociou a aliança com o PT. Tem cinco filhos e a mulher, Marcela Temer, 32, está grávida do segundo do casal.

Chamado de golpista pela presidente, Temer passou as últimas semanas articulando a viabilidade política de seu governo. Aliados já discutem o eventual ministério. Entre os cotados para a Fazenda estão Henrique Metrelles e Arminio Fraga, ex-presidentes do Banco Central, e Paulo Hartung (PMDB), ex-governador do Espírito Santo. "O que nos espera é uma grande responsabilidade. Agora vem a parte mais difícil", afirmou Temer à Folha.

Tramitam no Tribunal Superior Eleitoral ações que podem resultar na cassação do peemedebista. Poder

ANEXO X – REPORTAGEM PÁGINA 2

jurava de pé junto a ela, a presidente brinhou: "Mas se-se aí? Que coisa".

Gesto Apesar do momento político delicado, Dilma parou uns minutos para telefonar ao presidente Rafael Correa. Prestou solidariedade às vítimas do terremoto que atingiu o Equador.

Até o fim De todas as companhias de Dilma na hora da votação, o ex-ministro Cid Gomes e a ministra Kátia Abreu (Agricultura) eram os mais otimistas quando falavam do processo com a petista.

Atributos "Ela é uma mulher honrada. É vítima de um complot liderado por bandidos e, em 90 dias, Michel Temer estará desmoralizado", disse Cid Gomes enquanto acompanhava a votação.

Plada pronta E tudo acabou em pizza — ao menos no jantar oferecido pelo deputado Heráclito Fortes (PSB-PI) para comemorar o placar da votação deste domingo (17).

» com PAULO GAMA e RENATA AGOSTINI

tiroteio

O governo por todos esses anos plantou incompetência. Nada mais natural do que, agora, colher o impeachment.

DO SENADOR ROMERO JUCA (RR), presidente do PMDB, afirmando que o resultado da votação reflete os erros cometidos pelo governo Dilma.

contraponto

Quebrou o decoro

Em uma das romarias ao Palácio do Jaburu na semana que antecedeu a decisão do domingo (17), peemedebistas tentavam dizer a Michel Temer o que imaginavam para o novo governo. Osmar Terra (RS) defendeu que, caso Dilma Rousseff fosse afastada, Temer fizesse um governo de união, conectado com as ruas.

— O senhor tem de casar com o Brasil! — aconselhou, entusiasmado com a ideia.

Carlos Marun (MS), que chegou atrasado ao encontro, tentou quebrar o gelo:

— Não diga uma coisa dessas. Bem casado do jeito que ele é... capaz de desistir de virar presidente!

Intensificará as críticas.



Cara pintada sou eu Lindbergh Farias (PT-RJ) tomava um café na Câmara quando se deparou com Kim Katagutr, do MBL. "Olha o seu sucessor aí, senador!", soltou um galato. "Vade retro! Me respeite!", rebateu o petista, sorrindo.

#teamMichel Ministro de Dilma até semana passada, Mauro Lopes, que tratou Dilma evotou pelo impeachment, foi ao plenário de gravata vermelha. Avisado de que os deputados do PT estavam com a mesma cor, ligou na hora pedindo que um assessor trouxesse uma nova.

Câmara dá aval ao impeachment de Dilma Rousseff

- ★ ABERTURA DE PROCESSO É APROVADA COM VOTO DE 367 DEPUTADOS
- ★ ALIADOS DESERTAM GOVERNO, QUE OBTÉM APENAS 137 VOTOS
- ★ SENADO TERÁ DE CONFIRMAR DECISÃO PARA DILMA SER AFASTADA
- ★ TEMER DIZ QUE PARTE DIFÍCIL VEM AGORA; PT FALE EM 'INJUSTIÇA'

DE SÃO PAULO

Por 367 votos a 137, o processo de Impeachment contra Dilma Rousseff (PT) avançou neste domingo (17) na Câmara, a segunda vez em 24 anos em que o afastamento de um presidente foi aprovado pelos deputados federais. Houve 7 abstenções e 2 ausências.

Uma grande festa no plenário saudou o momento, às 23h07, em que o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), com lágrimas nos olhos, deu o voto de número 342, mínimo requerido constitucionalmente. "Quanta honra o destino me reservou, da minha voz sair o grito de esperança de milhões de brasileiros. Voto sim!", bradou. Nas ruas, multidões de amarelo explodiram em festa. Houve fogos, buzinação e panelaço.

Dilma não será afastada imediatamente do cargo, no entanto. Para que isso ocorra, o Senado precisa ratificar, por maioria simples, o voto dos deputados, o que deve ocorrer somente no início de maio.

Caso isso se confirme, o processo de Impeachment então será aberto formalmente, e Temer assumirá como presidente interino. Em até 180 dias deve ocorrer o julgamento de Dilma pelos senadores, por crime de responsabilidade.

A presidente é acusada de fraude orçamentária em

razão das chamadas "pedaladas fiscais" e da emissão de decretos aumentando despesas sem autorização do Congresso, além de envolvimento no petro-lão. Se condenada pelo voto de 54 dos 81 senadores, será cassada, e Temer torna-se presidente definitivo.

Após o resultado, o vice disse a aliados que terá "uma grande responsabilidade" se assumir a Presidência e que "agora vem a parte mais difícil".

Dilma deixou para seus ministros a tarefa de reagir à votação. Jacques Wagner, do gabinete da Presidência, disse que o impeachment é um "retrocesso" e pediu que o Senado faça "justiça" à petista.

Pelo Brasil, milhares de pessoas acompanharam a histórica sessão da Câmara em telões espalhados pelas ruas. Em São Paulo, 250 mil apotadores do impeachment se concentraram na avenida Paulista, segundo o Datafolha. Cerca de 42 mil defensores do governo se manifestaram no vale do Anhangabaú, também de acordo com o Instituto.

Na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, o temido confronto entre partidários dos dois lados, separados apenas por uma barreira de chapas de aço, acabou não acontecendo. Com exceção de incidentes isolados, o domingo foi de calma pelo país.

ANEXO Y – REPORTAGEM PÁGINA 5



Congressistas favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff (PT) comemoram abertura do processo de impedimento da presidente neste domingo (17)

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2016 ★ ★ ★ poder A5

‘Agora vem a parte mais difícil’, afirma Temer a aliados

Se assumir o lugar de Dilma, vice enfrentará a grave crise econômica, os desdobramentos da Lava Jato e a ação no TSE

Assessores acham possível acelerar tramitação no Senado e votar abertura de processo ainda em abril

DE SINA SILVA

Com o aval da Câmara a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o vice Michel Temer (PMDB-SP), seu substituto, comemorou no Palácio do Jaburu com sua equipe, disse ser preciso aguardar o Senado referendar a decisão e afirmou que “o que nos espera é uma grande responsabilidade”.

Temer orientou seus assessores a evitar comemorações efusivas e pediu moderação, lembrando a todos que “agora é que vem a parte mais difícil”, numa referência ao desafio de assumir num período de forte crise econômica.

Logo após a derrota de Dilma, uma tomada de políticos foi ao Jaburu falar com o vice e sua equipe.

Temer só assumirá de fato caso o Senado acate a decisão tomada pela Câmara, o que é dado como certo. Sua posse, portanto, ocorrerá no início ou em meados de maio.

Neste período, o peemedebista montará sua equipe para assumir com tudo pronto, evitando passar a imagem de um

governo provisório. Segundo assessores, a ideia é priorizar as áreas econômica e social.

Além dos desafios da economia, o vice-presidente terá de conviver com outra ameaça: o risco de as delações das empreiteiras que apontam irregularidades na campanha da petista em 2014 acabem na cassação da chapa Dilma-Temer pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Além disso, seu partido, o PMDB, é citado como um dos beneficiários do esquema de propina montado na Petrobras e sistema elétrico.

PACIFICAÇÃO

Nas próximas semanas, Temer deve voltar a sinalizar que fará um governo de “pacificação nacional”, buscando negociar com todas as forças políticas. Assessores dizem que não estão descartadas conversas com alas do PT no sentido de tentar desmontar reações radicais de entidades simpáticas ao petismo, como MST.

Interlocutores de Temer também vão procurar estabelecer negociações com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para apaziguar arestas entre os dois e buscar que ele acelere o processo de votação na Casa sobre o processo de impeachment.

Nesta primeira fase, até os governistas consideraram que

o Senado irá acatar a decisão da Câmara. Seguidos todos os prazos normais, o plenário do Senado pode votar até o final da primeira quinzena de maio a admissibilidade do processo de impeachment.

A equipe de Temer, porém, acredita que é possível acelerar prazos, dentro do regimento, e permitir que esta etapa seja cumprida até o final de abril. Só após esta votação do Senado é que Dilma é afastada por 180 dias e Temer assume em seu lugar.

Um auxiliar disse à **Folha** que Temer tem “plena consciência” de que não pode frustrar as expectativas neste período até que ocorra o julgamento definitivo de Dilma no Senado, tornando inviável politicamente um eventual retorno da petista ao comando do Planalto.

Assim que a votação do impeachment de Dilma foi aprovado, o senador Romero Jucá (RR), atual presidente do PMDB, afirmou que o partido não vai se render à pressão prometida pelo PT e outros partidos da base governista contra o andamento do impedimento da petista.

Ele disse que o partido quer “trazer o céu e o progresso” em um eventual governo Michel Temer em comparação ao “inferno” protagonizado pelo PT. (WALDO CRUZ E DANIELA LIMA)

ANEXO Z – REPORTAGEM PÁGINA 5



Presidente Dilma faz exercícios em bicicleta na manhã de domingo (17), em Brasília

Assessores de petista já falam em levar caso ao Supremo

Em entrevista após o resultado, ministro da AGU disse que a presidente 'não se curvará' à decisão da Câmara

Petista fará pronunciamento nesta segunda; PT discutirá lançar campanha por 'Diretas Já'

DE BRASÍLIA
DA COLUNISTA DA FOLHA
DE SÃO PAULO

Confirmada a derrota, a equipe de Dilma Rousseff avaliou que a presidente "colheu o que plantou" na sua relação com a base aliada, mas disse que a petista pretende ir até o fim do julgamento no Senado e deve recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) para questionar o mérito do pedido de impeachment.

Assessores de Dilma classificaram a votação deste domingo (17) como totalmente política, e não técnica, um ato de vingança de deputados governistas que nunca se consideraram representados na gestão da petista. Para estes, a petista demorou muito para perceber que não bastava se considerar honesta para vencer a votação.

Em entrevista após a votação, o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) afirmou que "se alguém imagina que Dilma se curvará diante da decisão de hoje, se enganará", acrescentando que a presidente, que fará um pronunciamento nesta segunda, "lu-

tará para que o Brasil não sofra mais um golpe de Estado." Já o ministro-chefe do Gabinete da Presidência, Jaques Wagner, disse esperar que o Senado faça "justiça" à petista. Ele afirmou que a decisão "ameaça interromper 30 anos de democracia no país".

O reconhecimento da derrota por parte da equipe de Dilma só ocorreu em meio à votação da Câmara, mas já havia uma avaliação durante o dia de que a situação era ruim. O ex-presidente Lula, que havia ido para São Paulo no sábado (16), voltou às pressas para a capital no domingo (17) depois de ser informado que Temer recuperava votos.

Na biblioteca do Palácio da Alvorada, Dilma montou um núcleo de acompanhamento do dia com Lula, Wagner e Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo), além do assessor especial Giles Azevedo.

O grupo também assistiu junto a votação da Câmara. Enquanto os deputados votavam, o ex-presidente passou boa parte do tempo calado e sentado, com aspecto tenso. Já a presidente estava mais agitada, andando e falando. "Como é que alguém consegue falar que quer acabar com a corrupção olhando para o Eduardo Cunha?", comentou, ao ouvir o discurso de um deputado.

Na hora do voto do ex-ministro dos Transportes Alfre-

do Nascimento (PR-AM), contrário à petista, Lula resumiu a frustração: "Decepção". Nascimento foi um dos alvos da "faxina" ministerial do primeiro mandato da petista.

Depois da votação, a ordem do ex-presidente Lula é mobilizar o PT e a base social do partido para o cenário pós-impeachment. Ele afirmou que, caso o Senado aprove o processo, o PT não vai colaborar "de nenhuma maneira" com o eventual governo do vice-presidente Michel Temer.

O diretório do PT deve discutir na terça (19) que Dilma envie ao Congresso proposta de redução de seu próprio mandato e de convocação de eleições presidenciais ainda neste ano, junto das eleições municipais no país.

A ideia é que a presidente anuncie que abre mão de dois anos de mandato mesmo que chegue a ser inocentada de crimes de responsabilidade pelo Senado, que julgará se a petista é ou não inocente, consumando ou não o impeachment.

O discurso do partido será o de que Dilma busca uma solução para a grave crise política que o Brasil atravessa, mas que não será resolvida por um presidente que não teria legitimidade por chegar ao poder por meio de um "golpe". (GUSTAVO URIBE, MARINA DIA S, VALDO CRUZ E MÔNICA BERGAMO)

ANEXO AA – REPORTAGEM PÁGINA 6



Mauro Lopes (PMDB-MG), ex-ministro da Aviação Civil, que votou pelo impeachment



Alfredo Nascimento (PR-AM), ex-ministro exonerado por Dilma em 2011, votou sim

Dilma só não foi traída por PT e PC do B

Até deputados que integraram gestão como ministros abandonaram o barco e votaram a favor do impeachment

Governo lamentou principalmente as traições no PSD e no PP e jogou a culpa sobre Kassab e Ciro Nogueira

BRASÍLIA

Após 43 horas de discussão e mais 10 horas de votação neste domingo (17), a presidente Dilma Rousseff assistiu a um festival de traições na decisão da Câmara de autorizar o Senado a abrir o seu processo de impeachment. De sua teórica e extensa base aliada, só PT e PC do B não registraram defecções (veja quadro na pág. A12).

O abandono do barco incluiu até mesmo ex-ministros seus — Mauro Lopes (PMDB-MG), titular da Aviação Civil

até a quinta-feira, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e Alfredo Nascimento (PR-AM), que renunciou em plenário à presidência do seu partido.

Segundo a **Folha** apurou, Dilma e o ex-presidente Lula consideraram uma “decepção” a alteração de posição de alguns, entre eles Nascimento, já que a cúpula do partido trabalhava contra o impeachment. Na primeira gestão de Dilma, Nascimento foi exonerado em meio à “faxina ética”, como ficou conhecida a queda em série de ministros suspeitos de envolvimento em irregularidades.

Além dos ex-ministros, o governo lamentou também desembarques nos partidos de centro com quem negociava cargos e ministérios.

Nos últimos dias e até o último momento, Dilma e Lula

tentaram reunir votos mínimos no PMDB, PP, PR e PSD, mas a ação contrária de Michel Temer e aliados conseguiu anular a ofensiva.

No PMDB, por exemplo, Dilma conseguiu manter o voto do líder da bancada, Leonardo Picciani (R), e dos ministros Marcelo Castro (Santidade) e Celso Pansera (Ciência e Tecnologia), que reassumiram seus mandatos. Mas a maioria da bancada (59 de 67) seguiu na direção oposta.

Inclusive Mauro Lopes, que se disse muito agradecido de ser ministro de Dilma, mas que pela “lealdade” ao PMDB e pela “mulher, filhos e netos”, votava sim.

No PP, Dilma só conseguiu 7 dos 45 votos. No PSD, 8 dos 37. Por isso, as principais reclamações foram direcionadas aos presidentes do PP, Ci-

ro Nogueira, e do PSD, Gilberto Kassab. No PR a traição foi menor, mas mesmo assim grande. Vinte seis de uma bancada de 60 votaram pela saída da petista.

Além de fracassar na atração dos dissidentes de sua base, Dilma não conseguiu furar de forma relevante a coesão dos opositoristas. Nesse bloco, teve apoio unido apenas do nanico de esquerda PSOL, que tem seis deputados, dois votos da Rede e três do PSB, aliado histórico do PT que acabou rompendo com a legenda em 2013.

Dos que não se pronunciaram no levantamento feito pela **Folha** sobre a intenção de voto, houve divisão exata — 17 votaram a favor do impeachment, e 17 foram contra, faltaram ou se abstiveram.

No Palácio da Alvorada, Dil-

ma reagiu aos discursos de alguns parlamentares pró-impeachment, segundo relatos.

“Como é que alguém consegue falar que se quer acabar com a corrupção olhando para o Eduardo Cunha?”

“Aqui (Câmara), não dá mais. Agora vamos para a luta e tentar reverter no Senado. Aqui, muitas traições, coisas surpreendentes, como Alfredo Nascimento. Amazonas não deu um voto para nós, Eduardo Braga [senador pelo Amazonas e ministro de Minas e Energia] não conseguiu nem um voto, como é que pode?”, lamentou Humberto Costa (PT-PE), líder do governo no Senado, antes mesmo do resultado final.

Caso o Senado decida abrir o impeachment, o que é uma tendência forte hoje, Dilma é afastada do cargo. Essa defi-

nição está prevista para a primeira quinzena de maio.

Se o Senado decidir definitivamente pelo impeachment, Dilma será o 43º presidente da República a não concluir o mandato para o qual foi eleito pelo voto popular desde a Era Vargas.

Ator ativo das articulações para a destituição da petista, o vice Michel Temer, caso assuma, levará pela terceira vez o PMDB ao comando do país.

Dilma foi reeleita em 2014 para um mandato que se encerra em dezembro de 2018, na mais acirrada disputa presidencial da história — 54,5 milhões de voto (51% dos votos válidos, contra 48% de Aécio Neves. (RANIER BRAGON, DÉBORA ÁLVARES, ISA BEL FLECK, RUBENS VALENTE, LEANDRO COLON, DANIELA LIMA, GABRIEL NASCA REINHAS, MARILINA HAUBERT E MARINA DIAS)



Opositores foram ao plenário enrolados em bandeiras e cachecóis verde-amarelos

28 deputados votaram também em 1992

DE SÃO PAULO

A bancada do Estado do Rio de Janeiro foi a que teve o maior número de deputados que votaram pela segunda vez em uma sessão sobre o prosseguimento de um processo de impeachment.

Dos 28 deputados que participaram de ambas votações, seis são fluminenses: Benedita da Silva (PT), Jandira Feghali (PCdoB), Miro Teixeira (REDE), Jair Bolsonaro (PSC),

Simão Sessim (PP) e Aroldo de Oliveira (PSC).

Quatro congressistas de São Paulo atuaram tanto no impeachment do ex-presidente Fernando Collor quanto no de Dilma Rousseff, sendo eles Arnaldo Faria de Sá (PTB), Jorge Tadeu Mudalen (DEM), Beto Mansur (PRB) e Nelson Marquizzelli (PTB).

A bancada da Bahia também teve quatro deputados que votaram neste domingo (17) e em 1992: Benito Gama

(PTB), José Carlos Aieluia (DEM), Jutahy Junior (PSDB) e Sérgio Brito (PSD).

Maranhão, Paraná, Amazonas e Ceará tiveram dois deputados que representaram cada um desses Estados nas decisões que apreciaram o trâmite do impeachment.

Os Estados de Minas Gerais, Piauí, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal também tiveram congressistas que participaram de ambas sessões.



Parlamentares tiram fotos com Roberto Jefferson e sua filha, Cristiane Brasil (PTB-RJ)



'Selfies' foram recorrentes no plenário durante a votação

Advogado tucano dá voto decisivo a favor de processo

DE SÃO PAULO

Coube ao tucano Bruno Araújo (PSDB-PE), 44, o voto decisivo a favor da abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT).

"Quanta honra o destino me reservou de sair da minha voz e grito de esperança de milhões de brasileiros", disse, às 23h07, o dono do 34.º voto a favor do impedimento.

Advogado e ex-presidente do PSDB em Pernambuco, o deputado foi o líder da bancada do PSDB na Câmara em 2012. Em seu terceiro mandato, ganhou notoriedade por bater panelas na tribuna, em março de 2015, no rebote dos primeiros atos anti-Dilma.

Ao declarar o voto, o tucano se emocionou: "Pernambuco nunca faltou ao Brasil. Carrego nossa história de luta pela liberdade e pela democracia. Por isso, digosim."

Após o voto, a oposição abafou gritos de "golpista" dos governistas entoando "eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor".



NA INTERNET
Retela a edição sobre o impeachment de Collor no "Acervo Folha" <http://acervo.folha.uol.com.br/rsp/1992/09/30/2/>

Cunha é chamado de 'ladrão' e 'gângster'

Réu no petrolão, peemedebista evitou responder a ataques e disse esperar que Deus tenha misericórdia do país

Para aliados, apesar da hostilidade, presidente da Câmara ganhou força para tentar evitar sua própria cassação

DE BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi chamado de "gângster", "ladrão" e "golpista" por deputados que votaram contra a aceitação do impeachment pela Câmara.

Nos cerca de dez segundos que cada um dos deputados teve, sobram manifestações políticas contra o governo, mensagens a familiares, a eleitores, e denúncias contra o "golpe".

Réu no petrolão e principal condutor do processo contra Dilma, Cunha não respondeu a ataques, como é seu costume. Em seu voto, o deputado, que é evangélico, se limitou a dizer que espera que Deus tenha misericórdia do país.

"Senhor Eduardo Cunha, o senhor é um gângster! O que dá sustentação a sua cadeira cheta a enxofre", discursou o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), apontando em direção ao peemedebista.

Jean Wyllys (PSOL-RJ) reforçou, chamando Cunha de "ladrão". Ao se afastar, Wyllys se desmentiu com o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) e cuspiu em sua direção. O filho de Bolsonaro, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), reagiu e tentou cuspir de volta.

Em seus votos pró-impeachment, os Bolsonaros detestaram a ditadura militar. Jair evocou a memória do coronel Carlos Alberto de Lacerda Ustra, chefe da repressão na ditadura, morto em outubro de 2015.

"Nunca vi uma hipócrita como essa", disse mais cedo a deputada Professora Marcivânia (PC do B-AP), que criticou as várias manifestações anticorrupção que não citaram Cunha. "Não aceito o corrupto Eduardo Cunha presidir esse processo de impeach-



Deputados estendem faixa contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, antes do início da votação do impeachment

ANÁLISE

País deve passar semanas com governo em decomposição e pastas sem titular

BERNARDO MELLO FRANCO
COLUNISTA DA FOLHA

A ressaca do impeachment será dura para a ainda presidente Dilma. Com poucas horas para digerir a derrota, ela acordará nesta segunda (18) com o mandato por um fim e o governo em decomposição.

Ao menos cinco ministros devem amanhecer sem titular. Há os que traíram a presidente, como Gilberto Kassab (Cidades), e os que se licenciarão e não pretendem voltar.

Dos ministros do PMDB que reassumiram os mandatos de deputado na semana passada, Mauro Lopes (Aviação Civil), cuja nomeação agravou a crise entre Dilma e o vice Michel Temer, votou pró-impeachment.

Só deve voltar a pisar no Planalto depois do julgamento no Senado.

Abatido com o resultado da votação, o ministro licenciado da Saúde, Marcelo Castro, considera que a missão na Esplanada se encerrou. "Foi

muito bom ser ministro, mas não retorno mais. Fico deputado", disse à Folha.

Kassab entregou a carta de demissão na sexta, como se não para o PSD votar a favor da cassação.

O Ministério das Cidades é responsável pela Minha Casa, Minha Vida, uma das vitrines da gestão de Dilma.

O quinto ministério a ser criado é o da Integração Nacional, que era ocupado por Gilberto Oechi (PP). O partido dele também votou maciçamente a fa-

vor do impeachment.

Enquanto Dilma tenta tapar os buracos sem saber por quanto tempo ficará na cadeira, o vice Michel Temer negocia cargos para um futuro governo. No entanto, ele ainda não pode assinar decretos ou fazer nomeações.

Nas próximas semanas, o país deverá viver uma situação exótica: terá um governo pela metade. Enquanto o Senado não autoriza a abertura do processo de impeachment, Dilma é uma quase ex-presidente. Temer, um quase futuro presidente.

Como os dots estão rompidos, a soma não é capaz de oferecer ao país um chefe de governo.

ment. Ele é o prímato que deveria ter sido impedido", disse Ivan Valente (PSOL-SP).

Cunha também havia sido um dos principais alvos dos discursos que precederam a votação. O único a defendê-lo foi Jair Bolsonaro, dizendo que ele entrará para a história com da forma como conduziu os trabalhos.

FORÇAS

Mesmo hostilizado em rede nacional, Cunha saiu mais forte da sessão que aprovou o impeachment, na avaliação de aliados que pretendem usar a votação para enterrar o processo no Conselho de Ética e manter o peemedebista na presidência da Câmara.

O deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA) diz que o empenho do colega para derrubar o governo deve ser retribuído por partidos como PSDB e DEM, que já defenderam a sua cassação. "A oposição está satisfeita. Se não fosse o Cunha, não haveria impeachment", disse.

O deputado Paulinho da Força (SD-SP) tentará convencer deputados a perdoar o peemedebista da acusação de quebra de decoro parlamentar. "Ele merece ser antistado. Vamos começar a discutir isso já na segunda."

Para Osmar Serraglio (PMDB-PR), o presidente da Câmara "sai muito fortalecido" da votação. "O máximo que pode acontecer a ele é ter que sair da presidência e continuar como deputado."

No momento, os aliados só veem um risco: a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal afastá-lo do cargo. O pedido foi apresentado pela Procuradoria-Geral da República em dezembro.

Filho Delegado (PSB-MG) diz que a pressão sobre o STF vai crescer. "Não podemos deixar que ele sente nem por um minuto na cadeira de presidente [no caso de Temer assumir, Cunha é o segundo da linha sucessória]". (OSMARI VALENTE, DANIEL BORGON, DÉBORA ALVARIS, ISABEL FLECK, MARCELO FERREIRA, LEANDRO COLLEZ, GABRIEL MA SARDENHA E BERNARDO MELLO FRANCO)

O IMPEACHMENT É AGORA?

Ritmo do processo passa às mãos de Renan

Senadores pró-impeachment tentarão pressionar o presidente da Casa, aliado do Planalto, a acelerar o trâmite

Plano de governistas é ganhar tempo e ligar Temer a Cunha; vice e Dilma ainda enfrentam ações na Justiça Eleitoral

MARIANA HAUBERT
MARCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

Aprovada a abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, os olhos se voltam a partir de agora para o Senado e seu presidente, Renan Calheiros (PMDB-AL).

A presidente Dilma Rousseff, afinal, só será afastada do cargo provisoriamente se a maioria simples dos senadores confirmar a decisão dos deputados.

Nesse caso, o vice-presidente, Michel Temer (PMDB), torna-se presidente interinamente.

A grande dúvida entre senadores governistas e da oposição é sobre como Renan irá se comportar em relação ao rito do impeachment — se vai acelerá-lo ou manter a expectativa de que a decisão ocorra apenas no início do mês de maio.

A oposição tentará pressioná-lo a acelerar o processo apostando no placar da Câmara e em algumas declarações dúbias que Renan deu sobre o processo.

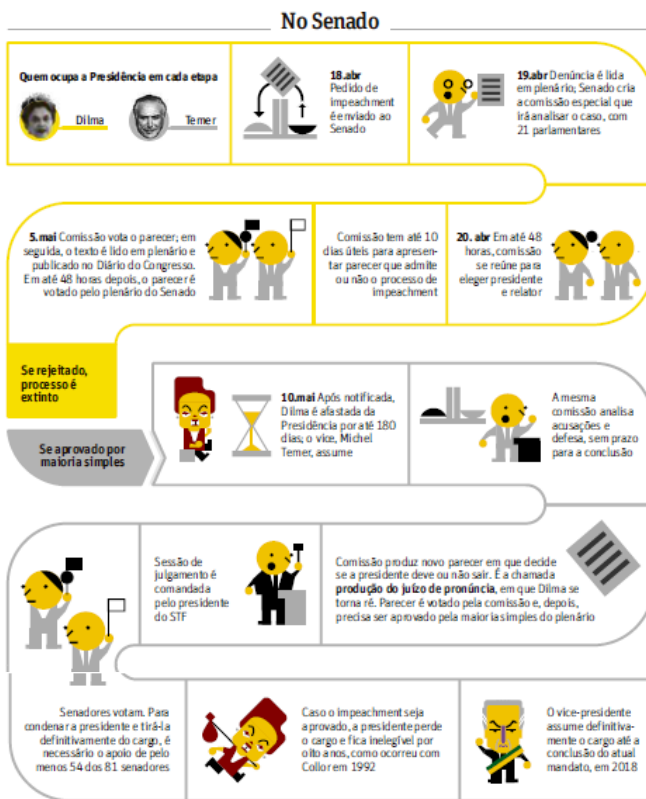
Os opositoristas temem que o governo, apesar de estar praticamente paralisado, tenha tempo para negociar cargos e recursos na esperança de mudar votos de senadores indecisos.

O vice-presidente Michel Temer (PMDB-SP) e Renan nunca foram próximos, mas o presidente do Senado, William Peemedebistas contrários ao governo, terá que fazer composições pensando no futuro, já que ficará "apenas" mais seis meses na presidência.

Depois disso, se quiser ter algum tipo de influência com Temer, terá que compor com aqueles dos quais sempre foi distante.

PRÓXIMOS PASSOS

O que acontece com a aprovação do pedido pelo plenário da Câmara



Já os governistas contam com Renan, que tem sido a última âncora do governo no Congresso Nacional, para que todos os prazos regimentais sejam cumpridos integralmente.

A decisão da Câmara será enviada ao Senado nesta segunda (18).

Ela será lida em plenário e na terça (19) uma comissão especial será formada para analisar e julgar o impedimento de Dilma.

Em até dez dias um parecer tem de ser aprovado, para depois ser levado ao plenário da Casa. Dentre os opositoristas, os nomes mais cotados para assumir a presidência e a relatoria da comissão são, respectivamente, os senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Ana Amélia (PP-RS).

Segundo levantamento da Folha até este domingo, 47 senadores já se declararam a favor do impeachment. O número é mais do que suficiente para que a presidente seja afastada do seu cargo por 180 dias, até o julgamento final pelo Senado, em que são necessários 54 votos para cassá-la definitivamente.

Nas contas dos governistas, há 28 votos pró-Dilma atualmente.

JUSTIÇA ELEITORAL
Em outra frente, Dilma e Temer respondem no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) a quatro ações que pedem a cassação de seus mandatos por abuso de poder político e econômico, além da suspeita de que tiveram a campanha abastecida por recursos desviados da Petrobras.

Se Temer chegar à Presidência, deve herdar as ações, que teriam sido cometidas por Dilma e pelo PT. Se cenário, o vice pediu para que o TSE discuta se ele pode ser responsabilizado por atos que teriam sido cometidos por Dilma e pelo PT.

Ministros dizem que o entendimento é de que não caberia a divisão, mas que há espaço para a discussão diante de um fato novo, que seria a saída de Dilma.

No STF

Chamado a decidir sobre a tramitação do pedido de impeachment na Câmara e sobre as regras da votação do domingo (17), o Supremo pode ainda interferir no processo

- Crime de Responsabilidade**
O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, diz que a corte pode discutir se Dilma cometeu ou não crime de responsabilidade e Edison Fachin e Gilmar Mendes, outros ministros do STF, discordam e afirmam que essa decisão cabe ao Senado
- Posse de Lula**
O STF ainda tem que decidir sobre a posse de Lula como ministro da Casa Civil, que foi suspensa em decisão provisória. Isso determina se as ações sobre o petista na Lava Jato ficarão com o juiz Sérgio Moro ou com o STF
- Investigação de Dilma**
A Procuradoria-Geral da República vai decidir se pede ao STF para investigar Dilma por obstrução da Justiça ao ter indicado Lula para a Casa Civil. Segundo a Procuradoria, a nomeação teria sido motivada para que o STF e não Moro ficasse responsável pela investigação do petista

No TSE

- O que o tribunal julga?**
Ações movidas pelo PSDB questionam irregularidades na campanha de reeleição da chapa Dilma-Temer
- O que pode acontecer?**
Dilma e Temer podem ser cassados. Se isso ocorrer em 2016, novas eleições são convocadas após 90 dias. Se ocorrer a partir de 2017, há eleição indireta após 30 dias
- Quando isso será decidido?**
A previsão é que o julgamento ocorra entre o fim de 2016 e o início de 2017. Caso Dilma saia, Temer deve herdar as ações. O vice pediu que o TSE decida se separa a responsabilidade dele e a de Dilma
- O que há contra a campanha de Dilma?**
O empresário Ricardo Pessoa, da UTC, disse ter sido pressionado a doar R\$ 7,5 milhões à campanha. A Andrade Gutierrez diz ter pago propina em forma de doação eleitoral

O futuro dos personagens do impeachment

- Dilma Rousseff**
Continua no cargo de presidente. Ela só é afastada temporariamente se o Senado decidir instaurar o processo de impeachment
- Michel Temer**
Continua como vice-presidente, mas deve articular como será seu eventual governo. Ele assume interinamente se o processo de impeachment for instaurado
- Lula**
Responsável por angariar apoio contra o impeachment. Lula perde poder de articulação, mas lidera a intenção de votos para 2018 ao lado de Marina Silva, segundo o Datafolha
- Eduardo Cunha**
Inimigo do Planalto e aliado da Lava Jato, Cunha sai fortalecido com a aprovação do impeachment na Casa que comanda
- Câmara**
Deputados não interferem mais na tramitação do pedido de impeachment, que passa a ser definido pelo Senado
- Base aliada**
Partidos que compõem a base de Dilma e resolverem votar contra ela, como PMDB, PP e PSD, devem perder cargos no governo
- Lava Jato**
Eventual governo Temer, apoiado por Cunha, pode tentar cessar as investigações. É possível que haja um ambiente favorável a propostas que dificultem a punição dos políticos envolvidos

ANEXO DD – REPORTAGEM PÁGINA 9

Aécio diz que petista 'colhe o que plantou'

Senador afirma que presidente 'age com arrogância'; PSDB estuda apoio

Tucanos culpam Dilma por processo e listam condições para eventual apoio a Temer no Congresso

THAIS ARBEX
DE SÃO PAULO

Presidente nacional do PSDB, o senador Aécio Neves (MG) afirmou à **Folha** que, com a aprovação do processo de impeachment pela Câmara, a presidente Dilma Rousseff (PT) "está colhendo o que plantou". Segundo ele, Dilma age "com arrogância". "A presidente não está sendo afastada pela oposição, ela está sendo afastada também pela sua própria base porque ela mostrou que perdeu condições de comandar e governar o país", disse o senador.

Aécio voltou a repetir que "o PSDB não é beneficiário do impeachment" e que sempre defendeu a cassação da chapa Dilma-Temer pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), mas como o partido não tinha "controle temporal" do processo no tribunal e viu que existia a possibilidade de ele ficar para 2017, "houve uma convergência interna a favor do impeachment".

O senador confirmou que deve entregar nos próximos dias ao vice-presidente Michel Temer uma carta em que o PSDB elenca as condições do partido para apoiar o governo peemedebista no Congresso.

"Não vamos fazer como o PT, que negou apoio ao governo Itamar. Não estamos preocupados com cargos, vamos apresentar uma agenda ao Michel", disse.

Já o governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) usou as redes sociais à noite para afirmar que a aprovação do processo de impeachment "foi apenas um primeiro passo, mas imenso significado para encerrar a crise política, recuperar a economia e gerar empregos".

SUPOORTE

O PSDB fechou nos últimos dias uma carta para apresen-

tar a Michel Temer um conjunto de "princípios e medidas" que o partido considera essencial para dar apoio no Congresso a um possível governo do peemedebista.

Os tucanos reuniram 11 pontos para, segundo diz o texto, a "formação de um entendimento partidário que promova a conciliação nacional e a construção de um ambiente político-institucional que permita ao país superar este grave momento de sua história".

O texto não trata da possibilidade de o PSDB ter cargos no futuro governo, mas dá indicação de condições impostas para dar governabilidade ao hoje vice-presidente.

Dentre as condições de entendimento estão a continuidade da Lava Jato, "Nada justifica o arrefecimento das investigações", disse um dirigente tucano à **Folha**.

O documento também diz que o governo Temer deve manter os programas sociais do governo do PT, citando especificamente o Bolsa Família, a diminuição do número de ministérios e o ajuste na Previdência pública constam no item "renovação das práticas políticas e profissionalização do Estado brasileiro".

PMDB

Assim que a votação do impeachment foi aprovada, o senador Romero Jucá (RR), atual presidente do PMDB, afirmou que o partido não vai se render à pressão prometida pelo PT contra o andamento do impedimento da petista.

"O PT já está infernizando a vida de muita gente. Porque tem muita empresa fechando, muita gente demitida. Em matéria de inferno o PT entende bem. Queremos fazer exatamente o contrário. Queremos trazer o céu, o progresso. E essa discussão que vamos ter no Senado", afirmou.

O peemedebista negou que já estejam em andamento negociações para montagem de uma administração Temer, mas admitiu que os partidos que apoiaram o impeachment na Câmara manterão as conversas durante a tramitação do processo no Senado.



» **COMEMORAÇÃO** O deputado oposicionista Onyx Lorenzoni (DEM-RS) celebra a decisão da Câmara a favor do impeachment e é carregado por manifestantes na Esplanada dos Ministérios, próximo ao Congresso, em Brasília

OPINIÃO

Acusados, Dilma e Collor diferem em valores, fonte e apuração da corrupção

MARIO SERGIO CONTI
COLUNISTA DA FOLHA

A debacle da economia por si só não explica o esfacelamento de Fernando Collor e Dilma Rousseff. O PIB foi negativo tanto no governo dele como no segundo mandato dela, mas os primeiros quatro anos da petista foram de crescimento, enquanto o colidido sempre rondou o zero.

Os índices de inflação são incomparáveis. Em março de 1992, a inflação foi de 84%. Em março passado, não chegou a 10%. O desemprego no último ano de Collor era de 6,5%; hoje é de 9,5%.

O big-bang esteve no comportamento antidemocrático dos presidentes. Ambos traíram os seus eleitores. Collor, ao decretar o sequestro da poupança no primeiro dia no cargo, Dilma, por organizar o arrocho dos que nela votaram.

Mas a traição é cláusula pétreia entre políticos. Se fosse crime de responsabilidade, meia dúzia cumpriria o mandato. E a velha demagogia ficou tóxica com o sequestro de campanhas pela propaganda.

As disputas de voto passaram a ser dirigidas por mercenários. Eles não têm compromisso com o que seus candidatos farão. O que lhes importa é receber o bônus pela vitória. A casta política adotou a

embromação sistemática porque gosta de, como diz, "ter a chave do coque", eufemismo para grossa bandalheira.

Fundiu-se um círculo de ferro: grandes empresas e grandes partidos orientam a economia em benefício próprio. Para que um presidente seja derrubado, porém, é preciso salpicar essa solda com ideologia, o ouro dos tolos.

No Brasil, a liga ideológica dos últimos sessenta anos foi a defesa — "intransigente", claro — da moralidade. Há aí uma aberração, que ficou gritante de Collor a Dilma: para se beneficiar da corrupção, é preciso fazer uma campanha corrupta contra a corrupção.

Três seres fantásticos foram nutridos nesse ninho de mafagafos. Primeiro, os valores desviados do Estado cresceram na velocidade da luz. Em 1989, sobramos US\$ 50 milhões no caixa 2 de Collor. Já um tal de Pedro Barusco devolveu há pouco quantia igual à Petrobras em sua delação.

Por que um rato de estatal passou a valer tanto quanto um presidente gatuno? A resposta está no segundo Godzil: o pré-sal. A sua descoberta desatou encomendas de plataformas, estaleiros, navios-sonda, tubulações, helicópteros. Todos queriam intermediar alguma falcatrua.

A derrama para deslanchar

a exploração de uma energia poluidora e antissocial deu vida nova à corrupção. A quantidade virou qualidade: dólares do pré-sal foram injetados na veia dos partidos.

O terceiro mafagafão foi a corrupção repaginada. Inerente à civilização do capital, ela adquiriu feição ecumênica. Basta ver os Panamá Papers. Há neles ministros do Reino Unido e da Espanha, jihadistas, burocratas russos, Almodóvar e Roberto Carlos. Só não há americanos — eles lavam dinheiro em casa.

Collor e Dilma diferiram no quesito corrupção. Dinheiro sujo pagou serviços do ex-presidente, a Fiat Elba, reformas da cobertura em Maceió, jardins da Casa da Dinda. Tudo documentado com cheques, transferências e contratos.

Contra a atual presidente, porém, não existem suspeitas de apropriação indevida. Daí a necessidade das pedradas fiscais. Elas justificam o pênalti político-jurídico, meticulosamente encenado, para expulsá-la do campo.

O relatório da CPI sobre Collor também teve fraudes para engabelar a galera. Os empresários aparecem nele como vítimas de extorsão. Potentados com os sobrenomes Safra e Odebrecht viraram donzelas pudibundas, vítimas do melífluo alagoano. Agora, Marce-

lo Odebrecht está no xadrez.

Por fim, existe diferença crucial na exposição da corrupção. Ela está na ação da imprensa e da Justiça. Em 1992, repórteres apuraram os fatos, a CPI partiu deles para estender a investigação e a Câmara afastou o presidente.

Enquanto a imprensa tinha sua hora alta, a Justiça ficou de lado. Só apareceu com o jogo acabado, quando o Supremo, confirmando seu conservadorismo, absolveu Collor.

No affaire Dilma, a imprensa pouco investigou. Fruto do espraiamento da internet e da mingua de assinantes e verbas, redações sucateadas de jornais, emissoras e revistas vivem dificuldades.

A apuração dos delitos foi pela Justiça. Nomeadamente, pela Lava Jato, mas com a cobertura (cúmplice?) das instâncias superiores. Ela dispôs de instrumentos mais poderosos que os repórteres: prisões, interrogatórios, delações, conduções, interceptações.

A divulgação dos feitos da Lava Jato não foi neutra. Longe disso. Por meio de vazamentos ilegais, Curitiba deu preferência aos órgãos de imprensa que atacavam o governo com maior força.

A força tarefa organizou o estardalhaço de maneira a que os vazamentos retumbantes ocorressem na hora em que ferissem o Planalto e o PT.

Mas os vazamentos jamais foram punidos pelo Planalto nem pela hierarquia judiciária. Pior: sequer foram investigados pela imprensa. Por quê? A resposta vale um livro.

ANEXO EE – REPORTAGEM PÁGINA 12

Citados na Lava Jato engrossam placar

Dos 21 deputados alvo de operação, 16 votaram a favor da saída de Dilma; apoio foi significativo na bancada evangélica

Nas frentes ruralista e 'da bala', que apoia forças de segurança, aprovação à saída de Dilma foi de 83% e 81%

RUBENS VALENTE
DE SÃO PAULO

ANDRÉ MONTEIRO
DE SÃO PAULO

Dos 21 deputados federais atualmente com mandato na Câmara e que são alvo de investigação no STF (Supremo Tribunal Federal) em decorrência da Operação Lava Jato, 16 votaram a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, quatro foram contrários e um não compareceu à sessão.

Entre os deputados investigados pela Lava Jato está o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Por decisão dos ministros do STF tomada em fevereiro, Cunha já foi tornado réu em um processo criminal, sob acusação de corrupção, e enfrenta outro inquérito que apura contas secretas na Suíça. Ele nega as acusações.

Cunha é acusado por delatores de ter se beneficiado do pagamento de propina no esquema da Petrobras.

Dos outros 15 deputados envolvidos na Lava Jato que votaram pelo impeachment de Dilma, 14 são do PP (veja lista nesta pág.). Os integrantes da legenda têm contra si a mesma suspeita: terem se beneficiado do pagamento de valores relativos às obras obtidas em cartel por empreiteiras na Petrobras.

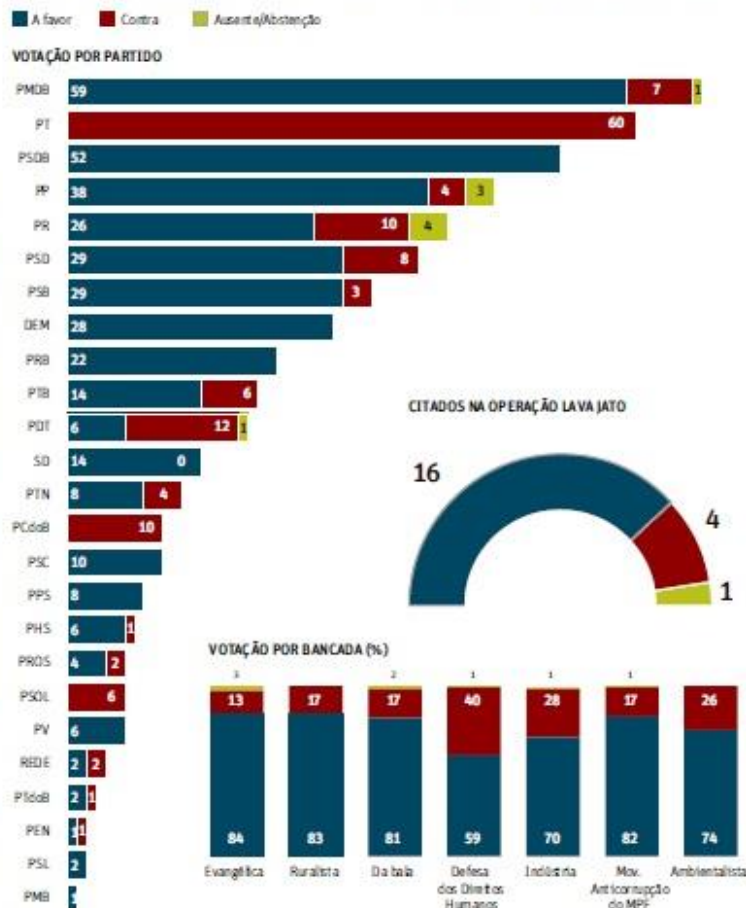
BANCADAS

A votação a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff foi reforçada pela chamada "bancada BBB" da Câmara: do boi, da bíblia e da bala. Ela reúne membros dos blocos ruralista, evangélico e da segurança pública.

Se o processo fosse votado apenas por essas bancadas,

RAIOGRAFIA DOS VOTOS

Como a aprovação ao pedido de impeachment se divide entre partidos, bancadas e citados na Lava Jato



o resultado seria ainda mais desfavorável ao governo.

Enquanto no cômputo geral 72% dos deputados foram favoráveis ao impeachment, na bancada evangélica o mesmo índice foi de 84%.

Já na bancada ruralista e "da bala", a votação foi de 83% e 81%, respectivamente.

Pura a aceitação do processo contra Dilma eram necessários 67% dos votos.

Por outro lado, se a votação fosse realizada apenas por membros da frente de Defesa dos Direitos Humanos — com muitos integrantes de esquerda —, ela não prosperaria. A votação favorável nesse grupo atingiu 59%, menos do que o mínimo necessário.

A maioria dos deputados seguiu a orientação partidária na votação. Nove partidos, com o PSDB à frente, tiveram todos os votos à favor do impeachment. Do outro lado, apenas PT, PCdoB e PSOL votaram totalmente contra.

QUEM FOI CITADO NA LAVA JATO

VOTARAM 'SIM'

- Aguiar Ribeiro (PP)
- Arthur Lira (PP)
- Dilceu Sperafico (PP)
- Dudu da Fonte (PP)
- Eduardo Cunha (PMDB)
- Jardim Goergen (PP)
- José Afonso Hamm (PP)
- José Otávio Germano (PP)
- Lázaro Botelho (PP)
- Lutz Carlos Helzlsouer (PP)
- Lutz Fernando Faria (PP)
- Misstonário J. Olimpio (DEM)
- Neilson Mourer (PP)
- Renato Molling (PP)
- Roberto Balestra (PP)
- Sílvio Sessim (PP)

VOTARAM 'NÃO'

- José Mentor (PT)
- Roberto Britto (PP)
- Vander Loubet (PT)
- Walter Maranhão (PP)

AUSENTE

- Arival Gomes (PMDB)

ANEXO FF – REPORTAGEM PÁGINA 16

A16 poder ★ ★ ★ SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2016

FOLHA DE S. PAULO

O IMPEACHMENT VICE-PRESIDENTE

1940

NASCIMENTO

Nasceu em Tietê, em 23 de setembro de 1940, caçula de oito irmãos. A família veio do norte do Paraná em 1925, no vintão de Baabourá, a sua principal se chama "Michel Temer"

1963

FORMAÇÃO

Formado em direito na USP em 1963, tornou-se procurador em 1970 e fez mestrado e doutorado na PUC, onde deu aulas. Escreveu livros sobre direito constitucional

1981

PMDB

Filou-se ao PMDB em 1981 e começou na carreira política como oficial de gabinete da secretaria de Educação, passando a procurador-geral do Estado em março de 1983

1984



Se tiver conhecimento dela [corrupção], haverá punição imediata

27 JAN. 1984, ao assumir a Secretaria de Segurança de SP

1987

NA CÂMARA

Iniciou a carreira na Câmara na Assembleia Constituinte, suplente do PMDB, assumiu após dois eletos serem chamados ao secretariado de Quêrcia

“Meu estilo é o do diálogo. Acho que devo fazer parte do 'parlamentarismo da segurança'”

7 OUT. 1992, ao assumir a Secretaria de Segurança de SP

1994

REELEIÇÕES

Como deputado, reeleitou-se em 1994, 1998, 2002 e 2006, seu melhor desempenho foi na eleição de 2002, com 252,2 mil votos.

TÃC

longe, perto

Como o **vice** construiu sua carreira política e os passos que deu para afastar **Dilma** e afastar-se dela

DANTEIA LIMA
WILDO CRUZ
DE BRASÍLIA

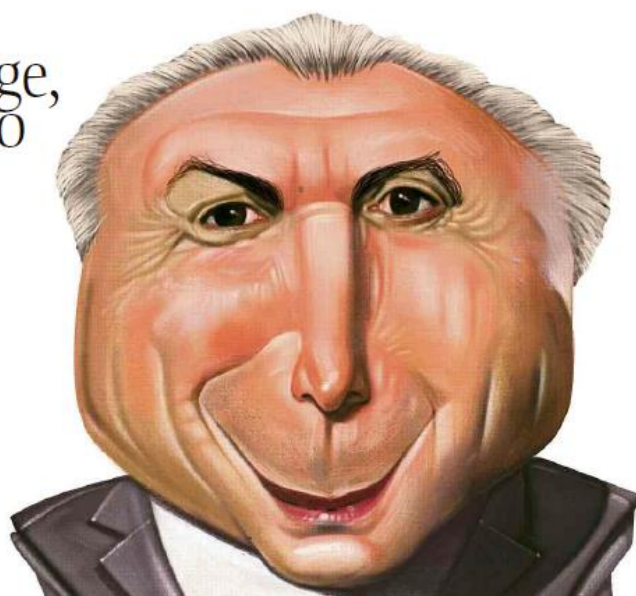
“Ela não escuta ninguém, nem mesmo o senhor.”
Era domingo, 27 de março. “Ela” era Dilma Rousseff. O “senhor” a quem Michel Temer se referia era o padrinho político da presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Unidos pelas conveniências desde 2010, a petista Dilma e o peemedebista Temer nunca foram próximos, mas àquela altura já não se aturavam.

No diálogo com Lula, o vice lembrou que, em ocasião anterior, eles haviam esboça-

sou ao pior estágio da convivência com sua base.

PRAGMÁTICO

Quando tomou a decisão de sair candidato a vice na chapa da petista, em 2010, Temer achava que a ainda pouco conhecida Dilma tinha poucas chances de ser eleita. Com raciocínio pragmático, porém, calculou que ele próprio tinha ainda menos chances de se reeleger deputado federal por São Paulo. Sua habilidade como articulador é inversamente proporcional ao seu sucesso nas urnas. Desenvolto no bastidor, é péssimo de palanque.



do uma via de pacificação.

Na convenção nacional de seu partido, em 12 de março, Temer conseguiu evitar que a sigla rompesse com o governo, com a condição de que a presidente não nomeasse ninguém do PMDB para seu ministério nos 30 dias seguintes.

Naquele momento, Lula dissera a Temer que ele podia ficar tranquilo. Porém, em 16 de março, uma quarta-feira, o peemedebista foi surpreendido pelo anúncio oficial, na televisão: Lula iria para Casa Civil, e Mauro Lopes (PMDB-MG), para Aviação Civil.

Poucas semanas depois, na base aérea do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, o vice-presidente diria a Lula que aquele havia sido o último erro da presidente Dilma em relação a ele e ao PMDB.

INIMIGO

Temer costuma dizer a interlocutores que poderia ter sido um "grande aliado" de Dilma, mas ela escolheu transformá-lo em "inimigo".

Naquela quarta, repassou todas as vezes em que a presidente fez questão de isolá-lo. Lembrou do período em que, diante do pedido de socorro de Dilma, aceitou assumir a articulação política.

"Eu me joguei com toda energia para ajudá-la naquele momento. Passei a dormir tarde, a trabalhar 24 horas por dia por ela. E deu certo. Só que ela me sabotou", disse o vice, segundo relato de amigos e interlocutores.

Temer foi avisado por um amigo da presidente de que ela havia ficado com ciúmes. Enquanto o gabinete presidencial se esvaíava, o do vice recebia uma romaria de congressistas da base aliada.

Numa articulação comandada pelo então ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante (PT), Dilma passou a desautorizar os acordos que Temer fazia com aliados.

"Ele está achando que virou presidente", teria dito. O vice decidiu, então, deixar a função. A partir dali a presidente, que já enfrentava dificuldades no Congresso, pas-

Especialista em direito constitucional, Temer usa frases rebuscadas e palavras pouco comuns, se diz "caçateado" quando está muito irritado. Seu perfil contido, sua postura sempre ereta, suas roupas e cabelos bem alinhados lhe renderam apelidos jocosos, como o cunhado por Antonio Carlos Magalhães: mordomo de filme de terror.

Nascido Michel Miguel Elias Temer Lulia, em 23 de setembro de 1940, numa família de origem libanesa de Tietê (SP), iniciou a carreira política pelas mãos de Franco Montoro, que conheceu quando lecionava na PUC-SP.

Filhou-se ao PMDB em 1981. Até então, sua atividade política se restringia à participação no Centro Acadêmico 11 de Agosto da Faculdade de Direito da USP, antes do golpe de 1964. Na ditadura, fez carreira como advogado e professor universitário.

No âmbito acadêmico, é reconhecido como autor de "Elementos de Direito Constitucional" (Malheiros Editores), best-seller na 24ª edição — mas assina também uma coletânea de poemas, "Anômima Intimidade" (Topbooks, 2013), que, como ele mesmo diria, não lhe rendeu nem críticas, nem elogios.

Em 1983, foi convidado por Montoro, já governador de São Paulo pelo PMDB, para ser procurador-geral do Estado. De procurador-geral, foi alçado à Secretaria de Segurança, em meio a uma das históricas crises entre as polícias civil e militar. Ganhou fama de conciliador, embora o problema ainda se arraste.

Em 1992, no governo de Luiz Antônio Fleury Filho, voltaria ao cargo para debelar a crise que explodiu após o massacre do Carandiru. Ali, consolidou sua fama de moderado. Fez baixar abruptamente o número de mortos pela PM paulista e evitou uma rebelião na corporação.

Estreou como parlamentar entre esses dois momentos. Candidato a deputado em 1986, foi eleito como suplente, assumiu em 1987 e acabou

por participar da Assembleia Constituinte que escreveu a Constituição de 1988.

Também no Congresso ganhou fama de bom articulador. Foi eleito em três ocasiões para a presidência da Câmara, duas no governo FHC (1997-2001) e uma na gestão Lula (2009-10).

Sempre operando nos bastidores, ascendeu no PMDB. Desde 2001, é presidente nacional da legenda, cargo no qual se mantém por ter aprendido a administrar as diversas correntes do partido.

No controle do PMDB reside sua principal fonte de poder. Daí ter sempre combatido as tentativas de desalojamento da presidência da sigla.

Foi a ofensiva da presidente para diluir sua influência na sigla, fortalecendo seus adversários internos com cargos, que levou a sua reação pública contra a petista.

Dilma nunca confiou plenamente em Temer. Aliados do vice afirmam que ela só o acionava em momentos de crise. "Ele resolvia e depois

ninguém ligava para agradecer", resume um auxiliar.

Quando o vice deixou a articulação, a presidente decidiu apostar na aproximação com outro cacique do PMDB, o alagoano Renan Calheiros, presidente do Senado e antigo desafeto de Temer.

Renan passou a ser visto como aliado de Dilma e antagonista do vice e do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-R).

O governo acusa Temer e Cunha de conspiração. "Sou amigo do Michel, mas não é por amizade que se faz um processo desse", disse Cunha à Folha. "Faria o mesmo fosse quem fosse o sucessor. Pessoas próximas no vice dizem, porém, que eles são na verdade aliados de ocasião.

LAVA JATO

Cunha aceitou o pedido de impeachment de Dilma em 2 de dezembro de 2015. Acusado de envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras, ele é alvo de um processo no Conselho de Ética da

Câmara e tomou a decisão após deputados do PT votarem a favor do processo que pode levar a sua cassação.

Temer, por sua vez, foi citado por delatores na Lava Jato. Delcídio do Amaral, ex-líder do governo, atribuiu a ele a nomeação de João Henriques e Jorge Zelada, diretores condenados por desvios na estatal. O lobista Júlio Camargo também citou Temer, dizendo que o vice e outros peemedebistas eram representados pelo também lobista Fernando Baiano.

O vice nega o apadrinhamento e diz que não conhece nem Camargo, nem Baiano.

Anteriormente, o nome de Temer aparecera em uma planilha de beneficiários por doações de empreiteiras na Operação Castelo de Areia (2009), que acabou anulada pela Justiça — ele sempre negou irregularidades.

Mais antiga é a ligação do nome de Temer ao porto de Santos, o maior do país, que estaria sob sua esfera de influência. O vice foi citado em

um processo em 2000 como beneficiário de um esquema de cobrança de propina de empresas com contratos no porto, mas em 2002 a Procuradoria-Geral da República mandou arquivar o caso. Em 2011, houve um reexame do caso, e a PGR entendeu que não havia fatos novos contra ele.

No ano passado, foi revelado que uma emenda de Eduardo Cunha favoreceu um grupo que opera no porto e que foi doador de campanha do vice. Como nos outros casos, Temer negou irregularidades.

Sua ligação com Cunha levou o governo a acusá-lo de querer assumir para acabar com a Lava Jato, o que ele nega enfaticamente.

EMPA REDADO

Com o impeachment instalado, aliados de Dilma passaram a cobrar um gesto de "lealdade" de Temer. O vice sentiu-se, então, "emparedado". Cinco dias depois de o pedido ser acolhido na Câmara, Temer enviou uma carta a Dilma. Na missiva, que se tor-



ANEXO GG – REPORTAGEM PÁGINA 17

O IMPEACHMENT VICE-PRESIDENTE

1997

NO COMANDO
Assumiu, no biênio 1997-98, a presidência da Câmara pela 1ª vez, no governo FHC, foi reeleito em 1999-2000 e em 2009-2010, esta já no governo Lula



“ Poder contratar um ou dois parentes não é escandaloso. Nepotismo é a contratação indiscriminada ”

3. FEV. 2000, quando presidente da Câmara, sobre o reformo do Judiciário

2000

PREFERIDO
foi indicado para a presidência do PMDB em 2001, tendo sido reconduzido para o cargo em todas as eleições do partido até hoje

2004

REVÊS NA URNA
Nas eleições municipais de 2004 em SP, foi o vice na chapa de Lulza Erundina, então no PSB, com 3,9% dos votos, a dupla ficou na quarta colocação

2010

COM O PT
Nas negociações de alianças partidárias para a eleição de 2010, o PMDB embarca na candidatura de Dilma Rousseff, e Temer é indicado para vice



VICE DE NOVO
Com a confirmação da candidatura de Dilma à reeleição, depois de negociação, Temer é indicado para se manter como vice da petista

Foto: Collage - Reuters, Vitor Saito

na pública, mostrou-se descontente com o isolamento. Criticado pelo gesto e questionado sobre sua motivação, o vice respondeu a aliados que gostaria de ter conversa com Dilma, mas decidiu escrever porque ela não o deixava “concluir uma frase”.
Temer demora a digerir equívocos. Repassa as situações, fica quieto e irritado. Quando estressado, recorre a mensagens num centro de quiropraxia de Brasília. Ouviu de um amigo que, se continuasse recolhido, “perderia tudo” — Renan Calheiros se movimentava para tirá-lo da presidência do PMDB.
O abatimento deu lugar à luta para se manter à frente da stglia, tarefa a que se dedicou com exclusividade. Na convenção de 12 de março, sacramentou sua recondução.
O que veio a seguir sabemos. Desautorizado pela presidente com a nomeação de Mauro Lopes para a Aviação Civil, Temer partiu para o tudo ou nada. Avisou que abria processo pela expulsão do aliado e iniciou a articulação que levaria à saída do PMDB do governo, no fim de março.
Esse movimento empurrou os principais partidos da oposição, como o PSDB e o DEM, para o apoio formal a Temer.
Questionado sobre a confiança em Temer, Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) — visto como fiador da coalizão em 2002 — declarou à Folha, por escrito: “Experiência política ele tem. Base jurídica, também. Terá de governar pensando na história, mais do que nos acordos partidários. O país espera dele que assuma a visão que distingue o político comum do homem de Estado”.

No Palácio do Jaburu, sua residência oficial, Temer passou a receber dezenas de parlamentares todos os dias, de segunda à quinta.
Na sexta, volta para sua casa em São Paulo, onde a mulher, Marcela, vive com Michelzinho, o caçula do vice — ele tem outros quatro filhos.
Com Maria Célia de Toledo, tem três filhas: Luciana, que seguiu seus passos no direito e é secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, nascida em 1969; e as psicólogas Maristela, de 1972, e Clarissa, de 1974. Com uma jornalista, teve Eduardo, 17, nascido em Londres.
Quase 43 anos mais jovem que o vice, Marcela se casou com ele aos 20, numa cerimônia íntima na cidade dela, Paulínia (SP), em 2003. Alta e bonita, foi candidata a miss e ensaiou carreira de modelo. Discreta, não se habituou à vida em Brasília.
Na última segunda, o vice voltou para o Jaburu ainda inseguro sobre suas chances de vencer a batalha. Na terça, sentiu ventos favoráveis. Representantes de poderosos setores da economia foram visitados para avisar que, com Dilma, não dava mais.
A peregrinação empresarial contou com emissários de grandes bancos, que foram seguidos pelo presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e, depois, por dirigentes da CNI (Confederação Nacional da Indústria). Ambas divulgaram seu apoio ao impeachment.

Um aliado resume a sensação de alívio e expectativa: “Se esses caras forem mesmo aos deputados, nós viramos o jogo”. O resultado foi o conhecido neste domingo (17).

OS HOMENS DE TEMER
Quem o peemedebista especula para o ministério

FAZENDA	HENRIQUE MEIRELLES Ex-presidente do Banco Central (governo Lula)	ARMÍNIO FRAGA Ex-presidente do Banco Central (governo FHC)	PAULO HARTUNG Governador do Espírito Santo (PMDB)
BANCO CENTRAL	ILAN GOLDFAJN Ex-diretor do BC e atual diretor acadêmico-chefe do Itau	AMAURY RIER Ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (governo FHC)	MÁRIO MESQUITA Ex-diretor do Banco Central e sícco do banco Brastl Plural
CASA CIVIL*	ELISEU PADILHA Ex-ministro da Secretaria de Aviação Civil	*Também é cotado na Secretaria de Governo	
ÁREA SOCIAL**	RICARDO PAES DE BARROS Economista, coordenador de Núcleo Técnico para Educação no Itaper e economista-chefe do Instituto Ayres Senna	**Ministério Indústria	
RELAÇÕES EXTERIORES	SERGIO A MARAL Ex-ministro de Desenvolvimento (governo FHC)	SERGIO DANESE Secretário-geral das Relações Exteriores	
AGRICULTURA	JOÃO SAMPAIO Ex-secretário de Agricultura do Estado de SP	MARCOS MONTES Deputado (PSB-MG)	ROBERTO RODRIGUES Ex-ministro de Agricultura (governo Lula)
JUSTIÇA	CARLOS AYRES BRITTO Ex-ministro de STF	CARLOS VELLOSO Ex-ministro de STF	
SAÚDE	DAVID UIP Médico, infectologista e secretário de Saúde do Estado de SP	ALBERTO BELTRAME Médico pediatra e secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde	
PREVIDÊNCIA	ROBERTO BRANT Ex-ministro da Previdência (governo FHC)		
OUTROS	MOREIRA FRANCO Ex-governador do Rio (PMDB) e ex-ministro de Secretaria da Aviação Civil	NELSON JOBIM Ex-ministro de STF	JOSÉ SERRA Senador (PSDB-SP) e ex-ministro de Saúde

TODOS OS HOMENS DO (VICE) PRESIDENTE

Temer quer nomes de **impacto na economia**, a fim de mudar clima de pessimismo, e na **área social**, para indicar manutenção de programas

DE BRASÍLIA

Se o Senado instaurar o processo de impeachment contra Dilma Rousseff e Michel Temer assumir a Presidência, a equipe do atual vice terá de trazer, segundo auxiliares, nomes de peso principalmente nas áreas econômica e social.

No primeiro, para mudar o clima de pessimismo e tirar o país da recessão. Na segunda, para indicar que os programas sociais serão melhorados, e não cortados.

Para a economia, Temer tem dois nomes que, na sua avaliação, já melhorariam de saída as expectativas dos agentes econômicos e resolveriam boa parte dos problemas com suas credenciais.

Arminio Fraga, que seria o ministro da Fazenda se Aécio Neves tivesse ganhado a eleição, e Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central nos dois mandatos de Lula.

O primeiro tem dito que não está disposto a aceitar, mas Temer ainda não desistiu de tê-lo em sua equipe.

Também está cotado o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB).

Na área social, um dos nomes citados é o do economista Ricardo Paes de Barros. Nessa área, por sinal, a equipe de Temer já vinha preparando medidas para se contrapor ao discurso petista de que Temer pode representar ameaça aos avanços sociais dos governos Lula e Dilma.

Um nome dado como certo num futuro governo Temer é o do ex-ministro Eliseu Padilha, fiel escudeiro do vice e um dos principais articuladores da estratégia para aprovar o processo de impeachment contra Dilma.

Ele é cotado para assumir a Casa Civil ou a Secretaria de Governo, integrando a equipe palaciana de Temer. Outro nome que deve ocupar um ministério e fazer parte do grupo de assessores diretos do peemedebista é o de Moreira Franco, que esteve com o vice desde o início das articulações contra Dilma.

O senador José Serra (PSDB-SP) também deve ter lugar no ministério. O tucano gostaria de participar da área econômica, ocupando, por exemplo, o Planejamento, mas a equipe de Temer prefere que ele vá para a Saúde.

Serra foi o tucano que desde o início esteve ao lado do

vice-presidente, dando sugestões até de medidas para um eventual futuro governo.

Os tucanos, porém, não pretendem participar de um futuro ministério em nome do partido. A expectativa do PSDB é apoiar o governo Temer e liberar nomes para aceitarem convites do vice, mas não em caráter oficial.

“Foi a oposição, e temos aqui um perfil semelhante ao dos ex-ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto e Carlos Velloso. O primeiro faz parte da lista de favoritos.”

Para o Banco Central, está cotado o ex-diretor Ilan Goldfajn, que hoje chefiava a área econômica do Itau.

Muito próximo de Temer, Nelson Jobim foi cotado para a Justiça, mas seu nome perdeu força porque ele advogou para empreiteiras envolvidas na Lava Jato. Ele deve, porém, participar de um futuro governo do peemedebista.

Nas Relações Exteriores, a preferência do vice é por um diplomata de carreira. Nessa linha, um dos indicados é o embaixador Sergio Amaral, que foi ministro de FHC.

(DANIELA LIMA E VALDO CRUZ)

Colaboração: AGUIRRE TALENTO e GRACILIANO ROCHA, de Brasília

O NÚCLEO DURO DE TEMER



Moreira Franco (PMDB-RJ)
Ex-governador do Rio e ex-ministro da Secretaria de Aviação Civil (governo Dilma)



Eliseu Padilha (PMDB-RS)
Ex-ministro da Secretaria de Aviação Civil (governo Dilma)



Romero Jucá
Senador (RR-PMDB)

ANEXO HH – REPORTAGENS PÁGINA 18

O IMPEACHMENT ECONOMIA

Volta do crescimento é foco de empresários

Setubal, do Itau, diz que espera que país encontre caminho do entendimento para reestabelecer confiança necessária

Assessores de Dilma dizem que deputados aliados mudaram de lado por pressão do empresariado

DE SÃO PAULO

O fim do impasse político e a volta do crescimento econômico. Essas são as principais preocupações do setor produtivo, expressas na noite deste domingo (17), quando a Câmara aprovou o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

"Espero que o país encontre seu caminho num ambiente democrático e de amplo entendimento, que será essencial para reestabelecer a confiança nos agentes econômicos, base para tirar o país da recessão e retomar o crescimento econômico", afirmou o presidente do Itau Unibanco, Roberto Setubal.

A presidente da TAM, Claudia Sender, defendeu reformas que tenham como objetivo melhorar as condições de vida da população.

"Crises são complexas, mas também são uma oportunidade para realizar mu-

danças estruturais, com reformas muito mais profundas, que tenham foco na população e no seu bem-estar."

O presidente da Anfavea (que reúne montadoras), Luiz Moan, disse que, neste momento, é preciso pensar em como recuperar a economia.

"É importante que as questões políticas não continuem contaminando a economia. É um momento de todos se juntarem pensando em um Brasil melhor, com retomada do desenvolvimento", afirmou.

Para Stefan Ketter, presidente da Fiat Chrysler América Latina, "é importante

que tenhamos estabilidade política para retomarmos o crescimento. O país passa por um forte processo de desindustrialização".

Entre os industriais, a tônica é a preocupação com o nível de produção nas fábricas. O setor é o mais prejudicado pela recessão, e a produção despencou 9% no ano encerrado em fevereiro.

Para o ex-ministro e empresário do setor sucroalcooleiro Roberto Rodrigues o eventual impeachment, por si só, não muda a situação econômica do país.

"Vai depender da capaci-

dade do presidente Temer de organizar um governo de coalizão para propor reformas."

No comércio, a preocupação é a perda de renda da população, com o aumento do desemprego e da inflação. "A gente está a favor do crescimento econômico, de que o consumidor não perca mais o poder aquisitivo além do que já perdeu", disse Pedro Celso Gonçalves, presidente da Apas (Associação Paulista de Supermercados).

PRESSÃO

Na reta final da votação na Câmara, assessores de Dilma

Rousseff foram informados por deputados de que mudaram de lado nas últimas horas depois que foram pressionados diretamente por empresários e não teriam mais como votar a favor do governo.

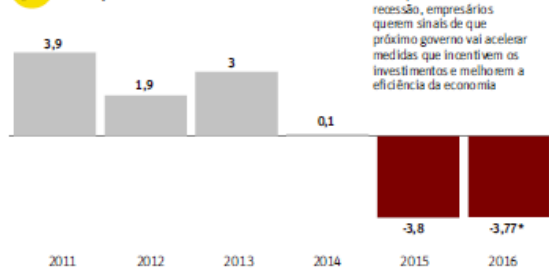
Segundo a Folha apurou, esse movimento final de pressão pelo impedimento da presidente levou o governo a perder apoios conquistados entre quinta (14) e sexta-feira (15), fazendo o placar do Planoalto indicar um percentual de votos abaixo do projetado no início da semana

Colaboração VALDO CRUZ, de Brasília

ECONOMIA PÓS DILMA

O que os principais setores da economia pedirão a Temer

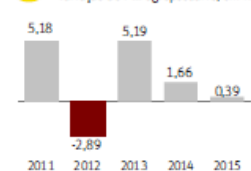
Economia derrete
Variação do PIB, em %



Com o aprofundamento da recessão, empresários queixam sinais de que próximo governo vai acelerar medidas que incentivem os investimentos e melhorem a eficiência da economia

Agropecuária resiste e é destaque entre atividades econômicas

Variação do PIB agropecuário, em %

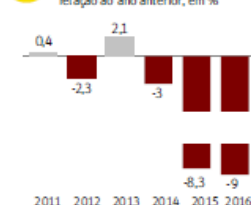


O QUE PEDEM

- Crédito para produção com taxas mais baixas
- Liberação de pelo menos R\$ 750 milhões em recursos para o seguro agrícola
- Flexibilização da legislação trabalhista

Indústria patina sob Dilma

Produção industrial - variação em relação ao ano anterior, em %

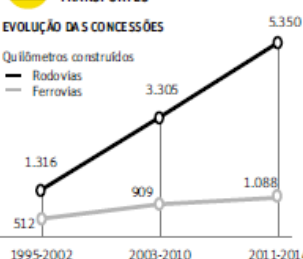


O QUE PEDEM

- Evitar a alta excessiva do real (queda do dólar)
- Permitir terceirização para todas as atividades
- Aceitar negociações diretas entre empresas e seus funcionários
- Enterrar a CPMF e outros aumentos de impostos

TRANSPORTES

EVOLUÇÃO DAS CONCESSÕES



O QUE PEDEM

- Acelerar programa de concessões
- Revisão do modelo de privatização, acabando com o controle das taxas de retorno

*Previsão central de cerca de 500 analistas convidados pela pesquisa Focus/BC
*Últimos 12 meses encerrados em fevereiro

QUAIS FORAM OS INCENTIVOS QUE DILMA OFERECEU AO SETOR PRIVADO

Redução do IPI para automóveis, linha branca e móveis

O benefício, que vigorou entre 2012 e 2015, tinha o objetivo de estimular as vendas, mas teve efeito menor do que o esperado porque as famílias já estavam endividadas

Desoneração da folha

Criado no primeiro governo Dilma, tinha o objetivo de reduzir custos trabalhistas. Empresários se queixam de que a mudança complicou mais do que ajudou, pois se criou várias exceções e regras

Aumento do crédito público

BNDES, Caixa e BB foram usados para aumentar o crédito às empresas. A reclamação é que o benefício atendeu a grandes grupos, os chamados "campeões nacionais" e ampliou o problema fiscal

Redução do preço da energia

Bandeiras de alguns empresários, a redução foi forçada pelo governo em 2012. A medida aliviou temporariamente os custos, mas os preços voltaram a subir com a seca e com a dificuldade de empresas do setor

Programa de concessões de infraestrutura

Em 2012, o governo apresentou programa que previa concessões de rodovias, aeroportos, ferrovias e portos. O programa perdeu fôlego com a tentativa do governo de limitar o retorno dos empresários, pela baixa confiança na economia e restrições ao crédito

Empresariado pede reformas impopulares em seis meses

Setor produtivo quer flexibilizar leis trabalhistas e mudar Previdência

DE SÃO PAULO

A aprovação do pedido de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara aliviou o empresariado, que não vê saída para a crise com a presidente no poder. A dívida agora é se o vice Michel Temer, que poderá assumir o cargo, será mesmo capaz de levar adiante as mudanças para a retomada da economia.

Os empresários acham que o novo governo terá de acabar com a obrigatoriedade dos gastos fixos em saúde e educação, fazer reformas da Previdência e das leis trabalhistas, e talvez seja preciso recriar a CPMF.

Eles esperam que, em no máximo seis meses, o novo governo apresente suas propostas, mas já sabem que haverá uma distância entre o sonho e a realidade.

"O DNA do PMDB não é liberal. Duvido que o programa econômico de Temer refita o DNA do partido", diz o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. "A maioria (do partido) tenderá a ser contra parte ou a totalidade do programa."

As reformas vistas como necessárias envolvem medidas impopulares, que precisam ser aprovadas no Con-

gresso. E boa parte delas enfrenta resistência entre os próprios aliados de Temer.

Um exemplo disso está nas providências para consertar as contas públicas. A presidente Dilma tentou recriar a CPMF para recuperar arrecadação de impostos, mas não teve apoio do Congresso.

Um dos opositores mais ferrenhos da iniciativa foi o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, afilhado político de Temer. Essa é uma das bandeiras dos empresários.

"Não adianta aumentar impostos, é preciso cortar despesas, fazer ajustes fiscais e uma reforma previdenciária", diz José Romeu Ferraz Neto, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo.

Só que, para o economista Mansueto Almeida, será difícil que Temer escape da elevação de impostos. "É preciso um aumento permanente de receita que faça frente a um aumento permanente de despesas, que só neste ano aumentará R\$ 96 bilhões."

O setor produtivo quer a flexibilização da legislação trabalhista e a reforma da Previdência. Mas sabe que há resistência a estes temas mesmo entre os partidos que apoiaram o impeachment,

como a Força Sindical, liderada pelo deputado Paulo Pereira (SD-SP). Entre os petistas tampouco teria apoio.

LOTEAMENTO

Até a formação do novo ministério está sob a observação dos empresários que apoiaram o impeachment.

Os representantes do agronegócio, por exemplo, já avisaram emissários de Temer que, para continuar apoiando, não querem que o Ministério da Agricultura seja usado em troca de apoio político.

Na Fazenda, o nome preferido é o do ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga. Respeitado pelo mercado, ele traria o PSDB para o novo governo. Fraga seria ministro caso Aécio Neves tivesse vencido as eleições de 2014.

Mas Henrique Meirelles, que presidiu o BC no governo Lula, tem a seu favor o trânsito político no Congresso. Em 2002, Meirelles foi eleito deputado federal pelo PSDB. Hoje está no PMDB.

"A capacidade de atrair nomes com credibilidade para a equipe econômica será fundamental", diz Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos. "O Joaquim Levy tinha credibilidade, mas não teve apoio do governo."

ANEXO II – ENTREVISTA PÁGINA 19

FOLHA DE S. PAULO

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2016 ★ ★ ★ poder A19

O IMPEACHMENT ECONOMIA

ERICA FRAGA
DE SÃO PAULO

O primeiro passo de um eventual novo governo deveria ser o desmonte de medidas adotadas por Dilma Rousseff, como subsídios a setores escolhidos.

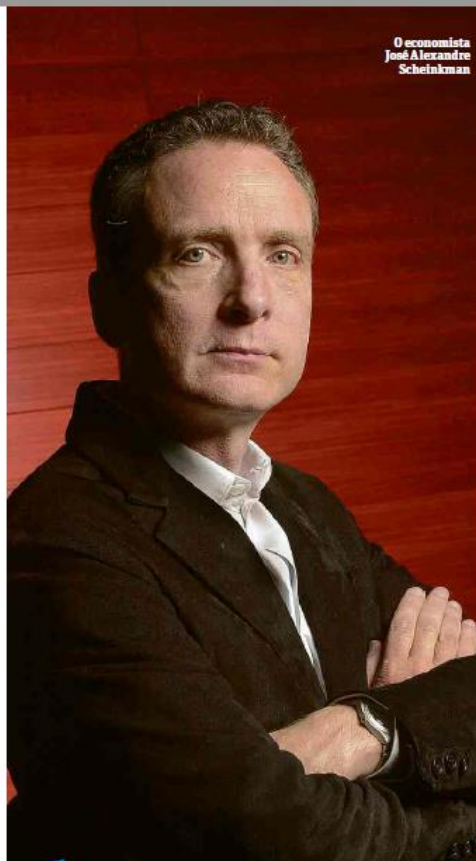
Essa é a opinião do economista José Alexandre Scheinkman, professor da Universidade Columbia e professor emérito da Universidade de Princeton, nos EUA. Segundo ele, a repetição de erros no Brasil o faz lembrar o filme "Feitiço do Tempo", em que um homem vive o mesmo dia diversas vezes.

Scheinkman cita como exemplo intervenções econômicas implementadas pela presidente Dilma Rousseff que, segundo ele, já tinham sido feitas sem sucesso por Ernesto Geisel (presidente do Brasil entre 1974 e 1979).

Um dos autores, em 2002, do documento "Agenda Perdida" — que diagnosticava desafios do Brasil para atingir o crescimento sustentado —, Scheinkman defende a revisão de privilégios que criam distorções econômicas.

É o caso, segundo ele, do Simples (regime tributário que beneficia pequenas empresas). "É impossível um país em que um engenheiro que trabalha para uma empresa de construção pague um Imposto de Renda sobre seu salário maior do que um advogado que forma sua própria empresa", afirma.

Leia a seguir a entrevista.



O economista
José Alexandre
Scheinkman

Gustavo Ferraz/ABR - 2 Jun 2012/Visual

RAIO-X
JOSÉ A. SCHEINKMAN

ATUAÇÃO

É professor da Universidade Columbia (EUA) e professor emérito da Universidade Princeton (EUA). Antes presidiu o departamento de economia da Universidade de Chicago. É membro do conselho de administração da Cosan.

FORMAÇÃO

Doutor em economia pela Universidade de Rochester

nhou escala. O governo já tinha introduzido nos anos 80 investimentos em tecnologia, por meio da Embrapa, e isso começou a dar frutos. Você teve o Plano Real, privatizou setores em que havia grande ineficiência, como telefonia. Houve ainda a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal e a adoção do regime de metas de inflação. Toda vez que você tem mudanças positivas desse tipo ocorre um ganho na economia.

Desde a Constituição de 1988, também passamos a investir mais em educação. Embora seja possível reclamar da qualidade da força de trabalho, ela é melhor do que era antes. Mas, a partir de 2009, houve passos para trás.

Como ficou o saldo disso?

Acho que em alguns setores retrocedemos. A indústria de petróleo, por exemplo, de-

ANÁLISE

Vexames do dia do impeachment recomendam reformas já

VINÍCIUS TORRES FREIRE
COLUNISTA DA FOLHA

Deus, família e impropriedades várias foram as inspirações da maioria dos votos dos deputados federais que optaram por depor Dilma Rousseff. O motivo principal para justificar a entrega da cabeça da presidente ao Senado era "corrupção" ou "roubalheira", que não estavam em causa.

Como se recorda e geralmente jamais se compreendeu, dentro ou fora do Congresso, o motivo alegado do processo eram fraudes fiscais.

Não vem ao caso discutir nesta hora deprimente o problema constitucional da lei do impedimento, assunto porém grave. Note-se apenas que todas as sutilezas jurídicas e econômico-fiscais foram consideradas fúteis pelos deputados. Na marra. Goste-se ou não, para os representantes do povo o julgamento do "impeachment" é político.

Como de política se trata, convém tentar dar algum sentido, ainda que superficial, ao que as elites viam com espanto na Câmara, ou assim se manifestavam, indignadas e enojadas, pelas redes sociais.

Observe-se logo que aqueles deputados foram eleitos pelos mesmos cidadãos que escolheram Dilma Rousseff. Aécio Neves ou Marina Silva, para mencionar os mais cotados na eleição de 2014. Quanto à legitimidade dos votos, de eleitores e deputados, em si não há o que objetar.

Folha - Quais são as medidas urgentes que um eventual novo governo deverá tomar?

José Alexandre Scheinkman - Hoje, no Brasil, podemos pensar em problemas com diferentes horizontes. No mais curto prazo, é preciso remover o que restou da chamada nova matriz macroeconômica, como os subsídios a setores escolhidos que prejudicaram ainda mais a eficiência da economia. São as questões, em certo sentido, mais fáceis de resolver.

Num segundo horizonte, mas também muito importante, nós temos um problema fiscal em que a taxa de aumento das despesas do governo excede a da arrecadação e nos levou a um déficit primário. Se nada for feito, esse déficit vai piorar. Precisamos de reformas que envolvam desde a Previdência até a remoção de privilégios a alguns setores. Isso tudo tendo o cuidado de manter os gastos fiscais que são importantes para o país, como o Bolsa Família.

No curto prazo, um aumento de impostos é inevitável?

Não acho que seja inevitável. Se fôssemos aumentar impostos, acho que deveríamos procurar aumentar os de melhor qualidade, como o imposto do combustível, que diminuiria o uso de automóveis e a poluição.

A CPMF é um imposto particularmente ruim. Mas acho que o grande problema no Brasil atualmente é que há certas categorias que pagam muito menos impostos do que outras. Com o Simples, temos uma distorção enorme pela qual muitos profissionais liberais pagam uma taxa muito menor do que quem trabalha em uma empresa.

Outro problema é o ICMS. Você tem uma porção de setores que têm dispensa de pagamento.

Vamos primeiro fazer os impostos muito mais horizontais e, depois, pensar se precisamos realmente aumentar impostos.



ENTREVISTA JOSÉ ALEXANDRE SCHEINKMAN

Brasil Grande não deu certo com Dilma nem nunca dará

PARA ECONOMISTA, EVENTUAL NOVO GOVERNO DEVE DESMONTAR MEDIDAS ADOTADAS PELA PRESIDENTE, COMO SUBSÍDIOS À INDÚSTRIA

Muitas medidas envolvem retirar privilégios de certos grupos. Há consenso na sociedade para isso?

A gente tem que torcer para que exista. É impossível um país em que um engenheiro que trabalha para uma empresa de construção pague um Imposto de Renda sobre seu salário maior do que um advogado que forma sua própria empresa. Um país desses vai ter problemas.

O que nos levou à crise atual?

A crise de 2009 nos países avançados associada ao aumento do preço de commodities pela demanda da China convenceu muitas pessoas — não foi só o Lula e a Dilma, mas outros como Hugo Chávez [ex-presidente da Venezuela], [Vladimir] Putin [presidente da Rússia] — de que eram gênios da economia. Para o Brasil, esse foi o período da nova matriz macroeconômica, que aumentou as distorções, aumentou

os problemas fiscais e foi a origem próxima da crise.

Aumentaram subsídios a certos setores, os preços da eletricidade e da gasolina foram congelados, o governo adotou uma nova forma de cálculo do salário mínimo, aumentou a proteção a certas indústrias.

A nova matriz macroeconômica também passou a ignorar a disciplina fiscal. Teve também o problema do Banco Central, que, a cada ano, prometia que no ano seguinte estariam no centro da meta [de inflação]. Tudo isso levou a uma desorganização da economia.

A expansão em meados dos anos 2000 ocorreu por que?

O Brasil deu certo por um tempo porque houve melhorias institucionais. Isso começou com a abertura da economia na década de 90. A agricultura brasileira se tornou muito mais competitiva durante esse período, ela ga-

“Esse governo que está aí mostrou uma total inabilidade de convencer até seu próprio partido, o PT, da necessidade das reformas

Eu fico impressionado que a gente volte a essas discussões dos anos 70. O [Ernesto] Geisel fez aquela política do Brasil Grande, a Dilma faz um programa de Brasil Grande. Não deu certo com ele, não voltou a dar certo, nunca vai dar certo

pende da Petrobras, que foi totalmente desorganizada.

O Brasil tem ainda um problema de produtividade sério que forma uma terceira agenda, de longo prazo. O mais importante nesse momento é que precisamos melhorar muito nossa infraestrutura. Precisamos também nos abrir mais para o resto do mundo.

O sr. acha que a possível troca de governo cria espaço para iniciar essas reformas?

Esse governo que está aí mostrou uma total inabilidade de convencer até seu próprio partido, o PT, da necessidade das reformas. Não sabemos como um eventual novo governo será montado.

O que é a "Agenda perdida"?

Aquilo foi uma compilação de ideias de várias pessoas. Houve pontos nos quais avançamos, como a área do crédito, a discussão dos programas sociais. Houve uma reforma da Previdência Social no setor público.

Outras ideias continuaram esquecidas. Fizemos pouco progresso, por exemplo, na questão da abertura da economia brasileira, na melhoria da infraestrutura.

O documento teve um papel positivo naquele momento. Mas tem muitos trabalhos de economistas feitos antes e depois daquilo que são relevantes para qualquer governo hoje em dia. Não faltam boas ideias.

E por que essas ideias não são implementadas?

Não entendo bem. Tem um filme que aqui se chama "Groundhog Day" ("Feitiço do Tempo"), em que o sujeito acordava sempre no mesmo dia, no mesmo dia. E a gente se sente assim com essas discussões. Eu fico impressionado que a gente volte a essas discussões dos anos 70. O [Ernesto] Geisel fez aquela política do Brasil Grande, a Dilma faz um programa de Brasil Grande. Não deu certo com ele, não voltou a dar certo, nunca vai dar certo.

deparar os votos certos ou errados, tal avaliação não diz quase nada sobre o sistema que seleciona os representantes, sobre como eles se organizam em partidos e sobre o processo político que acaba por orientar o comportamento dos parlamentares.

Muito se fala da economia em frangalhos, mas menos tem e reflexão pública se dedica a um sistema político que, parece, seleciona mal as lideranças, entre elas também os parlamentares federais. Tal escolha depende em boa parte da ação de partidos.

O sistema partidário apodreceu de vez, vide as compras de votos nessa eleição indireta perversa que se transformou a votação do impeachment. Mas faz tempo que a escolha depende em boa parte dos partidos se transformaram em tropas de barganha ou bandos de salteadores do Estado.

Apesar da maioria de quase 75% dos votos "pro-Temer", há dúvida imediata sobre a qualidade e a estabilidade dessa coalizão, tanto devido à fragmentação partidária oportunista como à desertificação social das legendas.

A coisa não deve melhorar no médio prazo sem reformas relevantes ao menos nas regras eleitorais, as quais favorecem a formação de partidos-negociatas.

Mudanças que dependem das próprias raposas no galinheiro dizimado.

Essa é apenas parte do problema. O sistema partidário pode ficar ainda pior porque entrou em descompasso progressivo com uma sociedade que se transformou muito em 20 anos. Além do mais, a formatação do Estado, seu gigantismo fragmentado e o sistema de favores a empresas ou a grupos de interesse minoritários facilita a ação de salteadores nos partidos e de quem os financia.

Se mudanças políticas na sociedade e sem reformas que façam o sistema político permeável a tais mudanças, teremos ainda muito problema.

ANEXO JJ – REPORTAGEM PÁGINA 21



Vista aérea de ato pró-governo no vale do Anhangabaú

O IMPEACHMENT DATAFOLHA

Atos reúnem 250 mil na av. Paulista e 42 mil no Anhangabaú

Manifestações a favor e contra Dilma diminuem em relação às de março

De acordo com o Datafolha, protesto contra a presidente reuniu metade do público de 13 de março

DE SÃO PAULO

No dia em que a Câmara dos Deputados votou o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, manifestações em São Paulo reuniram 250 mil pessoas na avenida Paulista e outras 42 mil no Vale do Anhangabaú, de acordo com o Datafolha.

Na Paulista, se reuniram neste domingo (17) movimentos favoráveis ao impeachment da presidente.

No Anhangabaú, na região central da cidade, o ato foi promovido por simpatizantes de Dilma.

A manifestação pelo impeachment na Paulista neste domingo reuniu metade do público presente no maior ato contra Dilma, promovido no dia 13 de março.

Na ocasião, estiveram na avenida 500 mil pessoas, no maior ato político já contabilizado pelo Datafolha.

Ao longo de 2015, a participação em atos contra Dilma na Paulista variou de 40 mil a 210 mil manifestantes.

No campo político oposto, o maior ato anti-impeachment foi realizado em 18 de março, com 95 mil pessoas, de acordo com o Datafolha, também na avenida Paulista.

Outros grandes atos pró-governo desde março do ano passado reuniram de 37 mil a 55 mil pessoas.

Neste domingo, o pico de presença na Paulista, de acordo com o instituto, ocorreu às 17h, pouco antes do início da votação na Câmara, com 125 mil pessoas.

A maior concentração ocorreu nos três quarteirões do Masp ao prédio da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Em 13 de março, a grande aglomeração de manifestantes chegou a bloquear também vias nas adjacências, como a alameda Santos. A Paulista ficou tomada de uma ponta até a outra.

Na região do Anhangabaú, os manifestantes contrários ao impeachment também se dispersavam bem antes da definição em Brasília. O momento de maior concentração ocorreu às 18h, quando se reuniram 33 mil pessoas.

MÉTODO DE CONTAGEM

Para contabilizar o número de participantes, os pesquisadores do instituto percorrem a região do protesto e avaliam o número médio de manifestantes por metro quadrado durante o ato.

A área do evento é dividida em quadrantes, nos quais os pesquisadores estimam a concentração de pessoas.

Locais próximos a carros de som, por exemplo, costumam ter densidade maior.

Ao mesmo tempo, os pesquisadores também entrevistam manifestantes e os questionam sobre há quanto tempo estão no ato.

Um dos objetivos é avaliar a variação do público ao longo da manifestação. (FELIPE BACHTELDO)



Manifestantes na avenida Paulista neste domingo (17)

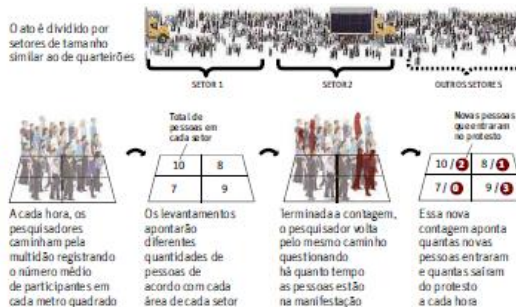
MANIFESTAÇÕES EM SÃO PAULO

Veja a evolução dos atos pró e contra o governo, segundo o Datafolha

PÚBLICO EM SP, EM MIL



COMO A PESQUISA DATAFOLHA É FEITA



ANEXO KK – REPORTAGEM PÁGINA 22

A22 poder ★ ★ ★ SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2016

FOLHA DE S. PAULO

O IMPEACHMENT COMEMORAÇÃO

PAULISTANAS



Selfie com o pato
Dez pessoas fantasiadas de pato – símbolo da campanha pró-impeachment da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) – estavam espalhadas pela avenida Paulista, tirando fotos com os manifestantes. Contratados pela Fiesp, eles faziam turnos de 40 minutos sob o sol, seguidos por 30 minutos de descanso.



'Quando eu , estou aqui...'
Um imitador do cantor Roberto Carlos se apresentou na ciclovia da avenida vestido com as cores da bandeira nacional. O protesto na Paulista também recebeu religiosos. Um grupo da Igreja evangélica Corpus Christi fez um culto na esquina com a rua Augusta, onde tradicionalmente hippies e artesãos se reúnem para vender



seus trabalhos. De óculos escuros e boné virado para trás, o pastor Jeter de Almeida fez uma rápida pregação pedindo "perdão àqueles que tem mentido, roubado e difamado".



Edição: Guilherme L. Feliciano

Casarão alegórico

No número 1.919 da Paulista, um casarão serviu de base para um grupo de manifestantes favoráveis ao impeachment. A decoração, com bexigas e fitas verdes e amarelas, lembrava a de um carro alegórico. Um segurança que estava na porta disse tratar-se de imóvel particular, onde era realizado evento fechado a convidados. A Folha pediu para falar com os responsáveis, mas o funcionário disse que eles não falariam.



Edição: Raphaela B. M.

Varal dos camelôs

Camelôs na região da Paulista usavam postes e semáforos como varal para expor Pixulekos, bandeiras do Brasil e camisas da seleção brasileira de futebol. "Esta vez tem muito mais vendedores. Se a Dilma cair, não sobra uma bandeira. É como se o Brasil ganhasse a Copa", afirmou o ambulante Andrews Junior, 29.

Resultado de votação é recebido com buzinaço e choro na Paulista

Aprovação do impeachment da presidente é seguida por gritos de 'Fora Dilma' e 'Fora PT' na avenida

Paulista tem clima de Copa e de 'domingo no parque' durante o dia, com direito a telão da votação e fantasiados

DE SÃO PAULO

Os 250 mil manifestantes pró-impeachment reunidos na avenida Paulista receberam com euforia a aprovação do afastamento da presidente Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados.

Entre os que vibravam, alguns choravam e muitos gritavam "Fora PT", "Fora Dilma" e "Fora querida" assim que o voto decisivo, do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), foi declarado.

"Não tem explicação pra emoção que estou sentindo", disse Tanise Oliveira, 28, que chorou durante o hino nacional e após o voto decisivo.

Com mãos juntas e olhos fechados, a assessora de eventos Juliana Nascimento, 25, passou boa parte da votação orando. Da religião batista, ela disse que "conversava com Deus" pelo país.

"Queremos que o país e os brasileiros não se afoguem. O Temer não é a solução, mas o impeachment é para a gente respirar diante da situação. Depois do impeachment, deve ter uma limpeza geral."

A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) projetou a bandeira nacional em sua fachada, algo que tinha sido proibido por infringir a Lei Cidade Limpa. Os manifestantes ento-

aram o grito "Eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor", comum em jogos da seleção brasileira.

Quando faltavam 20 votos para o impeachment avançar, locutores do MBL (Movimento Brasil Livre) se revezavam numa contagem regressiva em um palco instalado pelo movimento próximo ao Masp.

"Faltam muito poucos votos para o Brasil voltar a ser livre", disse um deles. "Contagem regressiva para o fim do PT, contagem regressiva para o fim do comunismo", disse o mestre de cerimônias do palco da Fiesp quando faltavam dez votos. "Ai, ai, ai, tá chegando a hora", respondia o público.

Em cima do palco do MBL jovens passaram avatuação toda dançando. Logo após o 342º voto, o apresentador Danilo Gentili anunciou a banda Carreta Furacão, "a banda mais importante do mundo". Com Pixulekos — bonecos que mostram Dilma e o ex-

presidente Lula com roupas de presidiários — na mão o tempo todo e de olho no telão, o engenheiro Luciano Morozowski, 40, comemorava cada voto a favor.

"Ela vai ser julgada pelas pedaladas e pelas consequências dessas pedaladas, mas acredito que tem muito mais motivos para ela cair. Mais crimes surgirão e não vai ser o Senado que vai segurar", disse Morozowski.

O gerente comercial Maurício Fungaro Pelosi, 28, passou um mês acampado na Paulista. Depois do último voto, estava bastante emocionado. "É muita alegria, não dá pra descrever. Porque eu me lasquei tanto para ficar aqui, no trabalho, tanta gente que não acreditava, falava que não iria mudar."

"REI LEÃO"

Pouco antes do final da votação, a professora Gisele subiu ao palco do MBL com seu bebê de seis meses no colo.

Ela, que foi até lá com o marido e outros dois filhos, ergueu o menino vestido de verde numa cena parecida com o nascimento do leão Simba na clássica animação da Disney "Rei Leão".

"Meu filho chegou no meio de uma crise que nos deixou apavorados. Embora todos sejam corruptos, esse aqui é pontapé inicial da limpeza da política. Eu e meu marido estamos aqui pelos nossos filhos", afirmou Gisele.

"Vim fazer minha parte", dizia a professora Carla Gomes, 36. Ela segurava as lágrimas depois do último vo-

to. Logo após o início do show no palco do MBL, ela foi embora. Por volta da meia-noite deste domingo, o cenário era de fim de festa, com o restante dos manifestantes seguindo para estações do metrô.

Em Higienópolis, moradores foram às janelas piscar luzes, bater painelas e soprar cornetas. No cruzamento da avenida Higienópolis com a avenida Angelica, muitos carros passaram buzinando e piscando faróis.

Em bairros como Vila Mariana, Mooca, Pinheiros, Vila Madalena e Chácara Klabin, também foram ouvidos rojões e panelaços, além de gritos de "Valeu, Cunha!", em referência ao presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

CLIMA DE COPA

Durante o dia, reinou na Paulista um clima de "domingo no parque" e de Copa do Mundo. Pela manhã e à tarde, crianças com os pais, idosos, manifestantes fantasia-

“É muita alegria, não dá pra descrever. Porque eu me lasquei tanto no trabalho, tanta gente que não acreditava, falava que não iria mudar”

MAURÍCIO FUNGARO PELOSI, 28, gerente comercial, usava há um mês acampado na Paulista

dos e portando cornetas e bandeiras do Brasil transitavam pela avenida. Os primeiros manifestantes chegaram por volta das 10h.

Com o início da votação na Câmara, por volta das 17h30, a avenida ganhou ares de Copa do Mundo. Deputados que votaram contra o impeachment eram vaiados, enquanto aqueles favoráveis ao afastamento de Dilma eram ovacionados como se fossem gols da seleção brasileira.

Principal ponto de concentração dos manifestantes na avenida, a frente do prédio da Fiesp tinha cinco carros de som, telão e diversos alto-falantes, além de três bonecos infláveis de Lula, Dilma e do pato amarelo — símbolo da campanha pró-impeachment encabeçada pela Fiesp.

No telão da entidade, deputados que, ao votar, criticavam Cunha e o vice-presidente, Michel Temer (PMDB), tinham o áudio cortado. A Fiesp é presidida por Paulo Skaf, aliado de Temer. Menções a novas eleições também eram interrompidas.

Com o calor, pessoas passaram mal e foram atendidas pelos Bombeiros. No início da noite, a Polícia Militar deteve duas pessoas que brigaram em frente ao palco do MBL.

Os estabelecimentos que abrem aos domingos na Paulista funcionaram normalmente. O shopping Cidade São Paulo, próximo ao Masp, instalou grades para controlar a entrada de pessoas. (AM: GELA BOLDORINI, ARTUR RODRIGUES, BRUNO SORAGGI, EMILIO SANT'ANNA, GIBA BERGAMINI JR. E PAULO SALDANHA)

“Ela [Dilma] vai ser julgada pelas pedaladas e pelas consequências dessas pedaladas, mas acredito que tem muito mais motivos para ela cair. Não vai ser o Senado que vai segurar”

LUCIANO MOROZOWSKI, 40, engenheiro

ANEXO LL – REPORTAGEM PÁGINA 23



Manifestantes comemoram a aprovação do impeachment de Dilma na av. Paulista

PAULISTANAS



Pixuleko alternativo
Militantes de esquerda trouxeram para a Paulista um Pixuleko em forma de rato feito de ltxo. "Hoje é o cortejo do rato", disse um dos membros do grupo. Nenhum deles quis se identificar. Depois de começar o domingo na avenida, o rato terminou o dia no ato contra o impeachment realizado na praça da Sé, no centro de SP.



Clima de paquera
Em meio à euforia ainda havia quem arrumasse ânimo para paquerar. Desavisada sobre o ato deste domingo, a publicitária Evelyn Reginato, 25, (foto) procurava a esquinha com rua a Pamplona — lá visitar uma amiga. Ao passar ao lado do caminhão do MBL, em frente à reportagem, "entrou o peixeço" de um grupo de camisetas amarelas. "Fui paquerada? Nem percebi", disse ela, que apota o impeachment e já participou de outra manifestação. "Não vi mesmo, mas acho que tá cheio de gente interessante", disse.

Atos anti-Dilma no país têm rojões, food trucks e vuvuzelas

DE SÃO PAULO DE CURITIBA DE SALVADOR COLA BOIAÇA O PARAA FOLIA, EM FLORIANÓPOLIS

Além do clima de jogos da seleção em Copa do Mundo, com camisetas da CBF, bandeiras do Brasil e vuvuzelas, alguns dos atos pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff lembraram as comemorações de Réveillon. Foi o caso de Florianópolis, onde o ato na avenida Beira Mar Norte teve os tradicionais fogos de artifício e as cenas típicas de 1º de janeiro: pessoas se abraçaram, tiraram selfies, cumprimentaram até desconhecidos e brindaram com cerveja.

"É a hora de limpar o Brasil da roubalheira", disse a dentista Ana Flávia Costa. Também em Belo Horizonte, houve cenas como essas de Santa Catarina. Após o voto 342, que sacramentou a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, manifestantes soltaram rojões, se beijaram e se abraçaram. Alguns chegaram a chorar.

“É a hora da virada. É a hora de limpar o Brasil da roubalheira”

ANA FLÁVIA COSTA dentista de Belo Horizonte (MG)

“Fizemos um movimento lindíssimo pelo impeachment, e estamos colhendo o resultado”

CÉSAR LEITE médico e líder do Movimento Brasil Livre em Salvador (BA)

A sessão foi transmitida na praça da Liberdade, região central. No local, membros de uma igreja evangélica pediram até a Deus pela saída da presidente. "O impeachment é o começo da limpeza", disse a pastora Lillian Macedo. Logo depois, eles deixaram o local e iniciaram carreta com buzinação pelas ruas de Belo Horizonte.

Em várias capitais, mesmo com a chuva, os atos contra o PT continuaram até que a abertura do processo de impeachment estivesse aprovada. Foram os casos de Macaé, Salvador e do Recife, que comemoram todos com fogos de artifício.

MÚSICA DO SENNA

Em Curitiba, sede da Operação Lava Jato, a música "Teima da Vitória", conhecida após as corridas do piloto Ayrton Senna na Rede Globo, foi entoada pelas caixas de som após o 342º voto.

Foi lá também que um dos locutores do carro de som no centro da cidade gritou, após o voto "sim" do presidente da Câmara: "Dá-lhe Cunha, nosso malvado favorito". Na capital baiana, o 342º voto pelo impeachment também foi recebido o grito "fora, PT" — comum também em várias capitais na hora da comemoração. "Fizemos um movimento lindíssimo pelo impeachment, e estamos colhendo o resultado", disse César Leite, médico e líder do MBL na Bahia.

Um festival de food trucks foi montado para atender ao público contra o governo federal na capital baiana. No cardápio, hambúrgueres e pratos regionais, como escondidinho de carne de sol. Não havia coxínhas e, apesar de o grupo ser contra Dilma, nem mortadelas. (THIAGO AMARAL, JOÃO PEDRO PITOMBO, JULIANA COISSI E JEFERSON BERTOLINI)

MANIFESTAÇÕES PELO PAÍS



Rio de Janeiro (RJ)

Manifestantes acompanham votação na praia de Copacabana, no Rio, por meio de telões



Vitória (ES)

Praça do Papa foi ponto de encontro de manifestantes contrários ao governo de Dilma Rousseff



Curitiba (PR)

Em Curitiba, manifestação contrária ao governo aconteceu na praça Santos Andrade



Recife (PE)

No Recife, ato pró-impeachment aconteceu na Praia de Boa Viagem, na zona Sul da cidade

ANEXO MM – REPORTAGEM PÁGINA 24

A24 poder ★ ★ ★ SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2016

FOLHA DE S. PAULO

O IMPEACHMENT DIVISÃO

Manifestantes pró-impeachment em Brasília vibram durante votação na Câmara



SEPARADOS PELO MURO

Placas erguidas no meio da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, dividiam atos com interesses e reações opostos

DA ENVIA DA BRASÍLIA DE BRASÍLIA

O muro que atravessa a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, separava neste domingo (17) duas manifestações opostas.

Ao sul das placas de metal instaladas pela SSP (Secretaria de Segurança Pública do DF) do gramado do Congresso até depois da catedral, estavam os grupos favoráveis ao impeachment. Ao norte, os contrários.

Cada voto chamado a lamen-



Diego Patgroschi/Poligonpress

cidade, o clima de divisão também vigorava.

No bar Libanus o racha entre os dois grupos começou cedo. No início da tarde, clientes vestidos de verde e amarelo gritaram palavras de ordem contra outros, vestidos de camisetas vermelhas. "Vai ter impeachment", disse o grupo, que ouviu em resposta: "Não vai ter golpe."

A cena fez com que a assessora especial Cristiane Nascimento, 35, resolvesse voltar ao bar horas depois, já à noite, para acompanhar a votação.

tava os climas opostos: quem assistia do lado sul vibrou, por exemplo, com as faixas do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ). Ah, o deputado Jean Willlys (PSOL-RJ) foi muito vaiado.

Ao norte, as reações foram inversas. O voto do deputado Marco Feliciano (PSC-SP) quase não foi ouvido em meio aos gritos da multidão.

Cada lado tinha também uma relação diferente com o juiz Sérgio Moro, responsável por julgamentos de primeira instância do esquema de corrupção na Petrobras, desbaratado pela Operação Lava Jato. Homenageado no sul com camisetas, faixas e bonecos, o juiz foi alvo de ataques do outro lado do muro.

Abundantes no sul, os bonecos "pixulecos", que retratam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com roupa de presidiário, ganharam um análogo no norte da Esplanada: infláveis em que é o senador Aécio Neves (PSDB-MG)



Esplanada dos Ministérios dividida pelo muro, acima, manifestantes pró-Dilma e abaixo, grupos contrários ao governo

quem veste a típica estampa listrada de branco e preto. Enquanto senadores petistas, entre eles Gleisi Hoffmann (PR), foram recebidos com entusiasmo nos carros de som dos grupos pró-governo, autoridades políticas não tiveram recepção calorosa na manifestação oposta.

A mulher do deputado João Paulo Papa (PSDB-SP), por exemplo, foi barrada ao pedir para subir em um caminhão de som. Ela e seus assessores pretendiam tirar uma foto de cima do caminhão.

Por volta das 23h, quando houve o 342º voto a favor do avanço do processo de impeachment da presidente Dilma, o lado sul explodiu em festa, com direito a música da vitória e muita dança.

Já aqueles que apoiam o governo ouviam Wagner Freitas, presidente da CUT, dizer, do alto do carro de som, que "está na hora da portada. Vamos incendiar o país". Pouco depois, os manifestantes deixavam a Esplanada em silêncio.

Do lado sul, a comemoração continuou —na saída,

manifestantes anti-Dilma entregavam rosas brancas e aplaudiam policiais militares e bombeiros que faziam a segurança do local.

MULTIDÕES

De acordo com a SSP, o pico dos protestos aconteceu por volta das 20h, quando a Esplanada reunia 79 mil pessoas —26 mil ao norte, com os governistas, e 53 mil ao sul, com os contrários. Não foram registradas ocorrências de violência.

No lado sul da Esplanada,

o ato foi organizado pelos grupos Vem Pra Rua, MBL (Movimento Brasil Livre), Revoltados Online, Limpa Brasil e MBr (Movimento Brasil), que haviam registrado ofício sobre o uso da Esplanada.

No lado norte, a organização ficou por conta da Frente Brasil Popular, que reúne mais de 60 entidades dos movimentos sindical e social, além de partidos políticos como PT, PC do B e PDT.

BARES

Em bares e restaurantes da

"Vi que tinha mais gente do nosso lado", diz ela, que é a favor do impeachment e filiou a cena —as provocações, diz, foram apenas verbais.

Estava certa sobre a maioria: à noite, havia apenas um cliente de camiseta vermelha, alvo de gritos de "Tchau, que-rêdo". "O bar todo estava contra mim", disse o funcionário público Cláudio Cardoso, 51, que afirma ser contra o impeachment.

No bar Boteco, na Asa Sul de Brasília, no entanto, o gerente Antônio Moreira optou por separar futebol e política. Segundo ele, clientes haviam ligado mais cedo manifestando interesse de ver uma partida. Outros queriam ver o destino de Dilma.

A solução encontrada foi deixar uma TV em cada parte do salão para cada opção. "Muita gente não vai à manifestação, mas vem para o bar assistir", disse PAULA REVERBEL, EDUARDO CICCOLO, JOHANNA MUSLAT E NATÁLIA GANCIAN



Final de ato a favor do governo Dilma em Brasília, na Esplanada dos Ministérios

ANEXO NN – REPORTAGEM PÁGINA 25

FOLHA DE S. PAULO

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2016 ★ ★ ★ poder A25

O IMPEACHMENT LAMENTAÇÃO



Manifestantes lamentam a derrota do governo em ato no vale do Anhangabaú, em SP

Derrota é recebida com resignação em ato pró-governo no Anhangabaú

No centro de SP, clima bom dá lugar a desânimo conforme o avanço da votação na Câmara

Mesmo com derrota neste domingo (17), apoiadores do governo Dilma defendem

"Não vejo nada de bom no horizonte do país."

No carro de som, líderes de movimentos como o MTST (sem teto) e partidos como

centenas de pessoas após a definição dos votos, engrossou o coro. "Ninguém sai da rua nunca mais", disse.

A terapeuta Flávia Arantes,

nário da Câmara.

Ao longo da votação, em ao menos dois momentos, a organização consultou os presentes sobre a possibilida-

mara, Eduardo Cunha, de "gângster", foram ovacionados após o voto negativo ao impedimento da presidente. O público aplaudiu também

O QUE ELES DIZEM

Manifestante pró-Dilma no Anhangabaú



reviravolta no Senado

DE SÃO PAULO

A animação que tomou conta do vale do Anhangabati, onde se concentraram os atos contrários ao impeachment de Dilma Rousseff em São Paulo, durou pouco.

A festa feita a cada voto favorável à presidente no começo da sessão deu lugar, aos poucos, a uma comemoração tímida — fazendo com que parte dos 42 mil presentes comessem a deixar o local. No momento em que o voto 342, que definiu a continuidade do processo, foi proferido, o clima já era de resignação.

Os três telões que transmitiam a votação por lá foram desligados assim que o resultado foi confirmado, e a maioria que dos que permaneceram no local partiu para o metrô.

Muita gente chorava no Anhangabati. “A gente já sabia que ia perder, mas quando o golpe vem, não tem como não se deprimir”, disse Camilla Alves, 35, professora.

PSOL e PC do B tentaram reanimar os poucos que ficaram afirmando que a luta na rua continua, com mobilização nos próximos seis meses — prazo para a finalização do processo pelo Senado.

“Vamos parar o país, vamos parar as estradas, vamos organizar nossa tropa, nossa greve geral”, afirmou Douglas Rizzo, presidente estadual da CUT e coordenador da Frente Brasil Livre.

O músico Chico César, que se apresentou para poucas

33, que resistiu até o show, disse acreditar que os movimentos pró-governo “irão girar” para se manter nas ruas. “Espero que as pessoas que estão comemorando [o impeachment], achando que vai ser bom, vejam o que realmente está acontecendo, que não é contra a corrupção.”

EUFORIA E DESÂNIMO

Convocado pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo Sem Medo, o ato marcado para as 15h começou a juntar adeptos a partir das 10h.

Os manifestantes ocuparam desde o viaduto do Chá até o Boulevard São João. Eles seguravam balões de gás vermelhos com os dizeres: “Não ao golpe!”.

Ao longo do trecho ocupado, foram montadas tendas de plástico, onde os presentes tentavam se esconder do sol. Muitos ambulantes amaram suas churrascarias. Nos arredores bares com TV também ficaram lotados.

O clima festivo e a animação, porém, duraram pouco após iniciada a sessão do ple-

de de interromper a transmissão da votação nos telões, uma vez que os discursos dos parlamentares estavam desanimando o público, que reagiu contra.

Muitos dos manifestantes acompanhavam a decisão com papel e caneta na mão. Aplausos e vaias se alternavam de acordo com o deputado que estivesse na bancada.

O ex-Ministro Orlando Silva (PC do B-SP) e o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), que chamou o presidente da Câ-

as abstenções e ausências.

Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) — filho do deputado carioca Jair Bolsonaro — e o próprio Cunha, que votaram sim, ficaram entre os mais vaiados.

Do carro de som, a organização tentava pedir calma aos militantes, pois os deputados do Nordeste poderiam trazer surpresas, e explicava que a aprovação na Câmara representaria apenas o início do processo de impeachment.

Mas perto das 20h, a própria transmissão da votação já era interrompida várias vezes para que organizadores dessem recados a quem deixava o local.

Um deles, o servidor do Tribunal de Justiça de São Paulo Leandro Alves, 34, que esteve no Anhangabati desde as 13h, temia confusão. “Vim preparado para a derrota. Tenho bastante críticas a este governo. Ainda assim, sou contra o impeachment. Não creio que os envolvidos queiram ajudar. São bandidos.”

LEANDRO ALVES, 34, manifestante contra o impeachment. (EDUARDO GEMO QUE, JULIANA CUNHA, LUIZA WOLF, ROSEGERIO PIGNAN E RETALDO TURULLO JR.)



Maus-tratos

A palhaça Jujuba, 30, esteve no vale do Anhangabati para se manifestar contra o impeachment — e a favor da classe artística. “Estados antidemocráticos foram os que mais maltrataram os artistas”, diz. “Lutamos muito por nosso voto para entregá-lo assim.”

Nada de Collor

O professor da rede pública Sérgio Tenório, 43, rechaçou as comparações feitas entre o impeachment de Dilma e o processo que tirou o ex-presidente Fernando Collor do poder, em 1992. “Estão enganados. Collor não tinha nenhum apelo”, disse Tenório, que leciona história.

Como formiguinhas

“Não me sinto derrotada. A luta está só começando”, afirma Wilma da Mota, 52, gestora cultural. “Esta é uma derrota do país todo. Não concordo com muitas coisas desse governo, mas não aceito o que está acontecendo.” Wilma diz que veículos de comunicação trabalharam “como formiguinhas” para a situação atual. “Fizeram o que nenhum partido de oposição fez.”

Beijo pra minha mãe

As justificativas dos votos dos deputados foram alvo de críticas. “Parecia o Show da Xuxa. Eles falavam que estavam votando por filhos, mulher, mãe”, diz Luis Eduardo Trevisan de Leon, 28, gestor público. Para ele, com um impeachment, a situação do país pioraria e pautas conservadoras ganhavam força. “Há muita hipocrisia e falso moralismo.”

REZA E CHORO



Brasília

Apreensão de participantes de protesto contra o impeachment na Esplanada



Belo Horizonte

Manifestante pró-governo chora durante ato na praça da Estação, em BH

ANEXO OO – REPORTAGEM PÁGINA 26

O IMPEACHMENT REAÇÕES

FOCO

DE SÃO PAULO
DA EDITORA DE TREINAMENTO

"Se o deputado cita a família, vai votar 'sim' ao impeachment", observa Marcelo Bueno, 19, estudante de administração pública, enquanto assiste a votação da Câmara num churrasco com amigos.

A partir dos discursos repletos de homenagens a pais, filhos e netos, eles tentam adivinhar o voto dos parlamentares. Neste domingo (17), 367 deles apoiaram o impedimento da presidente Dilma Rousseff (PT), enviando o processo ao Senado, que definirá se ela será afastada do cargo.

Aos deputados que evocavam a democracia em suas falas, os amigos favoráveis ao impeachment reagiam: "Pode chamar de próximo!".

Dez quilos de carne e nove fardos de cerveja foram comprados para acompanhar a votação na casa de Gustavo Peres, 19, estudante de gestão de políticas públicas na USP e morador do Brooklin, bairro nobre da zona sul de SP.

No início da votação, os 11 amigos fazem um bolão. O palpite mais modesto aposta em 350 votos a favor da continuidade do processo.

Só uma "intrusa" no grupo, Gabriela Zaina, 26, engenheira elétrica, é contrária ao impeachment. "Acho que não teve crime de responsabilidade. Dilma fez algo que outros governantes fizeram".

Com o 342º voto decisivo para o impeachment, os estudantes cantam "chora petista, bolivariano, a rouba-lheira do PT tá acabando" em frente à TV de 62 polegadas.

Enquanto isso, em uma república no Butantã (zona oeste de São Paulo), seis amigos contrários ao afastamento lamentam a decisão. "Estou assustada", diz a professora Isabel Furlan Jorge, 26, uma das convidadas do churrasco promovido pelo antropólogo Diogo Maciel, 26, e pelo so-



Em churrasco, estudantes comemoram votos favoráveis à saída da presidente Dilma



João Calixto, 57, discute com o filho Arthur Calixto, 24



Estudantes contrários ao impedimento assistem ao pleito

Amigos fazem churrascos e celebram votos como gols em Copa do Mundo

Grupos bebem cerveja e comentam discursos enquanto assistem à votação em São Paulo

ciólogo Max Gimenes, 28.

Na TV, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pede "respeito ao Brasil" no início da votação. "Ele pedindo isso é ridículo", diz, indignado, Danilo Lucena, 29, professor de ensino médio.

A medida que os votos são computados, as fotos dos deputados na **Folha**, onde sua intenção de voto está regis-

trada, são riscadas das páginas do jornal, que passa de mão em mão. Os amigos acompanham enquanto conversam sobre o historiador Sérgio Buarque de Holanda e a série "Game of Thrones".

"Será que o Lula é o Ned Stark?", pergunta Thiago Seneno, 27, mestrando em sociologia, referindo-se a um personagem acusado de traição.

Os amigos se abraçam e comemoram "nãos" e abstenções, como se celebrando um gol do Brasil. Já imaginavam, porém, que o placar repetiria outra derrota por 7 a 1.

VARANDA GOURMET

Na casa da família Calixto, na Mooca (zona leste), são "todos contra o golpe". "Meus o churrasqueiro e meu

cunhado", diz Elisa Androni, 52, juíza do Trabalho, referindo-se ao marido, João Antônio Calixto, 57, consultor em TI, e a seu irmão.

São 11 parentes reunidos para o churrasco na varanda gourmet do apartamento —desde Alcindo Androni, 80, "o petista mais roxo da família" e pai de Elisa, até Bruno Sarmento, 12, sobrinho do

casal. As discussões são acirradas, mas não fora da normalidade, segundo o advogado Arthur Calixto, 24, filho de Elisa e João Antônio. "A gente já vem discutindo o impeachment há muitos churrascos."

Diante do resultado, Elisa lamenta — "desrespeitaram a população e isso é muito perigoso!" — enquanto João Antônio diz ficar satisfeito com o resultado, mas não comemora. "Vai resolver a situação do país? Não vai. Mas não podíamos ficar parados."

Num boteco de esquina no Itaim, na zona sul, fogos de artifício são lançados ao céu em duas ocasiões: quando o pleito começa, às 17h46, e quando o Vasco vence o Fluminense, pouco depois.

O cartão que dispara os explosivos é o empresário Manuel Fernando Gomez, 68. No bar, uma TV está ligada no jogo; outra mostra a figura de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara. "Ele não está nem aí quando chamam ele de ladrão. Faz cara de 'já escutei isso antes'", brinca Gomez.

Ele e os amigos, frequentadores do bar há "40 anos", se reúnem lá para torcer pelo impeachment de Dilma.

"Vai ser de lavada", previa no início da tarde o administrador José Moraes, 65, recém-chegado da av. Paulista, onde havia ido se manifestar. Ele mostra foto da meta na agenda segurando um boné de um ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva presidenciário: "Tá mocinha, né?".

Votos favoráveis são recebidos como gols — "abrimos vantagem", diz Gomez. Floggo: "é duro, é muito voto".

"Tem deputado que eu nunca vi na vida", observa o médico Edouard Tannous, 66, que, nervoso, assistia ao processo no balcão do bar. (ANA LUIZA ALSOUQUE, ANTONIO C. DOMINGUEZ, CAROLINA MUNIZ, GUILHERME ZOCCHI, JULIANA GRAGNANI, RODRIGO MENEGAT)



Na Lapa, manifestante lamenta decisão da Câmara dos Deputados deste domingo (17)



Grupo em ato a favor do impeachment, em Copacabana, celebra resultado da votação

Rio tem choro na Lapa e comemoração em Copacabana

Na praia, houve revezamento de manifestações; de manhã, teve baile funk de grupo pró-Dilma e à tarde foi a vez de grupo contra o governo

DO RIO

Ovoto de número 342, proferido pelo deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), foi comemorado como um gol na mesma praia onde milhares de torcedores acompanharam os jogos da Copa de 2014.

Neste domingo (17), após o resultado favorável ao impeachment, a multidão em verde e amarelo na praia de Copacabana, muitos com camisas da seleção brasileira, entou o conhecido refrão "sou brasileiro com muito or-

gulho, com muito amor".

A advogada Rosemari Sales, 44, segurava um pequeno boneco "Pixuleco" diante da boca. Dizia estar tensa, mesmo após a vitória da oposição. Durante a tarde do domingo, ela disse que chegou a gritar em frente à TV durante a votação. O filho de 7 anos ficou assustado com a reação da mãe. "Estou satisfeita. O processo foi longo, cansativo, mas valeu esperar", disse Rosemari.

Logo após a vitória, o público começou a deixar a

praia de Copacabana —a concentração começara às 15h.

CHORO E CORO

Já nos Aros da Lapa (centro do Rio), quando chegou a vez do voto derradeiro, os organizadores da mobilização contra o impeachment desligaram o som e também o te-

lão, que foi alvo de algumas garrafas arremessadas. A partir daí, houve choro, algumas pessoas se abraçaram. Um grupo reagiu com o coro: "Olé, Olé, Olé, Olé! Dilma! Dilma!". Outros gritaram:

"Vai ter luta" e "esquerda unida, jamais será vencida".

Militante do PT, a universitária Giovana de Souza Guinard, 29, chorava copiosamente, enquanto era consolada por sua mãe que também acompanhava a manifestação contra a deposição.

"A nossa luta não terminou. Nós vamos pra rua. Sofremos um golpe organizado pelos corruptos liderados por Eduardo Cunha", disse.

No calor do momento, representantes da Frente Brasil Popular convocaram um pro-

testo para esta segunda-feira (18), às 18h, na Cinelândia.

Ao longo do dia, manifestantes ocuparam a praia de Copacabana em horários separados —os contra o impeachment na manhã e os a favor, à tarde— monitorados por forte esquema de policiamento. Os dois atos transcenderam de forma pacífica.

A esperada participação de moradores de comunidades, convocados pelos fundeiros da equipe de som Furacão 2000 e pela Frente Brasil Popular, que reúne sindicatos,

associações e entidades de classe que apoiam o governo da presidente Dilma Rousseff, não se concretizou na proporção anunciada pelo organizadores.

"Mesmo que a massa não tenha descido em peso, a favela sabe que o governo do PT proporcionou uma vida melhor para os pobres", disse o empresário Rômulo Costa, fundador da Furacão 2000. LUCAS VETTORAZZO, LUIZA FRANCO, RONALD LINCOLN JR., FELIPE OLIVEIRA, BRUNO VILLAS BOAS, DANIELE BELMIRO

ANEXO PP – REPORTAGEM PÁGINA 32

ANÁLISE MÍDIA

Cobertura mostra Brasil petrificado diante da votação

Na TV Globo, Bonner mal falou durante as seis horas; nas redes sociais, narrativas de campanha dominam

NELSON DESA
DE SÃO PAULO

Na longa votação, Globo, Record, GloboNews e outros canais de TV aberta e paga — à exceção do SBT, que nem sequer fez entradas ao vivo — atravessaram tarde e noite com o sinal da TV Câmara.

Mostraram as declarações de voto, praticamente sem interrupção ou reação, sob a presidência de Eduardo Cunha. No momento da comemoração, as câmeras evitaram a reação do deputado, a imagem do impeachment.

Locutor na Globo, William Bonner mal falou nas “quase seis horas” de transmissão, até surgir, burocrático, evitando emoção: “Aí está. Neste momento, às onze horas e sete minutos, em Brasília, nesta noite de domingo, 17 de abril de 2016, a Câmara acaba de autorizar o prosseguimento do processo de impeachment da presidente”.

Depois, na “família” da madrugada, até o analista Alexandre Garcia se conteve.

Os comentários se espalharam mais pelas redes sociais, desde a votação, com críticas e piadas sobre este ou aquele voto. De Glenn Greenwald, jornalista baseado no Rio, premiado nos EUA e no Brasil: “É como ver uma gangue criminosa fazer fila e, um por um, denunciar malfeitos”.

De modo mais substantivo,

a Agência Lupa, de “fact-checking”, checagem de informações, acompanhou os votos pelo Twitter registrando “ocorrências judiciais” de cada deputado. Um deles, por exemplo, que é delegado da Polícia Federal, tinha nove.

No exterior, o “New York Times” seguiu a votação com chamada no alto da home page, descrevendo um “Brasil petrificado”. O britânico “Guardian” preferiram enunciado com o país “tenso”. E o francês “Le Monde” dedicou a manchete, por horas, “Brasil: atmosfera frenética”.

O resultado foi manchete por toda parte. O “NYT” enfatizou sua “larga margem”. O “Washington Post”, o “passo crucial” no processo.

O “Wall Street Journal”, além do resultado, já deu chamada para o Michel Temer “estadista”. O “NYT” tratou-o como “scholar” em legislação constitucional e um político “experiente”, mas mencionando o “esquema de compra ilegal de etanol”.

NOTÍCIAS FALSAS

Confirmando fenômeno constatado pelo Monitor do Debate Político no Meio Digital, ligado à USP, não faltaram notícias falsas correndo o Facebook desde cedo, como “Dilma já aceita derrota e tem discurso preparado para soltar em cadeia nacional”.

Foi criação do “Diário do

Brasil”, um dos sites denunciados no estudo, que foi noticiado pela BBC. Segundo o Monitor, “três das cinco matérias mais compartilhadas [dias antes da votação eram] boatos, informação falsa”.

A pesquisa, baseada num sistema cedido pelo Facebook, seguiu posts de 117 sites, inclusive de jornalismo profissionais. Para o Monitor, que estreou página no Facebook, “o engajamento nesse tipo de informação [se deve] à disputa entre grupos pró e anti-impeachment que compartilharam o que quer que sustentasse suas narrativas”.

Em texto no site brasileiro do “El País”, os pesquisadores da USP anotaram que, das “cerca de 100 matérias mais compartilhadas, 80% ilustravam narrativas das campanhas #ForaDilma e #NãoVaiTerGolpe”.

“Em outras palavras, de cada dez matérias políticas, entre as mais compartilhadas, oito parecem estar a serviço da guerra de narrativas. Para usuários frequentes, a timeline se converteu num grande fluxo de propaganda.”

**CANALS VIRARAM
RETRANSMISSORAS
DE TV CÂMARA, DE
EDUARDO CUNHA**



Eduardo Cunha durante votação no último domingo (17)

Gestos de raiva de governistas já indicavam perda

PAULO SÉRGIO DE CAMARGO
ESPECIAL PARA A FOLHA

Durante a sessão de votação do impeachment, neste domingo (17), o gesto mais recorrente que foi possível observar entre os deputados que participaram foi o de falar com os dois dedos indicadores em riste.

A mensagem, neste caso, é bastante clara: o discurso se perdeu, não tem mais a menor importância. Equivale ao “quero ganhar no grito”.

A linguagem corporal é responsável, em média, por 65% das informações quando nos comunicamos. Já a linguagem verbal entra com uma participação de apenas 35% nesse processo.

É natural que, nesse momento pelo qual o país e os parlamentares passam, apareçam os mais diversos sinais corporais de estresse durante os discursos, não importando qual seja o lado, pró ou contra o impedimento da presidente Dilma.

Outro gesto interessante foi o de Eduardo Cunha, com as mãos abertas com as pontas dos dedos unidas na altura do peito. É um gesto que significa poder, mas também uma vontade de querer unir as partes, de encontrar consenso.

Das emoções universais que todos os seres humanos têm em comum — alegria, tristeza, surpresa, medo, nojo, raiva e desprezo —, as quatro últimas foram as mais observadas durante o processo.

A raiva foi a emoção mais notada durante os votos dos deputados a favor do governo, juntamente com o dedo em riste de acusação.

A raiva indica que a meta foi perdida. Portanto, em termos de linguagem corporal, desde o início da votação os governistas tinham a impressão de que iriam perder.

PAULO SÉRGIO DE CAMARGO é autor de “Linguagem Corporal” (Cultrix Editora)

ANEXO QQ – CAPA DA EDIÇÃO DE 1º DE SETEMBRO O GLOBO

O GLOBO

QUINTA-FEIRA, 1 DE SETEMBRO DE 2016 ANO XLII - Nº 30.341

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

DILMA SOFRE IMPEACHMENT



Tomou posse e viajou. Michel Temer é empusado no Congresso, ao lado de Renan Calheiros (à direita) e Ricardo Lewandowski, além de Rodrigo Maia (à esquerda), que assumiu o Planalto porque o presidente votou para a China

E AGORA, TEMER?

Presidente terá 2 anos e 4 meses para cumprir compromissos:

Aprovar o ajuste fiscal e as reformas da Previdência e trabalhista

Reduzir o desemprego, atrair investimentos e destravar concessões

Manter a promessa de não interferir no caso Eduardo Cunha

Apoiar a Lava-Jato e rechaçar ações que atrapalhem investigações

Administrar a divisão no PMDB e pacificar relação com PSDB e DEM

Enfrentar no Congresso e nas ruas a oposição anunciada por Dilma

Num dia em que o país chegou a ter três presidentes, o Senado aprovou ontem o impeachment de Dilma Rousseff por 61 votos a 20, pondo fim a 13 anos de PT no poder. Numa articulação que teve o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros, e provocou protestos duros de PSDB e DEM, porém, os senadores mantiveram os direitos políticos de Dilma, decisão que poderá ser contestada no STF. Temer foi empusado logo em seguida. Antes de viajar para uma reunião do G-20 na

China, prometeu modernizar a legislação trabalhista, reformar a Previdência e ampliar programas sociais. Antes, disse que não aceitará mais "desafetos" e, a quem o chamou de golpista, respondeu que "golpista é você". Foi uma resposta a Dilma, que voltou a se dizer vítima de um golpe e afirmou que fará oposição incansável ao governo de seu ex-vice, a quem chamou de corrupto. Em São Paulo, manifestantes contra Temer depredaram bancos e até um carro de polícia. **PÁGINAS 3 a 29**



Vou para Porto Alegre. Dilma anuncia que fará oposição feroz a Temer

EDITORIAL
'Para que não haja outro impeachment'

A partir de agora, governante que quiser pegar atalhos para contornar a Constituição, por motivos circunstanciais ou políticos, sabe o risco que corre. **PÁGINA 16**



MERVAL PEREIRA
Gambiarra constitucional beneficia outros políticos.

NELSON MOTTA
Um espetáculo dramático e farsesco.

JOSÉ PADILHA
Resta saber se TSE, MP e STF vão baixar a cabeça.

ALAN GRIPP
Escolha de Lula pôs em xeque sua habilidade.

MÍRIAM LETTÃO
Uma chance para recuperar a economia.

DEMÉTRIO MAGNOLI
O acordo da conciliação já soou.

CORA RÓNAI
Melancolia do que podia ter sido, mas não foi.

FLÁVIA BARBOSA
A batalha se dará num terreno minado.

ANCELMO GOIS
Tomara que o governo se reencontre com as ruas.

SARDENBERG
Futuro de Temer é ser Sarney ou Itamar.

ARNALDO BLOCH
Qual a nova narrativa a ser alvejada?

PAULO CELSO PEREIRA
Temer, ao governar, perde seu melhor alibi.

LAURO JARDIM
Temer terá de contrariar a própria natureza.

FERNANDO GABEIRA
No lugar da crítica, uma visão monolítica.

ANA CRISTINA REIS
É tão deprimente que só o humor salva.

EDUARDO EUGÊNIO
Hora de confirmar, sem recuos, as expectativas.

MORENO
Lula não esperava, mas Dilma quis continuar.

JOSÉ CASADO
Acerto PMDB-PT abre caminho para a anistia.

ARTHUR DAPIEVE
Collor e Dilma, produtos da mesma ilusão.

CID BENJAMIN
O fim do ciclo da Constituição de 88.

RICARDO NOBLAT
Com o impeachment, morre a Nova República.

ILIMAR FRANCO
Missão de Temer, agora, é falar para a maioria.

DANIEL AARÃO REIS
Impeachment é câncer que deve ser extirpado.

JAIRO NICOLAU
Sucesso de Temer será maldição para PSDB.

VERISSIMO
A árvore continua de pé, mas menos frondosa.

FREI BETTO
Impetuosidade de Dilma dificultou desempenho.

SÉRGIO FADUL
Dilma negou realidade que Temer vai enfrentar.

BRUNO WANDERLEY
PT prevalece como protagonista político.



PIB cai pela 6ª vez, mas dá sinais de retomada

PÁGINAS 35 a 39

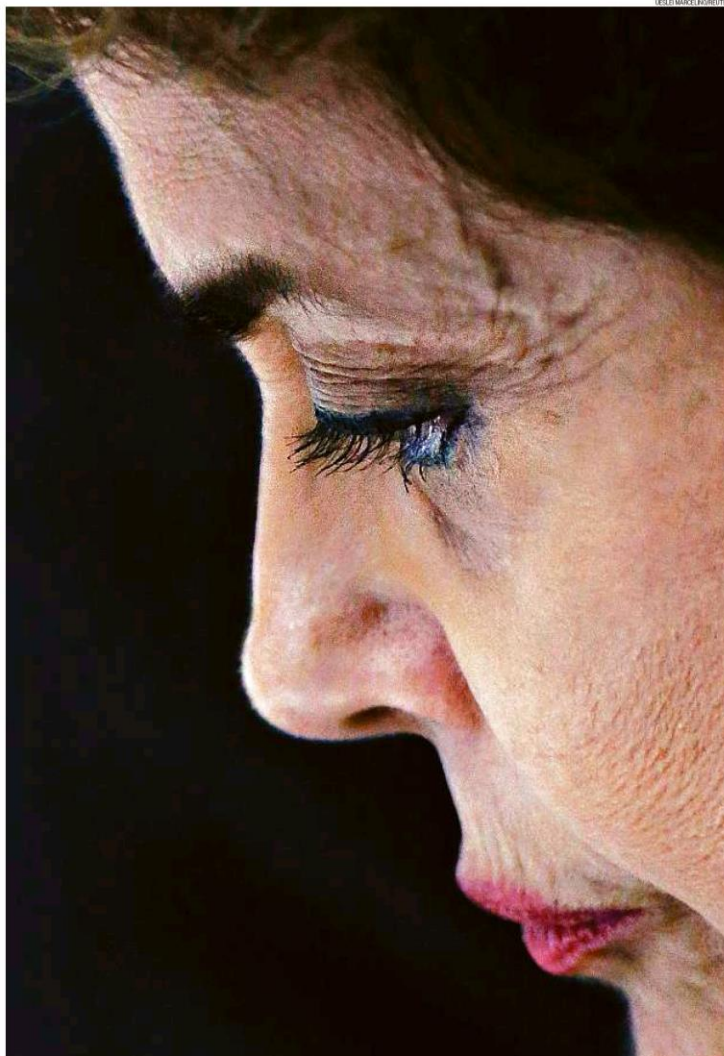
2ª Edição • Preço deste exemplar no Estado do Rio de Janeiro • R\$ 4,00 • Circulam com esta edição: Segundo Caderno e revista Boa Viagem

ANEXO RR – REPORTAGEM PÁGINA 03

IMPEACHMENT



CAI O PANO



Pela segunda vez após a redemocratização, o Senado condenou ontem um presidente da República ao impeachment. Dilma Vana Rousseff, a primeira mulher a comandar o país, foi afastada definitivamente com votos de 61 dos 81 senadores — boa parte deles ex-aliados, inclusive ministros de seu governo. Assim foi selado o fim de pouco mais de 13 anos de sucessivas gestões do Partido dos Trabalhadores. No Alvorada, o ex-presidente Lula acompanhou o discurso de despedida da economista que alçou a ministra de Estado e transformou em presidente. Rodeada de militantes e parlamentares que se mantiveram fiéis até o último momento, a agora ex-presidente prometeu fazer “a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer”. Com o afastamento de Dilma, 24 anos após a saída de Fernando Collor, metade dos presidentes eleitos diretamente após o fim da ditadura acabou retirada do cargo. Apesar do duro revés, a petista conseguiu, com o fatiamento da votação da pena, preservar o direito de ocupar cargos públicos, inclusive eletivos. Às 16h51m, Michel Miguel Elias Temer Lulia tomou posse no Congresso como 42º presidente da República. Em seguida, fez sua primeira reunião ministerial e declarou que sua grande missão nos dois anos e quatro meses que lhe restam é “colocar o Brasil nos trilhos”. À noite, em cadeia nacional, pediu apoio às reformas previdenciária e trabalhista e às impopulares medidas de contenção de gastos. •

PRÓ-CARDÍACO. AGORA NO CORAÇÃO DE IPANEMA.

Dr. Marco Vinício Martins
Doutor em Cardiologia (CRM: 30413/13)

Pró Cardíaco

NOVA UNIDADE EM IPANEMA: FARME DE AMOÉDO, 84

merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



Pedalada constitucional

Dilma Rousseff pode ser nomeada para qualquer cargo público no país, mas não pode ser a presidente da República. Poderia também ter sido, ao contrário, condenada à inabilitação para qualquer cargo público, mas continuando sendo presidente da República.

Esse despatúrio deveu-se a um acordo implícito entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, que acabou dando um bônus à presidente definitivamente afastada, Dilma Rousseff, passando por cima da definição expressa da Constituição — mostrando cabalmente como nossas leis não apenas podem colidir umas com as outras, como basta uma interpretação para que seus sentidos sejam distorcidos em benefício de alguém ou algum grupo.

No caso de Dilma, de imediato, ela pode ser blindada do juiz Sérgio Moro, sendo indicada como secretária de governo estadual. Pode ser o de seu estado, Minas Gerais, pelo petista Fernando Pimentel, ou do Maranhão, com o governador do PCdoB, Flávio Dino. Outro plano pode ser se candidatar nas eleições municipais deste ano ou nas de 2018, caso queira ser deputada federal ou senadora.

Já há quem chame a gambiarras de "pedalada constitucional". Mas não é apenas Dilma que se beneficia dessa benevolência. Há indícios de que esse acordo entre Renan e Lewandowski pode favorecer também os políticos que respondem a processos — como o próprio Renan, no STF, ou o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha — que buscarão, certamente, isonomia de tratamento.

Não importa que, pela legislação, a cassação de mandatos parlamentares os transformem naturalmente em candidatos inelegíveis. A esta altura, não há mais garantia constitucional, pois interpretações podem mudar até mesmo a Constituição. Foi o que aconteceu ontem na sessão do Senado que decidiu pelo impedimento da presidente Dilma. Mas, surpreendentemente, não aprovou sua inabilitação por oito anos para o exercício de função pública, como está expressamente definido no artigo 52 da Constituição de 1988.

Também a Lei do Impeachment, de 1950, define que os crimes de responsabilidade são passíveis de pena de perda de cargo, também com inabilitação para a função pública.

Para conseguir a margem de ultrapassar a Constituição e a legislação em vigor, o Senado usou seu regimento interno, também interpretado de maneira ampliada pelo senador Randolfe Rodrigues, da Rede.

Os pontos-chave

1 Dilma pode ser nomeada para qualquer cargo público, mas não pode ser a presidente da República

2 Esse despatúrio deveu-se a um acordo implícito entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, que acabou dando um bônus a Dilma

3 Não importa que, pela legislação, a cassação de mandatos parlamentares os transformem naturalmente em candidatos inelegíveis. Não há mais garantia constitucional, pois interpretações podem mudar até mesmo a Constituição

Agora ex-presidente Dilma Rousseff, se quiser, poderá se candidatar a qualquer cargo público, pois a Lei da Ficha Limpa não se refere ao presidente da República renunciante. Na Lei 64, que acabou se transformando na Lei da Ficha Limpa, havia a possibilidade de atingir os que tivessem processo transitado em julgado, mas na redação final esse ponto desapareceu, alegadamente porque a Constituição já tratava do assunto. ■

IMPEACHMENT

‘GOLPISTA É VOCÊ’ Na 1ª fala, Temer diz que não aceitará desaforos

Em reunião com ministros, presidente avisa a aliados que não irá tolerar divisões na base: ‘Se é governo tem que ser governo’



Reunião ministerial. Temer fala, observado por Padilha: “Nós temos essa margem enorme de desempregados, os quase 12 milhões é uma cifra assustadora”

EDUARDO BARRETO, CATARINA ALENCASTRO, LETÍCIA FERNANDES e KASSEL BALACA
opais@oglobo.com.br

BRASÍLIA. Após 112 dias de interinidade, Michel Temer assumiu ontem de forma definitiva a Presidência da República. O presidente acompanhou o julgamento de Dilma Rousseff, sua companheira de chapa nas eleições de 2014, no Palácio do Jaburu, cercado por aliados. De lá, seguiu para o Palácio do Planalto, onde foi notificado às 15h30 da decisão e seguiu para o Senado Federal, onde o Congresso se reuniu para dar-lhe posse. A primeira fala de Temer como presidente efetivo ocorreu pouco depois, já no Palácio do Planalto, ao abrir uma rápida reunião ministerial antes de seu embarque para a China. Embora curto, o pronunciamento foi duro e mudou o tom do governo.

Ele avisou que não levará “desaforo para casa” ao ser chamado de “golpista” ou por divisões na base aliada. O presidente deu orientações à equipe ministerial no Palácio do Planalto, mas o discurso não se restringiu a seus subordinados, e funcionou como pronunciamento prévio, já que foi transmitido ao vivo pela TV estatal NBR e por outras redes. Pronunciamento, avisou que o governo passaria a reagir fortemente às críticas dos aliados de Dilma.

— De vez em quando você vai num lugar e [falam] ‘golpista. Golpista é você que está contra a Constituição, né? Golpista é aquele que propõe a ruptura constitucional.

RELAÇÃO COM A BASE

Cerca de duas horas antes, o ex-presidente Dilma Rousseff voltou a acusar “golpe de Estado”, também na primeira palavra depois do impeachment. Até então, nos 112 dias de governo interino, Temer e ministros adotaram um discurso de cautela e desviavam-se da alcaída de “golpista” sem rebater.

— Jamais nós retrucamos palavras, imprecisões que fa-

ziam em relação ao nosso governo. à nossa conduta. Mas agora nós não vamos levar ofensas para casa. Agora as coisas se definiram e, portanto, é preciso muita firmeza, e a firmeza muitas vezes vem pela elegância da conduta, não vem pelo aringamento ou agressão, não é? — disse, irritado.

Outra mudança drástica apontada por Temer deverá ser a relação mais rigorosa com a base aliada no Congresso Nacional. Se antes seus discursos só pediam “aplausos” aos parlamentares e ressaltavam as aprovações legislativas, sempre tentando fazer um contraponto à dificuldade de Dilma de aprovar pautas do governo, ontem o presidente disse ser “inadmissível” posturas de aliados, em desconspuro com o Planalto.

— Hoje nós tivemos um pequeno embaraço, até na base governamental, em face de uma divisão que lá se deu. É outra divisão também inadmissível. Se é governo, tem que ser governo — afirmou, referindo-se ao fatiamento do julgamento de Dilma.

— Se há gente que não quer que o governo dê certo, muito bem declare-se contra o governo — acrescentou.

Apesar da cobrança, Temer exibiu força política ao chegar ao Senado para a posse. O presidente foi recebido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, e os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Temer passou pelo corredor central do plenário e foi abraçado pelos parlamentares.

A opção por fazer a posse no Senado, e não na Câmara, provocou a lotação do local e parte dos parlamentares e convidados assistiu em pé a cerimônia. A passagem de uma massa de parlamentares e jornalistas que acompanhava o presidente entre a Câmara e o Senado provocou a quebra de uma porta de vidro que divide os salões Verde e Azul. Em breve cerimônia de apenas onze minutos, Michel Temer tomou posse como presi-

“Golpe é qualquer um que proponha ruptura constitucional. Não estamos propondo ruptura constitucional. Agora as coisas se definiram. Golpista é quem derruba a Constituição”

“Há partidos que já avisam: vamos sair do governo. Isso é fazer jogo contra o governo. Então, estou dizendo que não será tolerada essa espécie de conduta”

Michel Temer

dente da República às 16h51 em um plenário sem opositores e quase todo masculino. Entre os presentes, se destacava o ex-ministro Henrique Eduardo Alves, que deixou o governo Temer por envolvimento na Lava-jato.

No plenário do Congresso, entre Renan e Rodrigo Maia, Temer fez o juramento, no qual prometeu cumprir a Constituição e observar as leis, além de “promover o bem geral”. A breve cerimônia foi conduzida

por Calheiros, presidente do Congresso. Depois de encaminhar a favor da manutenção da possibilidade de Dilma se eleger para cargos públicos, mas votar a favor do impeachment, Renan foi o primeiro a cumprimentar Temer, já na condição de presidente.

— Tamo junto — falou o presidente do Senado, que tem um histórico de embates com Temer. Encerrada a posse, aplaudido pelo plenário, o presidente recebeu cumprimentos de Lewandowski e de aliados, que subiram à Mesa. O mandato do peemedebista vai até o dia 31 de dezembro de 2018.

A interlocução do Executivo com o Legislativo será, segundo Temer, algo corriqueiro. Ele afirmou na abertura da reunião ministerial que irá pessoalmente ao encontro das bases parlamentares pedir apoio a pautas vitais para o governo, como o teto para os gastos públicos, reforma da Previdência e trabalhista.

Ora falando especificamente para ministros, em tom de ordem, ora dirigindo-se à população, pela TV, Temer afirmou que a gestão será descentralizada. Ministros deverão desburocratizar suas pastas, a exemplo do que fez Blairo Maggi na Agricultura, na semana passada, e também sair do perfil técnico: interceder junto a seus partidos em prol do governo.

Para o presidente, o “amargor” da sociedade é explicado pelo desemprego “assustador”. A recusa a ministros foi gerar empregos para também facilitar o país e sair com “aplausos do povo brasileiro”.

— Não será fácil. Temos uma margem enorme de desempregados, de quase 12 milhões de pessoas, uma cifra assustadora. ■

APÓS A POSSE, TEMER DIZ QUE TORCE PELO BRASIL.
Assista ao vídeo na saída do presidente da cerimônia no Senado
glo.bo/ZbTprJK

ANEXO TT – REPORTAGEM PÁGINA 06

6 | O GLOBO

| País |

2ª Edição Quinta-feira 1.9.2016

IMPEACHMENT

APELO

Na TV, Temer destaca urgência das reformas

Sem mudança, 'em poucos anos governo não terá como pagar aos aposentados', adverte presidente

Em seu primeiro pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão como presidente efetivo do país, Michel Temer afirmou que o governo não terá como garantir o pagamento da aposentadoria se não houver uma reforma na Previdência Social.

Na breve fala, de cinco minutos, que foi ao ar às 20 horas, Temer destacou a necessidade urgente de enfrentar a questão da Previdência para evitar que em "poucos anos" o governo não tenha como pagar aos aposentados.

— Nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes e sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens — afirmou Temer.

Nos três meses em que presidi o país interinamente, Temer determinou a elaboração de um projeto de reforma da Previdência Social para tentar equilibrar as contas previdenciárias. Abvo de críticas da oposição, a proposta de Temer está sendo negociada com centrais sindicais alinhadas com a gestão do peemedebista, como a Força Sindical. Não há previsão de quando o texto será encaminhado para análise do Congresso.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA
A reforma da Previdência é considerada um dos maiores desafios do ajuste fiscal defendido pelo governo Temer como essencial para equilibrar as contas públicas. A proposta do Planalto fixa uma idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, que deve ser ampliado gradualmente podendo chegar aos 70 anos.

Temer também destacou a necessidade de "modernizar" a legislação trabalhista para, segundo ele, garantir os atuais empregos e gerar novos.

Uma proposta de reforma das leis trabalhistas está em discussão no governo, e o Executivo pretende enviar, ainda neste ano, o projeto ao Parlamento.

— O Estado brasileiro precisa ser ágil. Precisa apoiar o trabalhador, o empreendedor e o produtor rural. Temos de adotar medidas que melhorem a qualidade dos serviços públicos e agilizem sua estrutura — defendeu o presidente.

RECUPERAÇÃO DO EMPREGO
Temer ressaltou que o caminho do país "é desafiador", mas avaliou que "o pior já passou". — Indicadores da economia sinalizam o resgate da confiança no país. Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para proporcionar bons negócios que vão trazer empregos ao Brasil. Temos que garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica — disse Temer.

O presidente afirmou que seu compromisso é resgatar a força da economia brasileira, e definiu o que serão os alicerces de seu governo: — Eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de empregos, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

A questão da recuperação do emprego foi destacada por Temer como uma das maiores responsabilidades sobre seus ombros. Ele já havia abordado o tema na reunião com os ministros.

— Recebemos o país mergulhado em uma grave crise econômica: são quase 12 milhões de desempregados e mais de 170 bilhões de déficit nas contas públicas.

Apesar dos desafios, o presidente procurou passar uma mensagem de esperança: — A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira. (Com G1) ●

DEFESA DO IMPEACHMENT
Mas uma vez, o presidente Michel Temer reafirma a legitimidade do processo de impeachment. Ele sinaliza que não aceitará a narrativa difundida pelo PT e pelos aliados de Dilma de que o julgamento foi um golpe.

CORTE DE MINISTÉRIOS
O tão propagado corte de ministérios no governo Michel Temer foi mais limitado do que o prometido quando o peemedebista assumiu o poder interinamente. São 26 os ministros do novo governo, apenas seis a menos que os de Dilma Rousseff.

BIOGRAFIA DE DILMA É ALTERADA
Impeachment já está no site da Presidência globo/2zc4huz

NOSSAS RELAÇÕES DE TRABALHO
A proposta discutida pelo Planalto prevê a flexibilização de direitos trabalhistas, desde que mediante negociações coletivas. Segundo o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, "o foco é oferecer segurança jurídica na relação capital e trabalho".

PROGRAMAS SOCIAIS
Temer garante, em seu primeiro pronunciamento, que não acabará com os programas sociais. Dilma chegou a dizer, antes de Temer tomar posse como interino, que o país corria o risco de não ter mais políticas de distribuição de renda com o impeachment.

SEM CHANCE DE REELEIÇÃO EM 2018
Temer passa a mensagem de que entregará o poder a um sucessor. A discussão sobre possibilidade de concorrer à reeleição já foi motivo de troca de farpas entre PSDB e PMDB.

MEU ÚNICO INTERESSE, E QUE ENCARO COMO QUESTÃO DE HONRA, É ENTREGAR AO MEU SUCESSOR UM PAÍS RECONCILIADO, PACIFICADO E EM RÍTMO DE CRESCIMENTO. Um país que dá orgulho aos seus cidadãos.

Reiterei meu compromisso de dialogar democraticamente com todos os setores da sociedade brasileira. Respeitarei também a independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Despeço-me lembrando que ordem e progresso sempre caminharam juntos. E com a certeza de que juntos, vamos fazer um Brasil muito melhor. Podem acreditar: Quando o Brasil quer, o Brasil muda.

Obrigado, boa noite a todos, e que Deus nos abençoe nessa nossa caminhada. ●



Alicerces. Temer definiu linhas do governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento, geração de emprego, segurança jurídica e pacificação do país

'Compromisso é resgatar a força da nossa economia'

Em cadeia nacional, presidente pede apoio do país para medidas impopulares

BOA NOITE A TODOS!
Assumo a Presidência do Brasil após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira.

Tenho consciência do tamanho do peso da responsabilidade que carrego nos ombros. É digo isso porque recebemos o país mergulhado em uma grave crise econômica: são quase 12 milhões de desempregados e mais de 170 bilhões de déficit nas contas públicas.

Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos.

Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos. Encaminhamos ao Congresso uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada. Reduzimos o número de ministérios. Demos fim a milhares de cargos de confiança. Estamos diminuindo os gastos do governo.

Para garantir o pagamento das aposentadorias, temos que reformar a Previdência Social.

Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados.

Nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes e sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens.

O caminho que temos pela frente é desafiador. Conforta-nos saber que o pior já passou. Indicadores da economia sinalizam o resgate da confiança no país.

Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para proporcionar bons negócios que vão trazer empregos ao Brasil.

Temos que garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica.

Assumo a Presidência do Brasil após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira.

Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos.

Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos. Encaminhamos ao Congresso uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada. Reduzimos o número de ministérios. Demos fim a milhares de cargos de confiança. Estamos diminuindo os gastos do governo.

Para garantir o pagamento das aposentadorias, temos que reformar a Previdência Social.

Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados.

Nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes e sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens.

O caminho que temos pela frente é desafiador. Conforta-nos saber que o pior já passou. Indicadores da economia sinalizam o resgate da confiança no país.

Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para proporcionar bons negócios que vão trazer empregos ao Brasil.

Temos que garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica.

Assumo a Presidência do Brasil após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira.

Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos.

Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos. Encaminhamos ao Congresso uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada. Reduzimos o número de ministérios. Demos fim a milhares de cargos de confiança. Estamos diminuindo os gastos do governo.

Para garantir o pagamento das aposentadorias, temos que reformar a Previdência Social.

Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados.

Nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes e sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens.

O caminho que temos pela frente é desafiador. Conforta-nos saber que o pior já passou. Indicadores da economia sinalizam o resgate da confiança no país.

Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para proporcionar bons negócios que vão trazer empregos ao Brasil.

Temos que garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica.

Assumo a Presidência do Brasil após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira.

Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos.

Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos. Encaminhamos ao Congresso uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada. Reduzimos o número de ministérios. Demos fim a milhares de cargos de confiança. Estamos diminuindo os gastos do governo.

Para garantir o pagamento das aposentadorias, temos que reformar a Previdência Social.

Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados.

Nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes e sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens.

O caminho que temos pela frente é desafiador. Conforta-nos saber que o pior já passou. Indicadores da economia sinalizam o resgate da confiança no país.

Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para proporcionar bons negócios que vão trazer empregos ao Brasil.

Temos que garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica.

Assumo a Presidência do Brasil após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira.

Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos.

Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos. Encaminhamos ao Congresso uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada. Reduzimos o número de ministérios. Demos fim a milhares de cargos de confiança. Estamos diminuindo os gastos do governo.

Para garantir o pagamento das aposentadorias, temos que reformar a Previdência Social.

Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados.

Nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes e sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens.

O caminho que temos pela frente é desafiador. Conforta-nos saber que o pior já passou. Indicadores da economia sinalizam o resgate da confiança no país.

Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para proporcionar bons negócios que vão trazer empregos ao Brasil.

Temos que garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica.

Assumo a Presidência do Brasil após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira.

Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos.

Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos. Encaminhamos ao Congresso uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada. Reduzimos o número de ministérios. Demos fim a milhares de cargos de confiança. Estamos diminuindo os gastos do governo.

Para garantir o pagamento das aposentadorias, temos que reformar a Previdência Social.

Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados.

Nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes e sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens.

O caminho que temos pela frente é desafiador. Conforta-nos saber que o pior já passou. Indicadores da economia sinalizam o resgate da confiança no país.

Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para proporcionar bons negócios que vão trazer empregos ao Brasil.

Temos que garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica.

Assumo a Presidência do Brasil após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira.

Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos.

Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos. Encaminhamos ao Congresso uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada. Reduzimos o número de ministérios. Demos fim a milhares de cargos de confiança. Estamos diminuindo os gastos do governo.

Para garantir o pagamento das aposentadorias, temos que reformar a Previdência Social.

Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados.

Nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes e sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens.

O caminho que temos pela frente é desafiador. Conforta-nos saber que o pior já passou. Indicadores da economia sinalizam o resgate da confiança no país.

Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para proporcionar bons negócios que vão trazer empregos ao Brasil.

Temos que garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica.

Assumo a Presidência do Brasil após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira.

Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos.

Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos. Encaminhamos ao Congresso uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada. Reduzimos o número de ministérios. Demos fim a milhares de cargos de confiança. Estamos diminuindo os gastos do governo.

Para garantir o pagamento das aposentadorias, temos que reformar a Previdência Social.

Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados.

Nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes e sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens.

O caminho que temos pela frente é desafiador. Conforta-nos saber que o pior já passou. Indicadores da economia sinalizam o resgate da confiança no país.

Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para proporcionar bons negócios que vão trazer empregos ao Brasil.

Temos que garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica.

Assumo a Presidência do Brasil após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira.

Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos.

Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos. Encaminhamos ao Congresso uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada. Reduzimos o número de ministérios. Demos fim a milhares de cargos de confiança. Estamos diminuindo os gastos do governo.

Para garantir o pagamento das aposentadorias, temos que reformar a Previdência Social.

Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados.

Nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes e sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens.

O caminho que temos pela frente é desafiador. Conforta-nos saber que o pior já passou. Indicadores da economia sinalizam o resgate da confiança no país.

Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para proporcionar bons negócios que vão trazer empregos ao Brasil.

Temos que garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica.

Assumo a Presidência do Brasil após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira.

Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos.

Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos. Encaminhamos ao Congresso uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada. Reduzimos o número de ministérios. Demos fim a milhares de cargos de confiança. Estamos diminuindo os gastos do governo.

Para garantir o pagamento das aposentadorias, temos que reformar a Previdência Social.

Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados.

Nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes e sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens.

O caminho que temos pela frente é desafiador. Conforta-nos saber que o pior já passou. Indicadores da economia sinalizam o resgate da confiança no país.

Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para proporcionar bons negócios que vão trazer empregos ao Brasil.

Temos que garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica.

Assumo a Presidência do Brasil após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira.

Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos.

Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos. Encaminhamos ao Congresso uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada. Reduzimos o número de ministérios. Demos fim a milhares de cargos de confiança. Estamos diminuindo os gastos do governo.

Para garantir o pagamento das aposentadorias, temos que reformar a Previdência Social.

Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados.

Nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes e sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens.

O caminho que temos pela frente é desafiador. Conforta-nos saber que o pior já passou. Indicadores da economia sinalizam o resgate da confiança no país.

Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para proporcionar bons negócios que vão trazer empregos ao Brasil.

Temos que garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica.

Assumo a Presidência do Brasil após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira.

Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos.

Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos. Encaminhamos ao Congresso uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada. Reduzimos o número de ministérios. Demos fim a milhares de cargos de confiança. Estamos diminuindo os gastos do governo.

Para garantir o pagamento das aposentadorias, temos que reformar a Previdência Social.

Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados.

Nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes e sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens.

O caminho que temos pela frente é desafiador. Conforta-nos saber que o pior já passou. Indicadores da economia sinalizam o resgate da confiança no país.

Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para proporcionar bons negócios que vão trazer empregos ao Brasil.

Temos que garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica.

Assumo a Presidência do Brasil após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira.

Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos.

Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos. Encaminhamos ao Congresso uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada. Reduzimos o número de ministérios. Demos fim a milhares de cargos de confiança. Estamos diminuindo os gastos do governo.

Para garantir o pagamento das aposentadorias, temos que reformar a Previdência Social.

Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados.

Nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes e sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens.

O caminho que temos pela frente é desafiador. Conforta-nos saber que o pior já passou. Indicadores da economia

ANEXO UU – TEXTO PÁGINA 08

IMPEACHMENT

PARA COBRAR

Veja as promessas e desafios de Temer

Presidente que garantiu não interferir na Lava-Jato precisa equilibrar contas e reformar Previdência

1

DESEMPREGO

Com mais demissões e a renda em queda, a fila do desemprego bateu dois novos recordes: chegou a 11,8 milhões de pessoas e atingiu 11,6% da força de trabalho no trimestre encerrado em julho deste ano. Para trazer de volta ao mercado este batalhão de desempregados, Temer e sua equipe terão de fazer a economia voltar a crescer, o que não acontece há oito trimestres.

2

AGENDA DE INVESTIMENTOS

Como o país enfrentando o segundo ano de recessão, o investimento em infraestrutura é fundamental para a economia voltar a crescer em 2017. **Temer precisa** mostrar que o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) é apetitoso o suficiente para atrair os investidores às concessões e privatizações consideradas prioritárias para o país e, assim, cumprir a meta de arrecadar R\$ 55,4 bilhões em receitas adicionais no ano que vem. Só assim, a União conseguirá atingir a previsão de déficit primário de R\$ 139 bilhões do governo central. Neste pacote, Temer tem ainda o desafio de aprovar mudanças microregulatórias no curto prazo, como o projeto que acaba com a obrigação de a Petrobras manter uma participação mínima de 30% dos investimentos em todos os consórcios de exploração do pré-sal.

3

AJUSTE FISCAL

O presidente Temer precisa aprovar a PEC do Teto dos Gastos, que estipula um limite para o crescimento das despesas públicas vinculado à inflação do ano anterior. O país caminha para o terceiro ano seguido de déficit e recolocar as contas em ordem passa pelo corte de gastos públicos. O ministro do Planejamento, Dyoego Oliveira, disse que o Brasil precisaria de R\$ 350 bilhões para controlar o crescimento da dívida pública e recuperar a credibilidade fiscal. E alertou que, na condição atual, o país não tem como sair do vermelho. Temer também precisa lidar com o caos fiscal dos estados, que tentam empurrar para a União o ônus de suas dívidas bilionárias.

4

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Uma das promessas de Temer é fazer a reforma da Previdência Social, que registra déficits crescentes. O governo deve enviar a proposta de mudanças ao Congresso ainda este ano. Em 2015, o rombo foi de R\$ 86 bilhões. Em 2016, a previsão é de que chegue a R\$ 149 bilhões e, em 2017, entre R\$ 180 bilhões e R\$ 200 bilhões. A ideia do governo é alterar a forma de cálculo das aposentadorias para pressionar os trabalhadores a contribuírem por mais tempo. Outra proposta é desvincular do salário mínimo (que permite ganhos reais) o reajuste do piso previdenciário, o que exerce forte impacto nas contas do INSS. Apesar do consenso no mundo econômico sobre a necessidade de revisão das regras previdenciárias, Temer enfrentará resistências, principalmente de movimentos ligados às centrais sindicais.

5

RELAÇÃO COM O CONGRESSO

Temer conseguiu a formação de uma ampla base aliada durante o processo de impeachment de Dilma, mas agora terá que negociar com os partidos, que já dão sinais de rupturas. O PSDB ameaça deixar o governo se o ajuste fiscal não for levado adiante. O DEM também cobrou o governo na discussão sobre o reajuste salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O apoio do "Centrao", base formada por Eduardo Cunha na Câmara que luta por sobrevivência, é uma incógnita.

6

O FATOR CUNHA

Com o fim do impeachment, as atenções se voltam para o pedido de cassação no plenário da Câmara de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), um potencial detonador — fato que preocupa o Planalto. Cunha deseja entender que tem informações importantes sobre o presidente, mas Temer já disse a deputados que seu governo não fará interferências no processo de cassação. Segundo o líder da bancada do DEM, deputado Paudemey Avelino, Temer teria dito que "meu governo não é ação entre amigos".

8

PROCESSOS NO TSE

Com o impeachment de Dilma, Temer herdou os quatro processos no TSE que pedem a cassação da chapa vencedora das eleições de 2014. As ações preocupam o governo: o temor é que as novas delações na Lava-Jato sejam anexadas e tragam mais dificuldades para Temer. Integrantes do TSE cogitam a possibilidade de pedir os documentos da operação ao juiz Sérgio Moro. O magistrado já encaminhou para o tribunal vários documentos para subsidiar o processo, mas as delações mais recentes ainda não foram formalmente requeridas.

7

LAVA-JATO

Desde que vieram a público gravações feitas pelo ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, que registrou diálogos de políticos do PMDB, partido de Temer, criticando a Lava-Jato, opositores do presidente dizem que Temer abafaria a operação da Polícia Federal e do Ministério Público. Temer, que, segundo delação de Machado, teria pedido doação de R\$ 1,5 milhão para a campanha do então peemedebista Gabriel Chalita à prefeitura de São Paulo, em 2012, afirmou em diversas ocasiões que não vai interferir na investigação.

9

ELEIÇÕES 2016

As eleições municipais são o primeiro teste do governo Temer e do PMDB, que precisam superar a imagem desgastada pelo discurso do "golpe". Pesquisa do Datafolha de agosto apontou que 68% dos eleitores não votaria de julho em diante em um candidato do Rio apoiado por Temer. Em São Paulo, o percentual foi um pouco menor: 65%.

10

PRESSÃO POPULAR

Temer precisa liderar com uma herança indigesta do impeachment: a polarização política do país. Embora a ameaça de oposição petista não tenha se concretizado depois do afastamento de Dilma, agora, com o julgamento definido, Temer não sabe como se comportarão os movimentos populares que apoiaram o impeachment.



ANEXO VV – REPORTAGEM PÁGINA 10

10 | O GLOBO

| País |

2ª Edição Quinta-feira 19.10.2016

IMPEACHMENT



Energica. Dilma Rousseff é aplaudida por aliados no Palácio da Alvorada; ex-presidente fez um discurso duro contra seus opositores e disse que sua saída abre espaço para que o poder seja ocupado por "um grupo de corruptos investigados"

‘VOLTAREMOS’ Na saída, Dilma promete oposição incansável

Ex-presidente pede a aliados que não chorem e convoca petistas a combater de forma enérgica governo que afirma ser corrupto

CATARINA ALENCASTRO
catarina.alencastro@oglobo.com.br

BRASÍLIA. Duas horas depois de proclamada a sua cassação, a ex-presidente Dilma Rousseff fez um discurso de 12 minutos dizendo que a decisão dos senadores condenou uma inocente e que isso entrará para a "história das grandes injustiças". afirmou que se sentia como se estivesse sofrendo o segundo golpe de sua vida: o primeiro, o militar, em 1964; e este, que considera um golpe parlamentar amparado por uma "farsa jurídica". Embora não tenha dado pistas sobre os seus próximos passos fora da Presidência, clamou a todos os mais de cem ativistas que a cercavam no púlpito montado no Palácio da Alvorada e aos que a assistiam a se juntarem a ela na batalha que disse querer continuar travando.

— Eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer — prometeu. Em seu último dia como presidente, Dilma acordou às 7h. Ela abriu mão do exercício e foi até a biblioteca, local escolhido para assistir à votação de seu julgamento pelo plenário do Senado. Antes

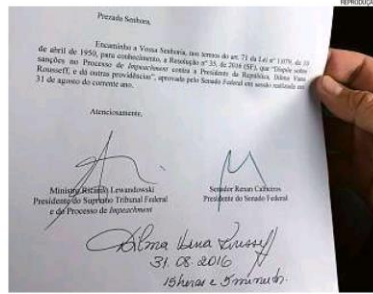
das 9h, Dilma já tinha decidido que faria um pronunciamento à imprensa sobre o resultado. Ela transformou sua última cena no palácio presidencial Alvorada num ato político-social. Cercada por parlamentares, ex-ministros, dirigentes partidários e representantes de movimentos sociais, desceu a rampa espelhada e forrada de tapete vermelho do principal salão do Alvorada. falou, não chorou e não respondeu a perguntas. Mais de cem pessoas se espremiaram no salão. O ex-presidente Lula não desceu, preferiu assistir à fala de Dilma no segundo andar do salão. Estava abanido e olhava para baixo. Foi embora pouco depois.

No discurso, Dilma avisou que recorrerá "em todas as instâncias possíveis". Sem citar o nome do presidente Michel Temer ou da Operação Lava-Jato, disse achar surpreendente que sua saída abra espaço para que o poder seja ocupado por "um grupo de corruptos investigados".

— É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derrubou do cargo para o qual fui eleita pelo povo.

“Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano”

Dilma Rousseff
Ex-presidente



Oficial. A assinatura de Dilma no documento que a notifica da cassação do seu mandato

É uma fraude, contra a qual ainda vamos recorrer em todas as instâncias possíveis — discursou, atacando em seguida o governo que assume em seu lugar: — Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa História, propiciada por ações desenvolvidas e leis criadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados.

Dilma disse que a descrença e a mágoa são "pés-simas conselheiras", mas prometeu continuar lutando pela democracia: — Esta história não acaba assim. Estou certa que a interrupção deste processo pelo golpe de Estado não é definitiva. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano. Numa narrativa lapidada ao longo dos 112 dias que viveu como presidente afastada, Dilma pregou que o "golpe" foi desferido contra toda uma agenda progressista e voltada para a redução das desigualdades sociais e de respeito às minorias. Para ela, "o golpe é misógeno, homofóbico e racista".

— O golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isso foi apenas o começo. O golpe é contra os

movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres — disse, num discurso lido. Dilma encerrou sua fala fazendo uma defesa do governo que comandou durante cinco anos e quatro meses, algo que certamente pensou em deixar registrado para a História.

— Saio da Presidência como entrei: sem ter incurtido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos. Eu vivi a minha verdade. — disse ela, que concluiu citando o poeta russo Vladimir Maiakóvski: — Não estamos alegres, é certo. Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes? O mar da História é agitado. As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las. Rompe-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta".

Após discursar, Dilma abraçou a deputada Maria do Rosário (PT-RS), que ameaçou chorar. Foi em seu ouvido: "Não chore". A militância chorou. Muitos se abraçaram. (Colaborou Renata Mariz) ■

EM APENAS 24 HORAS

O incrível dia em que o Brasil teve três presidentes

Dilma foi notificada do impeachment às 15h05m; uma hora depois, Temer assumiu para, em seguida, passar o cargo a Maia

JÚLIA GAMA
julia.gama@oglobo.com.br

Nos últimos três meses e meio, o Brasil se viu acostumado a conviver com a existência de dois presidentes da República — uma afastada, Dilma Rousseff, e um interino, Michel Temer. Mas, ontem, no último dia do processo de impeachment, o país atingiu a marca insusitada de ter três presidentes da República no mesmo dia.

No derradeiro dia de Dilma Rousseff com mandato presidencial, Michel Temer acordou presidente interino e tornou-se presidente eletivo às

16h51m, após assumir o termo de posse no plenário do Senado. Mas, às 18h40m, menos de duas horas após ser eleito, transmitiu o cargo para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e embarcou para a reunião do G-20, na China.

Já Dilma, que desde o dia 12 de maio era presidente afastada, foi notificada oficialmente da perda do seu mandato de presidente da República às 15h05m de ontem. Agora, ela terá de desocupar em até 30 dias o Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência, e perderá parte do staff que a acompanhava até então.

Rodrigo Maia se tornou, depois de uma simples cerimônia que durou pouco mais de cinco minutos, na base aérea

de Brasília, o presidente da República em exercício. Eleito presidente da Câmara em meados de julho, depois que o deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) renunciou ao cargo, Maia irá despachar do Palácio do Planalto a partir de hoje, até a volta de Temer ao Brasil, prevista para o dia 7 de setembro.

— Claro que não vou sentar na cadeira de presidente. O presidente é o Temer. Vou usar a mesa de reunião ou o sofá para despachar. Não fazia parte dos meus planos assumir a Presidência da República por um bom período. Apesar de ser interino, para qualquer brasileiro é uma coisa de enorme importância — disse Maia ao GLOBO. ■

O DIA EM QUE O BRASIL TEVE TRÊS PRESIDENTES

HORÁRIO	15h05m	16h51m	18h40m
	Dilma Rousseff	Michel Temer	Rodrigo Maia

ANEXO WW – REPORTAGEM PÁGINA 11

Quinta-feira 19.09.2016 2ª Edição

Pais

O GLOBO 11

IMPEACHMENT

SEM 'COICE' Senado mantém direitos de Dilma e irrita Temer

Líderes de PSDB e DEM ameaçaram recorrer ao STF, e presidente considerou 'inadmissível' a divisão na base

CRISTIANE JUNGBLUT, JÔNIA GAMA, SIMONE IGLESIAS e MARIA LIMA opais@oglobo.com.br

BRASÍLIA. Um acordo entre aliados de Dilma Rousseff e o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), evitou ontem que a ex-presidente fosse punida também com o pronunciamento de cargos públicos. Com aval do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do processo de impeachment, ministro Ricardo Lewandowski, o julgamento foi fadado, e o Senado, depois de condenar Dilma à perda do cargo, fez uma segunda votação em que não houve votos suficientes para deixar Dilma fora da vida pública por 8 anos. Para o impeachment de Dilma, foram 61 votos contra 20. Na segunda votação, 19 senadores mudaram de lado, boa parte deles do PMDB, incluindo três que se absteram. O placar ficou em 42 votos pela punição, contra 36 e três abstenções.

A defesa de peemedebistas, capitaneada por Renan, em uma ação cuja materialidade foi assumida pela aliada de Dilma Kátia Abreu (PMDB-TO), deixou a base do governo irada. O próprio Temer manifestou publicamente sua contrariedade horas depois. Em discurso numa reunião ministerial no Planalto, Temer disse que esse comportamento tinha sido "inadmissível".

— Há partidos que já avisam: vamos sair do governo. Isso é fazer jogo contra o governo. Então, estou dizendo muito claro para dar o exemplo de que não será tolerada essa espécie de conduta. Se há gente que não quer o governo dando certo, declare-se contra o governo. Essa divisão na base é inadmissível. Se é governo, tem que ser governo — disse Temer.

A estratégia de faltar o julgamento vinha sendo costurada desde sexta-feira. Segundo senadores, Lewandowski concordava com a tese. Ontem, foi apresentado um destaque para provocar a segunda votação. E Renan, que votara antes pela perda do mandato de Dilma, pediu a palavra para dar a senha: para ele, a primeira pena estava de bom tamanho.

— No Nordeste, se diz: além da queda, o coice. Não podemos ser maus, desumanos. Meu voto é não à inabilitação — disse o presidente do Senado.

Entre os que beneficiaram Dilma estavam o líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), e o senador Valdir

Raupp (PMDB-RO), que se absteram. A articulação que pegou de surpresa os aliados foi considerada "esdrúxula" por Temer, que teve que entrar em campo para conter a rebelião entre os aliados. Ao acompanhar a sessão, no Palácio do Jaburu, o peemedebista foi surpreendido pela decisão. Reservadamente, líderes da base incomformados com a vitória "pela metade" acusaram os envolvidos de incluir no acordo a votação do aumento para os ministros do Supremo antes que Lewandowski deixasse o comando do STF, na próxima semana.

DEM, PSDB E PPS PROTESTAM

Nam primeiro momento, os líderes de PSDB, DEM e PPS da Câmara anunciaram que recorreriam ao STF para tentar reverter a decisão do Senado de não proibir a ex-presidente de ocupar funções públicas. Segundo tucanos, o líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), chegou a entregar o cargo. Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disseram que era preciso rediscutir a relação com o PMDB para evitar a prática de fazer política com "bola nas costas".

Assustado com a reação, Temer ligou para Aécio Neves (PSDB-MG) e prometeu subscrever o recurso ao STF.

— Foi um gesto do presidente Temer

para provar que não participou de nenhum acordo para livrar Dilma da cassação de seus direitos políticos. O que aconteceu azeda a relação dos aliados num momento extremamente delicado do país e do governo. Estou tentando pôr panos quentes para segurar — disse Aécio.

— Saímos dessa votação com o gosto amargo da péssima sinalização de uma nova aliança de setores do PMDB com o PT. É uma espreteza que não cola junto à sociedade — protestou Caiado.

Após a primeira reação indignada, porém, o Planalto ponderou que, neste momento, é melhor relevar o fato de Dilma não ter ficado inabilitada para evitar a judicialização do impeachment. Temer afirmou a aliados que seria solidário ao PSDB e ao DEM, seja qual fosse a decisão que eles tomassem a respeito do tema. Mas, interlocutores do presidente conversaram com líderes desses partidos para convencê-los de que não é momento de trazer mais ao STF. Janaina Paschoal, advogada de acusação contra Dilma, declarou ser contra a ação no Supremo.

— Como os aliados de Dilma não podem questionar a aprovação do impeachment, a acusação também não pode questionar a decisão de derrubar a inabilitação. O Senado é soberano — disse Janaina. (*Colaboraram Eduardo Bresiani e Evandro Ebitz*)



Mobilização. Renan articulou para senadores votarem contra a proibição de Dilma exercer cargos públicos

COMO FOI

Resultado da votação pelo impeachment:



Resultado da votação pela inabilitação para o exercício de cargo público:



19 senadores

votaram a favor do impeachment e foram contra a inabilitação para o exercício de cargo público por oito anos, incluindo os que se absteram

				PMDB 8 votos
				PDT 2 votos
				PSB 2 votos
				PR 3 votos
				PPS 1
				PMDB 2 votos
				DEM 1 voto

Perguntas e respostas

- **Quais são as penas previstas na em processo de impeachment para presidente da República?**
 - A perda do cargo com a inabilitação para o exercício de qualquer função pública.
- **O que o Senado fez?**
 - A votação foi dividida. Primeiro, os parlamentares decidiram sobre a perda do cargo de presidente e depois sobre a proibição de se eleger ou ocupar cargos públicos. A perda do cargo foi aprovada, mas a proibição de ocupar cargos não.
- **O que defendiam os integrantes de partidos pró-impeachment?**
 - Defendiam que a proibição de ocupar outros cargos era uma mera consequência do impeachment, não havendo motivo para votação em separado.

- **O que defendiam os integrantes de partidos contra o impeachment?**
 - Defendiam que as penas eram autônomas e que Dilma poderia ocupar outros cargos públicos mesmo depois de sofrer o impeachment.
- **A ex-presidente pode ser enquadrada na lei da Ficha Limpa e ficar impedida de disputar nova eleição?**
 - A lei estabelece que pessoas condenadas por crimes não podem se candidatar. Dilma foi condenada por um colégio de senadores, mas dois ministros do Supremo Tribunal Federal e dois do Tribunal Superior Eleitoral disseram ao GLOBO que a Ficha Limpa não se aplicaria no caso. O assunto ainda pode parar no STF.

Lewandowski plantou a dúvida

JOAQUIM FALCÃO

O país esperava que a decisão a favor ou contra a permanência de Dilma Rousseff trouxesse de volta estabilidade política, econômica e segurança jurídica. Não foi o que aconteceu.

O Senado tomou decisão atípica, que pode acarretar a quebra de harmonia entre poderes, e dos poderes com a sociedade. Como?

Tudo começou com a solitária decisão do ministro Lewandowski. Dividiu o julgamento em dois: perda de mandato e perda dos direitos políticos. Poderia ter tomado esta decisão sozinho? Ou teria que ser do plenário? Esta é claramente uma decisão polêmica. E de gravidade institucional. O importante, porém, é que, ao tomar a decisão sozinho, Lewandowski optou por plantar a dúvida. Que não existia se fosse o plenário a decidir.

E a oposição a Dilma, na euforia da vitória, não percebeu, ou não conseguiu impedir, a implantação da futura incerteza.

A partir da manutenção dos direitos políticos, ela pode voltar a se candidatar a presidente em 2018. A decisão do Senado parece a convocação antecipada de um plebiscito para 2018. Dilma sim, ou Dilma não. Se o PT deixar.

A decisão abre precedente que beneficiaria

Eduardo Cunha? Foi, aliás, com pretensão de voltar a se candidatar que Collor renunciou minutos antes de ser impedido. E Renan Calheiros, como presidente do Senado. O que agora esta proibido pela Lei da Ficha Limpa. Poderá a Câmara, porém, inovar: cassar e manter os direitos políticos?

E estratégia óbvia. Se o impeachment ou a cassação são inevitáveis, salvem-se os direitos políticos. Certo mesmo hoje é que volta-se ao Supremo. A classe política parece viciada em Supremo. Cria situações em que transfere seu poder decisório para os ministros da Corte.

Ninguém pode dizer qual será a decisão do Supremo. Ela é, por natureza, incerta. É justamente na gestão da incerteza política, ou A ou B, que reside seu poder.

O Supremo assim se aumenta. Ele é hoje o gestor das incertezas nacionais. Até quando? Isto tem limites? O bom senso sugere que as instituições tomem decisões que colaborem para a manutenção de seu próprio poder.

Difícil o Supremo tomará decisão que anule o impedimento de Dilma. Que faça da eventual cassação ou condenação de Cunha apenas um intervalo. Colocaria em dúvida sua própria legitimidade. É ônus pesado demais.

Mas ninguém garante o bom senso. •

Joaquim Falcão é professor da FGV Direito Rio

24 ANOS DEPOIS

Collor pede mesmo tratamento

Ao criticar faticamente, ex-presidente lembra sua cassação, mesmo após renunciar

CRISTIANE JUNGBLUT crijung@bsb.oglobo.com.br

Vinte e quatro anos depois, o hoje senador Fernando Collor (PTC-AL) subiu ontem à tribuna do Senado e se colocou contra a tese do faticamento da votação do impeachment, sendo voto vencido. Collor lembrou que em 1992, no julgamento de seu processo de impeachment, o plenário do Senado decidiu manter o julgamento e cassar seus direitos políticos, mesmo após sua renúncia ao mandato.

Diante de um plenário que ficou em silêncio, Collor defendeu à tese de que não se pode separar a votação da perda do mandato da cassação dos direitos políticos.

Em dezembro de 1992, Collor não compareceu ao julga-

mento. Ontem, Dilma se defendeu pessoalmente. Collor chegou a destinar advogados e, na tentativa de preservar seus direitos políticos, renunciou no dia do julgamento final. Não adiantou.

Nos últimos dias, Collor vinha dizendo a colegas, até a petistas, que sabia o que Dilma estava passando. Ontem, afirmou: — Fico muito tomado pela emoção ao assistir neste plenário, neste mesmo plenário em que se continuou uma sessão quando não havia mais o objeto, para que ela assim se reunisse como tribunal de julgamento, que me tirou o mandato, que me casou os direitos políticos, que, agora, esta mesma Casa queira dar uma interpretação ou estabelecer um novo padrão para julgamento — disse Collor. — Essa é uma

lembraça muito triste que trago ao plenário, por ter me sentido vilipendiado. Difícil entender questão como essa.

O ex-presidente continuou: — A renúncia é ato unilateral; não cabe consideração a favor, contra, se pode ou não. Naquele momento em que a carta de renúncia foi apresentada, a sessão deveria, pela Constituição, ter sido imediatamente cancelada, porque o objeto da reunião do Senado, como tribunal de sentença, havia perdido o seu objeto. Não havia mais presidente. E a decisão foi de suspender a sessão para dar posse ao vice e depois da posse voltar esse Tribunal a se reunir. Isso foi considerado uma violência — disse Collor.

INFOGRÁFICO: A SEGUNDA VOTAÇÃO

A posição de senador sobre a elegibilidade de Dilma foi: **61/36/3**

ANEXO XX – REPORTAGEM PÁGINA 12

12 | O GLOBO

| País |

Quinta-feira 1.9.2016

IMPEACHMENT

MERCADO

Depois da lua de mel, a hora da cobrança

Para analistas, governo Temer conseguiu atrair confiança de investidores; mas apoio só dura se ajuste fiscal for à frente

RENAN SETTI
rennan.setti@oglobo.com.br

Impopular entre eleitores, Michel Temer não pode se queixar dos investidores. Esses têm sido pródigos em confiança desde sua posse como presidente interino, em maio. Embora seu governo tenha aprovado poucas medidas da reforma fiscal ansiosa pelo mercado financeiro até agora e tenha sofrido até alguns revéses, a Bolsa acumula alta de mais de 30% no ano, enquanto o dólar despica quase 20%. Parte importante da benevolência se deve ao simples fato de Temer não ser Dilma Rousseff. Com a conclusão do processo de impeachment, porém, o peemedebista terá que desenterrar a resenha anti-Dilma e assumir o protagonismo sob seu próprio nome. E quando termina o chamado "benefício da dívida" e começam as cobranças. Segundo analistas de bancos e consultorias, economistas e investidores, a manutenção do apoio de primeira hora dependerá sobretudo do avanço do ajuste fiscal, que todos sabem ser duro, lento e mais impopular que o próprio Temer.

Dilma e o mercado financeiro são lados opostos de uma gangorra. Conforme o capital político da petista afundava com o início do processo de impeachment, em dezembro, os gráficos das ações e da força do real recuperaram os níveis perdidos durante a crise. Com a posse de Temer há quase quatro meses, o otimismo ganhou força, demonstrada em diversos indicadores. O risco-país medido pelo CDS (Credit Default Swap), espécie de seguro contra calote, recuou de um pico de 533 pontos — maior que o da Rússia — para a casa dos 260 pontos. O principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa), que estava na casa dos 37 mil pontos em janeiro, se aproximou de 60 mil em agosto. O índice de confiança da indústria saltou de 75,6 para 87,1 pontos em um ano, até julho, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Os especialistas citam algumas razões para a melhora. Uma delas é a substituição da equipe econômica, com a entrada de nomes que vieram do próprio mercado, como Henrique Meirelles (Fazenda) e Ilan Goldfajn (Banco Central). Bruno Riva, analista do banco Barclays, classificou a mudança como um "giro de 180 graus", uma demonstração de que a gestão Temer está preocupada em controlar a inflação e recolocar nos eixos a trajetória da dívida pública. Se o discurso do novo governo ainda não se traduziu em medidas concretas, os investidores não se desapontaram, porque sabem que Temer evitará deslizes com o Congresso no período em que permaneceu interino, admitiu Alejo Czerwonko, diretor de estratégia para emergentes do banco UBS em Nova York.

Até agora, o movimento de melhora do mercado se deu principalmente com base em expectativas, sobretudo com a perspectiva de mudança da política fiscal. Com a conclusão do impeachment, estamos indo para uma nova fase.

A paciência e a boa vontade chegam, assim, ao seu limite. A nova fase será de cobrança quanto às medidas, particularmente a do teto de gastos e da reforma da Previdência — disse Gabriela Santos, estrategista do JP Morgan Asset Management.

Mas parcela do mercado vê entronamento a conclusão do impeachment como uma panaceia para a crise, um fim em si mesmo, observou João Augusto de Castro Neves, da consultoria política Eurasia: — Alguns podem ter a percepção equivocada de que o maior empecilho para o governo é o impeachment. Seu fim elimina a possibilidade, ainda que remota, da volta de Dilma e cria um ambiente mais favorável. Mas isso não vai se traduzir num governo mais forte, com maior capital político. Sua popularidade continuará baixa.

DILUIÇÃO DA REFORMA

Embora acredite que elas passarão pelo Congresso, Castro Neves prevê que as medidas fiscais serão aprovadas de forma lenta e diluída, dada a impopularidade dos projetos e a fragilidade política de Temer. A Eurasia calcula em 80% a chance de aprovação este ano da Proposta de Emenda Constitucional que fixa teto para gastos públicos, um dos pontos-chave do ajuste. Mas ele espera forte pressão de setores ligados à Educação e à Saúde para que as pastas não sejam desvinculadas do Orçamento, que hoje fica percentualmente mínimos de gastos nessas áreas. Dessa forma, uma diluição é esperada. Algo parecido ocorrerá com a Previdência.

— A reforma da Previdência passará pela mesma dinâmica, só que no primeiro semestre de 2017. Um ponto mais fácil de passar é a idade mínima para aposentadoria. Mas desvincular as pensões do salário-mínimo não deve passar. A regra de transição será muito sensível e discutida, mas ela representa uma diluição — prevê Castro Neves.

— E é óbvio que, nessa transição, vai haver derrotas e vitórias, que o mercado vai subir e cair ao sabor delas. Faz parte. O grande ponto de interrogação hoje é saber qual efetivo será Temer ao convocar o Congresso dessas medidas.

Por enquanto, o "tamano" entre mercado e Temer resistiu a alguns "retrocessos muito fortes" em pontos da agenda fiscal, lembrou Sérgio Werlang, economista e assessor da presidência da FGV. Na avaliação do ex-diretor do Banco Central (BC), o governo cede demais. "Sempre que tem alguma coisa ligeiramente polêmica". Isso aconteceu, segundo o economista, durante a renegociação da dívida de estados e municípios. Um exemplo foi o recuo da Fazenda quanto à proibição de reajustes a servidores por dois anos, que acabou derrubada; outro foi a exclusão, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de auxílios, indenizações e gastos com terceirizados nos estados no Judiciário e no Ministério Público, entre outros órgãos.

— Esses foram sinais muito ruins, sobretudo quando se sabe que esses pontos já haviam sido acordados. Os estados tinham aceitado essas condições — argumentou. — Também foi negativo a proposição de uma meta fiscal para 2017 com déficit de R\$ 139 bilhões. Isso não é razoável. Deviria ser por volta de R\$ 100 bilhões. Werlang acrescentou que, mesmo com concessões como essas, os projetos ainda não foram aprovados, mais um sinal de fragilidade. — As pessoas vão querer ver a reforma da Previdência, o teto de gastos, a revisão geral de uma série de desonerações fiscais etc. É claro que ninguém espera que isso tudo sairá até o fim do ano. Mas as pessoas vão cobrar que o que foi prometido seja aprovado — observou.

Para Bruno Riva, do Barclays, um dos nós mais imediatos são as desonerações. No primeiro semestre deste ano, a Receita Federal deixou de arrecadar R\$ 45,3 bilhões por causa de isenções fiscais, volume equivalente a 7,3% dos R\$ 617,2 bilhões da arrecadação total entre janeiro e junho:

— Quando você olha a equipe econômica, todas as pessoas que estão lá sempre foram extremamente críticas quanto às isenções fiscais, que não deram resultado. Findo o impeachment, o mercado espera que elas comecem a ser retiradas. Enquanto a Previdência é um tema que requer muito cuidado, Temer deve focar onde tem mais chance de promover avanços no curto prazo, que são mudanças microrregulatórias, citou Castro Neves, da Eurasia. Um exemplo é o projeto que muda as regras de exploração do pré-sal.

E se a paciência dos investidores admite que a transição do projeto econômico ficará para o ano que vem, espera-se que pelo menos a proposta da Previdência seja delineada depois do impeachment, disse Frederico Sampaio.

— Não está claro o que de fato será proposto, só sabemos que o governo está lidando com desvinculação do salário-mínimo e o fim da paridade entre ativos e inativos. Mas tudo isso é ainda debate.

CONTEXTO EXTERNO FAVORÁVEL, POR ENQUANTO E ben verdade que a boa vontade dos investidores não é alimentada apenas pelo suporte ao projeto econômico de Temer, lembrou Carlos Kawall, economista-chefe do banco Safra. Trata-se também, claro, de uma estratégia de investimento:

— O mercado está ansioso com a velocidade reduzida da reforma até agora. Estamos em uma primeira marcha, mas queremos que ela passe segunda e terceira com o impeachment. Ao mesmo tempo, os investidores ficam pedintes em apostar contra esse processo, porque as coisas podem se concretizar e o cenário externo é favorável para ativos de países emergentes — explicou o economista, que foi secretário do Tesouro no governo Lula.

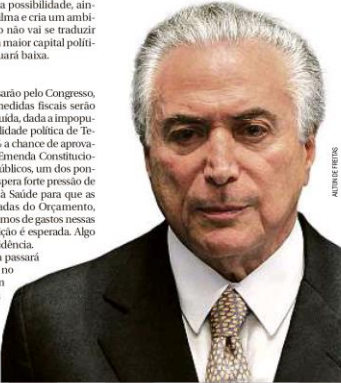
Um importante catalizador da paciência futura do mercado com Temer deve ser o ambiente econômico no exterior, concordou Alejo Czerwonko, do UBS. Hoje, juros baixos ou negativos em países ricos direcionam investimentos para países emergentes como o Brasil; a recuperação de commodities como o petróleo e o minério de ferro também ajudou. Caso o ritmo da reforma agrade e o contexto externo siga favorável, há chances de o dólar cair abaixo dos R\$ 3. A expectativa do UBS é que ele esteja em R\$ 3,30 em seis meses e R\$ 3 em um ano.

Mas a fatura de dinheiro pelo mundo deve encolher em breve. Na semana passada, a presidente do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA), Janet Yellen, disse que a melhora do mercado de trabalho americano abre espaço para aumento de juros. — O alívio que beneficiou o mundo emergente pode começar a virar. Não necessariamente ficará tão negativo, mas há folga vai diminuir — disse Gabriela Santos, do JP Morgan Asset.

Se os índices de confiança demonstram melhora, eles dificilmente levarão a aumento das taxas de investimento no curto prazo, segundo Carlos Rocca, diretor do Centro de Estudos de Mercado de Capitais do Ibmec (Cemec). Isso porque é grande a capacidade ociosa da indústria, elevado o endividamento corporativo e minguantes as margens de lucro. Por isso, o professor classifica de essencial o avanço nas concessões de infraestrutura.

— Estimular o investimento privado em infraestrutura adquiriu importância extraordinária, uma vez que essa talvez seja a única área da economia onde existe excesso de demanda — disse Rocca. O governo Temer instituiu em maio o Programa de Parcerias de Investimentos. O objetivo é realizar privatizações e concessões na área de infraestrutura. Até agora, porém, pouco foi acertado.

PIB recua 0,6% no segundo trimestre, mas indústria e investimentos reagem, na página 35



ALBERTO PEREIRA

Protagonismo. Michel Temer na posse como novo presidente do Brasil

FATOS E INDICADORES

2015	17 de setembro	Helio Bicudo e Miguel Rosete Jr. entregam 1º pedido de impeachment contra a presidente Bolsa: 48.551 pontos Dólar: R\$ 3,883 Risco-país: 377 pontos Juros futuros: 15,20%
	7 de outubro	TCU rejeita as contas do governo Dilma referentes a 2014 Bolsa: 48.914 pontos Dólar: R\$ 3,877 Risco-país: 429 pontos Juros futuros: 15,47%
	2 de dezembro	Eduardo Cunha acolhe o pedido de impeachment e inicia o processo Bolsa: 44.914 pontos Dólar: R\$ 3,835 Risco-país: 448 pontos Juros futuros: 15,63%
2016	17 de abril	Câmara aprova o impeachment. Bolsa: 53.227 pontos Dólar: R\$ 3,526 Risco-país: 342 pontos Juros futuros: 13,04%
	11 e 12 de maio	Senado aprova abertura de processo de impeachment, Dilma é afastada. Bolsa: 53.241 pontos Dólar: R\$ 3,447 Risco-país: 326 pontos Juros futuros: 12,13%
	16 de maio	Temer escolhe Maria Silvia Bastos para presidir BNDES Bolsa: 51.802 pontos Dólar: R\$ 3,504 Risco-país: 328 pontos Juros futuros: 12,27%
	17 de maio	Ilan Goldfajn é anunciado presidente do Banco Central Bolsa: 50.839 pontos Dólar: R\$ 3,492 Risco-país: 332 pontos Juros futuros: 12,38%
	20 de maio	Governo anuncia rombo de R\$ 170,5 bilhões nas contas públicas de 2016 Bolsa: 49.722 pontos Dólar: R\$ 3,518 Risco-país: 345 pontos Juros futuros: 12,36%
	24 de maio	Temer anuncia repasse de R\$ 100 bil para o BNDES para o Tesouro e extinção do Fundo Soberano e propõe teto para gastos do governo Bolsa: 49.345 pontos Dólar: R\$ 3,576 Risco-país: 359 pontos Juros futuros: 12,61%
	7 de julho	Equipe econômica fixou a meta fiscal de 2017 com déficit de R\$ 139 bilhões Bolsa: 52.014 pontos Dólar: R\$ 3,367 Risco-país: 322 pontos Juros futuros: 12,25%
	20 de julho	Temer sanciona reajuste do Judiciário e do MP, que terá impacto de R\$ 22,3 bi até 2019 Bolsa: 56.578 pontos Dólar: R\$ 3,250 Risco-país: 287 pontos Juros futuros: 11,92%
	10 de agosto	Câmara aprova renegociação de dívidas dos estados após Temer recuar e permitir reajustes de servidores Bolsa: 59.919 pontos Dólar: R\$ 3,132 Risco-país: 262 pontos Juros futuros: 11,86%
	25 de agosto	Início do julgamento do impeachment no Senado Bolsa: 57.722 pontos Dólar: R\$ 3,232 Risco-país: 261 pontos Juros futuros: 11,99%

ANEXO YY – REPORTAGEM PÁGINA 14

IMPEACHMENT

ISTO É TEMER

O estilo do ex-vice em seu exercício

Caráter conciliador do novo presidente marca sua passagem do Legislativo para o Executivo

JUNIA GAMA
junia.gama@bsb.oglobo.com.br

BRASILIA — Em pouco menos de quatro meses de gestão, o presidente Michel Temer tomou medidas e teve reações que podem indicar traços de seu perfil. Sua longa trajetória na Câmara dos Deputados — presidiu a Casa em três ocasiões, durante seis mandatos como deputado — forjaram seu caráter conciliador que, no Executivo, gera controvérsias. O peemedebista vem sendo cobrado por aliados a partir de enfrentamentos para poder governar, e os recuos que já fez até agora, como o corte de ministérios bem menor que o previsto, também foram alvo de críticas. A Esplanada dos Ministérios é, por si só, um retrato da visão de Temer sobre política. Uma equipe econômica forte e autônoma se destaca em meio ao loteamento para partidos aliados. O formalismo e a fidelidade aos amigos também foram características levadas por Michel Temer ao Palácio do Planalto. As amizades perigosas, com diversos dos investigados na Operação Lava-Jato, também acompanharam o presidente interino.

AUSÊNCIA DE MULHERES

Temer foi criticado pelo fato de não haver nomeado mulheres para o primeiro escalão de seu governo. Para alguns, o motivo é a cultura machista.

BUSCA PELO CONSENSO

Sua formação parlamentar o leva a sempre buscar o acordo entre as partes, o que, em um cargo executivo, pode não funcionar tão bem. Os aliados mais próximos dizem que ele tem que mudar o chip de parlamentar para chefe do Executivo. "É hora de escolher os enfrentamentos que o governo deve fazer", aponta um auxiliar de Temer.

RECUSOS

Fruto de seu perfil conciliador, o governo interino passou por alguns episódios em que teve de recusar. É o caso, por exemplo, do anúncio de corte no número de ministérios, que acabou sendo menor que o previsto depois que os partidos aliados cobraram mais espaço. "Recuo", aliás, é uma palavra que Temer detesta. Seus aliados dizem que se trata, na verdade, de capacidade de reconhecer erros.

AJUSTE X AUMENTOS

O caráter pouco dado a enfrentamentos levou Temer a atitudes contraditórias. Por um lado, ele defende como pedra basilar da sua gestão o ajuste econômico com corte de gastos, sacrifícios da população com a reforma da Previdência e um possível aumento da carga tributária. Por outro, lava as mãos para os reajustes salariais da elite do funcionalismo público, como os ministros do Supremo Tribunal Federal, o que provocou uma crise com os aliados do PSDB. Auxiliares afirmam que seu governo tem uma forma de resistência "sem estardalhaço", e que ele evita brigar publicamente.

CAPACIDADE DE DELEGAR

Ao contrário de Dilma, Temer tem uma tendência a dar liberdade aos seus subordinados. Em mais de uma ocasião, o presidente interino pediu a seus auxiliares mais próximos que evitassem comentários sobre economia.

ABERTURA AO DIÁLOGO

Em alguns dias da semana, há mais parlamentares circulando pelo Palácio do Planalto do que pelo Congresso. Se há algo de que os senadores e deputados não podem reclamar é da paciência de Michel Temer para recebê-los e prestigiá-los.

MESÓCLISES E FORMALISMOS

A formalidade é uma característica constante. Se nos tempos de Lula reinavam as metáforas futebolísticas, e no período de Dilma predominava um clima tenso na hora dos discursos, a chegada de Temer resuscitou o latim nos salões do Palácio do Planalto. Ele também adora uma mesóclise.

EQUILIBRISTA

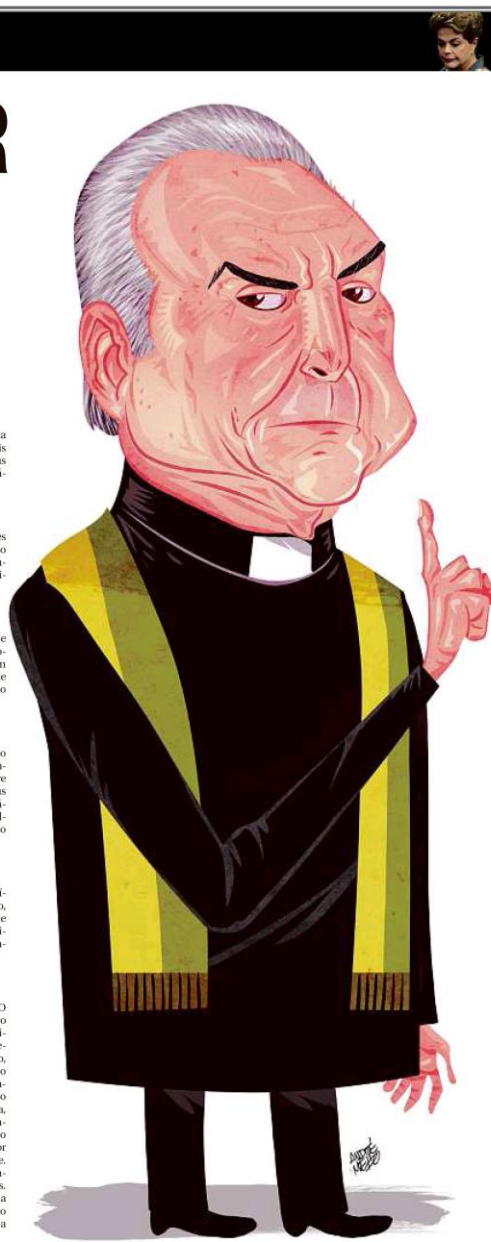
Temer conseguiu se manter na presidência do PMDB nos últimos 15 anos, mesmo tendo enfrentado diversas rebeliões internas. Ao final, sempre consegue construir maiorias no partido com seus adversários. "A principal missão que reflete o caráter do presidente Michel Temer é que o Brasil voltou a ser um país normal e pacificado", comenta o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

FIDELIDADE AOS AMIGOS

Há muito eles já não eram grandes *players* na política nacional, sem conseguir mandatos pelo voto, mas Temer fez questão de privilegiar os amigos de longa data, como Padilha (Casa Civil), Geddel Vieira Lima (Secretaria de Governo) e Moreira Franco (Parcerias de Investimentos).

AMIZADES PERIGOSAS

Figuras problemáticas sempre rondaram Temer. O ex-presidente da Câmara e deputado afastado Eduardo Cunha fez questão de manter a proximidade. E o presidente nunca lhe virou as costas, recebendo-o em sua residência oficial e tentando, até o último momento, uma saída honrosa para o colega no processo de cassação. Outro personagem complicado é Henrique Alves. Sem mandato eletivo, ganhou de Temer uma vaga na Esplanada, no Ministério do Turismo, mesmo já estando enfiado no pescoço na Lava-Jato. Acabou tendo que sair, mas a amizade continua. Com o senador Romero Jucá (PMDB-RR), a relação é semelhante. Mesmo investigado na operação, Jucá foi nomeado ministro do Planejamento, onde durou 11 dias. Nos bastidores, no entanto, seu prestígio continua alto junto a Temer, e sua frequência no Palácio do Planalto gera comentários de que ele continua sendo o ministro de fato. ■



BERNARDO ARAÚJO
bbaraujo@oglobo.com.br

Artigo

Dom Michel de Tietê

Michel Miguel Elias Temer Lulia, 75 anos, a partir de hoje presidente do Brasil, sem asterisco, é um católico romano de família libanesa. Esse *background*, a grosso modo, já parece explicar um pouco sua conduta à frente da Presidência da República em 113 dias de interinidade — muita conversa, negociação, eventuais recuos, uma tentativa de se mover entre pingos de chuva que seria útil no país com maior diversidade religiosa do Oriente Médio. Com pouco menos de quatro milhões de habitantes, o Líbano (que desde os idos de 1880, quando Dom Pedro II esteve lá, manda imigrantes ao Brasil, formando uma das maiores colônias) reúne muçulmanos e cristão de várias vertentes, além de judeus, budistas, hindus e outros. Esse DNA ajuda a definir o estilo Temer de governar nos últimos e atribulados meses.

Assim como acontece na Igreja Católica, mulheres não têm muita vez com Dom Michel. Logo que assumiu o governo interino, ele anunciou um Ministério — que vinha sendo costurado há tempos em concórridos concílios, nas clausuras ou no deck do Palácio do Jaburu — 100% masculino. Conciliador, o monsenhor disse que isso era por aca-

so, que se devia às indicações dos partidos (a ideia do "Ministério de notáveis" já tinha ido por água abaixo), mas sua biografia aponta para um perfil machista. Ex-namorado da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), ela já alegou que não se casou com ele por não suportar seu chauvinismo. A imagem de Temer com a bela Marcela, sua atual mulher, 42 anos mais nova, e, porque quem tem que cuidar dos filhos é da casa é a mulher mesmo. Aliás, na melhor tradição católica, Temer é fã de uma procriação: ca-

çula de oito irmãos, ele mesmo tem cinco filhos — como, segundo a lenda, é comum com padres pelo interior do Brasil.

Michel Temer é advogado, estudioso, com doutorado em Direito Público pela PUC de São Paulo, concluído em 1974. Imerso nos livros — ele também é escritor, de poesia, inclusive —, adquire mais uma semelhança com o clero: o vocabulário, que volta e meia resuscita a mesóclise, aquela ocorrência gramatical que mete um pronome no meio do verbo, como em "conservá-lo-ei" ou "se-lo-ia" (e que, por tabela, lembra um outro ex-presidente, o excêntrico Lânio Quadros, o que também remete à maldição, quer dizer, tradição dos vices na República Brasileira). Sempre aberto ao diálogo, com velhos amigos (principalmente), correligionários e até "malditos", como o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha,

também do PMDB, visto com frequência no Jaburu, Temer demonstra uma paciência de santo. E não deixa de gastar o latim (a língua morta é comum a eclesiásticos e magistrados): formal no discurso (a antítese da enrolada Dilma), ele já usou a primeira flor do Lácio, esquisita de bela, nos salões do Planalto. A santa paciência não aparece só nos intermináveis diálogos políticos. Nas negociações, Temer — que só começou sua vida de deputado aos 48 anos, na Constituinte de 1988, e mesmo assim como suplente de Antônio Tidel de Lima — mostra perfil conciliador, capaz de recuar quando acha necessário, e também de delegar e não centralizar, o que demonstrou ao escolher uma figura forte para comandar a política econômica, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Tanto equilíbrio o mantém na presidência do PMDB há 15 anos, mesmo tendo sido desafiado por caciques como Renan Calheiros e Nelson Jobim.

Ainda faltam guerras, negociações e alarabãos para Michel Temer chegar a Armand Jean du Plessis (1585-1642), o poderoso Cardeal de Richelieu, que dominou a França com habilidade política e mão de ferro na época dos Luíses XIII e XIV. Mas, costurando aqui e ali há cerca de 50 anos, ele chegou à Presidência do Brasil. ■

O GOVERNO DE TEMER EM FOTOS
Fotogaleria mostra os peemedebista no poder
globo/2630wTq

ANEXO ZZ – REPORTAGEM PÁGINA 25

Quinta-feira 1.9.2016

| País |

O GLOBO | 25

IMPEACHMENT



TROCA DE GUARDA

Foram apenas poucos minutos que separaram no tempo as duas fotos abaixo, registros históricos da tarde de ontem, que apontam para as forças divergentes no atual cenário político do Brasil. O primeiro retrato, cujo protagonista é o peemedebista Michel Temer, representa o poder vigente, no qual o PMDB predomina, com o controle do Executivo e do Congresso, e com o

DEM, de Rodrigo Maia, assumindo papel fundamental na definição da pauta da Câmara, decisiva para as pretensões do novo governo. De 'intruso', o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, indicado por Lula e que recebeu a tarefa constitucional de comandar a sessão do impeachment, única razão para sua presença na simbólica imagem.

Logo abaixo, o cenário ganha tons avermelhados, indicativo claro do espectro político que se despede do poder. Com Dilma Rousseff à frente, petistas históricos, aliados fiéis e amigos do peço se unem em solidariedade à ex-presidente, enquanto ela indica, de viva-voz, o tom combativo que adotará para defender seu legado. Um discurso lido instantes depois de o Senado de-

terminar o encerramento de seu governo e do projeto de poder petista.

Apenas a operação Lava-Jato cria pontes robustas entre as duas fotos. De comum, a presença de investigados pela corrupção nos contratos superfaturados da Petrobras, que mira pesadamente tanto no PT quanto no PMDB. De resto, hoje, não há mais nada que os aproxime. ■

RODRIGO MAIA
(DEM-RJ)

Buscou votos no PT para se eleger presidente da Câmara. É o primeiro da linha sucessória. Tem perfil conciliador

MICHEL TEMER
(PMDB-AL)

É presidente até o final de 2018. Deve enfrentar dura oposição do PT. Precisa de base sólida no Congresso para recuperar a economia

RENAN CALHEIROS
(PMDB-AL)

Chefia o Congresso até o final do ano. É investigado na Lava-Jato e é visto com desconfiança no Planalto

RICARDO LEWANDOWSKI

Preside o STF até o próximo dia 10. Acolheu a questão de ordem que faliu o julgamento do impeachment, que preservou os direitos políticos de Dilma

WALDIR MABANHÃO
(PP-MA)

Vice-presidente da Câmara, ficou marcado pela condução confusa do Legislativo depois do afastamento de Eduardo Cunha

ROMERO JUCÁ
(PMDB-RR)

Importante aliado de Temer no Senado, articulou o impeachment. Investigado na Lava-Jato, viu-se obrigado a pedir demissão do Ministério do Planejamento



ALTON DE FREITAS

OS QUE FICAM

OS QUE SAEM



ANDRÉ COELHO

ELEONORA MENCUCCI

Amiga de Dilma desde a luta contra a ditadura, foi Secretária da Mulher e uma das principais aliadas na defesa do mandato da petista

NELSON BARBOSA

Tentou, sem sucesso, recuperar a confiança do mercado no governo petista. Comandou o Ministério da Fazenda até maio, quando Dilma foi afastada

GLEISI HOFFMANN
(PT-PR)

Senadora, comandou a Casa Civil no primeiro mandato e se tornou uma das principais opositoras do impeachment. É investigada na Lava-Jato

DILMA ROUSSEFF

Deposta, a ex-presidente promete denunciar o que classifica como golpe. Deve retornar a Porto Alegre, onde é servidora concursada do estado

LINDBERGH FARIAS
(PT-RJ)

Senador, comandou a tropa de choque do governo no julgamento do impeachment e assumiu os embates mais duros em plenário

AFONSO FLORENCE
(PT-BA)

Líder do PT, ex-ministro do Desenvolvimento Agrário deve comandar a oposição a Temer na Câmara

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Ministro da Justiça de Dilma, tornou-se braço direito da ex-presidente e foi seu advogado no julgamento impeachment

ANEXO AAA – REPORTAGEM PÁGINA 26

26 | O GLOBO

| País |

Quinta-feira 1.9.2016

IMPEACHMENT

FUTURO EM RISCO

Impeachment aprofunda racha, e PT teme deserções

Enquanto sofre para revelar quadros fortes, partido convive com divisões internas e teme perder até mesmo o discurso

SÉRGIO ROYO, LETICIA FERNANDES, JÚNIA GAMA e MARIANA SANCHES
opias@oglobo.com.br

SÃO PAULO E BRASILIA. Rachado e fragilizado pelas investigações da Lava-Jato contra o seu principal líder, o PT inicia o período pós-impeachment buscando um discurso contundente para se opor ao governo do presidente Michel Temer. Mas a tarefa se torna ainda mais complexa dado o embate interno que tende a se acirrar já nos próximos dias. Enquanto as correntes de esquerda querem a troca imediata da direção, o campo majoritário tenta postergar mudanças. Esses grupos de esquerda têm alertado para o risco de quebra de unidade interna. Existe inclusive a possibilidade de debandada com a criação de um novo partido.

— Por do que perder o poder, é perder o discurso. Isso é o que mata — resume um parlamentar da ala mais à esquerda da legenda.

A avaliação desse petista é que o partido terá problemas para defender o seu legado no cenário atual do país. Por exemplo, seria difícil convencer a população a se opor ao fim da obrigatoriedade de participação da Petrobras na exploração do pré-sal diante da revelação dos escândalos na gestão da estatal. A bandeira da redução da pobreza promovida pelo governo Lula também pode se perder com a crise econômica.

Entre os deputados, fala-se em manter denúncia do "golpe" e críticas à agenda do governo Temer, como a reforma da Previdência. Já o ex-governador do Rio Grande do Sul Tarso Genro, voz crítica ao campo majoritário, também acredita que o partido, aliado a outros grupos de esquerda, precisa encontrar uma linha de atuação:

“

“A primeira coisa que o PT tem que fazer é um exame crítico do que ocorreu no governo e sobre alguns setores”

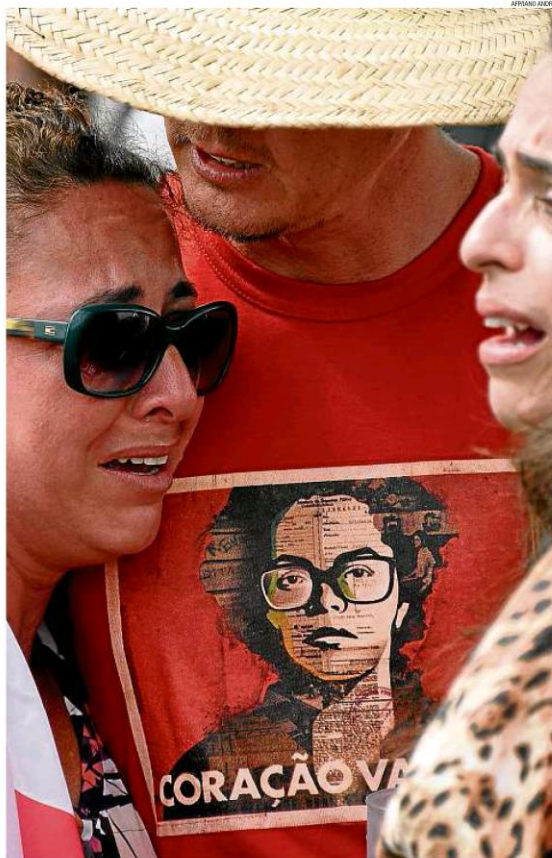
Tarso Genro

Ex-governador do Rio Grande do Sul

— O discurso tem que ser construído porque ele vai se debruchar sobre um cenário completamente novo.

As discussões sobre como sair dessa encruzilhada serão iniciadas em reunião da Executiva da legenda, amanhã, em São Paulo. Com a missão de apaziguar as diferenças, Lula foi convidado para participar do encontro. A esperança é que o principal nome da legenda entre em cena mais uma vez para evitar um racha. No entanto, muitas das decisões do ex-presidente durante o período de derrocada do governo Dilma Rousseff são contestadas internamente. Um dos "erros" atribuídos a Lula foi a ideia de escalar Temer como responsável pela articulação política de Dilma, em abril do ano passado. No posto, o peemedebista e seus aliados tiveram acesso ao mapa de todos os cargos de confiança do governo, que, neste ano, seria usado nas negociações para aprovar o impeachment na Câmara.

Lula também guardava o final do processo de impeachment para saber como passaria a atuar. A ideia de seus auxiliares é separar as atividades políticas do ex-presidente das do instituto que leva o seu nome. Uma das alternativas é o ex-presidente voltar a ter uma sala na sede nacional do PT em São Paulo. A outra é ele montar um escritório político para poder articular a sua candidatura. O martelo deve ser batido



nos próximos dias.

Um novo revés para o PT deve acontecer nos próximos meses com a condenação de Lula na Operação Lava-Jato. Petistas acreditam que o ex-presidente não terá chance de defesa em um processo que classificam como político. Se uma eventual condenação do juiz Sérgio Moro for confirmada na segunda instância, Lula seria enquadrado na Lei da Ficha Limpinha e a legenda perderia o seu único nome para a disputa eleitoral de 2018.

— O partido não formou outras lideranças porque o Lula não permitiu. Isso foi um erro — lamenta um cacique.

As possibilidades de renovação são escassas. Dentre os poucos nomes que sobreviveram aos escândalos e que se fortaleceram na luta contra o impeachment, o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo poderia ser uma opção, mas ele mesmo rechaça.

— Eu já abduquei de seguir uma carreira política, não vou mais disputar eleições. Já cumpri na política o que gostaria de ter cumprido — disse Cardozo, que depois da quarentena irá tra-

balhar no escritório de advocacia de Marco Aurélio de Carvalho, especializado em direito empresarial.

— Talvez a fase mais importante de adequação do PT na oposição, afirmam dirigentes, seja fazer uma autocrítica profunda, expondo os erros da legenda durante os mais de 13 anos de governo.

— Tem que fazer uma autocrítica, pensar os motivos pelos quais a gente fez as mesmas escolhas políticas que sempre condenamos — contou um petista.

As diferenças internas aparecem na hora de definir o tom da autocrítica. A Mensagem, segunda maior força interna, defende uma reformulação completa da legenda.

— O PT precisa se repensar para continuar. Se houvesse o mínimo de razoabilidade, o PT faria uma grande renovação. Mas não vejo isso no horizonte atual — afirma o ex-ministro Cardozo, mesmo integrante da CNB, a corrente majoritária que comanda o partido, reconhecendo que o PT vai precisar de um "chacoalho" e de uma grande mudança para esse novo período.

OS ESCÂNDALOS DO PT
Relembre os casos desde Waldomiro Diniz até a Lava-Jato
globo.com/2w0p9p



Fora do páreo. Cardozo já avisou que não é nome do PT nas eleições de 2018

Tarso Genro, um dos principais líderes da Mensagem, é pessimista com relação às mudanças que podem ser implantadas pelo atual campo majoritário, que não promoveu alterações na forma de atuação mesmo depois do mensalão, em 2005.

— A atual hegemonia está cristalizada numa burocracia que foi profundamente inoperante em momentos de crise. São pessoas dedicadas, sérias, nenhuma delas tem qualquer mancha moral, mas viveram uma situação de estabilidade burocrática no partido que não lhes dá autoridade para capturar uma renovação.

A Mensagem tenta arregimentar dissidentes entre os integrantes da CNB para antecipar as eleições internas, previstas para novembro de 2017.

— A primeira coisa que o PT tem que fazer é reestruturar completamente a sua direção. Fazer um exame crítico do que ocorreu na sua relação com o governo Dilma e um exame sobre como setores do PT se deixaram envolver nas práticas tradicionais de financiamento das campanhas. Se o PT não fizer isso, não é que vai acabar, mas vai se tornar apenas mais um partido tradicional — avalia Genro.

“

“Se houvesse o mínimo de razoabilidade, o partido faria grande renovação. Mas não vejo isso no horizonte”

José Eduardo Cardozo
Ex-ministro da Justiça

Nas últimas semanas, episódios que ampliaram as divisões internas se sucederam. A rejeição do apoio à proposta de Dilma Rousseff de defender um plebiscito sobre novas eleições esquentou o clima na última reunião da Executiva e aumentou queixas de abandono por parte do núcleo mais próximo da presidente.

Para os aliados de Dilma, os dirigentes do PT se dividiram em três comportamentos distintos durante o impeachment: defesa aguerrida por parte de uma minoria; pragmatismo de acreditar que, para a sigla, seria menos danoso que a presidente saísse e que o PT se organizasse na oposição para chegar à eleição de 2018 com chances de retomar o poder; e uma atitude puramente filosófica, de garantir espaços na máquina sem preocupações com o significado disso para a sobrevivência do partido. Entre esses últimos estariam quadros alvejados pela Lava-Jato e que colocaram na conta da presidente a culpa pela amplitude da operação.

A atuação do presidente da legenda, Rui Falcão, foi classificada como "errática" por defensores de Dilma. O PT não garantiu recursos à defesa, que contou com pareceres feitos voluntariamente por advogados. Já Lula teve um comportamento considerado "pendular", com aproximações e afastamentos.

Falcão negou qualquer afastamento do partido de Dilma e minimizou o risco de ruptura interna.

— Solvete esse risco de ruptura, acho que são mais pronunciamentos de alerta. Mas não creio que qualquer tendência do PT, qualquer militante, esteja disposto a cindir um partido que durante 36 anos foi capaz de conduzir tantas mudanças importantes no país. A experiência anterior da esquerda brasileira, de cisões diante da primeira divergência, nos leva a ter uma prática de convivência com as diferenças — disse Falcão, no último dia 23, após reunião da Executiva do partido. •

ANEXO BBB – CAPA DA EDIÇÃO 1º DE SETEMBRO FSP

FOLHA DE S. PAULO

95
anos

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 96 ★ QUINTA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 2016 ★ Nº 31.928

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA À 0H29 ★ R\$ 4,00

SENADO DESTITUI DILMA; TEMER PEDE PACIFICAÇÃO

★ CASSADA POR 61 VOTOS A 20, PETISTA MANTÉM SEUS DIREITOS POLÍTICOS ★ IMPEACHMENT
PÕE FIM A 13 ANOS DE PT ★ APÓS ASSUMIR, PEEMEDEBISTA PROMETE REFORMAS ECONÔMICAS



Por 61 votos a 20, o Senado depôs Dilma Vana Rousseff, 68, da Presidência da República. Michel Miguel Elías Temer Leite, 75, que já exercia o cargo interinamente desde maio, assumiu em definitivo — ele tem mandato até dezembro de 2018.

É a segunda vez que um presidente é cassado por impeachment desde a redemocratização, em 1985; a destituição de Fernando Collor de Mello ocorreu em 1992.

O processo foi consumado quase nove meses após o início da tramitação na Câmara e três meses e meio depois do afastamento provisório da petista.

Ela foi condenada por crime de responsabilidade em razão de empréstimo e abertura de crédito ilegais, mas não perdeu o direito de exercer funções públicas. A defesa recorrerá ao Supremo Tribunal Federal.

A cassação interrompe ciclo de 13 anos de gestão do PT, iniciado com Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. O partido deixa o



EFETIVO Michel Temer assina a sua posse presidencial no Congresso; estão ao seu lado, da esq. para a dir., os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (de terno azul), do Congresso, Renan Calheiros, e do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski

Black blocs voltam a depredar carros e prédios em atos no centro de SP

Manifestantes contrários ao impeachment de Dilma Rousseff entraram em confronto com a Polícia Militar na noite desta quarta-feira (31) em ao menos quatro pontos de São Paulo. O ato teve início pacífico na avenida Paulista. Na região central, black blocs quebraram vidros e depredaram carros; a polícia reagiu com gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. Ao menos cinco pessoas se feriram, entre elas um policial. Em ato em Brasília, três foram detidos após conflito com a polícia. Ato pró-Dilma no Rio não teve incidentes. **Poder A17**



Manifestantes destroem carro de polícia no largo do Arouche, em SP



EDITORIAIS **Opinião A2**

Leia "Governo novo", a respeito do impeachment de Dilma Rousseff e posse de Michel Temer, e "Fresta de oportunidade", acerca da queda do PIB no segundo trimestre de 2016.

JANIO DE FREITAS

O nome verdadeiro para o impeachment é apenas este: golpe

Poder A14

ANÁLISE LEANDRO COLON

Temer terá de conter gritaria de tucanos e instabilidade de Renan

Poder A11

RENATO JANINE RIBEIRO

Flá-fiu de duas décadas entre PT e PSDB acaba com derrota de ambos

Opinião A3

ROGERIO CHEQUER

Combate à corrupção é a primeira frente em nova fase do país

Poder A16

RODÍZIO

Não devem circular carros com placas cujo final seja: 7 ou 8

Cotidiano B2

ATMOSFERA **B2**

Uma foto, com garra à noite

CIRCULAÇÃO

302.249 (da Imprensa + digital)
ALIBERDA
30.266 (71 voluntários locais/mês)

NOVO ix35 2017 2.0 FLEX

ELEITO O MELHOR SUV DO BRASIL E O MELHOR DO MUNDO NOS ESTADOS UNIDOS.

A PARTIR DE R\$ **99.990** À VISTA

VEJA MAIS NA PÁGINA 5.

www.caoa.com.br/hyundai Pedestre, use sua faixa.

ANEXO CCC – REPORTAGEM PÁGINA 04

PAINEL

NATUZA NERY

painel@globo.com.br

Ouidos moucos

A voz de Ricardo Lewandowski anunciando o fim da votação ecoava da televisão da biblioteca do Palácio da Alvorada. Ao lado de Lula, Dilma Rousseff observava atenta a sessão que, após quatro meses, selaria seu destino. Aliados choravam. Inclusive Rui Falcão, presidente do PT. O silêncio foi quebrado quando o placar mostrou o número de apotadores da petista: 20. "Filho da puta!", soltou Dilma, referindo-se a Telmário Mota (PDT-RR), que mudara de lado após promessa de cargos.

Até tu? Dilma também se decepcionou ao ver seu ex-ministro Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) votando a favor de sua inabilitação.

Tô voltando pra casa A ex-presidente tem dois destinos possíveis: Porto Alegre ou Rio, onde a mãe tem um apartamento. Paula, sua única filha, não apareceu para vê-la durante seu exílio do Planalto. Dizta que precisava cuidar do filho bebê. Mas assessores se ressentiam da ausência.

Troca com troca O senador Roberto Rocha (PSB-MA), que já havia levado uma diretoria do Banco do Nordeste para votar a favor do impeachment, também ganhou cargo na Codevast.



Valendo! Palatinos fizeram uma competição para ver quem sacava primeiro da parede a foto oficial de Dilma. Temer só vai pendurar seu retrato quando for o chefe de Estado.

Adotá-lo-ê! Anunciada a sentença, um ministro virou-se para Michel Temer: "E agora? É presidente ou presidente?". Para surpresa geral, o peemedebista entrou na brincadeira: "Presidente".

Eu já sabia Já na terceira-feira, Renan Calheiros havia recebido sinais de que o faturamento da pena de Dilma poderia ser acerto. Depois disso, tarde da noite, teve duas conversas, uma com Eunício Oliveira e outra com três petistas.

Ctrl+Z Questionar no STF o faturamento do impeachment pode ser um tiro no pé do governo — pois, no limite, não se descarta que o Supremo, ao decidir o assunto, mande refazer a votação.

» com PAULO GAMA e RENATA AGOSTINI

tirroteio

Dilma Rousseff já é página virada da história. Mas uns três dias e ninguém se lembra dela. Nem o próprio PT.

DO MINISTRO GEDRIZ VIEIRA LIMA (Secretaria de Governo), assinando discurso da petista após a aprovação do impeachment no Senado.

contraponto

Cadeira cativa

Pouco antes de começar a primeira reunião ministerial de Michel Temer como presidente definitivo, Romero Jucá (PMDB-RR), titular do Planejamento nos primeiros doze dias de interinidade, deixava o Senado apressado: — Preciso trocar uma palavra rápida com Michel — explicou-se.

Questionado se, na verdade, não ia à reunião de ministros — levando em conta que ele é tido como titular oculto do Planejamento — o senador gaguejou, tentou desconverter, mas acabou se entregando:

— Tentei driblar, tirar de um lado, tirar do outro, mas não deu. Vou participar, sim.

Todo cuidado Depois de muito tempo de seca, Waldir Maranhão (PP-MA) apareceu nas listas de pagamento de emendas. Com a ida de Temer à China, ele assume a Câmara interinamente.

Ideia fixa O primeiro discurso do presidente efetivo repete o termo usado em sua fala pública assim que a ação contra Dilma foi aberta, em dezembro: "pacificação".

Como é? O cenário amaneceu furtivo com a notícia de que ministros e deputados se reuniram na residência oficial da presidência da Câmara para discutir uma reação ao bloco. Ameaçam retaliar Rodrigo Maia no plenário.

Pedalou? Agentes fiscais apresentaram ação popular contra o governo Aécio. Dizem que há "ofensa grave" à Lei de Responsabilidade Fiscal com potencial de "comprometimento das contas e das finanças das administrações que estão por vir".

Alvos O problema seria o uso da CPSE (Companhia Paulista de Securitização) pelo governo tucano para maquiar suas contas. A ação é movida contra o Estado de São Paulo e contra ex-secretários de governo.

Te lembra algo? A Secretaria de Fazenda paulista afirmou que as alegações "não correspondem à realidade" e que as operações contam com autorizações de "todos os órgãos que regulamentam o sistema financeiro nacional".

Motivos A Prefeitura de São Paulo diz que o promotor Marcelo Milani age em retaliação por ter sido acusado por Fernando Haddad. Questiona por que José Herencita cita o petista justo a Milani a 30 dias da eleição, sendo que, em um ano, não o havia feito.

Nada Milani nega motivo eleitoral. "Sou ecumênico", diz, ressaltando ter investigado políticos do PSDB e do PSD.



O presidente Michel Temer é cercado durante cerimônia de posse no Senado Federal após a definição do impeachment

Senado cassa Dilma; Temer assume com promessas de reformas e pacificação

★ IMPEACHMENT É CONSUMADO COM 61 VOTOS A FAVOR E 20 CONTRA
★ SEGUNDA VOTAÇÃO ISENTA PETISTA DE PERDER DIREITOS POR 8 ANOS

DE SÃO PAULO

O peemedebista Michel Temer, 75, foi confirmado presidente do Brasil nesta quarta (31) com a consumação do impeachment de Dilma Rousseff (PT). Temer, que já exercia a Presidência Interina desde 12 de maio, tornou-se a 41ª pessoa a ocupar o cargo de forma definitiva, ao ser empossado às 16h49 em um Senado lotado.

Em pronunciamento em cadeia nacional de TV e rádio à noite, o novo presidente prometeu buscar a reconciliação e a pacificação nacional. Defendeu ainda a aprovação de limites ao endividamento público e as reformas da Previdência e da legislação trabalhista. Terminou com um slogan otimista: "Quando o Brasil quer, o Brasil muda".

O impeachment foi aprovado por 61 senadores, resultando na cassação de Dilma dois anos e quatro meses antes do término do seu mandato. Ela é a segunda presidente eleita desde a redemocratização a não completar o mandato, após Fernando Collor em 1992.

Em uma decisão inesperada, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, responsável por comandar a sessão, aceitou a articulação do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para votar de forma separada a pena de perda do direito de exercer função pública por oito anos.

Nessa decisão, 42 senadores votaram pela aplicação da pena, 12 a menos do que o necessário. Dilma fica liberada para exercer funções públicas como dar aula numa universidade, por exemplo. Caso queira se candidatar em 2018, deverá haver um debate jurídico, uma vez que ela poderá ser enquadrada na Lei da Ficha Limpia.

A manobra no Senado irritou aliados de Temer, principalmente no PSDB, que disseram terem sido surpreendidos. O episódio pode gerar mais turbulência para o novo presidente no momento em que tenta aprovar uma pauta de reformas econômicas.

Após ser notificada do resultado, Dilma fez um discurso inflamado em que prometeu oposição enérgica a Temer. Disse estar vivendo o segundo golpe de sua vida — referência ao de 1964, quando era guerrilheira.

Em São Paulo, houve confrontos entre manifestantes anti-impeachment e a PM.

A noite, Temer embarcou para a China, deixando o país nas mãos do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) — o terceiro presidente diferente do Brasil no mesmo dia.

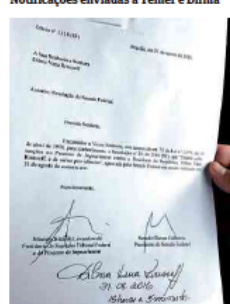
Pedro Lebedev/FotoPress



Ex-presidente Dilma faz pronunciamento



Notificações enviadas a Temer e Dilma



PRÓXIMOS PASSOS DE TEMER

Agenda SEXTA (2.SET)
Encontro com o presidente chinês Xi Jinping

DOMINGO E SEGUNDA (4 E 5.SET)
Encontro do G20

QUARTA (7.SET)
Desfile de 7 de setembro, em Brasília, e abertura dos Jogos Paraolímpicos, no Rio

20 A 26 DE SETEMBRO
Assembleia-geral da ONU, em Nova York

3. OUT
Viagem à Argentina

15 E 16. OUT
Cúpula dos Brics na Índia

Pautas e votações

Reajuste do STF
Só falta ser votado pelo Senado para ser aprovado. Aumenta o salário dos ministros do Supremo de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil. A medida eleva também o teto do funcionalismo público

Concessões e privatizações
Deve ser anunciado um pacote nos setores de óleo e gás, saneamento, infraestrutura, energia e mobilidade urbana ainda neste mês

Orçamento de 2017
Entregue ao Congresso nesta quarta (31), deve ser votado pelo Congresso até dezembro

Teto para gastos públicos
Proposta de Emenda à Constituição que estabelece um limite de crescimento dos gastos. Precisa ser apreciada por deputados e senadores; não há previsão para votação

Reforma da Previdência
Governo deve encaminhar a proposta neste mês para o Congresso

Renegociação da dívida dos Estados
Já passou pela Câmara e agora precisa ser analisada no Senado

Reforma ministerial
Sem prazo definido, Temer deve trocar o Advogado-geral da União, Fábio Osório Medina, e anunciar o ministro do Turismo, vago desde junho

ANEXO DDD – REPORTAGEM PÁGINA 05

Presidente eleva tom e acena com medidas

Em reunião com ministros, ele diz que 'golpistas' são adversários; na TV, prega reformas trabalhista e na Previdência

Temer também demonstra irritação com decisão de não suspender direitos políticos de antecessora

DE BRASÍLIA

Em suas primeiras manifestações após tomar posse para o mandato de dois anos e quatro meses como presidente da República efetivo, Michel Temer (PMDB) fez duras críticas a adversários e até a aliados e prometeu anunciar medidas de recuperação da economia já neste mês.

Seus dois discursos foram conflitantes em alguns pontos, entretanto.

Pela manhã, ele havia feito uma gravação que foi exibida à noite em cadeia nacional com um tom ameno, no qual pedia a pacificação nacional.

A tarde, contudo, após ser chamado de golpista pela ex-presidente Dilma Rousseff, mudou de atitude e adotou discurso incisivo.

Na primeira reunião ministerial do governo efetivo, Temer prometeu não "levar ofensa para casa" sobre as críticas de ter realizado um golpe e cobrou fidelidade da base aliada, instando descontentes a deixarem o governo.

O peemedebista ficou irritado por senadores governistas, incluindo Renan Calheiros (PMDB-AL), terem garantido à petista o direito de ocupar funções públicas. Nas palavras de um assessor presidencial, "transformaram o dia de Temer no dia de Dilma".

No discurso, ele ressaltou que esse tipo de comportamento da base aliada "não será tolerado" e é "inadmissível", ressaltando que, "quem não quer que o novo governo dê certo deve deixá-lo".

ao Congresso ainda neste mês sua proposta de reforma previdenciária e irá promover mudanças ministeriais, como a recriação de estruturas e a alteração de ministros.

Na base aérea, ele transmitiu o cargo ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que assumirá o país interinamente por uma semana, despachando do gabinete presidencial.

UNIÃO

No discurso em cadeia nacional, o peemedebista disse que "a incerteza chegou ao

fim" e que "é hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos".

"O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Essa é a nossa bandeira", disse.

Numa fala de cinco minutos, ele afirmou que recebeu o país "mergulhado em uma grave crise econômica". Ao citar sua proposta de criação de um teto para os gastos pú-

“ Quem não quer que o governo federal dê certo, declare-se contra ele e sala

Não vamos levar ofensa para a casa. Golpista é quem derruba a Constituição

MICHEL TEMER
presidente da República

blicos, disse que o lema do seu governo "é gastar apenas o dinheiro que se arrecada" e que "quando o Brasil quer, o Brasil muda".

O presidente aproveitou ainda para defender a reforma previdenciária, afirmando que, sem ela, "em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados". "Nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes e sem truques, sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens".

Ele disse ainda que o "pior

já passou" e defendeu também a reforma trabalhista, privilegiando as negociações entre os trabalhadores e os empresários.

Ao final, num recado de que não pretende se candidatar à reeleição, disse que seu único interesse é entregar ao sucessor "um país reconciliado, pacificado e em ritmo de crescimento".

(GUSTAVO URIBE, VALDO CRUZ, MARILINA HAUBERT, DANIELA LIMA, DÉBORA ÁLVARES, MARINA DIAS, RUBENS VALENTE, DIMMI AMORA, GABRIEL MASCARENHAS, BELA MEGALE, JÚLIO WIZIACKI E EDUARDO CUCOLO)

NOVO HYUNDAI ix35

ELEITO O MELHOR SUV DO BRASIL E O MELHOR DO MUNDO NOS ESTADOS UNIDOS.

EXCLUSIVO TETO SOLAR SUPERVISION

Segundo ele, não é possível que senadores governistas adotem posições sem combater com o governo federal. "Há partidos que já avisam: 'Então, nós vamos sair do governo'. Ora, isso é fazer jogo contra o governo, não dá para fazer isso", criticou.

Mais cedo, o líder do governo no Senado, Aloysio Nunes (PSDB-SP), teria ameaçado entregar o posto por causa da postura do PMDB no episódio.

Embora tenha votado para favorecer a petista, Renan viajou para a China nesta quarta-feira (31) com Temer e, após a posse, manifestou apreço pelo novo presidente: "Estamos juntos".

OFENSA

Em resposta direta a Dilma, Temer orientou sua equipe a contestar com firmeza as críticas e dizer que não houve ruptura constitucional no impeachment. "Não vamos levar ofensa para a casa", disse. "Golpista é quem derruba a Constituição Federal, quem quer violar o texto constitucional", acrescentou.

Segundo ele, o novo governo não deixará que a antiga gestão "tente demonstrar que a administração não é capaz de responder". "Não é possível tolerar porque, agora, isso aqui não é brincadeira e nem ação entre amigos."

O peemedebista reconheceu ainda que, a partir de agora, a cobrança ao governo federal será "muito maior" e disse que a prioridade da nova gestão será retomar o nível de emprego.

"Espero que possamos colocar o país nos trilhos do crescimento para que, daqui a dois anos e quatro meses, recebamos aplausos do povo brasileiro", disse.

No início da noite, o presidente embarcou com uma comitiva ministerial e parlamentar para a China, onde participará do encontro do G-20. Na volta, ele anunciará um programa de concessões e privatizações.

Ele pretende ainda enviar



RODAS ARO 18"

NOVO iX35 2017 2.0 FLEX A PARTIR DE R\$ 99.990 À VISTA

OU ENTRADA + 24X SEM JUROS TAXA 0% CONDIÇÃO ESPECIAL POR TEMPO LIMITADO.

TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE 6 VELOCIDADES, COM SHEPTRONIC, PILOTO AUTOMÁTICO.

TETO SOLAR PANORÂMICO SUPERVISION

CENTRAL DE ENTRETENIMENTO COM TELA TOUCH DE 7" COM GPS, DVD, MP3 E BLUETOOTH.

MOTOR 2.0 FLEX • FAROL COM PROJETOR E FITA EM LED • LANTERNA TRASEIRA EM LED • PAINEL COM ILUMINAÇÃO EM LED • NOVA GRADE

• AR-CONDICIONADO DUAL ZONE • 8 BOLSAS DE AIRBAGS • BANCOS, VOLANTE E MANOPLA DO CÂMBIO DE COURO • ASSISTENTE DE FREIAGEM EM DECLIVE

• BOTÃO START STOP • CONTROLE DE ESTABILIDADE (ESP) • CONTROLE DE TRACÇÃO (TCS) • AJUSTE DO BANCO DO MOTORISTA ELÉTRICO COM AJUSTE LOMBAR

ESLITO PELOS PROPRIETÁRIOS DE SUVs O MELHOR DO BRASIL NA PESQUISA ANUAL DE QUATRO RODAS "A VOZ DAS RUAS" E O MELHOR SUV NA SUA CATEGORIA NO MUNDO, PELO MAIS CONCEITUADO INSTITUTO DE SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR DOS ESTADOS UNIDOS.

CAOA HYUNDAI NEW THINKING. NEW POSSIBILITIES. www.caoa.com.br/hyundai

CONDIÇÃO ESPECIAL POR TEMPO LIMITADO

HYUNDAI CADA SÃO PAULO

SÃO PAULO CAPITAL		GRANDE SÃO PAULO		INTERIOR DE SÃO PAULO	
BERRINI (11) 8901-8000	RADIAL LESTE (11) 2218-3990	ALPHAVILLE (11) 4133-4377	BAURURI (14) 3104-3060		
BRAS LEME (11) 3405-4150	RAPOSO (11) 3752-2040	GUARULHOS (11) 2461-6000	CAMPINAS (19) 3295-6040		
CEASA (11) 3443-5700	SUMARÉ (11) 3403-5900	OSASCO (11) 2284-2400	PIRACICABA (19) 3429-0500		
COLUMBA (11) 3895-8000	TATUAPÉ (11) 2076-4700	SANTO ANTONÉ (11) 4631-4500	RIBEIRÃO PRETO (16) 3313-3400		
SIRAPHEIRA (11) 5538-3000	VILA GUILHERME (11) 2218-8800	SÃO CAETANO (11) 4770-3000	SÃO J. DO RIO PRETO (17) 2138-4383		
MORUMBI (11) 3740-4400	VILA MARLIANA (11) 5908-8877		SÃO J. DOS CAMPOS (12) 3131-3600		

1- Condição válida para o veículo 0 km Hyundai iX35 2.0 GLS Automática 2017/2017, catálogo CBOU, na cor prata (branco), valor à vista: R\$ 99.990,00. Entrada de R\$ 12.992,00 e saldo em 24 parcelas mensais fixas e consecutivas de R\$ 230,00, com taxa de juros para o financiamento de 0% a.a. e 20 dias de carência, a contar da data da Nota Fiscal, para pagamento da 1ª parcela. As operações de crédito estão sujeitas a cobrança de IOP e Tarifa de Cadastro, que serão incluídas no CET. O CET - Custo Efetivo Total - irá variar de acordo com os valores, prazos e demais condições escolhidas pelo cliente e será informado antes do contrato. Condições sujeitas a análise e aprovação do crédito e demais condições de produto vigentes na data da contratação. Não cumulativa com outras promoções. Faltarem e imagens referentes ao veículo 0 km Hyundai iX35 2.0 GLS Automática TOP 2016/2017, catálogo G88F. Imagens meramente ilustrativas. Mais informações: www.caoa.com.br/hyundai. Promoção válida até 11/3/2016. Fonte: J.D. Power 2015 - IBS - USA.

ANEXO EEE – REPORTAGEM PÁGINA 06

Renan e PT articularam salvaguarda para Dilma

Manobra regimental de última hora envolveu também Lewandowski

Permissão para que a ex-presidente possa ocupar cargo público irritou integrantes da base do novo governo

DE BRASÍLIA

A votação que decidiu manter Dilma Rousseff apta para ocupar funções públicas resultou de uma articulação capitaneada pelo PT e pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

O Senado cassou o mandato de Dilma, por 61 a 20, mas evitou que a petista ficasse proibida de exercer funções públicas — foram apenas 42 votos para que isso ocorresse, 12 a menos do que o mínimo necessário.

A manobra regimental de última hora envolveu também o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski, e irritou integrantes da base do novo governo, causando desgaste e troca de acusações na base aliada de Michel Temer.

DEM e PSDB ameaçaram questionar o Supremo sobre o episódio, mas recuaram sob a avaliação de que isso abria brecha para que todo o processo fosse questionado. Renan votou a favor do impeachment, pondo fim ao mistério se continuaria neutro ou não em relação ao processo. Por outro lado, agiu nos bastidores para dar uma "recompensa" a Dilma.

Sob respaldo de Renan, Lewandowski acatou pedido da defesa de Dilma para que fossem feitas duas votações para selar o destino da petista.

A primeira, sobre a cassação do mandato. E uma segunda, para decidir se, con-

denada, ela ficaria inabilitada para ocupar cargos públicos pelos próximos oito anos.

A oposição ao PT sustentou que, constitucionalmente, as duas sanções seriam indissociáveis, mas Lewandowski não cedeu.

Apesar da decisão, ainda não ficou claro se a agora ex-presidente poderá disputar cargos eletivos. A permissão para ela concorrer às eleições deve ser objeto de questionamento judicial em caso de registro de candidatura.

'QUEDA E COICE'

Na noite anterior, Renan se reuniu com petistas e questionou se dariam apoio à iniciativa de colocar em votação projetos de interesse do governo e do Judiciário em troca da ajuda para não impedir Dilma de ocupar cargos públicos.

Petistas ouvidos pela Folha antes do início da sessão disseram não ter havido acordo.

"No Nordeste, costumam dizer uma coisa: 'Além da queda, coice'. Não podemos deixar de julgar, mas não podemos ser maus, desumano", discursou Renan.

Aliados de Dilma também fizeram apelos. A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) chegou a dizer que a petista se aposentaria com "R\$ 5.000" pelos cálculos que faz hoje e que, portanto, precisava trabalhar para sobreviver.

Lewandowski se somou aos apelos: "A pena [inabilitada] do condenado ao exercício de qualquer função pública. De professor, de servidor de prefeitura, enfim, até de merendeira de um grupo escolar", disse.

Logo em seguida, afirmou que, com sua posição, não queria "induzir" os votos dos parlamentares.

Dilma conseguiu escapar da inabilitação com o apoio de Renan e outros quatro peemedebistas, além do líder do partido no Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Valdir Raupp (PMDB-RR) que se abstiveram.

A dissidência dos peemedebistas irritou o Planalto. Logo após a votação, Temer disparou sinais de que não sabia da articulação de Renan e de que era contra a interpretação dada por Lewandowski.

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), disse que seu partido fora traído.

(DANIELA LIMA, DÉBORA ÁLVARES, MARIANA HAUBERT, RUBENS VALENTE, MARINA DIAS, GABRIEL MASCARENHAS E WALDO CRUZ)



10h56 Lewandowski, presidente do STF, chega ao plenário para presidir a sessão

ANÁLISE

Imbróglia coloca novamente STF no centro da arena política

OSCAR VILHENA
COLUNISTA DA FOLHA

Como se não bastassem todos os percalços que marcaram o presente processo de impeachment, no apagar das luzes, o Senado decidiu que a ex-presidente Dilma perderia o mandato, mas não teria os direitos suspensos.

Questão semelhante surgiu no final do julgamento do ex-presidente Fernando Collor, no Senado, só que com sinal invertido. Pouco antes de ser sentenciado, ele encaminhou carta de renúncia aos senadores. Com isso surgiu uma dúvida jurídica: deveria o julgamento ser extinto? E mais, caso o Senado decidisse prosseguir com o julgamento, poderia aplicar a pena de suspensão de direitos, sem que a pena de perda de mandato pudesse mais ser aplicada?

Neste momento todos os olhos se voltaram para o ministro Sidney Sanches, que presidia o julgamento, para

saber o que deveriam fazer. Ao que o ministro respondeu que a decisão era do Senado. Conforme relatado por ele em sua entrevista ao projeto História Oral do STF, da FGV, explicou aos senadores que "na doutrina, há quem sustente que a segunda pena é acessória à principal. Como o acessório segue o principal, e o principal já não pode mais ser aplicado, a acessória também não pode mais ser aplicada. Para outra parte da doutrina, as duas penas são autônomas... Se acharem que é autônoma, os senhores prosseguem (o julgamento) e aí vão decidir se aplicam ou não a pena".

Foi o que ocorreu. O Senado deu seguimento ao julgamento e aplicou a pena de suspensão dos direitos políticos, independentemente da pena de perda de mandato. Essa decisão foi então questionada pelo ex-presidente Collor junto ao STF, sob o argumento de que não poderia receber a pena acessória, sem que houves-

se sido punido com a pena principal. A decisão do STF foi surpreendente: empate de 4 a 4. Convocou-se então três ministros do STF para que concluíssem o julgamento, que terminou com o indeferimento do mandato de segurança impetrado por Collor. Em resumo, o STF decidiu que a decisão do Senado, certa ou errada, era soberana.

Voltando à cena atual, a decisão do Senado não parece das mais acertadas, mas a ele cabe decidir se a presidente deve ou não ser afastada e, se entender que as penas são autônomas, se a ex-presidente Dilma deve ou não ter seus direitos políticos suspensos.

O fato, porém, é que este novo imbróglia colocará mais uma vez o STF no centro da arena política brasileira. A ele caberá dar a última palavra, ainda que esta seja para reafirmar, em respeito aos seus precedentes, que no caso de impeachment, a última palavra é do Senado. A ele foi dado o direito de acertar ou errar em último lugar, como não se cansava de repetir o saudoso ministro Paulo Brossard.

OSCAR VILHENA é doutor pela USP e tem pós-doutorado pela Universidade de Oxford

PERGUNTAS E RESPOSTAS

O que o Senado decidiu sobre Dilma Rousseff?

Os senadores consideraram Dilma culpada pelo crime de responsabilidade, cassando seu mandato como presidente. Porém, em segunda votação, mantiveram seu direito de exercer funções públicas.

É possível votar separado a cassação e a habilitação a cargos públicos?

A lei de 1950, do Impachment, e a Constituição Federal de 1988 trazem entendimentos diferentes sobre a votação conjunta ou separada. A Constituição prevalece sobre demais leis, mas é possível que o tema seja questionado no STF.

CONSTITUIÇÃO

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade [...] Parágrafo único. [...] imitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal. II - processar o cargo, com inabilitação por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

LEI 1.079 DE 1950

Art. 33. No caso de condenação, o Senado por iniciativa do presidente fixará o prazo de inabilitação do condenado para o exercício de qualquer função pública; e no caso de haver crime comum deliberará ainda sobre se o Presidente o deverá submeter à justiça ordinária, independentemente da ação de qualquer interessado.

Como foi no impeachment de Collor em 1992?

Como Collor renunciou ao cargo durante o impeachment, coube ao Senado decidir apenas se suspendia ou não seus direitos políticos.

O que a votação separada significa?

Pode-se abrir um precedente para que processos de cassação de mandatos — como o do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) — tenham a possibilidade de determinar a perda do cargo, mas não os direitos políticos.

Dilma poderá ser candidata em 2018?

Apesar de condenada, há o entendimento de que a Lei da Ficha Limpa não impede de disputar eleições porque não se refere, especificamente, ao cargo de presidente da República. Uma possível candidatura de Dilma, no entanto, deve acabar sendo alvo de discussão judicial.

E o processo de cassação de Dilma e Temer no TSE?

O processo está em fase de coleta de provas, e o impeachment não influencia. Temer tenta separar suas responsabilidades das de Dilma para tentar se salvar.

ANEXO FFF – PÁGINA 08

Boa noite a todos.

Assumo a presidência do Brasil, após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil.

A incerteza chegou ao fim.

É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira.

Tenho consciência do tamanho e do peso da responsabilidade que carrego nos ombros. E digo isso porque **recebemos o país mergulhado em uma grave crise econômica**: são quase 12 milhões de desempregados e mais de R\$ 170 bilhões de déficit nas contas públicas.

Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos.

Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país.

O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos. **Encaminhamos ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas.** Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada.

Reduzimos o número de ministérios. Demos fim a milhares de cargos de confiança. Estamos diminuindo os gastos do governo.

Para garantir o pagamento das aposentadorias, temos que reformar a Previdência Social. Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados. O nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes, sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens.

O caminho que temos pe-

A citação à instabilidade política foi uma das poucas menções dele ao governo anterior no dia da posse

A declaração traz o que deve se tornar o tom dos discursos do governo, de responsabilizar a gestão Dilma pela situação da economia

A PEC-241, que limita o crescimento do gasto federal à inflação do ano anterior, foi duramente criticada pela ex-presidente Dilma nas últimas semanas

Os investimentos tiveram ligeira alta no trimestre. Mas nesta quarta, foi divulgado que o PIB teve queda de 0,6% no período

‘A incerteza acabou. É hora de unir o país’

LEIA ÍNTEGRA DO DISCURSO DE TEMER NA TV



Michel Temer/Presidência da República

O presidente busca rebater o discurso petista de que seus adversários iriam reduzir gastos com desenvolvimento social

Em junho, o governo Temer deu um reajuste no Bolsa Família maior do que o prometido por Dilma, o que despertou críticas pelo aumento dos gastos públicos

Horas antes do pronunciamento, Temer disse a ministros que, a partir de agora, 'não irá levar ofensas para casa'. Dilma havia prometido fazer a 'maté anárit'.

Para garantir os atuais e gerar novos empregos, temos que modernizar a legislação trabalhista. A livre negociação é um avanço nessas relações.

O estado brasileiro precisa ser ágil. Precisa apoiar o trabalhador, o empreendedor e o produtor rural. Temos de adotar medidas que melhorem a qualidade dos serviços públicos e agilizem sua estrutura.

Je ampliamos os programas sociais. Aumentamos o valor do Bolsa Família. O Minha Casa, Minha Vida foi re-

vitalizado. Ainda na área de habitação, dobramos o valor do financiamento para a classe média.

Decidimos concluir mais de mil e quinhentas obras federais que se encontravam inacabadas.

O Brasil é um país extraordinário. Possuímos recursos naturais em abundância. Um agronegócio exuberante, que não conhece crises. Trabalhamos muito. Somos pessoas dispostas a acordar cedo e dormir tarde em busca do nosso sonho. Temos espírito empreendedor, dos microempresários aos grandes industriais.

Agora mesmo, demos ao mundo uma demonstração de nossa capacidade de fazer bem feito. Os Jogos Olímpicos resgataram nossa autoestima diante de todo o mundo. Bilhões de pessoas, ao redor do planeta, testemunharam e aplaudiram nossa organização e entusiasmo com o que o Brasil promoveu o maior e mais importante evento esportivo da terra. E teremos daqui a pouco as Paralimpíadas, que certamente terão o mesmo sucesso.

Presente e futuro nos desafiam. Não podemos olhar para frente, com os olhos do passado.

Meu único interesse, e que encaro como questão de honra, é entregar ao meu sucessor um país reconciliado, pacificado e em ritmo de crescimento. Um país que dê orgulho aos seus cidadãos.

Reitero, portanto, meu compromisso de dialogar democraticamente com todos os

la frente e desahador. Contor-
ta-nos, entretanto, saber que
o pior já passou. **Indicadores**
da economia sinalizam o **res-**
gate da confiança no país.
Nossa missão é mostrar a
empresários e investidores de
todo o mundo nossa disposi-
ção para proporcionar bons
negócios que vão trazer em-
pregos ao Brasil. Temos que
garantir aos investidores es-
tabilidade política e seguran-
ça jurídica.

é uma referên-
cia à viagem
para a China,
na qual o presi-
dente pretende
se reunir com
líderes munici-
pals para di-
vulgar que
o país está
estabilizado



ca oposição' ao
governo

Setores da sociedade brasilei-
ra. Respeitarei a independên-
cia entre Executivo, Legisla-
tivo e o Judiciário.
Despeço-me lembrando
que 'Ordem e Progresso' sem-
pre caminham juntos. E com
a certeza de que juntos, vamos
fazer um Brasil muito melhor.
Podem acreditar: quando o
Brasil quer, o Brasil muda.
Obrigado, boa noite a to-
dos, e que Deus nos abençoe
nessa nossa caminhada.

CAFEZINHO DO SENADO

Remediado está

Mesmo com as diversas
críticas de seus aliados ao
comportamento de Renan
Cahetano, que articulou para
abrandar a pena de Dilma
Rousseff, Michel Temer se
sentou ao lado do presidente
do Senado ao embarcarem
no avião rumo à China,
após a votação.

'Tamo junto'

Pessoas próximas relatam
que o clima entre os
dois era "ameno e muito
descontraído". "Não vão
tocar nesse assunto jamais",
sentenciou um palaciano
que descreveu Temer como
"extastado" após a posse.

Seis por meia dúzia

Muito irritado com o abran-
damento da pena de Dilma,
Magno Malta (PR-ES) descre-
via a operação protagonizada
por Renan e Lewandowski
assim: "Isso é meia dúzia de
esperto usando meia dúzia
de gente idiota". Ele foi um
dos principais apoadores do
impeachment.

Agenda

Em seu primeiro dia como
presidente interino, Rodri-
go Mata (DEM-RJ) decidiu as-
sumir a função com pompa.
Receberá a ministra Carmen
Lúcia, futura presidente Su-
premo, e participará das pos-
ses de Laurita Vaz e Humber-
to Martins no Superior Tribu-
nal de Justiça.



O senador Fernando Collor (PTC-AL) discursa na sessão

Fonte

A defesa de Dilma usou um
dos principais livros de Te-
mer, "Elementos de Direito
Constitucional", para embas-
sar o pedido feito para divi-
dir a votação das penas. No
texto, o peemedebista defen-
deu que as penas são "autôno-
mas e independentes".

Fui

Um dos autores da denúncia
contra a petista, o advogado
Miguel Reale Jr. foi forçado a
aparecer minutos após a deci-
são do Senado. Questionado
sobre se não ficaria para as-
sistir à posse de Temer, afir-
mou: "Eu vim para destituir e
não para instituir".

Recado

No Twitter, o ex-presidente
do STF Joaquim Barbosa es-
creveu que não acompanhou
"nada desse patético espetá-
culo que foi o 'impeachment
tabajara' de Dilma Rousseff".
"Não quis perder tempo",
postou. Sobre Temer, afir-
mou: "O homem parece acre-
ditar plenamente que tem o res-
peito e a estima dos brasilei-
ros pelo fato de agora ser
presidente. Engana-se".

Versinho

Em seu discurso após a
cassação, Dilma citou um
poema do russo Vladimir
Majakóvski (1893-1930): "Não
estamos alegres, / é certo, /
mas também por que razão /
haveríamos de ficar tristes?".



A advogada Janaina Paschoal dá autógrafa



A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) protesta com cartaz no plenário

ANEXO GGG – REPORTAGEM PÁGINA 17



Policiais militares atiram durante confronto com manifestantes anti-Temer que caminhavam na rua da Consolação em direção ao centro de São Paulo na noite desta quarta-feira

Protestos em SP têm confrontos e feridos

Ato contra Temer começa pacífico na av. Paulista; black blocs e PM entram em choques violentos após marcha pelo centro

Em Brasília, três foram detidos em ato pró-Dilma; outras capitais tiveram atos pequenos e sem incidentes

DE SÃO PAULO

Manifestantes contrários ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) entraram em confronto com a Polícia Militar na noite desta quarta-feira (31) em ao menos quatro pontos do centro de São Paulo e em Brasília.

Na capital paulista, a reportagem viu ao menos quatro pessoas feridas. Não houve balanço oficial — a Secretaria de Segurança do Estado de SP informou apenas que um policial também foi ferido.

Em Brasília, um ato pró-Dilma acabou com três detidos, segundo a PM.

No Rio, foi realizado um painel contra o novo presidente, Michel Temer, com cerca de 500 pessoas, mas não houve relatos de incidentes.

Em São Paulo, o ato contra Temer teve início pacífico na avenida Paulista e seguiu em direção ao centro.

O primeiro confronto com a polícia aconteceu na rua da Consolação, no centro, onde manifestantes foram dispersados por bombas de efeito moral. Segundo a Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, a polícia reagiu depois que um "grupo começou a incendiar montes de lixo e agredir policiais com pedras".

BRASÍLIA

Na capital do país, onde o Senado decidiu pelo impeachment da ex-presidente, cerca de 1.000 pessoas foram à rodoviária do Plano Piloto para protestar contra a decisão.

Houve um tumulto e a PM usou gás de pimenta para dispersar os manifestantes. Três foram detidos.

Após as prisões, manifestantes gritaram palavras de ordem contra a PM, mas se acalmaram depois de serem orientados a ir para a delegacia aonde o preso foi levado.

Em Porto Alegre, a sede do PMDB, partido de Temer, foi depredada por manifestantes. A sigla emitiu nota repudiando o ataque.

Fora do país, houve protestos contra o impeachment nos consulados do Brasil em Buenos Aires e Nova York.



Eduardo Anzures/Polhemus

Manifestantes contrários ao impeachment de Dilma Rousseff depredam viatura da Polícia Civil no centro de São Paulo



Pablo Bragaj/Polhemus

Black blocs em ataque à sede da Folha na noite de quarta; grupo foi dispersado pela PM com bombas de gás e efeito moral



Daniel Vazgal/Polhemus

Manifestantes comemoram impeachment de Dilma Rousseff com champanhe na avenida Paulista na tarde de ontem

COMEMORAÇÕES

Nas capitais, também houve comemorações à decisão dos senadores. Durante a tarde, houve buzinações no Morumbi e em Higienópolis, bairros nobres de São Paulo.

Na Vila Madalena, zona oeste, fogos de artifício foram soltos e, no Mercado Municipal, no centro, a cassação foi comemorada.

Na avenida Paulista, cerca de 50 manifestantes acenderam velas em um bolo com desenho da bandeira nacional.

Em Porto Alegre, houve buzinações e foguetórios em bairros nobres como Bela Vista e um momento de vento.

Em Fortaleza, cidade que elegeu Dilma Rousseff com mais de 70% dos votos válidos em 2014, moradores de relataram ouvir fogos de artifício logo após o resultado na votação no Senado.

Também foram ouvidos buzinações e foguetórios no centro de Belo Horizonte e, de forma rápida, na região central do Recife.

Em Curitiba, fogos e buzinas foram ouvidos em alguns bairros. Em frente à Justiça Federal, onde são julgadas ações da Operação Lava Jato, carros passavam buzinando.

Também houve fogos na região do centro de Salvador.

No interior de São Paulo, houve manifestações de aprovação ao impeachment. Em Ribeirão Preto, Franca, São José do Rio Preto e Campinas houve foguetório e buzinação.

ATAQUE À FOLHA

Também houve enfrentamentos na praça Roosevelt, nas avenidas São João e Duque de Caxias e em frente à sede da Folha, na alameda Barão de Limeira.

Este último embate começou por volta das 21h depois que adeptos da tática black bloc, que prega o uso da violência, arremessaram pedras e tentaram forçar a entrada no prédio do jornal.

Os policiais reagiram com gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral, dispersando o protesto.

Segundo militantes, a ida até a Redação seria uma forma de criticar a atuação da imprensa durante o processo de impeachment.

Antes de arremessarem objetos, manifestantes picharam o portão do jornal com a palavra "golpista" e gritaram palavras de ordem como "Fora, Temer".